AMOR SUBLIME

AMOR SUBLIME

pelo

P.E M. EUGÉNIO BOYLAN

O. Cist. R.

Edição da União Gráfica
Rua de Santa Marta, 48
L I S B O A

NIHIL OBSTAT

Olisipone, 10 Octobris 1955

Michael A. de Oliveira

IMPRIMATUR

Olisipone, 12 Octobris 1955

† EM., *Card. Patriarcha*

Tradução da obra THIS TREMENDOUS LOVER, editada pela casa THE MERCIER PRESS, LTD, de Cork

PREFÁCIO

NA ordem natural verifica-se um fenómeno que nos dá uma ideia dum grande princípio da ordem sobrenatural: é a estrutura e o crescimento dos cristais.

Cada substância cristalina tem a sua forma característica e própria, e todas as vezes que se formam cristais completos, não só todo o cristal, mas também cada unidade de que se compõe, tem essa forma particular.

Se um cristal é imerso numa solução adequada da substância de que se compõe — a água-mãe, nome pelo qual é conhecida — esse cristal crescerá atraindo a si o material da solução, formando-o à sua própria imagem e semelhança e unindo-o depois a si por tal forma, que a nova unidade, de maiores dimensões, é a reprodução exacta do núcleo original e de cada uma das partes componentes.

O mesmo sucede com Cristo. Erguido na Cruz, Ele atrai a Si todas as coisas; como diz S.to Ireneu: «Ele recapitulou em Si a história da humanidade «unindo-nos a Si» e dando-nos a salvação, a fim de que pudéssemos recuperar em Jesus Cristo o que tínhamos perdido em Adão, isto é, a imagem e semelhança de Deus».

Sobre a Cruz, Cristo «resumiu», em acto de sacrifício, toda a Sua vida e todo o Seu amor. Com a Sua vida e a Sua morte, Ele «resume» toda a vida e destinos da Sua Igreja e também toda a vida e morte de cada membro dessa Igreja.

Verifica-se, evidentemente, diversidade individual entre os membros, mas existe também uma unidade fundamental de padrão.

Para nos apercebermos disso, temos em primeiro lugar de perscrutar as camadas inferiores das diferenças individuais, para observarmos o padrão comum, e colocarmo-nos depois a razoável distância da unidade completa para a observarmos na sua totalidade; porque, se não virmos de relance qualquer coisa da sua plenitude — com dificuldade compreenderemos o significado integral do destino individual de cada um de nós, e do elo comum que nos enlaça todos!

Na verdade, o elo comum — o elo de toda a perfeição — é o amor, e a magnificência do todo é a unidade do amor. O modelo supremo é a Santíssima Trindade — «para que sejam um, como também nós somos um» (1).

E a consumação final e consecução do todo estão resumidas numa frase audaz e fecunda de Santo Agostinho: «E haverá um Cristo que Se amará a Si mesmo» (2).

«*Porque ninguém pode amar o Pai, sem amar o Filho, e aquele que ama o Filho ... ama igualmente todos os membros do Filho.*

E amando, converte-se também em membro. Através do amor, entra na unidade do corpo de Cristo — e haverá um Cristo amando-se a Si mesmo — porque, quando os membros se amam uns aos outros, o corpo ama-se a si mesmo».

O presente livro é uma tentativa para descrever essa história de amor de Deus e do homem, a qual atinge a sua consumação na unidade de Cristo e para provar que a vida espiritual é uma sociedade de amor entre Deus e o homem, que se pode resumir numa única palavra: Cristo.

Em vez de descrever uma simples união de camaradagem, tentámos adoptar o conceito de S. Paulo duma unidade orgânica num Corpo — num Cristo.

Porque existe semelhança entre o núcleo e o todo e entre aquele e cada uma das partes que o compõem, como se deduz da imagem da estrutura do cristal, tal processo pode parecer, por vezes, que leva à confusão e até à contradição,

---

(1) S. João, XVII, 22.
(2) S.to Agost. carta aos Partos, P. L., Vol. 35, 2055.

tanto mais que o nosso objectivo principal não é escrever uma exposição teológica da doutrina do Corpo Místico, mas mostrar como essa doutrina pode ser utilizada como base da vida espiritual, e como dela podemos deduzir algumas ideias e princípios que servirão para afervorar essa vida nas almas do comum dos cristãos.

Seguindo o exemplo de S. Paulo, falamos algumas vezes de Cristo como indivíduo que é a Cabeça, distinguindo-O da sociedade dos membros individuais, que formam o Corpo; outras vezes referimo-nos a Cristo, como todo o Corpo, composto de cabeça e membros.

Dizemos também que «estamos em Cristo» e que Cristo está «em nós».

Surge, porém, ainda nova dificuldade, quando consideramos os membros individuais já incorporados em Cristo pelo baptismo, em relação a Cristo considerado como indivíduo, totalmente separado deles, como está, por exemplo, no Santíssimo Sacramento.

Tal confusão acompanha sempre, aliás, toda a tentativa para discutir e representar em duas dimensões o que, na realidade, é uma entidade de quatro dimensões, desafiando assim as limitações do espaço e do tempo e estendendo-se do tempo para a eternidade, e desta outra vez para o tempo.

Para não aumentar esta confusão, incluímos com pesar num só capítulo as considerações sobre a parte desempenhada por Nossa Senhora na formação de todo o Cristo na nossa vida espiritual.

Ela desempenha, na realidade, parte importante — poderíamos dizer mesmo essencial — em todos os capítulos, e tanto assim é, que esperamos ainda, com a graça de Deus, produzir trabalho mais extenso sobre a parte que desempenha como Mãe de Todo o Cristo.

Voltemos por agora ao exemplo do cristal que cresce na água-mãe. Notemos que a substância a unir-se ao cristal que cresce tem, antes de mais nada, de se dissolver no líquido que o cerca.

Eis aqui uma imagem que, sob reserva, se pode aplicar a N.ª Senhora.

Se Cristo é o Cristal, Maria é a água-mãe, porque não há dúvida de que tudo nos vem através dEla e é por Ela que nós vamos até Cristo.

Não há caminho mais seguro e mais fácil de nos unirmos a Cristo, do que «dissolvendo-nos» em Maria. Devemos, porém, lembrar-nos de que todo o Seu poder de «dissolução» se deve à Sua união íntima, com Cristo.

O químico, ao recordar o papel desempenhado pelo dissolvente em promover qualquer acção química e a união entre duas substâncias, não pode deixar de se lembrar do papel que Maria desempenha no processo da união dos homens com Deus. E a imagem da «solução» pode ainda com mais razão aplicar-se ao começo da nossa união com Deus. Porque «uma virgem conceberá e dará à luz um filho e o seu nome será Emmanuel — que quer dizer: Deus connosco» (1).

A principal razão por que se publica este livro é promover o desenvolvimento desta união com Deus na vida dos fiéis.

O nosso fim é mais devocional do que didático.

É nossa opinião que é no dogma que devemos ir procurar os fundamentos da devoção, e que o melhor meio para levar os católicos a viver uma vida católica em toda a sua plenitude é dar-lhes uma ideia clara do que se entende por um verdadeiro católico, e indicar-lhes quais são os desígnios e os princípios fundamentais da cristandade.

Convencidos de que a maior parte dos males da vida actual vem do desprezo pela metafísica no mundo do pensamento, e do abandono da vida interior na prática da religião, procuramos provar que a vida interior é a consequência lógica da própria natureza do Cristão, o qual, como disse alguém, se compõe de «corpo, alma e Espírito Santo».

Mas, porque escrevemos para toda a gente — para leigos,

---

(1) Isaías, VII, 1. 4.

clero secular e religiosos — procurando conseguir que todos ponham em prática o que pregamos, não hesitamos em sacrificar a unidade da exposição e o seu desenvolvimento lógico, a fim de apresentarmos ao leitor algumas ideias práticas. Esperamos assim que, discutindo a prática da vida interior, conseguiremos indicar a possibilidade e a necessidade natural de tal vida para todos os cristãos.

Este livro assemelha-se, em certo modo, ao anteprojecto de um edifício em construção, em que os pormenores por vezes obscurecem a planta geral.

O esboço não é o projecto completo e as notas de pormenor não são desenhos do trabalho.

Os riscos exactos das diversas partes da construção têm de ser procurados noutro sítio. Do mesmo modo, a exposição científica da doutrina do Corpo Místico e da vida mística deve procurar-se noutros autores mais competentes.

Há um ponto para o qual desejamos chamar, desde já, a atenção. Há para aí uma escola de psicologistas, os quais, segundo se diz, interpretam todos os esforços vitais no sentido de os reduzir a uma única solicitação. Esta seria, na opinião daqueles que traem os seus autores, traduzindo imperfeitamente termos científicos por lugares comuns, aquele apetite intenso dos sentidos que o homem compartilha com o animal e que é tudo o que a nossa filosofia materialista pode encontrar para descrever o conceito do amor.

Tudo o mais é interpretado por estes psicólogos de segunda mão como «forma sublimada» desse instinto inferior.

Pondo de parte a possibilidade de que tal doutrina possa ser o fruto duma neurose profunda, derivada das dificuldades rácicas e académicas dos seus inventores, seria não só fatal mas também insensato procurar tal interpretação nos planos deste livro.

Seria insensato porque, em primeiro lugar, o amor do homem a Deus pressupõe uma natureza nova, uma comparticipação na natureza divina, uma elevação de todo o ser do homem para uma nova ordem através da graça.

O amor supõe, além disso, o que é quase uma nova faculdade ou, para ser mais explícito, a infusão duma virtude sobrenatural, pela qual a vontade humana se torna apta a executar um acto sobre-humano.

Não se trata aqui da «sublimação» de qualquer apetite natural.

Além disso, há mesmo na ordem natural uma distinção nítida entre os dois apetites naturais do homem, entre o seu apetite intelectual, que é chamado a vontade, e o seu apetite dos sentidos, a que acima se faz menção.

A vontade é uma faculdade voluntária e livre; o apetite dos sentidos é automático e determinado por sua natureza.

Um erro dessa espécie seria fatal, porque nos esconderia o verdadeiro significado da conexão mútua e da semelhança que se pode descortinar em todas as obras da natureza. Longe de serem evoluções ou sublimações vindas de baixo, são, pelo contrário, reflexos e imagens vindos de cima, patenteando com cores mais ou menos fracas as maravilhas do Criador que as projectou a todas e é absolutamente normal usar a ordem natural como meio para conhecer ou encontrar o bem mais alto — que é o único real.

Seria erro grave conceber o amor de Deus como qualquer coisa que envolve essencialmente uma emoção dos sentidos. O amor de Deus encontra-se na vontade, ajudada pela graça; pressupõe o entendimento, porque, sendo uma faculdade cega, a vontade precisa da sua cooperação para amar. Na prática, porém, basta seguir o impulso da vontade.

É absolutamente compatível um alto grau de amor de Deus com a ausência de qualquer sentimento de emoção e até mesmo com a presença de um sentimento de repugnância pelo serviço de Deus. Basta que nos lembremos da oração de Nosso Senhor na Agonia do Getsémani para nos convencermos disso.

De facto, se desejamos atingir as alturas da vida espiritual, é necessário que passemos por um estágio onde a

nossa aparente actividade espiritual se reduza a um acto simples de conformidade com a vontade de Deus a nosso respeito, acompanhado de um propósito firme de acreditar em Deus sem luz de qualquer espécie.

Isto não quer dizer que as emoções não tenham papel a desempenhar na vida espiritual. Elas podem, pelo contrário, constituir uma ajuda efectiva para o agente real, que é a vontade, obrando pela fé.

Partindo, no entanto, dos nossos princípios, chega-se a uma conclusão que parece estar em perfeito acordo com as prescrições da psicologia moderna. Esta ciência reconhece, como nós, que a origem de uma boa parte das nossas angústias e perturbações provém da nossa adaptação incompleta às realidades. Partindo do princípio da nossa incorporação em Cristo e da nossa vocação para uma união perpétua com Ele no Céu, os nossos argumentos conduzem-nos a um programa prático de humildade, caridade e abandono à vontade de Deus. Pela humildade, aceitamo-nos a nós mesmos com todas as nossas deficiências; pela caridade, adaptamo-nos aos outros membros da sociedade, vivendo para eles, como vivemos para nós; pelo abandono, procuramos desempenhar-nos da missão que nos coube e aceitamos de bom grado tudo o que a Providência permite que aconteça na nossa vida. Isto está em perfeito acordo com as conclusões da ciência moderna, mas o nosso modo de ver tem ainda a vantagem de sancionar e justificar essa admirável aceitação das realidades e de a explicar no seu verdadeiro contexto e fins.

Não deve causar surpresa a ninguém se, no decorrer das páginas deste livro, propomos a todos o auge do amor divino. Tais alturas têm de se atingir ou aqui ou no outro mundo. Temos de escolher entre o Céu e o inferno. O Céu supõe um amor perfeito de Deus que se deve atingir ou nesta vida ou na outra através do fogo do Purgatório e por isso com muito mais sofrimento. O caminho mais fácil é santificarmo-nos aqui e agora.

Postas as coisas neste pé, poderá causar ainda maior sur-

presa o facto de aparentemente não fazermos grandes exigências ao leitor sob a forma de exercícios espirituais. O que consideramos essencial é que a alma se ponha em contacto diário com Nosso Senhor e o que sugerimos neste livro é a indicação do caminho que temos de percorrer, para conseguir esse fim e para que esse contacto diário produza bons frutos. Se conseguirmos isso, parece-nos que o resto pode com segurança ser confiado à inspiração divina. Em qualquer dos casos, já não constituem um pequeno programa o abandono à Vontade de Deus e uma humildade completa.

Deve notar-se que usamos a palavra abandono não só no sentido passivo, mas também no activo, querendo significar que não só devemos aceitar com generosidade tudo o que a Vontade Divina permite que nos aconteça, mas também cumprir generosa e prontamente tudo o que Ela exige de nós. Devemos frizar que é a Vontade de Deus que dá mérito ao que fazemos, porque o amor é a conformidade da nossa vontade com a Vontade de Deus e o amor é o que importa.

Abordamos também neste livro o assunto da importância da vida interior para o cristão como indivíduo, embora seja igualmente certo que ela é também importante para o Corpo Católico. A única esperança que resta à civilização na sua crise actual é que os católicos consigam lançar o fermento na sociedade, mas os resultados que alcançarem dependerão não tanto da sua organização, como da sua vida interior e do seu amor a Deus.

No dia em que a Acção Católica se limitar a congregar todos os seus esforços apenas na «Acção» e se esquecer do verdadeiro significado de «católico» — que, na sua essência, é o resultado da união com Cristo — nesse mesmo dia começará a Acção Católica a cavar a sua ruína. E se nós, católicos, não exercemos até agora sobre a sociedade aquela influência que seria lícito esperar do nosso número e da nossa harmonia com os princípios essenciais da civilização cristã, é porque nos falta a vida interior.

Toda a Catolicidade — individual, social, secular ou re-

gular — deve começar e acabar na união interior com Cristo. «Porque, sob o Céu, nenhum outro nome foi dado aos homens, pelo qual nós devamos ser salvos». [1].

Felizmente para nós e para a sociedade há um caminho muito curto que nos leva a essa união com Cristo. É Pio X quem no-lo recorda: «São infelizes e dignos de lástima aqueles que, sob o pretexto de honrar a Cristo desprezam Maria, pois ignoram que o Filho não pode ser encontrado senão junto de Sua Mãe». *E o mesmo Pontífice cita a seguir o texto do Apocalipse:*

«Depois apareceu no Céu um grande sinal: Uma mulher vestida de sol e a lua debaixo de seus pés e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça; e, estando grávida, clamava com dores de parto e sofria tormentos para dar à luz» — *e aplica-o a Nossa Senhora, a Qual, embora bem-aventurada no Céu, sofre ainda as dores dum parto misterioso. Para dar à luz a quem? pergunta o Santo Padre.*

«A nós, evidentemente, pois ainda estamos no exílio e temos de nascer para a perfeita caridade de Deus e felicidade eterna» [2].

O papel desempenhado por Nossa Senhora na nossa santificação é tão importante que seria preciso um livro inteiro para o descrever. Para já, temos de nos contentar com a apreciação do amor perfeito a Deus para o qual Ela nos dá à luz em Cristo, mas essa restrição não deve ser interpretada como incapacidade para apreciar a sua importância.

É a Ela, depois do Seu Filho, que se deve todo o bem que provier da leitura deste livro. Embora seja o resultado dos ensinamentos e do exemplo daqueles que vivem e viveram segundo a regra de Cister, isso não diminui a nossa dívida para com Ela.

É a Ela, portanto, que o oferecemos, tentando cooperar

---

(1) Act. IV, 12.
(2) Pio X — Ad diem illum.

com Ela na Sua obra maternal de dar à luz todo o Cristo. Nos cum prole pia benedicat Virgo Maria.

Abadia do Monte de S. José em Roscrea, aos 8 de Dezembro de 1945, festa da Imaculada Conceição da Virgem Maria.

Et erit unus Christus seipsum amans.

(S.to Agostinho)

INTRODUÇÃO

Está fora da compreensão do espírito humano conhecer ou avaliar a profundidade da tristeza que encheu o coração de Nosso Senhor Jesus Cristo. Uma coisa, porém, sabemos e é que a Sua tristeza teve origem no amor; no amor por Seu Pai, tão ofendido pelos pecados dos homens, e no amor pelos homens, tão desamparados no meio dos seus pecados.

O sofrimento causado por este amor foi tão intenso que, mesmo por ocasião do Seu maior triunfo terreno, quando entrava, acompanhado de grande pompa, na cidade de Jerusalém entre as aclamações do povo, o Seu Coração magoado irrompeu em pranto desfeito e os Seus sagrados lábios pronunciaram a mais trágica das lamentações: «*Se ao menos neste dia que te é dado, tu também conhecesses o que te pode trazer a paz, mas agora isto está encoberto aos teus olhos*» (1). E predisse então a destruição a que seria sujeita a cidade «*porque não conheceste o tempo da tua visita*».

Mas não era já a primeira vez que Ele se lamentava.

Em outras duas ocasiões O ouvimos queixar-se deste amor inútil que despedaçava o Seu Sagrado Coração: «*Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados, quantas vezes quis juntar os teus filhos como a galinha recolhe os seus pintainhos debaixo das asas e tu não quiseste?* (2).

---

(1) S. Lucas, XIX, 41-44.
(2) S. Lucas, XIII, 34 e S. Mateus XIII, 37.

E não é o próprio prejuizo que O impressiona tanto como o prejuizo que sofreriam aqueles que O rejeitavam: «*Eis que será deixada deserta a vossa casa*».

E estes são apenas dois exemplos da tristeza que O acompanhou toda a Sua vida. É a tristeza dum amante, que sabia que Ele e só Ele podia levar a verdadeira alegria e felicidade ao coração dos Seus amados. É a tristeza dum amante cujo coração ardia em fogo de desejo de antes dar que receber e cujo desejo mais ardente era que o Seu amado tivesse vida e a tivesse mais abundantemente.

É a tristeza dum amante que desceu do Céu e viveu na Terra e quis morrer para que uma parte da Sua alegria divina enchesse o coração do Seu amado.

Ele era o Caminho, a Verdade e a Vida. Ele sabia que uma coisa apenas era necessária e foi para dar ao Seu amado essa coisa que Ele se entregou e se despojou de tudo, tornando-se «*obediente até à morte e morte de Cruz*» (1).

Através de toda a Sua vida e morte, encontramos sinais evidentes desse desejo de nos convencer do Seu amor por nós e da necessidade que temos dEle.

E devemos lembrar-nos de que a Sua intenção não visa sòmente a humanidade em geral. Ama-nos como indivíduos e morreu por nós como indivíduos.

Todos nós podemos, com verdade, repetir com S. Paulo: «Ele amou-me e entregou-se a Si mesmo por mim».

Se Nosso Senhor pensou, portanto, que era tal forma necessária para cada um de nós procurarmos o reino de Deus, que está dentro de nós, que resolveu de livre vontade sujeitar-Se a uma Paixão e Morte terríveis por amor de cada um de nós, nós, da nossa parte, devemos convencer-nos disso, não só por amor dEle, mas até de nós próprios, pois é de vital importância que procuremos compreender e cumprir o que Ele exige de nós.

É este o fim destas páginas — mostrar-nos quais os

---

(1) Fil. II, 7-8.

projectos que Nosso Senhor tem a nosso respeito e indicar-nos a forma de cooperarmos para que eles se cumpram.

O que fica escrito neste livro destina-se a todos os cristãos, mas especialmente àqueles que sentem as limitações impostas pelo seu ser humano e experimentam a necessidade de alguma coisa mais do que aquilo que os seus esforços sem ajuda podem alcançar.

Este livro é, com efeito, a história duma sociedade — sociedade entre Deus e a alma humana — que começa no baptismo, sociedade que deve, pela acção conjunta de ambos os sócios, levar-nos a um êxtase de união perpétua no Céu.

Mas, para que cada um contribua com a sua quota parte nessa obra, é necessário, antes de mais nada, que conheça o que tem de fazer.

Para se viver como bom católico, é necessário que se tenha ideia do que é ser verdadeiro católico. Para se procurar o reino de Deus, é preciso saber o que significa isso. Para encontrar a Cristo e viver em união com Ele, é preciso possuir os conhecimentos necessários, porque o conhecimento deve preceder o amor.

O conhecimento, é claro, não basta, é preciso que ele conduza à acção e a uma acção que se resume nos dois grandes mandamentos: amor de Deus por Si próprio e amor do próximo em Deus.

Mas nós somos seres racionais e o serviço de Deus é um serviço racional.

Não é raro encontrarmos devoções baseadas em puro sentimento e emoção ou numa espécie de fé insensata, a qual, desprezando a razão, se aproxima da superstição.

Deus é a Suprema Sabedoria e em parte alguma brilha mais notàvelmente esse seu predicado do que no seu plano da nossa Redenção.

Se, portanto, dedicamos muitas páginas deste livro a tentar expor a unidade fundamental e a conexão dos planos de Deus, é porque vale bem a pena o esforço que empre-

gamos para compreender os princípios fundamentais que são o alicerce da sua obra.

Logo que nos seja possível apreender, embora imperfeitamente, o significado dos planos de Deus para restaurar todas as coisas em Cristo, temos a chave, não só de toda a história do Universo, mas também da história e destino da nossa própria alma. As minudências da vida espiritual caem todas dentro da própria perspectiva e a ânsia da perfeição apresenta-se não só possível mas até razoável para todos os cristãos. Mas esse plano é complexo. Estende-se do tempo para a eternidade e desta para o tempo. Envolve tanto o natural como o sobrenatural, entrelaçados ìntimamente. Aproxima o Eden do Calvário, e liga o Calvário com todos os momentos do tempo. Envolve realidades que não têm paralelo na ordem natural. Só se pode falar disso em metáforas e no entanto a realidade significada é bem mais real do que os símbolos usados para a significarem.

É, na verdade, uma obra-prima de Deus. Mas a nossa felicidade cá na terra e a nossa alegria eterna no Céu dependem dele e, portanto, embora esse plano seja de difícil compreensão, todo o esforço que façamos para o compreendermos é bem empregado.

Tal dificuldade será diminuída, se notarmos que esse plano de Deus é único.

Possui a unidade do fim e a unidade do modelo, o que dá ordem a toda a sua variedade. Como dissemos no Prefácio, assemelha-se a um cristal.

O modelo do todo encontra-se em cada uma das suas partes e de facto as partes só se incorporam no todo tornando-se conformes com Ele — isto é, com Cristo. Porque Cristo é tudo em tudo.

Cristo inteiro — cabeça e membros — parece-se com Cristo, a cabeça. Cada membro é uma imagem da cabeça, porque cada cristão é outro Cristo. E o laço que une os membros é igual ao laço que une o todo. E tanto assim é que S. Paulo não hesita em comparar a união de dois membros

por meio do casamento à união da cabeça com todo o corpo. De facto, existe qualquer coisa de «sacramental» em todas as unidades do modelo, no sentido de que cada membro e a sua história assemelha-se e reflecte em certo modo e em certo grau a Cabeça e a Sua História, e até Cristo Inteiro e a Sua história.

Cada capitulozinho da história repercute o fim de toda a história, tão ousadamente resumido por S.to Agostinho — E *haverá um Cristo, amando-se a Si mesmo.* Porque Cristo salva-nos e santifica-nos tornando-nos parte de Si mesmo, por tal forma que a Sua história é também a nossa história.

É, de facto, uma história de amor — a história do amor de Deus pelos homens e, portanto, a nossa própria história de amor mas o desfecho feliz da história depende de nós e por isso devemos assegurar a nossa parte nele.

Diz-se que as jornadas acabam com o encontro dos amantes; se é assim, a vida é, de facto, uma jornada que acaba não só com o encontro dos amantes, mas com a sua união eterna. Essa união eterna que é o fim de tudo, tem o seu modelo na união eterna que é o princípio de tudo e por isso, para compreender cabalmente o plano de Deus, é necessário regressar ao próprio princípio.

CAPÍTULO I

O PRINCÍPIO E A QUEDA

No princípio, diz-nos S. João, *era o Verbo, e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus* (1).

Todas as coisas começaram com Deus. Que, Ele próprio, não tem princípio pois existe sempre. A nossa vida é limitada na sua exclusão e ainda mais na sua posse, pois vem até nós a pouco e pouco, sucessivamente e não toda de uma só vez. Temos de esperar que a um momento se suceda outro momento; parecem as contas do rosário a passar através de mãos devotas.

A vida de Deus é ilimitada em todo o sentido; Ele possui-a toda dum jacto. É o Ser Supremo que existe por Si mesmo, infinito sob todos os aspectos, infinitamente feliz e completamente suficiente para Si mesmo.

Nem podemos julgar que Ele se sinta só, pois em Deus existe a Trindade de Pessoas. No conhecimento humano, podemos distinguir um entendimento que conhece, um objecto conhecido e uma ideia que representa na mente o objecto conhecido. Existe, naturalmente, grande diferença entre a ideia e o objecto a que esta corresponde.

No conhecimento Divino encontramos a sua perfeição. Deus conhece-Se a Si mesmo e o Seu conhecimento é tão perfeito, que corresponde exactamente ao objecto conhecido. A Ideia, ou o «Verbo», como diz S. João, que Deus tem

---

(1) S. João, I, 1.

de Si mesmo, é tão perfeita que *é* o próprio Deus, a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade.

«*E o Verbo era Deus*». Não há dois Deuses, mas há duas pessoas, o conhecedor e o Conhecimento — o Pai e o Filho. E estes Dois são um só Deus.

Mas em Deus existe Vontade e também Entendimento, e Deus ama-Se de acordo com o Seu conhecimento. E o Amor mútuo do Pai e do Filho é tão perfeito, que esse Amor é também uma Pessoa — a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, a quem chamamos Espírito Santo. E estes Três são um só Deus.

Falha-nos a linguagem vulgar, quando queremos falar da vida e da felicidade da Santíssima Trindade, que compartilha de tudo, sem o dividir. Cada uma das Três Pessoas é Deus e, no entanto, existe um só Deus. A sua união de amor é tão íntima que Elas só têm uma natureza, uma existência, uma vida. Tudo lhes é comum, excepto o que diz respeito às Suas personalidades distintas.

Em resumo, a vida de Deus é uma união extática de conhecimento e amor — felicidade completa e infinita.

Deus não tem necessidade de qualquer outra coisa; a Sua alegria e a Sua felicidade são de tão elevado grau, que nada as pode aumentar. Apesar disso, Ele decidiu, na Sua infinita bondade, compartilhá-las com mais alguém. E foi assim que nos criou, tirando-nos do nada, que não era Deus.

Não há dúvida de que Deus não podia, sem contradição, agir por qualquer motivo que não fosse Ele próprio; sendo a Verdade infinita, Ele não pode negar a sua própria supremacia. No entanto, ao idealizar o plano de toda a criação para Sua própria glória, decidiu glorificar-Se a Si próprio, tornando felizes as Suas criaturas. E quando essas criaturas se revoltaram contra os Seus planos, Ele foi mais longe na Sua bondade e dispôs as coisas por forma a encontrar a Sua glória na Sua misericórdia. É esse um princípio fundamental que nunca deve ser esquecido: *Deus criou o mundo para Sua*

própria glória, mas glorifica-se nesta vida pela Sua misericórdia.

Não há necessidade, por agora, de tratar da criação dos espíritos angélicos e do universo material. Os anjos eram puros espíritos, independentes da matéria, dotados de poderes essenciais de conhecer e amar, porque estes pertencem a todos os seres racionais. O universo material foi criado em primeiro lugar, sem vida de qualquer espécie; a seguir vieram as formas mais baixas de vida, a que chamamos a vida vegetativa composta de seres com o poder de crescer e reproduzir-se. Seguiu-se-lhe a criação dos animais, composta de seres que têm o poder de sensação e o que se pode chamar o apetite sensitivo, além dos poderes de que são dotadas as plantas. Por fim, Deus criou o homem, como indivíduo único, chefe da raça humana, mas nele manifestou Deus a Sua bondade por forma especial.

A essência da natureza humana compõe-se de duas partes, animalidade e racionalidade. O homem encontra-se assim em posição única no Universo, por que participa de qualquer forma da natureza de todas as criaturas. O seu corpo é feito de matéria, como o resto do universo; alimenta-se e cresce, como indivíduo, e multiplia-se como raça do mesmo modo que as plantas; compreende com os sentidos e experimenta desejos sensitivos, como os animais irracionais, e participa até da natureza dos anjos, porque é um ser racional, dotado de entendimento e vontade. Numa palavra, pode conhecer e pode amar, e nisto até se assemelha a Deus.

Mas esta mesma complexidade da sua natureza pode conduzi-lo a dificuldades, porque a natureza animal no homem tem conhecimento e desejos próprios, que podem opor-se e mesmo antecipar-se às decisões da sua natureza intelectual mais elevada, a qual deve regular as suas acções.

Além disso, esta complexidade poderia significar que a vida corpórea do homem teria de acabar, pois ele não é por sua natureza imortal.

Foi no que diz respeito a estes dois pontos que Deus

mostrou a Sua bondade, porque, na criação de Adão e da sua companheira Eva, Deus não se mostrou satisfeito dotando-os com a perfeição de tudo o que a natureza humana exigia, mas foi mais além acrescentando dois privilégios, a que de forma alguma tinham direito. O primeiro foi o privilégio da imunidade da morte; o outro foi o que é conhecido por dom da integridade. Para compreender este último privilégio, temos de partir do princípio de que, sendo animal, o homem é dotado do poder de conhecimento dos sentidos e pode experimentar desejos do que é agradável aos mesmos. Pode desejar alimentos ou prazer, pode exaltar-se, está, na realidade, sujeito a todas as paixões animais. Ora, esta vida dos sentidos no homem procura o seu próprio bem, que não é de forma alguma idêntico ao bem real indicado pelas suas faculdades racionais. Pode, assim, surgir um conflito no próprio ser do homem, como diz S. Paulo: «*a carne tem desejos contrários ao espírito*» (1) e poderá tornar-se necessário um grande e penoso esforço para assegurar a devida supremacia da razão.

Adão e Eva foram ainda dotados doutro privilégio — da «integridade», em virtude do qual a sua razão tinha domínio completo sobre a sua natureza animal; não podiam ser arrastados pelos desejos dos sentidos para acções irracionais e o seu juizo não podia ser enganado pelas paixões. Tinham domínio completo sobre si mesmos e a sua natureza operava em completa harmonia e devidamente subordinada às suas faculdades mais elevadas.

Mas a benignidade de Deus nem então se mostrou satisfeita. Toda a criação está cheia de Sua misericórdia e na própria formação de Adão e Eva a Sua bondade generosa e a Sua misericórdia manifestaram-se magnìficamente. Não contente em o fazer participar de toda a natureza criada, Deus dignou-se erguer o homem até o fazer participar da Sua própria natureza divina.

---

(1) Gal. V, 17.

É certo que esta participação da natureza de Deus não converte o homem em Deus; o homem não participa da natureza divina, como participa, por exemplo, da natureza animal; a mudança nele operada por esta participação é mais acidental que substancial. Mas ainda assim o homem foi elevado à ordem sobrenatural, foi-lhe dada uma vida que está muito acima do seu fim e poderes naturais; foi elevado ao estado da graça santificante.

Poderiam escrever-se muitas páginas sobre esta matéria que o verdadeiro significado da graça continuaria a ser um mistério. Pretendamos apenas resumir aqui o nosso pensamento. Diga-se, porém, desde já, que o amor ou encontra igualdade ou a produz: Para que exista verdadeiro amor entre dois seres, torna-se necessária uma certa igualdade de natureza. Para que o homem O pudesse amar, dignou-se Deus conceder-lhe uma tal participação na natureza divina que o habilitasse a possuir, por forma misteriosa, qualquer coisa que correspondesse ao próprio poder de Deus de O conhecer e O amar.

Por um privilégio extraordinário, o homem estava destinado a participar — embora, é claro, em grau finito, na vida da Santíssima Trindade e esta comparticipação devia começar mesmo aqui na terra.

Isto foi um privilégio essencialmente sobrenatural — um privilégio a que a natureza do homem não tinha qualquer direito, nem nela havia qualquer razão que o exigisse por qualquer título.

Adão e Eva receberam a vida sobrenatural, e todas as suas faculdades foram dotadas de novos poderes e qualidades que os habilitariam a viver esta vida nova, tão superior à sua natureza e impossível de alcançar pelos seus próprios esforços.

Era um estado absolutamente sobre-humano e que exigia poderes *sobre-humanos;* representava uma elevação do homem a uma ordem inteiramente nova e *sobre-humana.* Significava isto que o homem era colocado perante um fim

de felicidade suprema inteiramente novo e *sobre-humano*, que se pode definir como uma participação da própria felicidade de Deus. Desde então, a felicidade natural, mesmo no seu mais alto grau, já não o podia satisfazer. O homem tem consequentemente de se decidir: ou unir-se a Deus e partilhar da Sua alegria, ou então permanecer para sempre no inferno de privação eterna.

A própria natureza das coisas impôs ao homem certas obrigações de adoração e obediência a Deus de Quem era tão dependente. Mas Deus impôs ainda um preceito especial a Adão e Eva, a fim de lhes recordar a sua sujeição e os habilitar a honrá-Lo. Sanções terríveis cairiam sobre eles, se tal preceito não fosse acatado. Colocou Adão e Eva num jardim de delícias, onde tinham tudo o que era necessário à sua felicidade completa, mas excluíra uma árvore e determinara que não comessem dos seus frutos: «*porque, em qualquer dia que comeres deles, morrerás certamente*» (1).

A história da transgressão dessa ordem por Adão e Eva e a sua consequente expulsão do jardim são bem conhecidas, mas as consequências tremendas que resultaram destes acontecimentos, a enormidade da ofensa, as suas causas e o seu desfecho não são tão bem compreendidos. A primeira personagem a entrar em acção nestes acontecimentos foi o demónio que, em forma de serpente, falou com Eva e a aconselhou a desobedecer às ordens de Deus. Quem era o demónio?

Para responder a esta pergunta, temos de recordar que Deus já tinha criado certo número de seres racionais, chamados anjos. Eram puros espíritos, com completa independência da matéria e pessoas dotadas de grandes faculdades mentais. São muito superiores ao homem e pertencem a uma classe de seres muito mais elevada.

A própria forma como exercem as suas operações mentais é diferente da do homem, pois, enquanto este procede

---

(1) Gen. II, 17.

passo a passo no processo gradual do raciocínio, eles vêem a verdade imediatamente e à primeira vista, sem se enganarem. As faculdades intelectuais dos anjos, pertencentes aos graus mais baixos da jerarquia angélica, são muito superiores às maiores inteligências humanas. Segundo se deduz, aos anjos, depois de terem sido criados, foi dada a liberdade de servirem a Deus e de se Lhe submeterem. Mas um dos mais categorizados, chamado Lúcifer, acompanhado dum exército de adeptos, recusou submeter-se.

A sua atitude pode resumir-se na frase clássica: «*Não servirei*» (1).

O resultado desta revolta foi a condenação desses anjos rebeldes ao inferno e aqueles que obedeceram a Deus foram confirmados na Sua amizade, entrando em plena posse das alegrias do Céu. Não é unânime a opinião sobre o motivo exacto que levou os anjos à revolta. Alguns sustentam que Deus os pôs ao facto do Seu plano de os elevar à participação na Sua própria natureza, o que implicaria o fim da sua supremacia na sua própria ordem e uma nova dependência de Deus. Outros dizem que lhes foram manifestados os planos de Deus referentes à raça humana e que eles se insurgiram contra a proposta de terem de se sujeitar à natureza humana de Cristo e de Sua Mãe. Mas, fossem quais fossem as circunstâncias que os incitaram à revolta, o seu pecado foi de orgulho e desobediência.

Seria erro pensar que a condenação imediata dos anjos rebeldes, sem terem tempo de reconsiderar e de se arrepender, possa ter qualquer reflexo na misericórdia de Deus.

A própria sublimidade das faculdades dos espíritos angélicos é tal que a reconsideração, no sentido em que a tomamos, é palavra sem sentido. Estavam em plena posse da realidade dos factos, e absolutamente isentos de qualquer paixão terrena ou falta de reflexão que perturbasse os seus juízos e por isso conheciam bem as suas obrigações e medi-

(1) Jer. II, 20.

ram a hediondez do seu crime com uma clarividência que nem podemos conceber.

Nenhuma parcela de tempo para reconsiderarem os levaria a voltar atrás com a sua decisão. Pelo seu pecado perderam a felicidade do Céu e tornaram-se merecedores das penas inenarráveis do inferno. Isto implicava o terrível castigo da perda de Deus, da perda de toda a possibilidade de amarem a Deus ou qualquer outra coisa e isso vinha aliado ao conhecimento claro de que só no amor de Deus podiam encontrar felicidade e que o seu acto livre tinha tornado esse amor impossível para sempre. O ódio que passaram então a votar a Deus e a tudo o que Lhe pertencia não se pode descrever; quando se aperceberam do plano de Deus de criar a raça humana e de erguer os seus membros às posições sublimes que eles próprios tinham perdido, a sua fúria não conheceu limites. A partir desse momento, aquelas inteligências poderosas não se pouparam a todos os esforços para destruir a raça humana.

E foi com esse fim que o seu chefe, que conhecemos como o demónio, falou a Eva sob a forma de serpente, perguntando-lhe por que razão Deus tinha determinado que ela e Adão se deviam abster de comer os frutos dessa árvore especial. Ao ouvir a sua explicação, replicou negando que a morte seria o resultado da desobediência e que, se comessem deles, «*seriam como deuses, conhecendo o bem e o mal*».

Não é fácil explicar o significado exacto desta frase. Esta envolve a ideia de independência completa de Deus e o poder de ajuizar por eles próprios o que seria o bem e o que seria o mal.

Era, de facto, um apelo ao orgulho — esse desejo desordenado da própria importância. E foi como tal que ele foi recebido.

As explicações coloridas e tocantes que por vezes se dão da fraqueza de Eva, que se teria deixado arrastar pelo encanto dos frutos ou pela sede num dia particularmente sufocante, ou ainda pela sua falta de reflexão, não têm qualquer

fundamento. Eva, possuindo o dom da integridade, não podia deixar arrastar-se por qualquer fraqueza proveniente da rebelião do seu apetite sensitivo. Pelo contrário, ela sabia claramente, e mais claramente do que o podemos imaginar, o que significaria a transgressão da ordem divina para ela, para o seu marido e para toda a raça humana, de quem ela ia ser mãe. Mas, apesar disso, *tirou do fruto dela e comeu; e deu a seu marido, que também comeu* (1).

Só depois do pecado de Adão, é que foi possível avaliar as terríveis consequências da rebelião, que envolviam a ruína da felicidade temporal e eterna de toda a raça humana. À primeira vista, parece não haver proporção entre o pecado e as suas consequências — o acto de se comer uma maçã e a ruína de toda a raça humana, tanto mais que alguns pretendem ver nesta história uma alegoria sobre qualquer pecado mais grave, um pecado talvez da carne. Tal teoria é incorrecta e desnecessária, porque Adão e Eva não eram apenas homem e mulher, mas possuíam também o dom da integridade e por isso não podiam ser arrastados por qualquer paixão.

Para apreciar a verdadeira malícia do seu pecado, temos de ler no seu espírito e procurar compreender a enormidade do seu orgulho e desobediência.

Porque esse foi o pecado dos nossos primeiros pais — orgulho e desobediência, esta derivada daquele. É bom que tenhamos em conta a perfeição da natureza de Adão. A sua mente era dotada de faculdades e de conhecimento, dons esses que nenhum dos seus filhos possuiu em tão alto grau. Sem estar sujeito a paixões, ele via a vida com toda a clareza, compreendia perfeitamente a sua dependência de Deus e os deveres que tinha para com Ele. Sabia perfeitamente que Deus o tinha erguido gratuitamente à condição de participante da Sua própria natureza divina e o tinha tornado Seu amigo. Sabia ainda que ia ser o pai da raça humana e

(1) Gen. III, 6.

fora favorecido com os dons de sabedoria e conhecimentos necessários para instruir a sua descendência. Sabia, além disso, que a sua participação na vida de Deus pela graça dependia da sua obediência a Ele, e entendia claramente que se perdesse a graça pelo pecado, não só a perderia ele, como a perderiam os seus filhos.

Conhcendo tudo isso, ele calma e deliberadamente, decidiu revoltar-se contra as ordens expressas de Deus, e com o seu orgulho e revolta rejeitou os planos que Deus fizera para a felicidade de toda a raça humana.

Os primeiros efeitos dessa revolta manifestaram-se imediatamente, quando o par delinquente compreendeu logo que o seu privilégio de integridade estava perdido. No próprio momento em que, pela revolta, eles firmaram a independência da sua natureza humana e rejeitaram a subordinação a Deus, que era necessária para poderem participar da natureza divina, a sua natureza animal deixou de estar sujeita à razão e começou então essa infindável revolta da carne contra o espírito, que se chama concupiscência. Mas não foi só isso: as próprias forças químicas, que constituíam o seu corpo, revoltaram-se também, pois que, retirado o dom da imortalidade, era fatal a desintegração de todo o organismo humano pela morte.

Foram expulsos do jardim de delícias e condenados a ganhar o seu pão «com o suor do rosto» até que, depois duma vida de trabalho e canseiras voltassem pela morte ao pó donde tinham vindo.

O facto de Adão e Eva se terem arrependido do seu pecado e terem sido perdoados por Deus não salvou os seus filhos.

Os seus descendentes nasceram no estado de privação da graça, conhecido como pecado original e passaram a estar sujeitos a todas as misérias inerentes à perda da amizade de Deus e à sua sujeição ao poder do demónio. A condição a que ficaram reduzidos merece exame cuidadoso, pois estamos a considerar a nossa própria história.

CAPÍTULO II

O PLANO DA REABILITAÇÃO

O plano primitivo de Deus era que a nova natureza da graça, dada a Adão e Eva, fosse transmitida à sua descendência juntamente com a natureza humana.

Ao criar cada alma humana e ao infundi-la no corpo formado por processos naturais, era Sua intenção conceder-lhe também os dons da Sua graça. Mas o pecado de Adão transtornou esses planos e assim toda a criança, que hoje nasce, vem ao mundo apenas com a natureza humana dos seus pais — uma natureza a que faltam os dons de integridade e de imunidade da morte, que eram privilégio de Adão e Eva. Mas a ausência de graça sobrenatural significa que toda a criança que nasce carece do poder de se tornar amiga de Deus, não pode cumprir a missão que Deus lhe destinava, não pode elevar-se acima de si mesma para amar a Deus no modo sobrenatural desejado por Ele, apresenta-se, numa palavra, defeituosa aos olhos de Deus.

Este estado de deficiência é o que chamamos o pecado original. Não envolve a noção de falta pessoal — só Adão e Eva é que cometeram essa falta — mas envolve a impossibilidade de se voltar para Deus, que é essencial em todo o pecado. Os pecados pessoais envolvem um *acto pessoal* de aversão a Deus; o pecado original provém do acto de Adão e Eva e coloca o ser humano em *estado* de aversão a Deus.

O homem tornou-se assim incapaz de amar a Deus e de alcançar a felicidade eterna, a qual, com efeito, deveria cons-

tituir a floração e realização daquele amor e amizade de Deus, a que chamamos graça habitual.

O homem passou, igualmente, a estar sujeito à concupiscência. Os seus instintos inferiores já não estão sujeitos à razão.

Os apetites despertam espontaneamente e arrastam-no, quase sem ele dar pela sua presença; as paixões conduzem-no ao mal e resistem a todo o domínio, o próprio espírito se obscurece e cai fàcilmente em erro; a labuta normal da vida, que antes constituía um prazer para o homem, passou a ser um fardo pesado; os próprios agentes da doença já não são contidos em respeito e a todas as suas misérias juntou-se a dor. A toda essa oposição com que o homem se defronta por parte das forças da natureza que põem em perigo a sua felicidade, temos de acrescentar a sujeição ainda mais perigosa ao demónio.

Quando nos lembramos dos tremendos poderes de inteligência e acção que ficaram à disposição do demónio para exercer a sua malícia desmedida contra a raça humana, podemos avaliar como passou a ser desgraçada a situação do homem. Acabara de perder toda a possibilidade de conseguir a felicidade eterna para que tinha sido criado, e para escapar à condenação eterna tinha de cumprir a lei que estava escrita no seu coração. Tendo em atenção a sua fraqueza e má inclinação para o mal, bem como a inimizade do demónio e os esforços desesperados deste para arrastar os homens para os mesmos tormentos que ele próprio sofria, podemos concluir como na realidade era quase impossível ao homem deixar de acrescentar os seus pecados pessoais ao pecado dos seus primeiros pais. Se continuavam a verificar-se grandes possibilidades de salvação para a criança que morria antes de alcançar o uso da razão, não havia esperança para o homem que atingisse a idade adulta, se Deus não tivesse piedade dele.

E Deus teve piedade dele. Porque Deus, repetimos, criou o mundo para a Sua própria glória e os Seus planos eram

glorificar-se pela Sua misericórdia. Esta é a atitude da Bondade perante a miséria, e a condição do homem era, na realidade, miserável. Não vale a pena discutir aqui o que poderia ter feito Deus para reparar a situação.

Os seres humanos, que Ele tinha criado e elevado até os fazer participar da Sua própria natureza, tinham-se revoltado contra Ele. A infinidade do Ser ofendido tornou a ofensa em certo modo também infinita. Se Deus decidisse exigir satisfação condigna e rigorosa, nenhum poder humano lha poderia dar, porque só Deus poderia prestar a Deus reparação devida e adequada. É certo que Deus poderia ter perdoado a ofensa; poderia ter restituído aos filhos os privilégios da graça perdidos pelos seus pais, sem insistir em satisfação plena. Mas o certo é que Ele não o fez. Decidiu insistir em que se desse satisfação adequada à Sua justiça, mas ao mesmo tempo exerceu o Seu poder de misericórdia, dando ao homem um Redentor Divino, que o havia de libertar dos seus pecados.

Antes mesmo de pronunciar a sua sentença de exílio e castigo contra Adão e Eva, prometeu-lhes a salvação, quando pronunciou aquelas misteriosas palavras que dirigiu ao demónio: «*Porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua posteridade e a posteridade dela. Ela te pisará a cabeça e tu armarás traições ao seu calcanhar*» (1).

Não é fácil calcular se Adão e Eva terão atingido o verdadeiro significado dessa promessa.

Nós compreendemo-la, auxiliados pela tradição e pela confirmação dos factos, e podemos ver nela uma previsão da forma como Deus decidira restituir às Suas criaturas a felicidade perdida.

Com o seu pecado de orgulho e desobediência, Adão e Eva tinham privado os seus filhos dessa vida sobrenatural que seria a semente da sua felicidade eterna. Na Sua infinita misericórdia, Deus decidiu dar aos homens um novo

---

(1) Gen. III, 15.

Adão e uma nova Eva, os quais, pela sua humildade e obediência, haviam de reparar a ruína espiritual causada pelo primeiro homem e pela primeira mulher, e que assim se converteriam numa nova fonte de vida espiritual para a raça humana.

O novo Adão seria o próprio Filho de Deus — feito homem por amor de nós — e a nova Eva seria a Virgem Maria. Fora com o pecado de Adão que a morte entrara no mundo; seria pelos méritos de Cristo que a vida lhe seria restituída. E assim como Eva tomara parte real, embora subordinada, na ruína da raça humana, (por que se Adão não tivesse pecado, o pecado original não se transmitiria à sua descendência) também Maria desempenharia agora papel real, embora subordinado, na reabilitação, pois embora Ela seja a Medianeira da graça, que é a nossa vida sobrenatural, o papel desempenhado por Ela de nada serviria sem os méritos do Seu Filho, do qual dependia toda a reabilitação.

Numa palavra, o pecado de Adão causara a ruína total do mundo; o plano de Deus foi restabelecer todas as coisas em Cristo.

A execução desse plano é levada a efeito gradualmente, envolvendo toda a história da Cristandade e estendendo-se a todos os pormenores da vida espiritual de cada alma individual. Antes de tentarmos examinar cada uma das suas partes, devemos ter presentes certos princípios gerais que se manifestam em toda a história humana, formando um padrão que, como o cristal, se repete com muitos dos seus pormenores. Verifica-se, antes de mais nada, uma semelhança íntima entre a queda e a reabilitação e foi por esse motivo que dedicámos o capítulo anterior à análise da queda.

Há um elemento no pecado de Adão que se repete em todos os nossos pecados e há uma norma no perdão que se pode descortinar no nosso próprio perdão.

É digna de particular atenção a forma como Deus procede em relação às consequências do pecado, mesmo quando o perdoa. Não elimina todas as suas consequências. Pelo

contrário, deixa-os como estão, mas converte-os com meios de reabilitação e reparação. Ele também não eliminou todas as consequências do pecado original. À perda daqueles inefáveis privilégios, o desenvolvimento da concupiscência, o reinado da morte e da doença, a fraqueza e ignorância dos homens, a sua propensão para o erro e a sua tendência para o mal, a malícia e a conjuração do demónio contra a raça humana — todas essas misérias, que Adão nos legou, permanecem em nós para nos afligirem. É certo que nos foi dada nova fonte de vida sobrenatural, foram postos à nossa disposição novos meios de repararmos os nossos pecados, um novo manancial de luz e força, a libertação do poder do demónio. Mas as dificuldades ainda se mantêm.

Estas dificuldades acabam, porém, por converter-se, pela misericórdia de Deus, em instrumentos duma felicidade mais elevada.

O plano primitivo de Deus era que o homem gozasse de felicidade na terra e, depois dum período de provação, entrasse na felicidade eterna com Ele no Céu. Este projecto para a nossa felicidade cá em baixo foi rejeitado pelo homem, mas Ele dignou-se converter as misérias do nosso estado decadente em meios pelos quais podemos alcançar ainda maior felicidade no Céu.

Numa palavra, embora o segundo projecto de Deus — se assim se lhe pode chamar — seja mais difícil para nós, contém mais oportunidades para nos exercitarmos na virtude, e fornece-nos um manancial de força mais ampla para o seu exercício. «*Onde abundou o pecado, superabundou a graça*» (1).

Este ponto voltará a ser tratado, quando se discutirem os efeitos dos nossos pecados pessoais e será então examinado com mais particularidade.

Por agora, basta que concentremos a nossa atenção no

---

(1) Rom. V, 30.

modelo assim posto diante de nós e que observemos que a Sabedoria infinita de Deus é tal que Ele permitiria apenas que o Seu plano fosse rejeitado, se previsse que, procedendo assim, alcançaria um bem maior.

Antes de prosseguirmos, importa não esquecer como são estreitos os limites do nosso pensamento e da nossa linguagem, para podermos apreciar a Deus e as Suas acções. Só podemos falar de Deus dum modo humano e representá-Lo como operando à maneira humana. Devemos, porém, notar que não há multiplicidade no espírito de Deus. Ele é uno e essencialmente simples. Concebeu o mundo e a sua história em instantâneo relance. E tanto Lhe bastou para ver todos os mundos possíveis e toda a sua história. Com a mesma simplicidade de acção, permitiu a existência do actual plano de coisas prevendo toda a sua história, nos mínimos pormenores de todas as vidas individuais. Poderia ter sido outra a Sua escolha, mas tendo em vista os Seus altos fins, escolheu este universo particular com a sua história. E antes que este acabe, não esperamos compreender a sabedoria infinita que se oculta por detrás dos seus desígnios.

Se permitiu que pelo livre arbítrio o homem praticasse o mal, foi porque viu que podia encaminhar a malícia e os erros do mesmo homem para bons fins.

Pode mesmo dizer-se que Ele viu aí oportunidade para exercer a Sua misericórdia.

Embora a inteligência infinita de Deus resuma tudo numa única ideia, vemo-nos, no entanto, obrigados a representar a imensidade do Seu espírito por uma multiplicidade de pensamentos e a desdobrar o Seu decreto numa longa série de decretos.

Referimo-nos ao plano primitivo de Deus, ao Seu segundo plano e assim por diante e, se tivermos em conta as limitações da linguagem humana e do seu poder de descrição, não seremos induzidos em erro. De facto, para fazer ideia das providências que Deus toma quanto às más acções do homem, podemos concluir que Ele elabora um número ilimi-

tado de programas, cada um dos quais entra em acção para remediar cada pecado que se comete no decorrer dos tempos.

É apenas uma maneira humana de dizer que Deus tomou providências para tudo, absolutamente tudo. E assim aconteceu, na realidade. Não nos devemos esquecer disso. Ele tomou até providências para dar remédio aos nossos pecados.

Mas examinemos primeiro as providências que tomou para dar remédio ao pecado original.

Em rigor, só um ser infinito podia dar satisfação plena pelas ofensas feitas a Deus pelos pecados dos homens. Em vista disso, o programa de misericórdia divina desdobrou-se. O próprio Deus viria salvar-nos. A Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, a quem S. João chamou o Verbo, revestir-se-ia da natureza humana, dando o primeiro passo para se identificar suficientemente com a raça humana, a fim de satisfazer pelos seus pecados e conceder aos seus membros uma participação na vida Divina. O mistério da Encarnação seria o começo da Redenção, por parte de Deus, das Suas criaturas caídas.

Havia uma conveniência especial para a Redenção ser levada a efeito pela Encarnação da Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. A Segunda Pessoa, como vimos, é representada como Verbo ou Ideia, pela qual Deus exprime o Seu conhecimento de Si próprio. Mas todas as coisas que existem têm de existir antecipadamente na mente do Seu autor. De certo modo, todas as criaturas reflectem, por forma muito limitada, algum aspecto do Ser Divino ou exprimindo-nos em linguagem ordinária, algumas ideias do Espírito Divino. Todas estas «ideias» são, na realidade, uma só ideia — o Verbo, Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. Referindo-se à Segunda Pessoa, diz S. João: «*Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele, nada se fez do que foi feito*».

S. Tomás de Aquino diz que assim como a ideia do artífice é o modelo da obra que faz, também «o Verbo de

Deus, que é a Sua ideia eterna, é o exemplar e modelo de toda a criatura» [1].

Ora a Redenção é uma nova criação ou melhor, uma recriação e era, portanto, acertado que a Pessoa, em que se encontra a ideia original para a criação, fosse a Pessoa pela qual se levaria a efeito a reabilitação de toda a criação.

Muitos séculos se haviam ainda de passar antes que fosse anunciado a uma virgem de Nazaré que Ela iria ser a Mãe do Redentor prometido, que seria o Messias, isto é, o Ungido — como era conhecido pelos Judeus através das profecias — mas, mesmo durante esses séculos, a fé nAquele que estava para vir seria a base da esperança e salvação do homem.

Não é agora ocasião de falar desses anos que decorreram entre um e outro período.

Só nos ocupamos da era cristã, pois essa é que marca o início do nosso renascimento espiritual, e é como tal que a devemos examinar.

---

(1) Summa, III, 3, 8.

CAPÍTULO III

A REDENÇÃO

A história da nossa queda começa com as palavras dum anjo — embora caído em desgraça — a uma virgem no Eden. A história da nossa ressurreição começa com as palavras de um anjo a uma virgem em Nazaré.

S. Lucas conta-nos como o anjo Gabriel se apresentou perante Maria — então uma jovem dos seus quinze anos — e a saudou dizendo: «*Deus te salve, cheia de graça, o Senhor é contigo, bendita és tu entre as mulheres* [1] e lhe anunciou a parte que Deus desejava que Ela tomasse na Redenção. Maria estava bem ao par das profecias que se referiam ao Redentor e sabia muito bem que a associação com Ele, proposta pelo Anjo, envolvia uma participação especial nos Seus sofrimentos. A sua única dívida foi de como seria afectada a consagração virginal que já fizera a Deus do Seu corpo. Quando o anjo a informou do milagre especial que Deus tencionava operar de forma que pudesse ser mãe do Redentor, sem deixar de ser Virgem, Ela limitou-se a dar uma resposta simples, mas solene: «*Eis a escrava do Senhor: faça-se em mim segundo a Tua palavra*» [2]. E foi então que «*o Verbo se fez carne e habitou entre nós*» [3].

O paralelismo com a queda é muito íntimo. Ao «não

---

(1) S. Lucas, I, 28.
(2) S. Lucas, I, 38.
(3) S. João, I, 14.

servirei» do demónio opõe-se o «Eis aqui a escrava do Senhor» de Maria. O orgulho e desobediência de Eva são substituídos pela humildade e obediência de Maria. Voltaremos a tratar desta resposta de Maria, pois ela contém o segredo de toda a vida espiritual. Ela é, além disso, um eco do que o Profeta David e depois dele o Apóstolo S. Paulo nos dizem dos primeiros sentimentos do filho de Maria, ao tornar-se homem: «*Não quiseste hóstia, nem oblação, mas formaste-me um corpo*... Então eu disse: «*Eis-me que venho, para fazer, ó Deus, a Tua vontade*» (1).

Aqui o paralelismo é ainda mais acentuado. O novo Adão inicia a Sua vida terrena com um acto de humildade e obediência completa, de que a Sua vida é o cumprimento e a consumação.

De passagem, fixemos a nossa atenção nas palavras de S. Paulo: «*Formaste-me um corpo*».

No decorrer da nossa análise esclarecer-se-á o significado provável desta expressão.

Não há necessidade de nos alongarmos na narração do nascimento de Nosso Senhor, da Sua fuga para o Egipto, da Sua aparição misteriosa no templo de Jerusalém e dos dezoito anos seguintes que foram de trabalho obscuro, numa oficina de Nazaré. S. Lucas, escrevendo sob a inspiração do Espírito Santo, limita-se a resumir este período de vida obscura nas seguintes frases bem significativas: «*E desceu com eles e foi para Nazaré e era-lhes submisso*» (2).

Devemos agora fazer uma pausa para examinar o desdobramento do programa divino. Deus em pessoa, com o Seu poder infinito, com os Seus conhecimentos infinitos e com a Sua sabedoria infinita, fez-se homem e tomou sobre Si os pecados de toda a raça humana. Fez-se homem para expiar os pecados da humanidade, para ganhar para os homens a

---

(1) Heb. X, 59.
(2) S. Lucas, II, 51.

vida sobrenatural que tinham perdido em Adão, para fundar a Sua Igreja, através da qual essa vida se transmitiria aos homens e para converter os homens com o exemplo da Sua vida e doutrina, por forma que eles pudessem receber a Sua graça.

A Sua vida sobre a terra obedeceu a um plano, organizado pela Divina Sabedoria, em que foram previstos todos os pormenores. Foi prevista a sua duração e nem o seu desenrolar nem o seu fim foram para Ele surpresa. E, no entanto, durante os primeiros trinta anos dos trinta e três que foram destinados ao cumprimento dessa obra gigantesca, o Seu programa de vida, exceptuada a visita misteriosa à casa de Seu Pai em Jerusalém, é resumido pelo escritor inspirado nas seguintes palavras: «*Era-lhes submisso*».

É incalculável o significado desta descrição.

Significa que o único distintivo externo da vida de Nosso Senhor durante esse período, foi a Sua sujeição a Sua Mãe Maria e ao carpinteiro José. A sua vida externa foi a dum operário de aldeia, vida vulgar e que por isso não deixou vestígios no mundo, no sentido em que tal se entende ordinàriamente.

O seu verdadeiro significado terá de ser apreciado mais tarde, ao tratarmos do valor das nossas próprias acções. Agora apenas queremos chamar a atenção do leitor para o exemplo, isto é, para uma vida de sujeição humilde à Vontade de Deus, conhecida através duma autoridade humana. A julgar pelas nossas normas clássicas — especialmente pelas normas hodiernas — foi um completo desperdício. Tal juizo, no entanto, só condena as normas em que se baseia, pois estas não só são inadequadas, como também conduzem a erro.

À primeira vista, o período seguinte da vida de Nosso Senhor — a Sua vida pública — parece estar mais de acordo com as nossas ideias. Nos três anos seguintes, vemos Jesus a pregar o Seu Evangelho aos Judeus, a confirmá-lo com milagres e a recrutar e formar certo número de adeptos escolhidos, entre os quais doze ocuparam lugar de relevo. A Sua

fama espalhou-se por todo o País; falava como pessoa dotada de grande poder e autoridade e a Sua influência fez-se sentir tanto, que os Escribas e Fariseus, receando perder as suas posições, começaram a conspirar contra Ele. Mas os Judeus, por seu lado, passaram também a alimentar esperanças de que Ele fosse o libertador, há tanto tempo esperado. Para compreender a sua atitude, temos de recordar que a tradição dum Redentor, que havia de vir, tinha sido alimentada e confirmada por uma longa série de profetas, enviados por Deus, mas no espírito do povo oprimido, que sofria o jugo estrangeiro dos Romanos, essa tradição transformara-se em anseio político. No tempo de Nosso Senhor, espalhara-se entre os Judeus a crença que viria um Redentor o qual, como rei, libertaria Israel da sua sujeição e restauraria o antigo reino dos Judeus.

Os aspectos políticos e religiosos desta redenção misturavam-se nos espíritos do povo em proporções variadas.

Apesar da insistência de Nosso Senhor sobre a verdadeira natureza do Seu reinado, nem mesmo os Seus doze Apóstolos, que lhe estavam associados tão ìntimamente, escaparam a este erro secular.

Quando Nosso Senhor começou a falar da Sua morte como criminoso numa cruz, a consternação apoderou-se deles, chegando Pedro, que era o Chefe dos Seus discípulos, a queixar-se a Seu Mestre, o que lhe valeu ouvir uma áspera repreensão dos lábios de Cristo.

A entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, no Domingo de Ramos, pareceu alimentar as esperanças dos Judeus duma libertação nacional; o povo aclamou-O como Rei e recebeu-O tão entusiàsticamente que bastaria um sinal preciso dEle para se iniciar um movimento geral de libertação.

A nós, poderia parecer-nos esse o momento oportuno para Jesus se apoderar do poder temporal, como meio para instalar um império espiritual. Mas não era esse o plano de Jesus e esses acontecimentos não passavam dum facto acidental

da Sua política. A Sua obra tinha um fito interiormente diferente. «*O reino de Deus*, pregou Ele, *está dentro de vós*» (1).

Na realidade, quando recordamos quem era Jesus e o poder infinito que estava à Sua disposição, não nos causa tanta admiração a obra maravilhosa que Ele executou na Sua vida pública, como as muitas e maravilhosas obras que poderia ter feito e não fez. E ficamos com a impressão de que, através de todo este período, o Seu maior desejo foi apressar o período final da Sua vida — de que os trabalhos do Seu ministério público formavam apenas uma pequena parte do Seu programa, parte aliás cumprida com toda a perfeição, mas que eram alguma coisa que Ele parecia ter menos a peito do que o período final — «*o baptismo com que tinha de ser baptizado*» (2) para o qual corre com a impaciência dum amante, se nos é permitido exprimir-nos assim.

Não podemos seguir os nossos processos para avaliar este período, que tem muitas coisas dignas de nota. Ele não escreveu nada com o Seu punho. Compartilhou com os Seus discípulos do trabalho da pregação e deixou a cargo destes todo esse ministério.

Embora fosse grande a obra que desenvolveu, os seus discípulos ainda haviam de fazer mais e apenas reservou para Si a superioridade do sofrimento.

Apreciando a Sua obra tal como ela se apresentava no dia em que morreu, parecia ter constituído um malogro completo. As multidões que o tinham aclamado no Domingo anterior foram substituídas na Sexta-Feira por uma turba enfurecida que pedia a Sua morte.

Os milhares de pessoas que O tinham escutado e tinham presenciado os Seus admiráveis milagres, os que tinham sido ajudados e curados por Ele, pareciam ter desaparecido. Junto à Cruz, vemos apenas Sua Mãe, um dos apóstolos, e algumas mulheres piedosas, e entre a multidão alguns dos seus adeptos, cuja posição lhes deu talvez coragem para estarem presentes.

---

(1) S. Lucas XVII, 21.
(2) S. Lucas XII, 50.

Ele próprio é acusado de impostor, vilipendiado como criminoso, e sujeito a uma morte que traz consigo o estigma da mais profunda degradação.

Tudo isto faz parte dum programa, que impressiona a nossa forma de apreciar os acontecimentos.

É desse remate da vida de Cristo, vida que a nossa maneira de ser condena como malogro completo, que depende toda a história de género humano.

Porque Nosso Senhor era Deus e a Pessoa que actuou e sofreu na natureza humana de Cristo, era Divina, os Seus actos revestiam-se todos dum valor infinito. Se Deus quisesse, um só desses actos, por mais pequeno que fosse, teria sido mais que suficiente para dar satisfação pelos pecados do mundo e para remir todos os homens. Mas o amor de Deus decidiu outra coisa. Seguindo os Seus sábios desígnios, para ajudar o homem a compreender a enormidade do pecado, para ganhar a sua confiança e o seu amor e para o convencer do Seu amor imenso e do Seu desejo de o ver feliz, Deus decretou que a salvação do Mundo fosse feita à custa da Paixão e Morte de Seu Filho.

Os cinco mistérios dolorosos do Rosário contêm o resumo dessas horas amargas, que decorrem desde quinta feira à noite até à tarde de sexta-feira: a Agonia no Jardim das Oliveiras, a Flagelação, a Coroação de espinhos, a Caminhada sob o peso da Cruz e a Crucifixão no Calvário. Foi um período curto, se for medido pelo movimento do sol, mas se for medido como são medidos, na realidade, os momentos de agonia, essas breves horas foram mais longas que toda a duração do mundo, porque não podemos conceber o que sofreu nelas Nosso Senhor.

O Seu Corpo foi feito para sofrer e o poder da Sua Divindade foi usado apenas para evitar o remédio que a fraqueza humana teria por outra forma encontrado, isto é, a perda dos sentidos e, em pura dor, a da própria vida.

Nenhum ser humano sofreu jamais o que Nosso Senhor sofreu na agonia física, e essa agonia física não foi mais

que uma gota no oceano comparada com a agonia intensa do Seu Espírito e do Seu Coração. Porque o Coração do Crucificado ardia no amor mais intenso que jamais existiu no Mundo e o Coração do Filho estava despedaçado pelas ofensas que os homens cometem contra seu Pai Celeste. E nesse mesmo Coração ardia um fogo de amor pelos homens, de amor por todos e por cada um destes; o coração do Amante estava despedaçado ao pensar na frieza daqueles que Ele amava e nos danos que sofriam por se recusarem a amá-Lo.

No Domingo passado ouvimos as lamentações, que arrancaram lágrimas aos olhos de Deus: *E tu não quiseste*; na Sexta Feira sobre a Cruz, o mesmo amor arranca daquele Divino Coração todas as gotas do Seu sangue. Na realidade, o nome que Lhe compete é «O amante sublime».

Devemos ainda ter em mente que o Seu amor pelos homens não é um simples amor pela humanidade em geral. Deus ama a cada indivíduo humano, pessoal e particularmente. É essencial recordar este facto. Cada um de nós pode com razão considerar concentrado em si todo o Coração e amor de Nosso Senhor, pois Ele sujeitar-se-ia de bom grado a todos os tormentos da Sua Paixão por cada um de nós e cada um de nós esteve presente no Seu Espírito, tão clara e significativamente como se não houvesse mais ninguém para remir. O Coração de Nosso Senhor é o Coração dum Homem que é Deus e que possui toda a infinidade de pensamento, poder e amor dum Deus. No entanto, é um coração humano, com todos os desejos de um coração humano de amar e ser amado, e nenhum amante foi jamais tratado e desprezado tão amargamente como «Este amante sublime».

Desta forma, o género humano, que se perdeu junto à árvore do Jardim do Éden, foi remido junto à árvore da Cruz no Calvário. E assim como Eva se postou junto à árvore do Éden e desempenhou papel primacial na nossa queda, assim também a nova Eva, Maria, Mãe de Cristo, se postou junto à cruz no Calvário e desempenhou um papel tão importante na nossa redenção, que há teólogos que não

hesitam em dizer que Ela é corredentora. Os Seus sofrimentos também não conheceram medida. Não passava duma criatura humana; no entanto, a graça de que estava revestida a Sua alma deu-Lhe uma capacidade para o sofrimento, para nós incompreensível. Só uma mãe pode compreender os sofrimentos de uma mãe, só um amante pode avaliar as angústias dum amante e só a Mãe de Deus pode compreender os sofrimentos que dilaceraram o Coração de Maria ao pé da Cruz.

Ela compreendia, como ninguém, o horror do pecado e avaliava, como ninguém podia avaliar, a agonia que os homens causavam ao Coração do Seu Filho.

Ela sabia, como só a Mãe de todos os homens podia saber, o mal que os homens faziam a si próprios. «*Grande como o mar, é a tua ruína, ó Filha de Sião*» (1).

Ela é a Mãe das Tristezas e nada mais do que isso podemos dizer.

Foi por isso desta dolorosa Paixão e Morte que se levou a efeito a redenção dos homens, o que torna mais flagrante o paralelo com a queda no Éden. O orgulho e a desobediência foram a causa da nossa ruína; a nossa redenção foi obtida com a humildade e obediência de Cristo. S. Paulo resume todos estes sentimentos quando, referindo-se a Nosso Senhor, diz: «*aniquilou-se a Si mesmo, tomando a forma de servo... Humilhou-se a Si mesmo, feito obediente até à morte e morte de Cruz*» (2).

Històricamente, a fase seguinte da nossa reabilitação começou no terceiro dia depois da Crucifixão, quando Cristo ressurgiu dos mortos, triunfante e imortal, para nossa justificação e se converteu em «espírito vivificante» (3) para aqueles que acreditam nEle. Foi este o começo do Seu triunfo. Quarenta dias depois, subiu ao Céu, depois de dar os últimos retoques na sua obra de fundação da Igreja. No Céu está

(1) Lam. II, 13.
(2) Fil. II, 7-8.
(3) Rom. IV, 25 e I Cor. XV, 45.

sentado à direita de Deus Pai e reina como Soberano do Universo para toda a eternidade. A Sua missão na terra terminara em certo modo, mas sob outro aspecto apenas começara.

Nesta altura, depara-se-nos uma dificuldade especial que parece frustrar todas as nossas tentativas para esboçar o plano da redenção, isto é, a estranha forma em que a acção recíproca entre a vida de Nosso Senhor e a nossa própria vida transcende não só o espaço, mas também o tempo, desafiando a própria sequência externa dos acontecimentos. Por exemplo: Nossa Senhora foi preservada do pecado original e santificada pelos merecimentos de Cristo cerca de cinquenta anos antes da Paixão e Morte que seriam a causa de tal preservação. No Getsémani, no Calvário, Nosso Senhor foi coberto com a vergonha dos pecados que cometemos hoje e mesmo daqueles pecados que cometerão aqueles que vierem depois de nós até à consumação dos séculos. Com efeito, o plano integral de Deus para a nossa santificação consiste em nos tornar participantes vivos na vida e morte de Cristo. Essa comparticipação exige uma sucessão intimada de acção em comum e cooperação, uma relação de causas e efeitos mútuos repetidos constantemente. No entanto, a parte que Nosso Senhor desempenhou na terra, nessa comparticipação, completou-se há perto de dois mil anos, ao passo que o nosso papel está ainda por ser executado.

A organização da Igreja, os sacramentos, a presença sacramental de Cristo nos nossos altares, e a Sua presença gloriosa no Céu ajudam-nos de certo modo a vencer as dificuldades que encontramos e compreendemos que Ele age ainda em nós, mas o papel que desempenhamos na vida e morte de Cristo continua a ser um mistério que não é fácil penetrar. No entanto a parte que desempenhamos é absolutamente real. Nos capítulos seguintes tentaremos vislumbrar a obra desta comparticipação sob diversos aspectos; por agora vamos seguir apenas a sequência histórica dos factos, e avisamos o leitor de que a relação entre a vida de Nossa Senhor

e a nossa própria vida não é por forma alguma limitada à sequência do tempo.

Depois de ter ganho para nós, como novo Adão, a vida sobrenatural que o velho Adão tinha perdido, Nosso Senhor lançou mão de certos meios para transmitir, a cada um de nós, essa nova vida. A acção directa de cada um de nós é, sem dúvida, sempre possível e, como a santificação é um trabalho sobrenatural, no sentido mais estrito do termo, só Deus pode ser a sua causa e agente principal. Não obstante, usando da Sua misericórdia, dignou-se associar as Suas criaturas a Si na Sua obra, por forma a tornar-lhes possível a participação na Sua felicidade. O meio mais evidente de que se serve para estender os Seus benefícios a todos os homens é a Sua Igreja. A associação desta palavra com um edifício, em que se levam a efeito os actos do culto, pode afastar-nos do seu verdadeiro significado, que é uma organização, uma associação ordenada de pessoas, numa hierarquia de autoridade, dotada de certos poderes, sujeita a Cristo e que transmite a cada um dos seus membros os frutos da Redenção. S. Pedro foi o seu primeiro Chefe visível, exercendo a sua autoridade como vice-gerente de Cristo, e seguiu-se-lhe uma longa série de Papas, dispondo todos de autoridade plena em nome de Cristo.

Os Doze Apóstolos foram os primeiros Bispos, gozando de certos privilégios exclusivos e sucederam-lhes os Bispos que são colocados pelo Espírito Santo à frente de cada diocese, em união com o Papa. São auxiliados pelo sacerdócio católico em que Deus perpetuou o Seu próprio sacerdócio. As ordens menores do clero associam-se a este no seu ministério. A Igreja abrange, por fim, todos os fiéis, que se tornam seus membros pelo sacramento do Baptismo. Recebendo-o, tornam-se participantes da vida que Cristo lhes conquistou no Calvário, estão unidos a Ele como os ramos à vide e estão por isso sujeitos às leis que regulam essa vida sobrenatural nas suas almas, leis estas promulgadas pela autoridade legítima que governa a Igreja.

A Igreja ocupa lugar de especial relevo entre as sociedades conhecidas dos homens. Existem muitas outras sociedades — algumas naturais e outras artificiais, umas obrigando nações inteiras e outras limitadas a uma só família; há sociedades de todos os tipos, e no entanto a Igreja é diferente de todas elas. Porque a Igreja não é só uma organização, é também um organismo vital, é, de facto, o Corpo vivo de Cristo.

Com esta expressão atingimos a essência de todo o problema, cuja explicação ou discussão ocupará as páginas deste livro.

Observemos agora os dois processos vitais que se encontram nesta sociedade e que explicam o seu carácter singular. O primeiro é o sistema sacramental. Gira ele em redor do grande sacramento da Sagrada Eucaristia, no qual o Corpo e Sangue de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo se convertem em alimento essencial à vida da alma cristã, sem o qual esta não pode gozar da felicidade eterna. Nesse Santo Sacramento estão real e verdadeiramente presentes o Corpo, o Sangue, a Alma e a Divindade de Cristo. Se este é o alimento da alma, que não será a sua vida? Poderá ser alguma coisa senão o próprio Deus em pessoa, vivendo de certo modo na alma?

E assim chegamos à conclusão de que no sacramento do Baptismo, por meio do qual a alma recebe a sua vida sobrenatural, a Santíssima Trindade vem e fixa residência na alma do baptizado e estabelece união vital com essa alma, na qual o Espírito Santo desempenha papel tão íntimo, que pode com propriedade dizer-se que Ele é a alma da alma, porque é o princípio que anima a sua vida sobrenatural, que é transmitido à alma pela graça. Isto não envolve, é claro, aquilo que os filósofos chamam união substancial, como é a união do corpo humano e da sua alma, pois essa união produz uma nova substância. O termo técnico para a união da graça é «união acidental», pois, ao tornar-se participante da natureza divina, a alma não se torna Deus, nem perde de

forma alguma a sua personalidade individual ou distinção de substância.

Verifica-se, no entanto, uma transformação real, pela qual a alma se torna capaz de acções que estão completamente fora da sua natureza humana.

Do mesmo modo que o ferro, mergulhado no fogo, participa do calor ardente e poder de inflamação deste, sem deixar de ser ferro, assim também a alma, unida a Deus, participa da Sua natureza real e vital, embora em modo limitado. Tão real é esta transformação, que a alma se converte em verdadeira filha de Deus. Torna-se sua filha por adopção, mas, ao passo que a adopção humana apenas confere direitos legais e bens extrínsecos, sem produzir qualquer alteração na natureza da criança adoptada, a adopção divina confere-nos efectivamente uma natureza e torna-nos filhos de Deus e herdeiros do Seu Reino.

Temos ainda o testemunho do sistema sacramental para provar a natureza extraordinária da Igreja, como organismo vital. As funções do sacerdócio fornecem-nos também outra prova disso. Quando celebra missa, o sacerdote toma o pão nas suas mãos e, falando na primeira pessoa, diz: «Isto é o meu corpo». Em virtude dessas palavras, o pão transforma-se no Corpo de Cristo. No confessionário, o mesmo sacerdote, dirigindo-se ao penitente na primeira pessoa, diz-lhe: «Eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo». E por virtude dessas mesmas palavras são perdoados ao penitente, devidamente arrependido, todos os seus pecados.

Se recordarmos as palavras de Nosso Senhor, temos de reconhecer que o perdão dos pecados é obra só de Deus.

Temos aqui, pois, um testemunho claro da presença viva de Cristo na Sua Igreja e uma manifestação dessa união vital e sociedade íntima que existe entre Ele e os membros do seu chamado Corpo Místico.

Podemos citar ainda outro exemplo extraído do mesmo sistema sacramental.

Nosso Senhor não só perpetuou a Sua presença real nas espécies sacramentais do altar e o Seu sacerdócio na pessoa dos Seus ministros, mas encontrou ainda forma de perpetuar o Seu sacrifício — o sacrifício único do Calvário — no sacrifício sacramental da Missa. Há aqui um mistério, o «mistério da fé», mas podemos dizer que o católico que assiste à Missa está tão perto do sacrifício de Nosso Senhor na Cruz, em tudo o que diz respeito à sua essência sobrenatural, como o estavam aqueles que permaneceram junto aos pés da Cruz, porque a Missa é «o sacramento perfeito da Paixão» (1).

O segundo processo vital a que fizemos referência é ainda mais misterioso.

No seu Evangelho, S. João narra-nos as palavras que Nosso Senhor, já moribundo, dirigiu a Nossa Senhora e a S. João que se encontravam aos pés da Cruz. A Maria, disse: «*Mulher, eis aí o teu filho*» e a S. João disse: «*Eis aí a tua Mãe*» (2).

A interpretação de que S. João representava aqui todo o género humano remido é apoiada por muitos escritores autorizados (3). Maria foi então proclamada Mãe de todos os viventes, a nova Eva, que passaria a ser a guarda e distribuidora da vida que Nosso Senhor derramava para nossa salvação. Por uma forma real, embora misteriosa, Maria gera-nos em Cristo e gera Cristo em nós e toma parte tão vital na regeneração sobrenatural e desenvolvimento de cada um de nós que é, de facto, e não só de nome, nossa Mãe.

Não deixa de revestir especial significado o facto de Ela ser mencionada no primeiro anúncio da nossa salvação no jardim do Eden, quando Deus disse que poria inimizade entre a posteridade dEla e a posteridade do demónio.

E esse significado torna-se mais profundo, quando lemos

---

(1) Summa, II, 73, 5, 2.
(2) S. João, XIX, 26-27.
(3) Leão XIII — *Adjutricem populi.*

a obra profética de S. João, que forma o último livro da Sagrada Escritura, a visão que teve do grande sinal no Céu:

«*Uma mulher vestida de sol e a lua debaixo de seus pés e uma coroa de doze estrelas; e, estando grávida, clamava com dores de parto e sofria tormentos para dar à luz...*

E o dragão parou diante da mulher, que estava para dar à luz, a fim de devorar o seu filho, logo que ela o tivesse dado à luz... E o dragão irou-se contra a mulher e foi fazer guerra aos outros seus filhos que guardam os mandamentos de Deus e retêm a confissão de Jesus Cristo» (1).

A alusão à Igreja bem como a Nossa Senhora é manifesta nesta visão e a própria realidade da sua aplicação torna ainda mais flagrante a relação extraordinária que se vislumbra entre Maria e a Igreja. Ambas são mães e ambas são mães de Cristo.

É em Maria que a Igreja encontra a sua vida, porque Ela é a Mãe do Chefe da Igreja. Aplicando o texto do Apocalipse, acima citado, a Nossa Senhora Pio X pergunta de que nascimento se trata e responde: «*Não há dúvida de que se trata do nosso, porque, sofrendo ainda no exílio, temos de ser gerados para uma vida de caridade perfeita em Deus e felicidade eterna* (2).

Não teremos, portanto, o direito de considerar todo o plano da redenção, que S. Paulo resumiu na frase «*restaurar tudo em Cristo*» como o renascimento de toda a raça humana, através do exercício da maternidade de Maria — Que é a Mãe de todo o Cristo?

---

(1) Apoc. XII, 1-17.
(2) Pio X — Ad diem illum, 1904.

CAPÍTULO IV

O CORPO MÍSTICO DE CRISTO

Nos capítulos precedentes descrevemos, em resumo, a queda do género humano e a obra da sua redenção até à morte e ressurreição do Nosso Salvador e à fundação da Sua Igreja. Vamos agora examinar, com mais profundidade, a associação entre as diferentes partes deste processo e em especial a associação pela qual conseguimos o perdão dos nossos pecados e nos tornamos participantes dos merecimentos de Cristo.

Desde que tenhamos em mente que Cristo é Deus, e que, embora houvesse nEle duas naturezas distintas, havia uma só Pessoa e essa era Deus e que todas as Suas acções humanas participavam da dignidade infinita da Pessoa Divina que as praticava, fácil nos será então compreender que a Sua vida e a Sua morte dariam a Deus uma glória e um culto que soprepujariam infinitamente todos e cada um dos insultos e pecados que todo o género humano pudesse cometer contra Ele.

À primeira análise, parece não haver grande dificuldade em admitir que a ira de Deus podia ser assim aplacada por forma a Ele se sentir disposto a restituir aos homens a Sua amizade. Mas um exame mais profundo da questão não deixa de revelar algumas dificuldades.

A culpa dum pecado é uma coisa pessoal. Ora um homem pode reparar a injúria cometida por outro homem; um

homem pode usar da sua influência pessoal e do seu prestígio junto da parte ofendida para a induzir a desculpar a ofensa cometida por outro homem; um homem pode pagar as dívidas de outro, mas como é que pode um homem tomar sobre si as culpas de outro? Como é que pode um homem tornar o ofensor agradável aos olhos do ofendido? Como é que pode um homem merecer em nome de outro?

Perguntas como estas obrigam-nos a procurar luz sobre o «porquê» da nossa redenção, isto é, como é que cada um de nós é remido dos seus pecados, se torna santo aos olhos de Deus e se faz participante dos merecimentos de Cristo pela Sua Paixão e Morte?

Podem ser aduzidas três sugestões que esta discussão suscitou [1].

A primeira tornaria a redenção no sentido literal de resgate. Esta sugestão é admirável, mas não deve ser levada muito longe, pois doutra forma induzir-nos-ia a supor que Deus pagou ao demónio a nossa libertação, o que é inadmissível. A segunda sugestão é a da substituição penal. Esta também encontra aplicação real no plano da redenção, mas sofre igualmente de limitações. Levada muito longe, poderia conduzir-nos à ideia de Deus perseguindo a Deus e, seja qual fôr a interpretação que se lhe der, deixa por resolver a dificuldade da transferência de merecimentos e a substituição da culpa.

A terceira sugestão é a teoria da satisfação. A ofensa tem de ser reparada e isto exige que seja um Agente Divino a dar a devida satisfação. Cristo faz isso superabundantemente, visto ser Deus e Homem. Mas esta teoria pressupõe que todo o pecado deve ou ser punido ou ser expiado adequadamente. Ora Deus podia ter perdoado e considerado remido o pecado, mesmo sem que Lhe fosse dada satisfação adequada. E com esta teoria persiste a primitiva dificuldade de transferência de merecimentos e culpas e surge nova dificul-

---

(1) Cf. Prat. *A teologia de S. Paulo*. Vol. II, pág. 190 e seg.

dade, pois parece justo que a satisfação seja de algum modo pessoal.

A solução de todas estas dificuldades — e, em última análise, o fundamento de toda a vida espiritual — encontra-se num princípio de solidariedade entre Cristo e o pecador.

Quando se refere a esta dificuldade da transferência do castigo e dos merecimentos entre Cristo e o cristão, S. Tomás resolve-a dizendo que Cristo podia fazer tudo isso por nós, porque Ele e nós juntos formamos «uma pessoa mística». Não se trata, evidentemente, da formação duma pessoa *física* como adiante explicaremos.

À pergunta: «Como foi que Cristo nos salvou?» responde: «tornando-nos parte de Si mesmo». E quando perguntamos: «Como havemos de nos salvar?» a resposta é a seguinte: «Tornando-nos parte de Cristo». É claro que tais expressões precisam de ser bem entendidas. Tomadas à letra, poderiam ser interpretadas em sentido herético ou panteístico; mas podem ser também interpretadas em sentido metafórico ou até sentimental, absolutamente defeituoso. Apesar das dificuldades que apresenta a sua interpretação apropriada, vamos tentar examiná-las e procurar compreender cabalmente a unidade que nos abrange a nós e o nosso Redentor, pois essa unidade constitui o objectivo principal deste livro.

Encontramos uma referência clara a esta unidade nas últimas palavras que Nosso Senhor dirigiu aos Seus Apóstolos. As Suas palavras são um resumo de todo o programa cristão de vida e contêm a chave para a compreensão de toda a Sua doutrina. Falando aos Seus Apóstolos na Última Ceia, depois de se despedir deles e de os preparar para a sua obra fecunda, Ele começa por recordar a união existente entre Ele próprio e Seu Pai. Promete-lhes, a seguir, outro Paráclito, o Espírito Santo, que habitaria neles e estaria com eles. E passa imediatamente e significativamente a falar da unidade dos homens consigo mesmo, sem deixar de salientar a unidade da Santíssima Trindade: «*Não vos deixarei órfãos; voltarei*

a vós... Naquele dia vós conhecereis que eu estou em meu Pai e vós em mim e eu em vós».

E tendo-lhe alguém perguntado como poderia ser isso, explicou: «*Se alguém me ama, guardará a minha palavra e meu Pai o amará e nós viremos a ele e faremos nele morada*» (1).

E pouco depois continua: «*Permanecei em mim e eu permanecerei em vós. Como a vara não pode de si mesma dar fruto, se não permanecer na videira, assim também vós o não podereis dar, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira e vós as varas. O que permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto; sem mim nada podeis fazer*» (2).

E logo a seguir, estabelece os princípios da unidade entre os homens:

«*O meu preceito é este: que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei*» (3).

Por fim, ao terminar a Sua oração ao Pai, revela a unidade a que St.º Agostinho chama «todo o Cristo»:

«*E por eles eu me santifico a mim mesmo, para que eles também sejam santificados na verdade. Eu não rogo sòmente por eles, mas também por aqueles que hão-de crer em mim por meio da sua palavra; para que sejam todos um, como Tu, Pai, o és em mim, e eu em Ti, para que também eles sejam um em nós*... Eu dei-lhes *a glória que Tu me deste, para que sejam um, como também nós somos um: Eu estou neles e Tu estás em mim, para que sejam consumados na unidade*...

Eu fiz-lhes e far-lhes-ei conhecer o Teu nome, a fim de que o amor com que me amaste, esteja neles e eu esteja também neles» (4).

Uma vida inteira de meditação piedosa sobre estas palavras não esgotaria o seu significado. Aqui pouco mais po-

---

(1) S. João, XIV, 18-23.
(2) S. João XV, 1-5.
(3) S. João XV, 12.
(4) S. João XVII, 19-26.

demos fazer do que indicar ao leitor o texto do Evangelho de S. João, capítulos XV a XVII, onde se lêem as palavras acima citadas, pedindo-lhe que as leia e torne a ler, lembrando-lhe que foram as últimas palavras de Nosso Senhor aos Seus discípulos, na noite que precedeu a Sua morte. Há nelas três pontos a destacar: primeiro — que a unidade de todos os fiéis está «*em Nós*», isto é, no Pai e no Filho; segundo — que a unidade de todos os fiéis é moldada pela unidade da Santíssima Trindade «*como também Nós somos um*» e terceiro — que Nosso Senhor nos santifica, santificando-Se a Si mesmo, por forma que, estando Ele em nós, «*nós tornamo-nos perfeitos em Um*».

O seguinte testemunho desta unidade vem-nos do Apóstolo S. Paulo. A sua conversão começou com a famosa visão no caminho de Damasco, para onde se dirigia, a fim de perseguir os cristãos.

«*Saulo, Saulo, por que me persegues? E ele disse: Quem és tu, Senhor? E Ele respondeu: Eu sou Jesus a quem tu persegues*» (1).

A identificação do Redentor com os remidos parece ter-se apoderado do espírito de S. Paulo tão profundamente que, em todas as suas epístolas se não cansa de repetir o mesmo lema que resume na frase: «Em Cristo».

Numa delas, fala-nos do processo da regeneração, comparando-o ao enxerto dum zambujeiro em boa oliveira (2). Noutra, compara a união de Cristo com a Igreja à união do homem com sua mulher: «*E serão dois numa só carne*» (3).

De mais nas suas epístolas, são contínuas as alusões à união dum corpo com os seus membros vivos. Cristo é a Cabeça e nós somos os Seus membros — braços, mãos, boca e até o coração do Seu Corpo Místico.

«*Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, embora sejam muitos,*

(1) Actos IX, 4-5.
(2) Rom. XI-24.
(3) Ef. V, 32.

são contudo um só corpo; assim é também Cristo... [1] *Ora vós sois corpo de Cristo*» [2]. Para os fins que temos em vista, é melhor procurarmos compreender a ideia que fazia S. Paulo do Corpo Místico de Cristo.

O corpo humano compõe-se de muitos membros ou órgãos, cada um dos quais tem funções próprias e participa, no entanto, da vida pessoal e identidade do todo. Se a minha boca fala, os meus olhos vêem ou a minha mão apalpa, sou *eu* que falo, vejo ou apalpo. Os antigos atribuíam muito mais funções à cabeça do que a ciência moderna lhe garante. S. Paulo faz uso da semelhança, como se entendia no seu tempo e assim, quando fala de Cristo, como Cabeça do corpo, atribui-Lhe não só as funções de governo e toda a superioridade que é prerrogativa do cérebro, mas também muitas outras funções que se sabe hoje serem desempenhadas por outros órgãos, especialmente pelo coração, porque assim como o coração fornece ao corpo o sangue que dá vida, assim também o Corpo Místico de Cristo recebe dEle a circulação vital.

Mas um exame mais profundo do organismo humano derramará mais luz sobre esta união do Corpo Místico. Exprimindo-nos em linguagem corrente e não em termos rigorosamente científicos, podemos dizer que o corpo humano é constituído por pequenas unidades denominadas células. Com efeito, teve origem na união de dois elementos, que formaram uma célula, a qual, por sua vez, cresceu e se multiplicou. Existem seres vivos de ordem muito inferior, que se compõem de uma única célula, mas, no corpo humano, o número de células é enorme, sem deixarem, no entanto, de formar um só corpo. Porquê? O motivo é porque são todas animadas pelo mesmo e único princípio vital, a alma humana, e por isso cada célula vive, não para si, mas para o todo. Estas células unem-se para formar órgãos e estes, por sua vez, funcionam, não para seu proveito próprio, mas para proveito do ser humano, de que fazem parte. Corpos

(1) Cor. XII, 12.
(2) Cor. XII, 27.

estranhos, como, por exemplo, uma bala de chumbo, podem alojar-se no corpo humano, mas não fazem parte dele, porque não tomam parte no desenvolvimento vital.

Por vezes sucede que as células parecem revoltar-se e deixam de estar subordinadas ao benefício de todo o organismo e temos então o cancro, que pode acabar por destruir a vida de todo o corpo, mas, num corpo são, todas as células se subordinam a um único princípio de vida. A própria acção química de muitos materiais do corpo humano modifica-se pela sua participação no ser vivo e, logo que sobrevém a morte, eles fazem sentir a sua presença, começando a corrupção.

Até que ponto se pode aplicar este conceito do corpo à união dos fiéis «em Cristo»? Como primeiro passo para encontrar resposta a essa pergunta, notamos que o termo «corpo» pode aplicar-se a tais uniões por várias formas. É, por exemplo, aplicado a um grupo de pessoas que se associam para determinado fim. Tais uniões denominam-se corpos «morais»; a sua unidade depende da vontade dos membros, que são animados por um fim comum e encontram-se em tais corpos vários graus de organização, implicando laços de autoridade e interdependência, bem como direitos e deveres mútuos. Todas as associações, como clubes, corporações, sociedades e comunidades religiosas, gozam de unidade moral que lhes permite a denominação de «corpos». A unidade do Corpo Místico de Cristo será uma unidade do mesmo género?

Se com essa pergunta se pretende saber se a unidade do Corpo Místico envolve a vontade dos seus membros e depende dela, a resposta categórica não pode deixar de ser «sim» e veremos, no decorrer da nossa exposição sobre a vida espiritual, que a parte que tomamos nela implica o uso contínuo da vontade que se chama amor. Mas se a pergunta pretende limitar a unidade desse Corpo às proporções da unidade de que gozam essas sociedades, a resposta encontra-se nas palavras do nosso Santo Padre, o Papa Pio XII, na sua Encíclica do Corpo Místico de Cristo.

«Se compararmos o Corpo Místico com o moral, veremos que a diferença não é leve, mas importantíssima e gravíssima. No corpo moral, não há outro princípio de unidade senão o fim comum e a comum aspiração, sob a autoridade social, para o mesmo fim, ao passo que no Corpo Místico de que falamos, a esta aspiração junta-se outro princípio interno, realmente existente e activo, tanto de todo o composto, como de cada uma das partes e tão excelente que supera imensamente todos os vínculos de unidade que ligam o corpo, quer físico, quer moral» (1).

Este princípio de unidade, cujo funcionamento teremos de examinar, é, segundo diz o mesmo Santo Padre, o Próprio Espírito Santo, que *«sendo um só e o mesmo, enche e une toda a Igreja»*. Há, portanto, alguma coisa mais do que unidade moral. Mas poderemos dizer que a unidade do Corpo Místico é da mesma natureza que as células do corpo humano, que se unem para formar uma única pessoa física?

A essa pergunta responde o Santo Padre com as palavras seguintes:

«Enquanto no corpo natural o princípio de unidade junta de tal maneira as partes que cada uma fica sem subsistência própria, ao contrário, no Corpo Místico, a força de mútua coesão, por mais íntima que seja, une os membros de tal modo que estes conservam perfeita e própria personalidade».

O Corpo Místico não é, portanto, uma pessoa física, envolvendo a destruição da personalidade individual dos seus membros.

O Papa aponta ainda outra diferença:

«Em todo e qualquer corpo físico dotado de vida, os membros particulares destinam-se, em última análise, ùnicamente ao bem de todo o composto, ao passo que toda a sociedade de homens, considerado o fim último da sua unidade, é finalmente ordenada ao proveito de todos e cada um dos membros, como pessoas que são».

---

(1) Enc... Mystici Corporis — 29-VI-1945.

E o Papa demonstra que a Igreja, Corpo Místico de Cristo, existe para bem dos fiéis e para dar glória a Deus e a Jesus Cristo, enviado por Ele. O Papa condena ainda, como errónea, a teoria de que «*o Divino Redentor e os membros da Igreja formam uma pessoa física*» e que, por consequência, «*enquanto atribui aos homens propriedades divinas, fazem Cristo Nosso Senhor sujeito a erros e à humana inclinação para o mal*».

Condena também o erro daqueles que «*atribuem toda a vida espiritual dos fiéis e todo o progresso na virtude ùnicamente à acção do Espírito Santo, excluindo ou menosprezando a correspondência e colaboração que devemos prestar-lhe*».

O Papa ensina-nos, portanto, que a unidade do Corpo Místico de Cristo é alguma coisa mais que unidade moral, mas rejeita a ideia de uma unidade que envolve a negação de personalidade de cada um dos seus membros e a consequente necessidade da cooperação pessoal destes na vida desse Corpo. O Corpo Místico de Cristo, embora seja uma pessoa mística, dotada de vida que vem de dentro, não é uma pessoa física. Há duas uniões especiais que nos podem auxiliar a compreender a unidade do Corpo Místico, embora a unidade deste não seja igual a qualquer daquelas.

Em Nosso Senhor há duas naturezas unidas numa só Pessoa. Quanto a nós, embora tenhamos natureza humana e participemos da natureza divina pela graça, não se pode dizer no nosso caso que se trate de uma união hipostática, como se chama àquela. A outra união é a que o próprio Nosso Senhor citou como modelo da união entre Ele e os Seus membros, isto é, a união da Santíssima Trindade. Em Deus há três Pessoas, e, no entanto, há uma só Natureza Divina; da mesma forma há no Corpo Místico de Cristo milhões de pessoas, que participam da Natureza Divina, conservando no entanto, cada uma a sua natureza humana.

Devemos, no entanto, assinalar imediatamente a diferença. Em Deus, cada uma das Pessoas Divinas é Natureza

Divina e Substância Divina; no Corpo de Cristo, cada um dos seus membros participa apenas da natureza divina em modo limitado, isto é, acidentalmente e não substancialmente. Doutra forma teríamos o panteismo. No entanto, apesar dessa diferença importante, não deixa de haver semelhança...

Voltando agora à doutrina de S. Paulo sobre o Corpo Místico de Cristo, vemos que ela não pode ser interpretada no sentido de excluir a personalidade física de cada membro ou qualquer das suas consequências. Mas, tendo em conta essa limitação, podemos servir-nos do conceito de S. Paulo, pois este servirá para lançar muita luz na unidade de todo o Cristo.

Com efeito, essa mesma oposição entre as reivindicações da independência pessoal e as da independência sobrenatural é que conduz à luta que caracteriza a vida espiritual. No organismo humano, como vimos, as células, os membros e todas as partes que o compõem são apenas partes do organismo, enquanto são verificadas e governadas pelo princípio vital, que é a alma humana. As partes individuais não têm «personalidade» própria, não têm liberdade de escolha. No Corpo Místico de Cristo, as condições são absolutamente diferentes. O Espírito Santo desempenha nesse Corpo o papel que corresponde ao da alma no corpo humano, embora não seja a sua forma substancial. Vivifica e governa todos os membros sãos desse Corpo, desde que esses membros vivam a vida dele. Mas cada membro conserva o domínio sobre as próprias acções, pode optar entre o viver a vida sobrenatural do Corpo de Cristo ou a sua própria vida natural, e as suas acções só pertencem ao organismo sobrenatural, enquanto estão de acordo com as regras do Espírito desse organismo, ou por outras palavras, enquanto estão conformes com a Vontade de Deus. A conformidade com a Vontade de Deus é, portanto, o princípio fundamental da união vital com o Corpo de Cristo e todo o acto de obediência à Vontade de Deus é um acto de comunhão real com Cristo. É aí que está o segredo de toda a filosofia e história cristãs.

Mas esclareçamos este ponto.

Não discutimos, neste momento, como é que nos tornamos membros do Corpo Místico, pois isso efectua-se como veremos, pelo sacramento do Baptismo. Examinamos apenas qual é a condição fundamental de uma sociedade sã e viva. Cada membro conserva a sua própria personalidade e o consequente domínio sobre as suas acções; nos seus actos, pode viver como membro de Cristo ou como indivíduo particular e independente. De facto, pode mesmo dizer-se que pode proceder das duas formas ao mesmo tempo, ao menos em grau imperfeito, visto as acções humanas poderem obedecer aos mais variados motivos. O homem, que em qualquer acção particular, cumpre a vontade de Deus por amor dEle, vive em plena união vital com Cristo. O homem, que deliberadamente age contra a vontade de Deus em matéria que obriga sob pena de pecado venial, afasta em definitivo essa acção da vida de Cristo, sem cortar a ligação vital que o une à Cabeça; ou melhor, impede que Cristo participe nessa acção particular, pois não impede que Ele tenha de participar do castigo devido pelo pecado do Seu membro. O homem que comete deliberadamente um pecado mortal, não só desvia a sua acção da vida do Corpo Místico, mas interrompe a circulação vital que o liga a esse Corpo. É certo que conserva ainda a fé e a esperança, e, se não pecar contra a fé, continua a ser membro desse Corpo, mas, enquanto não for restaurada a caridade na sua alma, por intermédio da contrição e da graça de Deus, é um membro morto e está portanto sujeito, como todos os membros mortos, à corrupção, com todas as suas consequências.

Resumindo tudo o que acabamos de expor, diremos que o plano de Deus para a nossa redenção é «restaurar todas as coisas em Cristo».

Com a Sua Paixão e Morte, Nosso Senhor lançou os alicerces de um organismo sobrenatural, do qual são membros todos os fiéis, unidos a Ele em certo modo como estão unidos os membros e a cabeça do corpo humano, sem, no

entanto, perderem a responsabilidade e personalidade individuais, como seria de concluir, se se formasse uma nova pessoa física. Neste organismo, o Espírito Santo actua como alma e Cristo como Cabeça, mas, porque existe união vital e mística entre Cristo e cada um dos membros, o organismo inteiro pode chamar-se Cristo, como se deduz claramente dos escritos de S. Paulo e Santo Agostinho.

A nossa salvação depende da nossa qualidade de membro deste Corpo e a plenitude dessa qualidade só se obtém cumprindo a Vontade de Deus, pois foi o próprio Nosso Senhor que disse: «*Porque o que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe*» (1).

Não admira, pois, que o único conselho que Maria, Mãe do Corpo Místico de Cristo, deu aos homens fosse: «*Fazei tudo o que Ele vos disser*» ou que Nosso Senhor tivesse dito: «*A minha comida é fazer a vontade dAquele que me enviou a cumprir a Sua obra*» (2).

Existe, portanto, uma união vital que abrange Cristo e os fiéis e que é única na sua natureza. Chama-se união mística, não porque não seja real — pois, falando figuradamente, poderia até dizer-se que é a única realidade do mundo — mas para distinguir a sua natureza da de todas as outras unidades colectivas.

Tem, com efeito, propriedades bem reais, como diz Pratt: «Sente-se, neste composto maravilhoso, primeiramente, a acção real da Cabeça sobre cada um e todos os seus membros, a seguir a reacção dos membros uns sobre os outros, através da comunhão dos santos e, por último, uma interpenetração real do Espírito Santo, que vivifica todo o corpo e forma nele o mais perfeito dos laços — a caridade. O que distingue essencialmente o Corpo Místico das entidades morais, a que erradamente se dá o nome de «corpos», é que aquele é dotado de vida e vida que vem de dentro» (3).

---

(1) S. Marcos, III, 35.
(2) S. João, IV, 34.
(3) *The Theology of St. Paul*, Vol. II, pg. 285.

O Corpo Místico de Cristo é, desta forma, uma entidade com quatro dimensões, pois transcende completamente o espaço e o tempo.

A acção mútua da cabeça e dos membros não é limitada pela separação do espaço ou do tempo e — o que é importante ponderar, especialmente no que diz respeito ao tempo bem como ao espaço — esta acção mútua pode exercer-se em qualquer direcção, isto é, tanto no passado, como no futuro. Cristo, por exemplo, sofreu, como já dissemos, pelos nossos pecados, antes de nós os termos cometido; Nossa Senhora foi remida ainda antes do nascimento do Redentor, cuja morte foi a causa da Sua redenção. Temos, na verdade, de ter em mente que a «alma» deste Corpo Místico é o Espírito Santo, que existe fora do tempo, pois é Eterno.

Nós existimos no tempo, isto é, gozamos ou possuimos a vida a pouco e pouco, numa longa série de «actualidades». Um ser eterno possui a vida «*tota simul*» — toda junta e duma vez — a sua existência é uma eterna actualidade. Com um ser eterno desta natureza a dar vida ao Corpo Místico, é evidente que as limitações do tempo e do espaço não se lhe podem aplicar como se aplicam usualmente.

Sobre este assunto, aconselhamos ao leitor a consulta das epístolas de S. Paulo a respeito deste conceito de Cristo. Tal leitura só lhe poderá ser frutuosa e se consultar os Evangelhos, onde este conceito do Corpo Místico, esteve muitas vezes no espírito de Nosso Senhor, ao falar do reino de Deus ou do reino do Céu, encontrará na leitura dessas páginas sagradas muita luz sobre este mistério e grande conforto moral.

Como depoimento autorizado de doutrina, concluamos este capítulo, citando outra vez o mesmo Santo Padre:

«*Cristo está em nós pelo Seu espírito que nos comunica e pelo qual opera em nós de modo que tudo o que o Espírito Santo opera em nós de divino, deve dizer-se que é Cristo também que o opera...*

Desta mesma comunicação do Espírito de Cristo se-

gue-se, por isso, que todos os dons, virtudes e poderes miraculosos que se encontram na Cabeça de modo eminente, superabundante e eficiente, dela derivam para todos os membros da Igreja e nestes, conforme o lugar que ocupam no Corpo Místico de Cristo, se aperfeiçoam dia a dia e que, consequentemente, a Igreja se torna como que o complemento e a plenitude do Redentor e Cristo completa-se na Sua Igreja. Esta é, em resumo, a razão por que, segundo a doutrina de Santo Agostinho, a que acima já nos referimos, a cabeça mística que é Cristo e a Igreja, que é na terra como que outro Cristo e faz as suas vezes, constituem um só homem novo, em que se juntam o céu e a terra para perpetuarem a obra salvadora da Cruz; este homem novo é Cristo Cabeça e Corpo, o Cristo total» [1].

(1) Pio XII — Enciclica: *Mystici Corporis Christi.*

CAPÍTULO V

SOCIEDADE COM CRISTO

Muitas páginas mais se poderiam escrever a esclarecer a natureza do Corpo Místico de Cristo, considerado no seu aspecto total, mas temos de passar a tratar desse mistério — porque é um mistério — sob o ponto de vista do indivíduo católico, visto ter sido o nosso principal objectivo, ao escrevermos este livro, falar da sua vida espiritual e sociedade com Cristo.

É pelo Baptismo que nos tornamos membros do Corpo Místico de Cristo. As antigas cerimónias que acompanhavam a administração deste Sacramento, em que o neófito era mergulhado completamente na água, para sair daí regenerado para uma nova vida, tinham um significado muito real. Logo que começou a Sua vida pública, Nosso Senhor em pessoa não deixou de nos avisar: «*Em verdade, em verdade vos digo, que não pode ver o reino de Deus senão aquele que nascer de novo*» (1).

O Baptismo é, portanto, um renascimento, que deixa, no entanto, dentro de nós as raízes da antiga vida, de modo que, na realidade, é apenas o começo da operação de pôr fora o homem velho e vestir o novo, que só atingirá o seu fim normal e natural, quando sobrevier a morte.

Se vivermos na graça de Deus, durante toda a nossa vida —, e, poderíamos também dizer, se morrermos na gra-

(1) S. João, III, 5.

ça de Deus —, vamos direitos para o Céu, após a morte. Se isso não acontecer, então o trabalho da nossa transformação e renovação terá de ser completado no Purgatório, visto no Inferno já não ser possível. Essa impossibilidade é, de facto, o Inferno. S. João Baptista resume toda a operação nas seguintes palavras: «*Convém que Ele cresça e eu diminua*» (1).

S. Paulo refere-se com frequência ao acto de «*vestir-se de Cristo*». Não podemos, com efeito, deixar de notar a ansiedade quase angustiosa com que o inspirado escritor, levado pela sua visão da magnificência dos planos de Deus, procura palavras e multiplica imagens, na ânsia de exprimir alguns retalhos das maravilhas de Cristo. Devemos desculpar aos escritores não inspirados a sua falta de clareza, quando querem explicar-nos essas maravilhas.

Renascendo pelo Baptismo, tornamo-nos membros vivos do Corpo de Cristo, compartilhando de todas as Suas riquezas, dos Seus merecimentos e da nossa qualidade de filhos, a tal ponto que uma criança, que morre imediatamente após o Baptismo, entra no Céu, não pelos seus méritos pessoais, mas por direito de herança, visto ser filha de Deus e, portanto, herdeira do Seu reino. Sendo membros vivos de Cristo, segue-se que Cristo está em nós e que o Espírito Santo está também em nós. Como nota o Santo Padre, S. Paulo diz muitas vezes: «*Cristo está em nós e nós estamos em Cristo*».

Este duplo ponto de vista poderia gerar em nós confusão. Essa confusão desaparecerá, no entanto, se nos lembrarmos de que Deus é Espírito e de que a presença dum ser espiritual não é igual à presença corpórea.

Quando um corpo material está presente num determinado lugar, cada parte daquele está numa parte deste, mas o corpo inteiro não está presente em cada uma das partes do lugar. E o mesmo corpo não está presente ao mesmo tempo e da mesma forma em qualquer outro lugar. Um ser espiri-

(1) S. João, III, 30.

tual, como a alma, está, pelo contrário, ou completamente presente num lugar ou não está aí de forma alguma. A alma humana está toda no dedo e está toda nos olhos, embora exerça actividades diferentes em cada um desses órgãos. O Espírito Santo é a alma do Corpo Místico, e está totalmente presente em cada um dos seus membros. O mesmo sucede com Cristo.

O baptismo é, portanto, o começo da sociedade vital da alma com Cristo e com o Espírito Santo, o qual desce sobre a alma e faz nela a Sua morada.

Regeneram-na, transformam-na e elevam-na à sumidade duma vida nova, dotando-a com todos os poderes necessários para o exercício das acções que essa sociedade vital envolve. Para fazermos ideia de quão extraordinária é esta «nova criatura», recordemo-nos de que Nosso Senhor insistiu em que o seu alimento devia ser a Sua própria carne e o Seu Sangue, avisando os cristãos de que se não comessem a Sua carne e bebessem o Seu Sangue, não gozariam da vida eterna. Com efeito, o Sagrado Sacramento do Corpo e Sangue de Nosso Senhor é o sacramento da união por excelência, cujas portas são abertas pelo Baptismo e só por este. Convençamo-nos, portanto, de que Cristo e o Espírito Santo não estão presentes na nossa alma de forma inactiva, como se tratasse de uma simples morada; o Seu desejo é participar de todas as acções da nossa vida e animá-las. É certo que Deus, como nosso Criador, tem o direito de exigir que todas as nossas acções sejam feitas para Ele e segundo a Sua vontade, mas, além desse direito, Cristo, como nosso Redentor Crucificado, conquistou tal direito com a Sua Paixão e Morte, pois nós também nos associámos a Ele na crucifixão. E é nesta altura que deparamos com um mistério ainda mais difícil.

Os escritos de S. Paulo não nos deixam qualquer dúvida sobre a existência duma sociedade íntima entre Nosso Senhor e nós próprios, a partir da hora da Sua Paixão. De passagem, tenhamos em mente que não foi por mera coincidência que, só depois da celebração da Primeira Santa Comu-

nhão pela qual Nosso Senhor se uniu tão extraordinàriamente com os Seus Apóstolos, Ele nos recordou «*que é necessário que se cumpra isto que está escrito: E foi posto entre os malfeitores*» (1) e que, ao chegar ao Jardim, imediatamente depois, «*Jesus começou a sentir pavor e a angustiar-se*», dizendo: «*A minha alma está numa tristeza mortal*» (2).

Começou então essa misteriosa agonia em que Ele parece ter sentido em Si os efeitos do horror de Seu Pai pelos pecados dos homens «*entre os quais foi posto*» e que atingiu o seu ponto culminante naquela angústia extraordinária de abandono sobre a Cruz, quando exclamou: «*Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?*» (3)

Antes de desenvolvermos este ponto, citemos primeiramente as palavras do Santo Padre:

«*Pela visão beatífica de que gozou apenas foi concebido no seio da Mãe de Deus, tem contìnuamente presente todos os membros do Seu Corpo Místico e a todos abraça com amor salvador... No presépio, na cruz, na glória sempiterna do Padre, Cristo vê e abraça todos os membros da Igreja, muito mais claramente, com muito maior amor do que a mãe o filho que tem no regaço, do que cada um de nós se conhece e ama a si mesmo*» (4).

E foi o próprio Deus que disse: «*Eu amei-te com amor eterno*» (5).

Como já tivemos ocasião de notar, o amor de Nosso Senhor é infinito e por isso não diminui pelo facto de ser compartilhado, de modo que todos nós podemos dizer com S. Paulo:

«*Ele amou-me e entregou-Se a Si mesmo por mim*» (6).

Se, portanto, vós, que ledes este livro, afirmardes que

---

(1) S. Lucas, XXII, 37.
(2) S. Marcos, XIV, 33-34.
(3) S. Marcos XV, 34.
(4) Enciclica Mystici Corporis.
(5) Jer. XXI, 3.
(6) Gal. II, 20.

estivestes presentes no pensamento de Nosso Senhor, no Seu Espírito e no Seu coração, durante toda a Sua vida e que a vossa salvação foi a razão de todas as Suas acções, não faltais à verdade, porque Nosso Senhor teria feito tudo isso por uma só alma.

De facto, podemos dizer que se isso fosse necessário para a nossa salvação, Ele teria passado outra vez por todos os Seus sofrimentos. Tal não é, porém, necessário, porque Ele fez mais do que o suficiente para salvar todo o género humano. E quando dizemos «salvar», esta palavra deve ser tomada no seu sentido mais lato, pois Nosso Senhor viveu, com efeito, a nossa vida por nós. Salvou-nos, não só do pecado original, mas também de cada um dos nossos pecados pessoais. Salvou-nos, não só dos nossos erros, mas também dos erros dos outros. Salvou-nos não só das nossas perversidades, mas também da malícia dos nossos inimigos, de tal forma que podemos aplicar a nós próprios as palavras de S. Paulo: «*Todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus*» (1) e, fazendo assim, devemos recordar-nos do comentário de St.º Agostinho: «*Todas as coisas — sim — e até os nossos pecados*» (2).

Há outro ponto ainda a notar antes de se considerar o grau especial desta sociedade que depende da Paixão e Morte de Cristo, a saber, a particularidade do corpo Místico a que damos o nome de «quadridimensional», que não está sujeita às limitações do tempo.

Pondo de lado, de momento, o aspecto especial da Paixão, podemos tomar toda a vida de Cristo e colocá-la, por assim dizer, ao lado da vida de qualquer católico e verificar que entre uma e outra existe verdadeira associação e harmonia. Não é só verdade que se verifica uma associação recíproca entre cada ponto da vida da alma com algum ponto da vida de Cristo, mas também que *cada* momento da

(1) Rom. VIII, 28.
(2) S.to Agostinho — De Catech. Rud. lib. 4 e Summa III, I, 2.

vida da alma está ligado a *todos* os momentos da vida de Cristo e que cada momento da vida de Cristo está ligado a *todos* os momentos da vida da alma. Não é nossa intenção afirmar aqui que esta relação é sempre do mesmo tipo, mas o que defendemos é que a sequência do tempo em cada uma dessas vidas e que a sequência do tempo que se interpõe entre as duas vidas devem ser completamente postas de parte, se queremos chegar a uma noção, tanto quanto possível perfeita, da ligação que existe entre elas.

Suponhamos que representamos as duas vidas — a de Cristo na Palestina no primeiro século e a do leitor aqui e presentemente — por duas tiras de papel e duas réguas. Podem ser postas lado a lado, e podem mover-se uma ao longo da outra, por forma que cada ponto duma se possa colocar em lugar oposto a qualquer ponto da outra. Esta comparação dá-nos uma ideia das duas vidas, mas a realidade vai muito mais além. Cada uma dessas vidas pode, por assim dizer, ser dobrada ou mesmo comprimida num único ponto e pode ser colocada em lugar oposto ou ser ligada completamente a qualquer ponto da outra.

É isto o que sucede na Santa Comunhão. Nosso Senhor, se assim nos podemos exprimir, encerra toda a Sua vida, morte e Sacrifício, no Sacramento da Eucaristia, volta a fazer sacramentalmente o Seu sacrifício no altar e vem até nós na Santa Comunhão com todo o Seu Ser e todas as Suas riquezas, como Deus e Homem. Por que motivo? É S. João Crisóstomo que nos responde: Porque «*nos quer provar o ardente desejo que nutre de nós. Para conseguir esse fim, Ele derrama-se em nós, une-se intimamente a nós e mistura o Seu Corpo com o nosso, por forma a tornarmo-nos «unum quid» — uma coisa, uma entidade — como um Corpo ligado a uma cabeça, pois este é o maior desejo e anelo dos que se amam ardentemente*» (1).

A vida de Cristo em nós começa com o Baptismo, mas

---

(1) S. João Cris. In Joh. Hom. 46.

há alguma coisa da nossa vida em Cristo que parece ter começado na Paixão.

Estes dois pontos, que S. Paulo destaca, ao tratar deste assunto, têm um significado muito amplo e, por agora, não é possível abordá-los com mais profundidade. O primeiro é a associação do nosso baptismo com a morte de Cristo. «*Vós não sabeis,* escreve ele aos romanos, que *todos os que fomos baptizados em Jesus Cristo, fomos baptizados na Sua morte*»? (1)

O segundo é aquela série famosa de palavras desusadas, que S. Paulo inventou ou adaptou, na sua ânsia de explicar a nossa união com Cristo e que não podem ser traduzidas em linguagem corrente: Essa lista inclui as seguintes frases: «*Sofrer com Jesus Cristo; ser crucificado com Ele; morrer com Ele; ser sepultado com Ele; ressurgir dos mortos com Ele; viver com Ele; reviver com Ele* e muitas outras, todas elas marcadas com o prefixo *con* em latim. Parece mostrar-se incapaz de encontrar palavras para exprimir cabalmente a intimidade da nossa união inefável com Cristo e em Cristo.

A interpretação que Prat dá a este texto (2) leva-nos a crer que existe uma união especial mística com Cristo, a qual não abrange a vida mortal de Jesus; tem a sua origem apenas na altura da Paixão, quando Jesus Cristo dá começo à sua obra de redenção; mas, a partir desse momento é contínua e a «*communicatio idiomatum*» (isto é, a participação ou divisão de méritos e deméritos e a abertura do que se poderia chamar uma «conta corrente espiritual em conjunto») é daí por diante completa.

E acrescenta ainda: «Se retrocedermos até à origem desta união de identidade, veremos que ela se encontra por direito e potencialmente no momento em que o Salvador, agindo em nosso nome e em proveito da humanidade culpada, morreu por nós e faz com que morramos com Ele, mas efec-

---

(1) Rom. VI, 3-7.
(2) Cf. Prat. loc. cit. II, pg. 257.

tiva-se, em acção e de facto, em cada um de nós, quando a fé e o baptismo nos enxertam em Cristo moribundo e nos tornam participantes da Sua Morte» [1].

E o Santo Padre Pio XII diz também: «*Foi pela Sua morte que o Nosso Salvador se tornou Chefe da Igreja, no sentido pleno e completo da palavra*».

Discutir em que sentido nos tornamos nesse momento partícipes com Cristo seria tarefa difícil e só nos conduziria à dúvida. O que já dissemos atrás sobre a natureza desta união que desafia o tempo é o suficiente para nos convencer de que podemos considerar as nosass acções em cada momento como praticadas em sociedade com Cristo na Cruz. Com efeito, a vida de Nosso Senhor e em especial a Sua Paixão e Morte podem ser consideradas, se nos é permitida a comparação, com uma fita de cinema incompleta, a qual tem de ser novamente passada, a fim de permitir que uma das personagens desempenhe o seu papel nas diferentes cenas. Costuma, por exemplo, usar-se essa técnica para tornar possível que um só actor desempenhe dois papéis. O nosso papel na vida e morte de Jesus desempenha-se *agora*, a refilmagem começa com o nosso baptismo e acaba com a nossa morte e temos de adaptar as nossas acções ao lugar vago na filmagem primitiva e fazer com que o nosso papel se harmonize com o de Cristo, isto é, com a parte que Ele viveu. Tudo o que fizermos que fique fora do seu lugar e não seja de harmonia com o Seu plano é inútil e nocivo.

Isso, porém, não significa que Nosso Senhor não adapte o Seu trabalho na sociedade às nossas necessidades e limitações. Ele é o nosso Salvador e isso é uma circunstância que nunca devemos esquecer. E é como *Salvador* que entra em sociedade connosco. De facto, é em virtude dessa mesma sociedade que Ele nos salva. Vem até nós com conhecimento perfeito e amor ilimitado. Sabe perfeitamente o que somos e sabe perfeitamente o que será a nossa vida. Conhece os

(1) Prat. loc. cit. p. 257.

nossos defeitos e fraquezas, aqueles que são naturais em nós, aqueles que são o resultado das circunstâncias e os que são resultado dos nossos próprios pecados. Conhece tudo o que nos acontece ou está para acontecer, sabe tudo o que poderia ter sido feito para nós ou por nós mas que foi omitido.

Conhece os nossos erros e os nossos pecados, as nossas desgraças e as nossas misérias. Sabe tudo isto de antemão, mas dotado de um amor sublime, vem até nós com o poder de Deus, para nos curar desses males e está absolutamente disposto a encaminhar a nossa vida, se não Lhe criarmos obstáculos.

«*E Deus é poderoso para fazer abundar em nós todos os bens; para que, tendo sempre em todas as coisas tudo o que é suficiente, abundeis em toda a obra boa*» (1). «*A nossa capacidade vem de Deus*» (2). *Ele é o nosso Suplemento Perfeito.*

Assim como os dois pedaços de uma folha de papel rasgada se ajustam perfeitamente, assim também Cristo se ajusta perfeitamente à nossa vida, enchendo-a completamente.

Não importa que seja muito pequena a parte da página que representa a nossa vida — ou, se preferirmos exprimir-nos assim, a nossa falta de vida — Ele pode e de boa vontade preenche o resto da página. Ele é o nosso Complemento Pleno e o nosso Perfeito Suplemento. E isso pode dizer-se com verdade, não só pelo facto de vir até nós pelo Baptismo, mas também por nos auxiliar em todas as épocas da nossa vida e muito em especial quando recebermos a Santa Comunhão.

Numa única Comunhão podemos receber o complemento perfeito para um passado dissipado e para uma vida ruinosa. «*E todos nós participamos da Sua plenitude,* diz S. João» (3). Foi o próprio Nosso Senhor que disse: «*Eu vim pa-*

---

(1) II Cor. IX, 8.
(2) II Cor. III, 5.
(3) S. João I, 16.

ra que eles tenham vida e a tenham em abundância [1]. E S. Paulo, arrebatado pela visão do Corpo de Cristo, escreve aos Coríntios, agradecendo a Deus «*pela graça que vos foi dada em Jesus Cristo, porque nEle fostes enriquecidos em todas as coisas... de maneira que nada falta em graça alguma a vós*» [2].

É de capital importância que nos convençamos não só da perfeição do trabalho de Deus para a nossa salvação, mas também da Sua disposição para derramar os seus frutos superabundantes sobre nós, todas as vezes que nos aproximarmos dEle com as devidas disposições.

Não há momento na nossa vida em que não possamos voltar-nos para Ele e encontrar nEle, não só o complemento perfeito de nós mesmos, por mais arredados que tenhamos andado do bom caminho, mas também a reabilitação perfeita de todo o nosso passado. Porque Ele é Deus e é nosso Salvador.

Ao iniciar-se esta sociedade pelo Baptismo, quando Cristo e o Espírito Santo entram nas nossas almas, o efeito fundamental é a infusão da graça santificante ou habitual. A melhor forma, talvez, de definir a graça é considerá-la como uma nova natureza — uma participação da natureza divina — que é sobreposta à nossa antiga natureza. Natureza é um princípio de operação com esta nova natureza, a alma torna-se apta a viver numa ordem mais elevada e converte-se em agente de actos que estão completamente acima das suas possibilidades naturais. Se pudéssemos dotar uma planta com o poder sensitivo ou um animal com o uso da razão, teríamos um exemplo da transformação radical que se produz na alma pela graça, embora tal exemplo seja ainda inadequado. Só Deus podia ter pensado num dom como a graça sobrenatural e só o amor de Deus a poderia ter concedido.

---

(1) S. João X, 10.
(2) I Cor. I, 5-7.

É claro que para a acção nesta esfera nova e mais elevada requere-se mais alguma coisa além da graça. E é por isso que nos são concedidas também as virtudes infusas da fé, esperança e caridade, que se chamam teologais porque se ocupam directamente de Deus, as virtudes morais que dependem da prudência, justiça, fortaleza e temperança e os sete dons do Espírito Santo. A graça, no entanto, é o dom fundamental. O que é preciso frizar, a respeito da nossa associação com Cristo, é que a graça não destrói a natureza humana, nem elimina todas as consequências do pecado original.

Este ponto é de capital importância para o entendimento exacto da vida espiritual. No Baptismo, Deus restitui-nos, pelos méritos de Cristo, a vida sobrenatural que perdemos com o pecado de Adão, mas não elimina as fraquezas, sobretudo a da concupiscência, que se mantém em resultado da queda de Adão. O que Deus faz, na realidade, é dar-nos os meios para combatermos essas fraquezas e proporciona-nos a oportunidade de adquirirmos merecimentos, procedendo assim: A luta tem, porém, de ser continuada de nossa livre vontade, pois Deus não a força.

O uso desta vontade livre encontra diante de si grandes dificuldades, derivadas da insubordinação das nossas paixões. É nosso dever, antes de mais nada, empregar todos os nossos esforços para sujeitar a nossa razão e a nossa vontade a Deus, mas o nosso orgulho ressente-se dessa sujeição.

Temos, em seguida, de submeter os desejos da nossa natureza animal e emocional à razão e à vontade. A concupiscência que se arraigou em nós torna difícil essa tarefa. S. João reduz a três classes as forças que se opõem a uma vida regrada: «*concupiscência da carne, concupiscência dos olhos e soberba da vida*» (1). S. Paulo lamenta a revolta contínua que sente no seu próprio corpo: «*porque me deleito na lei de Deus, segundo o homem interior, mas vejo nos meus mem-*

(1) S. João, II, 16.

bros uma outra lei que se opõe à lei do meu espírito e que me faz escravo da lei do pecado, que está nos meus membros. Infeliz de mim! Quem me livrará deste corpo? Só a graça de Deus por Jesus Cristo, Nosso Senhor» [1].

Esta libertação pela graça exige a nossa cooperação. Se o Baptismo é, portanto, considerado uma morte, é uma morte do nosso *eu* que se efectiva gradualmente; a sentença de morte é lida no Baptismo, porque aí renunciamos ao mundo, ao diabo e à carne, mas a execução dessa sentença é trabalho duma vida inteira que só terminará na sepultura. É esta necessidade de morrermos para nós mesmos que conduz ao ascetismo da vida espiritual. Mas, se o Baptismo é uma morte, é também uma ressurreição. Escrevendo aos romanos, diz S. Paulo: «*Nós fomos, pois, sepultados com Ele, a fim de morrer para o pecado pelo Baptismo, para que, assim como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim nós vivamos uma vida nova.*

Assim também vós considerai-vos como estando mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Nosso Senhor Jesus Cristo» [2]. E diz aos Gálatas: «*E vivo, já não eu, mas é Cristo que vive em mim. E a vida sobrenatural com que eu vivo agora na carne vivo-a da fé do Filho de Deus, que me amou e se entregou a Si mesmo por mim»* [3].

Podemos, pois, imaginar Cristo morrendo por nós na Cruz e ressurgindo dos mortos, para voltar a viver em nós, porque cada cristão, se não tiver renegado a Cristo com um pecado mortal, pode fazer suas as palavras de S. Paulo. Mas esta ressurreição especial que se realiza em nós — chamemos-lhe a ressurreição mútua de Cristo e do nosso novo ser — faz-se gradualmente e só terminará, quando nos unirmos a Ele no Céu. O homem velho que está em nós luta rigorosamente contra a morte e por isso em cada uma das nossas

---

(1) Rom. VII-21-25.
(2) Rom. VI — 4-11.
(3) Gál. II, 20.

acções depara-se-nos a alternativa: quem vive em mim neste momento — Cristo ou eu próprio?

O homem velho defende as suas reivindicações, mas a escolha está dependente da nossa livre vontade, embora a graça de Deus venha em nosso auxílio. Podemos decidir: está na nossa mão dizer «não» a Deus e negar-Lhe a vida em nós. É certo que dependemos da Sua graça para podermos fazer o bem, mas a graça não nos priva da liberdade e não fugimos assim à responsabilidade de uma recusa. As duas vidas estão presentes em nós: a de Cristo que Ele quer que seja a nossa e a do velho Adão, que é o nosso *eu* independente. Temos de escolher entre as duas em todas as nossas acções livres.

A obra de redenção de Deus poderia, nessas circunstâncias, parecer-nos imperfeita, visto deixar em nós muitos dos efeitos do pecado original. Mas não é assim. Esse próprio facto só mostra a perfeição dos planos de Deus, o alcance do Seu amor misericordioso e da Sua boa vontade para connosco. Os planos de Deus nunca são incompletos e as Suas providências são perfeitas. É, no entanto, da maior importância considerar a forma como Deus providenciou com respeito aos efeitos do pecado original, visto isso revelar um método que se repete muitas vezes no procedimento de Deus para com os homens, particularmente quando lhes perdoa os pecados pessoais.

Ao perdoar os pecados, Deus restitui ao pecador a Sua amizade, remove a culpa e elimina o castigo eterno devido por esses pecados. Mas há também a considerar um castigo temporal, que não é sempre perdoado completamente, se o arrependimento e amor do pecador não forem suficientemente intensos. Há ainda a considerar algumas outras consequências do pecado, como maus hábitos, por exemplo, dificuldades, danos de várias espécies e muitas outras que variam conforme as circunstâncias. Estas consequências não são eliminadas por Deus, pelo menos em resultado do Seu

perdão dos pecados. Mas, em vez disso, Deus faz outra coisa.

Como já dissemos, ao tratarmos do pecado original, Deus atribui merecimentos ao nosso trabalho de arrependimento, aos nossos esforços para vencermos as dificuldades que surgem em consequência dos nossos pecados e à paciência com que sofremos os seus efeitos. Por Seu lado, oferece-nos a Sua graça, isto é, uma comparticipação da Sua própria força, para ajudar os nossos esforços. O resultado é que passamos a gozar de uma situação em que podemos receber em compensação mais do que aquilo que perdemos pelo pecado. «*Mas, onde abundou o pecado, superabundou a graça*» (1).

Este ponto voltará a ser discutido, quando nos referirmos aos pormenores da nossa vida espiritual, mas podemos desde já afirmar que, quando Deus perdoa, faz isso de um modo digno de Deus.

Mostra-se sempre pronto a conceder ao pecador arrependido todo o auxílio que lhe é necessário para expiar o seu pecado, mas vai mais além, pois oferece-lhe a oportunidade de reaver mais do que aquilo que perdeu e de suprir o que poderia ter sido ou poderia ter feito.

Isso não significa que a segunda oportunidade, para lhe chamarmos assim, não possa oferecer dificuldades, mas as próprias dificuldades são um meio para Deus exercer a Sua misericórdia. De facto, esta oportunidade de participar no trabalho de reabilitação de cada um é apenas o resultado do tacto delicado que caracteriza o nosso Divino Amante.

A S. Pedro, que o negou por três vezes, Ele oferece-lhe uma tríplice oportunidade para fazer uma confissão pública de amor.

Aos pecadores arrependidos, oferecem também a oportunidade para actos de amor e de reparação as faltas do passado.

O próprio amor de que estamos animados ao desempenharmos a nossa parte nessa sociedade e ao aproveitarmos

---

(1) Rom. V, 20.

as oportunidades que Deus nos dá para repararmos as faltas passadas — esse mesmo amor é um dom de Deus, porque a caridade com que amamos a Deus é derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo, que é o amor Subsistente do Pai e do Filho e é o calor da Sua presença e o eco desse amor que tornamos nosso e oferecemos a Deus.

Deus é, na verdade, um Sócio Perfeito e um Amante Sublime. Quanto mais compreendermos a Sua atitude connosco e com a nossa alma, tanto mais exclamaremos com S. Paulo: «*De boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, para que habite em mim o poder de Cristo*» [1].

---

(1) II Cor. XII, 9.

CAPÍTULO VI

MEMBROS DE CRISTO

A sociedade com Deus, de que temos falado, pode ser apreciada sob dois aspectos. Podemos considerá-la como uma união pessoal com Deus, vivo na alma, ou como um enxerto ou incorporação da alma no Corpo Místico de Cristo. Voltemos a este segundo aspecto e consideremos a qualidade de membro desse Corpo de cada cristão como indivíduo e veremos que os três requisitos que caracterizam um membro são do corpo humano têm contrapartida na qualidade de membro de Cristo. Para ser verdadeiro membro do corpo humano, o órgão ou membro em questão tem de ser animado pela vida do organismo, tem de estar sujeito ao seu princípio vivificante e deve exercer a sua actividade, não só em seu próprio proveito, mas em proveito de todo o organismo e dos outros membros. Uma bala de chumbo alojada no corpo humano não é um membro, porque não é animada pela alma, nem age em benefício dos tecidos circunvizinhos e dos órgãos. Certos crescimentos, que se verificam no corpo humano e que, em linguagem popular, se podem chamar cancros, vivem na verdade, mas vivem por sua conta e não estão pròpriamente sujeitos ao princípio vital do organismo. São, de facto, uma ameaça à vida do corpo.

Assim acontece com o Corpo Místico de Cristo. Para ser membro vivo, o cristão tem de viver em estado de graça — deve ser vivificado pelo Espírito Santo, que é a alma desse Corpo, deve sujeitar-se a esse Espírito vivificante, o

que quer dizer que deve amar a Deus e fazer a Sua Vontade e procurar o bem dos outros membros, o que significa que deve amar o próximo. Examinai por uns momentos o diálogo do Evangelho de S. Lucas, em que o doutor da lei pergunta a Nosso Senhor: «*Mestre, que devo fazer para alcançar a vida eterna?*» [1] Nosso Senhor respondeu perguntando-lhe o que estava escrito na lei e a resposta foi a seguinte: «*Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças e com todo o teu entendimento e o teu próximo como a ti mesmo*».

Nosso Senhor aprovou a resposta e disse: «*Respondeste bem, faz isso e viverás*».

Poderia fazer-se uma declaração mais explícita da lei da vida e da qualidade de membro do Corpo Místico de Cristo?

O amor de Deus é, portanto, o princípio essencial da vida espiritual; sem ele tudo o mais é inútil. Mas o homem é um ser racional e não pode amar o desconhecido. O conhecimento deve, portanto, preceder o amor. E se esse amor pretende significar um abandono completo do nosso eu, a perda da nossa vida individual para encontrar um novo eu e uma nova vida — para encontrar, em suma, tudo na nova qualidade, de membros de Cristo, é ainda mais necessário possuir um conhecimento exacto e profundo de Cristo e do Seu amor. Mas, neste mundo, o único caminho para se conhecer a Deus sobrenaturalmente é a fé. A razão pode dar-nos um conhecimento exacto, embora natural, da Sua existência, mas só a fé nos pode dizer das maravilhas do Seu amor e dos Seus planos a nosso respeito. Só a fé nos pode pôr em contacto vital com Ele, porque, quando acreditamos em Deus, participamos do Seu conhecimento, apoiamo-nos nEle e recebemos dEle a nossa força.

Devemos, no entanto, ser claros a respeito do sentido em que tomamos as palavras «fé» e «crença», pois há sobre

(1) S. Lucas, X, 25-28.

isso más interpretações e deparamos por vezes com noções erradas sobre a sua verdadeira natureza.

A palavra «acreditar» é por vezes usada, em linguagem corrente, para indicar uma opinião, uma conjectura e implica, por isso, incerteza. Em discussões religiosas, aplica-se, por vezes, a uma forma de forçar o nosso assentimento sem bases adequadas, parecendo por isso tratar-se de uma espécie de auto-sugestão. Ambas estas noções são erróneas, se forem aplicadas à fé católica. O significado próprio de acreditar é aceitar a verdade, fiados no testemunho de outro. Como, em casos ordinários, o nosso informador pode estar em erro, isso pode dar lugar a incertezas. Mas, tratando-se da fé sobrenatural, aceitamos a verdade fiados no testemunho de Deus, o que nos garante certeza absoluta. Não pode haver lugar a dúvidas, embora, por vezes, possamos deparar com dificuldades. No que respeita à fé, temos de assentar nisto: que, quando *vemos* a verdade, aceitamo-la atendendo à sua evidência intrínseca que força o entendimento, mas quando *acreditamos* na verdade, falta essa evidência intrínseca e por isso o entendimento pode recusar o seu assentimento e é por conseguinte necessário um acto da vontade para a deduzir. No caso presente, porém, essa acção da nossa vontade não vai contra a razão.

A Igreja insiste em que a razão não colide com a fé e, longe de nos pedir que renunciemos ao uso do raciocínio, ensina-nos que a fé se funda na razão. Admitido, contudo, o princípio de que a autoridade com que acreditamos é razoável, essa autoridade pode pedir-nos que vamos *além* da razão, mas nunca *contra* ela. Podemos não ver como é que há Três Pessoas num só Deus, mas não podemos negar que é racional aceitar a palavra de Deus que nos diz que as há, de facto. «A Fé, como diz Prat, não é uma simples intuição, uma tendência mística para um objecto mais conjecturado do que conhecido; pressupõe a pregação; é a submissão do entendimento ao testemunho divino. A fé opõe-se à vista, quer no que respeita ao objecto conhecido, quer no que respeita à forma como se conhece; esta é imediata e intuitiva, aquela opera através de

um agente intermediário. No entanto, a fé não é cega, dá razão a si mesma e aspira sempre a maior clareza» [1].

Tudo isto, é claro, não é para negar que, geralmente, muitos que nascem na religião católica começam por acreditar simplesmente e que é só depois de se dedicarem ao seu estudo que encontram a base racional do acto de fé.

Nas Sagradas Escrituras, o termo «fé» não é usado muitas vezes no sentido isolado de mero assentimento intelectual à verdade; «vem, em geral, acompanhado de um sentimento de segurança, confiança, abandono, obediência e amor filial; a adesão do entendimento produz uma emoção viva no coração» [2]. Nos escritos de S. Paulo, é comum um significado mais complexo dessa palavra e especialmente quando emprega a frase acreditar *em* Deus, quer significar não só «crer na Sua existência, mas também descansar nEle como num apoio inamovível, refugiar-se nEle como lugar seguro de abrigo ou tender para Ele, como nosso fim supremo» [3]. Este hábito é apenas o reflexo do facto que uma fé viva tende sempre para uma acção de qualquer espécie. No nosso caso, portanto, pode ser examinada em melhores condições, tendo em consideração as suas manifestações. Por agora, insistiremos apenas no seu carácter sobrenatural, o qual pressupõe, portanto, um poder sobrenatural na alma. Este poder é a virtude infusa e teologal da fé, que é o fundamento de toda a vida espiritual e que nos é dada no Baptismo.

Poderia talvez comparar-se a alma cristã a um piloto «que voa às cegas», que segue o rumo e ordens pela rádio. Tem de estar equipado com um aparelho receptor devidamente sintonizado e deve ter confiança na existência e instruções dos dirigentes.

A alma cristã está em situação semelhante. Precisa de um equipamento sobrenatural para receber e acatar a direcção de Deus com certeza e confiança. A sua carência é ainda

---

(1) Prat l. c. II, 236.
(2) Prat, l. c. II, 236.
(3) Prat, l. c. II, 236.

muito superior à do piloto, porque o cristão tem ainda de acreditar na existência do avião em que viaja!

Diz S. Paulo: «A fé é o *fundamento das coisas que se esperam e uma demonstração das coisas que não se vêem*» (1).

No Baptismo, além da fé, é-nos infundida também a virtude sobrenatural da esperança. A respeito desta virtude, correm muitas noções erradas sobre o seu significado religioso.

A definição clássica de «expectativa, mais ou menos vã ou bem fundada de um acontecimento feliz ou infeliz», não se pode aplicar à esperança cristã. «Não há nada vão ou incerto na esperança em Deus, porque a nossa esperança, do mesmo modo que a nossa fé, baseia-se na bondade e omnipotência de Deus» (2).

Ao referir-se ao testemunho que o Espírito Santo dá da nossa qualidade de filhos resultante da nossa incorporação em Cristo e ao nosso consequente direito de herdeiros, diz S. Paulo: «*Porque na esperança é que fomos salvos. Ora a esperança que se vê, não é esperança*» (3). É certo que não possuímos ainda nem vemos a alegria e glória que nos espera no Céu, mas temos direito a elas, e ninguém nos pode deserdar sem o nosso consentimento.

Este ponto é tão importante, que vale a pena examinar a teologia da esperança. A esperança é uma virtude teologal e o seu objecto é Deus. Esperamos em Deus, esperamos possuí-Lo e os meios para o conseguirmos. Esperamos também em Deus, porque é com o Seu poder infinito que contamos para sermos levados até Ele e porque é na Sua bondade e misericórdia que confiamos para O movermos a fazer isso e não nos nossos merecimentos.

Mas vejamos o que diz o teólogo Billuart, ao comentar S. Tomás. Apreciando «os motivos e a razão por que esperamos e aguardamos com certa confiança a felicidade eterna e os meios para a alcançarmos», diz: «Esses motivos são o

(1) Heb. XI, 1.
(2) Prat, loc. cit. II, 333.
(3) Rom. VIII, 24.

auxílio da divina omnipotência, pois não podemos com confiança esperar a felicidade senão dAquele que sabemos poder e estar disposto a dá-la. Deus, como Ser omnipotente, pode concedê-la e, oferecendo-nos auxílio, mostra que está disposto a dá-la». E continua: «A última análise da nossa esperança temos de a ir procurar na divina omnipotência, pois, se nos perguntam por que motivo esperamos a felicidade, a resposta é — porque Deus pode e quer dá-la, assim como a quem pergunta por que razão acreditamos na Unidade e Trindade de Deus, a resposta adequada é — porque Deus, que é verdadeiro, o revelou» (1).

S. Tomás resume a teologia da esperança cristã no seu estilo lacónico habitual. «A esperança, diz, procura alcançar Deus, contando com o Seu auxílio para adquirir o bem que se espera».

E friza que esperamos o bem infinito, que é Deus, contando com o poder infinito, o único capaz de nos conduzir ao bem infinito e que esse poder é o próprio Deus» (2).

Tratando da questão da certeza inerente à nossa esperança nesta vida, S. Tomás aprecia a objecção de que a esperança vem através da graça e merecimentos e nós não podemos estar certos destes nesta vida. A sua resposta é claríssima: «A esperança, escreve, não se baseia na graça já alcançada, mas na omnipotência e misericórdia divinas, pelas quais, mesmo aquele que não alcançou graça, pode obtê-la, de forma a conseguir a vida eterna. Todo aquele que crê em Deus pode estar certo da omnipotência de Deus e da Sua misericórdia» (3).

A última autoridade na terra é a Igreja infalível e os seus ensinamentos encontram-se nas definições do Concílio de Trento, onde lemos: «*Todos devem colocar uma esperança bem firme no auxílio de Deus, porque, assim como Ele começou um bom trabalho, assim também o tornará per-*

---

(1) Billuart-De Spe, 1. ad 2.
(2) II-II^{ae}, 17, 2.
(3) II-II^{ae}, 18, 4, ad 2.

feito, e levará a cabo, a não ser que não se coopere com a Sua graça [1].

Mesmo aqueles que não estão em estado de graça não devem perder a esperança, porque o Concílio condena aqueles que dizem que quem cair depois do Baptismo, não pode, com a graça de Deus, tornar a levantar-se. Mas, para aqueles que estão em graça e, portanto, em contacto vital com o Corpo Místico de Cristo, há ainda outra razão para a esperança, que poderá parecer inacreditável. Ao discutir os efeitos do Baptismo, S. Tomás estabelece o seguinte princípio:

«Pelo Baptismo, somos incorporados na Paixão e Morte de Cristo, como diz S. Paulo: «*E, se morrermos com Cristo, creiamos que viveremos também juntamente com Cristo*» [2].

Daí conclui-se claramente que a Paixão de Cristo comunica-se aos baptizados como remédio, como se eles próprios tivessem sofrido e morrido» [3].

E ao apreciar a objecção de que a culpa só é remida pela expiação, repete o princípio de que o baptizado, porque é membro de Cristo, participa da expiação da Sua Paixão, como se ele próprio a tivesse sofrido [4].

O membro de Cristo pode, portanto, avocar a si os merecimentos infinitos de Cristo, como se fossem seus e oferecê-los a Deus pelas suas necessidades e esse título especial adquirido no Baptismo dura enquanto não cair em pecado mortal. Que limites se estabelecem, portanto, à sua esperança!

Voltaremos a este assunto, quando tratarmos da confiança que deve caracterizar a vida do católico. Devemos, no entanto, notar desde já que o fundamento da esperança cristã não se encontra nos nossos próprios merecimentos, mas, sim, nos merecimentos infinitos de Cristo, não na nossa bondade e justiça, mas na bondade e misericórdia infinitas de Deus. O poder fundamental da esperança em Deus é-nos,

---

(1) Conc. de Trento, Sess. VI, cap. XIII.
(2) Rom. VI, 8.
(3) Cf. III, 69, 2.
(4) Ibid. ad 1.

portanto, dado pela virtude infusa da esperança no Baptismo e só se perde por um pecado deliberado de desespero.

As duas virtudes da fé e da esperança estão ìntimamente ligadas e manifestam-se de muitas formas na vida espiritual, onde as examinaremos com mais profundidade.

Há, todavia, uma virtude ainda mais importante que nos é dada no Baptismo e que é a virtude da caridade. Aqui também temos de começar por rebater a interpretação errada que se dá vulgarmente a certas palavras. A caridade, hoje em dia, significa geralmente uma espécie de compaixão humanitária pelos pobres e em geral significa dar esmolas. Este significado não é, claro está, totalmente errado, mas é apenas uma sombra da realidade. A caridade, de que falamos, é uma virtude pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas, em atenção a Ele Próprio, e pela qual amamos o próximo por amor de Deus. Esta é, de facto, a virtude essencial de um membro vivo do Corpo de Cristo. Já vimos que a própria natureza da qualidade de membro de um corpo natural, exige que esse órgão ou membro viva para benefício de todo o organismo.

No Corpo Místico passa-se a mesma coisa; a nossa qualidade de membros de Cristo exige que vivamos para Ele e não para nós próprios. É certo que, na Sua infinita bondade, Deus fez com que valesse bem a pena proceder assim, mas o verdadeiro amor procura, não o próprio benefício, mas sim o benefício da pessoa amada.

Este amor sobrenatural a Deus por Si próprio está fora das faculdades da nossa natureza e necessitamos portanto de uma virtude especial, infundida por Deus, para O podermos amar como Ele deve ser amado.

Mas só Deus pode amar a Deus, como Ele deve ser amado e, portanto, a faculdade de amar que Ele nos dá é, em certo modo, uma participação criada do Seu amor a Si Próprio. O amor de Deus a Si Próprio é Deus, é o Espírito Santo, e o Espírito Santo desce a derramar a caridade nos nossos corações.

Mas há ainda uma ternura especial no que diz respeito à obra de Deus nas nossas almas, que deve ser notada.

Ele quer o nosso amor, mas quer mais do que o amor natural. O nosso amor por Ele deve ser sobrenatural, mas tem de ser nosso. O amor que Deus tem a Si próprio, embora digno dEle, não pode ser o nosso amor por Ele, porque então teríamos de ser Deus — o que é impossível — e Ele não teria também o atributo especial que vem através do amor pessoal do nosso coração. Ele nunca força a nossa vontade livre e por isso idealizou esta admirabilíssima sociedade em que nos associamos com o Espírito Santo, por forma a podermos dar-Lhe o amor dos nossos corações, um amor que se pode em verdade chamar divino, porque nos é dado pelo Espírito Divino. Com efeito, S. Tomás não hesita em dizer: «A caridade produz um efeito infinito, quando liga a alma a Deus e a torna santa. Isto mostra a infinidade do poder divino, que é a fonte da caridade [1] e noutro sítio diz que a caridade nos é dada «por infusão do Espírito Santo. Que é o amor do Pai e do Filho e de Quem a caridade criada é uma participação em nós» [2].

Examinemos agora a natureza especial destas três virtudes fundamentais da vida cristã.

Representam um poder para praticar uma acção que visa directamente a Deus, poder que pode acertadamente descrever-se como uma participação do próprio poder de Deus. Este tríplice poder é o primeiro efeito da nossa incorporação em Cristo e consequente «divinização das almas pela graça». Embora cada um deles represente a faculdade para actuar «divinamente» — por uma forma criada, evidentemente — e implique uma acção correspondente por parte de Deus, esta acção depende, no entanto, também do nosso livre arbítrio, de modo que nós somos, na realidade, os autores dos nossos actos e só podemos perder esses poderes, por um acto deliberado da nossa vontade.

---

(1) II-II^{ae}, 23, a ad 3.
(2) II-II^{ae}, 24, 2.

Representam os actos essenciais da vida espiritual, pois, sem eles, esta não existe. Dão-nos uma prova clara do facto de a vida cristã ser uma sociedade vital entre Deus e a alma humana e mostram-nos um dos resultados da influência vivificante do Espírito Santo, que actua como «alma» no Corpo Místico de Cristo. O valor dos actos produzidos desta forma não pode ser medido por padrões humanos.

Visam directamente a Deus e não é necessário que produzam efeitos visíveis. Somos, por vezes, tentados a medir o valor dos nossos actos pelo «*bem*» que produzem — bem para as almas, para os homens, para os pobres, para os doentes e outros bens semelhantes. Lendo S. Paulo, verifica-se melhor o engano de tal processo.

No capítulo 12.º da primeira epístola aos Coríntios, S. Paulo aprecia as formas pelas quais o Espírito Santo manifestava habitualmente a Sua presença nas almas; os milagres, as profecias, o dom das línguas e outros fenómenos extraordinários eram coisas bem conhecidas nesses dias, mas eram todas obra do mesmo Espírito Santo. S. Paulo insiste nesta união fundamental e a esse respeito faz uma descrição muito explícita da unidade do Corpo Místico e retrata a dependência mútua dos seus membros.

A variedade que se verifica naturalmente entre os seus membros conduz a uma variedade de operações e S. Paulo enumera algumas das funções que então eram desempenhadas na Igreja: apóstolos, profetas, doutores, operadores de milagres, os que eram dotados do dom das línguas, do poder de cura e de outros dons notáveis, que prestavam grande serviço na instalação da Igreja.

Pois, apesar do valor e das maravilhas desses dons, S. Paulo não hesita em dirigir-se aos Coríntios numa exortação que é considerada clássica:

«*Aspirai a dons melhores. E eu vou mostrar-vos um caminho mais excelente*». Inicia então um hino de louvor à caridade, que é o melhor dom e o caminho mais excelente e acaba afirmando: «*Agora, pois, permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; porém, a maior delas é*

a caridade» [1]. Mas a caridade não é só mais excelente, é também a única virtude e o único caminho essenciais:

«*Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como um bronze que soa, ou como um címbalo que tine. E ainda que eu tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência e tivesse toda a fé, até ao ponto de transportar montes, se não tiver caridade, não sou nada. E, ainda que distribuísse todos os meus bens no sustento dos pobres e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, nada isto me aproveita*» [2].

Estas são as palavras de S. Paulo, mas são também as palavras de Deus, que é o autor das Escrituras inspiradas. Não há que fugir ao seu significado, que é muito claro.

Por muito que façamos, de nada serve, se o não fizermos por amor de Deus. Deus quer o nosso amor e nenhuma outra coisa O satisfaz. É isso o que Ele sobretudo procura nas nossas obras. As coisas que fazemos ou conseguimos não têm para Ele um valor primário, porque Ele pode criá-las por um mero acto do Seu pensamento e com a mesma facilidade pode suscitar outros agentes livres para fazerem o que nós fazemos. Mas o amor dos nossos corações é qualquer coisa de especial que mais ninguém Lhe pode dar. É certo que Ele pode criar outros corações para O amarem, mas, uma vez que nos criou e nos dotou de vontade livre, o amor especial do nosso coração é qualquer coisa única e em certo modo insubstituível. Seja como for, não é em atenção a Si que deseja o nosso amor, mas, sim, porque deseja a nossa felicidade na Sua companhia para sempre e só pode fazer isso, se nós lhe consagrarmos o nosso amor.

Poderá parecer que isso é qualquer coisa que está fora das nossas faculdades ou preferências. Nas relações humanas fala-se de «paixões súbitas»; não é, ao que parece, qualquer coisa de pensado, uma coisa que se pode fazer, quando

(1) I Cor. XIII, 13.
(2) I Cor. XIII, 1-3.

se quer. Esse despertar especial de um interesse novo e particular por determinada pessoa e a manifestação de um novo poder para a amar, que eleva todo o nível de vida de um homem ou de uma mulher e abre a porta à forma mais elevada da felicidade humana, parece ser qualquer coisa de fortuito, um acidente, um caso de sorte. Quer seja assim, quer não, verifica-se uma analogia profunda entre o humano e o divino na qual desejamos insistir neste livro.

Mas há uma diferença importante no que diz respeito ao amor de Deus. Aí, em vez de se falar de uma alma que se apaixona, seria mais apropriado dizer que o amor caiu na alma, porque Deus nos dá o amor com que O havemos de amar. Mais do que isso: dá-nos o dom da sabedoria, que nos habilita a adquirir um gosto especial e um deleite em Deus, na Sua amizade e nos Seus caminhos. Tanto o amor como a sabedoria vêm de Deus; isto ajudar-nos-á a compreender o tratamento que de outra forma nos pareceria rude, do hóspede que, na parábola do Evangelho foi à festa nupcial sem vestes apropriadas. A não ser que se conclua que as vestes eram fornecidas pelo dono da casa, não se compreenderia o seu ressentimento pela recusa do convidado a aceder ao seu convite e passaria despercebido o paralelo com o homem que se dedica ao serviço de Deus sem amor no coração, porque se há dom que se tem de pedir — e há muitos — um deles é por certo o dom do amor de Deus.

A fonte da verdadeira felicidade nesta vida e na outra é só uma — amar e ser amado. O conhecimento que não conduz ao amor é vão e estéril. É certo que o amor se exterioriza de muitas formas e é certo que se pode pôr em dúvida a sua realidade, se não se exprimir por qualquer modo. Não obstante isso, porém, é o amor e só amor que importa. S. Paulo e todos os Santos sabiam isso e Nossa Senhora também o sabia. Nosso Senhor sabe-o e o próprio Deus sabe-o e no-lo diz nas Escrituras: «*Eu amei-te com amor eterno*» (1)

---

(1) Jer. XXXI, 3.

«*Meu filho, dá-me o teu coração*» [1]. «O amor é o complemento da lei» [2]. Mas, quando percorremos as Escrituras, notamos que Deus não restringe o Seu mandamento de amor ao amor a Si próprio; insistiu em que devemos amar o nosso próximo e torna-se bem claro que considera os dois amores inseparáveis e como sendo um e o mesmo. Não faltam nas Escrituras textos como estes: «*Amarás o teu próximo por amor de Deus* [3]. *Todos os outros mandamentos se resumem neste: Amarás o teu próximo como a ti mesmo*[4]» e a exortação final de Nosso Senhor aos Seus discípulos o «*Seu mandamento*»: *que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei* [5].

Esta insistência a respeito do amor fraterno e a sua identificação com o amor Divino parece surpreendente à primeira vista, mas o seu significado torna-se claro, se tivermos em mente os princípios que regulam a acção dos membros do Corpo Místico.

Os órgãos do corpo humano dependem uns dos outros e operam para benefício mútuo e, por conseguinte, para o bem de todo o organismo. Um corpo estranho alojado no organismo distingue-se do que vive em união viva com o todo, pois não actuam com o resto do sistema.

É pelo menos um estorvo. Se nós não cooperamos também com os outros membros do Corpo de Cristo, o nosso título à qualidade de membros vivos desse Corpo fica comprometido imediatamente. Não podemos fazer uma distinção completa entre Cristo e os Seus membros; não podemos amar a Cristo, sem estarmos dispostos a amar Cristo integral — Cabeça e membros.

O que fizermos aos outros membros, nossos semelhantes fazemo-lo a Ele — porque são o Seu Corpo. É Ele próprio que o diz: «*Na verdade vos digo que todas as vezes que*

(1) Prov. XXIII, 26.
(2) Rom. XIII, 10.
(3) S. Lucas, X, 28.
(4) S. Mat. XXII, 40.
(5) S. João XV, 12.

vós fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes» [1]. É a Cristo que servimos ou injuriamos na pessoa do nosso próximo.

Se a nossa caridade fraternal é ser cristão, o seu motivo primacial deve ser o amor de Cristo.

É por isso que os teólogos não distinguem essencialmente um preceito duplo de caridade, um para Deus e outro para o próximo; só reconhecem um — o amor de Deus. E é por isso que escreve S. João: «*Se alguém disser: Eu amo a Deus e odiar o seu irmão, é um mentiroso. Porque aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, como pode amar a Deus, a quem não vê?... Se nos amarmos mùtuamente, Deus permanece em nós e a sua caridade é em nós perfeita. Por isto conhecemos que estamos nEle e Ele em nós, porque nos comunicou o Seu Espírito* [2]. *Amemo-nos uns aos outros, porque a caridade vem de Deus. E todo o que ama, nasceu de Deus e conhece a Deus. Quem não ama, não conhece a Deus, porque Deus é caridade*» [3].

Podiam escrever-se volumes a comentar estes textos. Numa coisa, porém, temos de assentar e é que para permanecermos em Deus, temos de amar o nosso próximo; a caridade fraterna é uma manifestação necessária do amor de Deus, que não existe sem ela. Na parte prática deste livro, trataremos da obra da caridade fraterna. Notemos, porém, desde já, que a caridade não nos obriga a gostar das outras pessoas, mas sim a amá-las e o amor é um acto de vontade que nos leva a desejar bem aos outros. Além disso, o que passa por ser caridade fraterna não chega muitas vezes a ser sequer cristão. A civilização moderna está cheia de humanitarismo, que não é caridade cristã, porque a sua razão de ser não é o amor de Deus. Poderá ser amor dos homens, mas, as mais das vezes, é apenas amor de comando. Qualquer que seja o seu motivo, se este não procede do amor

---

(1) S. Mat. XXV, 40.
(2) I S. João IV, 12, 13 e 30.
(3) S. João IV, 7-8.

de Deus, de *nada serve*. Este é um ponto em que muitos católicos e até religiosos cometem erros fatais, que tornam muito do seu trabalho a favor do próximo estéril e inútil, porque os seus fins são humanos. A esses pode ser aplicado o tríplice aviso de Nosso Senhor: «*Em verdade vos digo que já receberam a sua recompensa*» (1).

Não devemos, no entanto, generalizar demasiadamente a nossa condenação, porque, quando uma pessoa trabalha cumprindo aquilo que julga ser do seu dever, Deus não deixará de ter compaixão dela e de lhe dar a graça necessária para rectificar as suas intenções.

Fique, porém, assente que numa vida cristã e sã, o trabalho do homem deve ser todo feito com Deus, para Deus e em Deus; o amor de Deus deve ser ao mesmo tempo, a sua fonte, o seu fim e o seu principal valor.

A vida espiritual é toda um caso de amor com Deus e se essa expressão está associada a coisas que aqui são descabidas, é porque se abusa dela e não porque se lhe atribui o verdadeiro sentido.

Como veremos, o próprio Deus serve-se do amor humano, para nos ensinar os segredos do amor divino.

O amor de Deus por nós está patenteado na Vida, Paixão e Morte de Nosso Senhor. A nossa retribuição é a influência do amor a Deus na nossa própria vida e isso manifesta-se especialmente pela caridade fraterna. Deus não nos dá só a faculdade de O amarmos, mas também a oportunidade para exercermos essa faculdade. Deus basta-se a Si mesmo e como não podemos acrescentar-Lhe nada, o nosso amor parece por vezes um amor sem esperança e inútil. Mas Deus identificou-se por tal forma com as necessidades do nosso próximo, que aquilo que fazemos aos outros, por amor de Deus, é como se o fizéssemos a Ele próprio.

O amor de Deus, portanto, e o amor do próximo são uma e a mesma virtude. Esta virtude é uma consequência da nossa incorporação em Cristo, mas é também o meio de

(1) S. Mat. VI, 2.

cumprirmos a lei da nossa vida em Cristo. É Deus que opera em nós para amarmos e para fazermos obras de amor. Estas obras são muitas e para as praticarmos, Deus deu-nos outras virtudes chamadas morais, que dependem das quatro virtudes cardeais, prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Precisamos delas para regularmos todas as nossas acções, para sermos honrados com o nosso próximo, para controlarmos os nossos apetites inferiores e para vencermos a fraqueza e o medo, por forma que todas as nossas acções sejam dignas da vida do Corpo de Cristo.

Além destas virtudes e dos sete dons do Espírito Santo, a nossa vida em Cristo necessita de uma série contínua de auxílios, chamados graças actuais, pelas quais somos incitados a fazer o bem e somos ajudados em todas as nossas acções. Não podemos começar um único acto bom, sem o auxílio de Deus. «*Sem mim, nada podeis fazer*» (1). Mas Deus é o nosso Pai e não falta aos seus filhos, e Cristo é a Cabeça do Seu Corpo, como ensina a Igreja: «*Ele derrama incessantemente a Sua graça sobre aqueles que foram justificados, do mesmo modo que a cabeça exerce a sua influência sobre os membros e a vinha sobre os ramos e esta graça prende sempre, acompanha e segue as suas boas acções*» (2). No Corpo Místico, há, por assim dizer, um sistema nervoso completo, que controla as acções de todos os seus membros, as quais paralisam sem essa iniciação vital e guia. A obra da graça actual é de grande importância na vida espiritual, mas para examinarmos essas virtudes ou as graças diferentes com mais pormenores, tornaríamos este trabalho demasiadamente teórico e colocar-nos-íamos no perigo de perder de vista o plano geral da vida cristã, que se vive através de Cristo, com Cristo e em Cristo, na unidade do Espírito Santo para glória de Deus Eterno.

---

(1) S. João XV, 5.
(2) Conc. de Trento, Sess. VI — cap. 16.

CAPÍTULO VII

À PROCURA DE CRISTO ATRAVÉS DA HUMILDADE E DA OBEDIÊNCIA

A fim de não perdermos a vista do conjunto geral da floresta, examinando muito de perto as árvores que nela se encontram, não continuamos com o estudo dos efeitos da nossa incorporação em Cristo, até ao ponto de os examinarmos em pormenor, preferindo interromper as nossas considerações e declarar que a vida cristã é uma vida vivida através de Cristo, com Cristo e em Cristo. Há, porém, uma pergunta a que temos de responder desde já e que é a seguinte: Se Deus é a origem e força da nossa vida sobrenatural, o Seu principal promotor e o seu último fim, se a Divina Omnipotência que pode fazer tudo e a Divina Bondade que fará tudo o que é necessário para glória de Deus, trabalham tão ìntimamente na nossa alma, por que razão não somos nós todos santos? Por que é que, ao contrário, mesmo nos melhores de nós, ficou muito de pagão? Uma resposta possível a essa pergunta poderia tirar-se das nossas considerações expostas no capítulo antecedente sobre a caridade fraterna e, na verdade, poderíamos citar as palavras de S. João, para provar que a falta de caridade para com o próximo interfere com a acção de Deus nas nossas almas. Mas isso é mais um sintoma do que a verdadeira doença. Temos de ir mais longe procurar a razão do mal; para analisar as raízes deste, regressemos às origens do mal no Mundo.

Já vimos que o primeiro pecado foi o dos anjos e que foi um pecado de orgulho, manifestado pela desobediência. Já vimos também que o pecado original na terra foi o dos nossos primeiros pais e que foi também um pecado de orgulho que se manifestou pela desobediência. Vimos ainda que, quando o novo Adão e a nova Eva, Jesus e Maria, começaram a Sua obra de reparar as ruínas causadas por estes pecados, o caminho que seguiram foi o da humildade que se manifestou pela obediência em oposição directa à origem dos males que combatiam. E como foram o nosso modelo, o Seu exemplo pessoal dá força moral à lição da queda original. O orgulho e a desobediência de Adão e Eva ainda conservam as suas raízes em nós e constituem o principal obstáculo aos esforços de Deus de restaurar todas as coisas em Cristo.

Quando fizemos a nós próprios a pergunta: «Como foi que Cristo nos remiu?» vimos que a resposta era: tornando-nos parte de Si próprio. Chegámos também à conclusão de que a plenitude da nossa incorporação nEle e da nossa identificação com Ele dependiam do exercício contínuo do direito de escolher por parte da nossa livre vontade. Ora, seja qual for a causa da nossa tendência para recusarmos o abandono e a negação do nosso eu, e nos vestirmos de Cristo, essa causa é também a origem da impossibilidade que manifestamos em viver plenamente a vida de Cristo. Mas este mesmo amor de nós próprios não constituiria obstáculo à graça omnipotente de Deus, a não ser que houvesse motivo que levasse Deus a não usar do Seu poder para mover os nossos corações. Mas, desgraçadamente, existe tal obstáculo que é o nosso orgulho. Se examinamos a natureza do orgulho, veremos o motivo por que este impede que a graça de Deus opere nas nossas almas.

O orgulho é um desejo desordenado da própria excelência; esta é a definição clássica, mas, para o nosso caso, melhor será aceitar a definição de Tanquerey: «o orgulho é o amor desordenado de nós próprios que nos leva a conside-

rarmo-nos, implícita ou explìcitamente, o nosso primeiro princípio e o nosso último fim» [1].

O orgulho faz com que atribuamos aos nossos esforços o bem que encontramos em nós próprios, ou, se admitimos que vem de Deus, o atribuamos aos nossos méritos; leva-nos a exagerar o bem que possuímos ou fazemos, a imaginar que somos o que não somos e a desprezar os outros, a fim de nos elevarmos a nós próprios.

O orgulho vai ainda mais além: faz com que nos consideremos a nós próprios como nosso último fim; o homem orgulhoso vive «a sua própria vida» por sua causa. Mas, no Corpo Místico de Cristo, a vida sobrenatural de cada membro, com todas as suas virtudes e todas as suas obras, vem de Deus, e dirigida pelo poder de Deus e dirige-se a Deus por amor de Deus. O orgulho leva-nos a considerar o nosso bem, como se viesse de nós próprios, como se tivesse sido feito por nós, como se se dirigisse a nós e por amor de nós. A oposição é manifesta. Mas há ainda uma oposição mais fundamental.

A razão primária de Deus em todas as Suas obras — na criação, na redenção, em cada um dos Seus actos — nada pode ser senão Ele próprio. É a lei do Seu Ser; não pode deixar de ser Deus, de ser Supremo; dotado de Natureza Divina, não se pode subordinar a uma criatura, sem Se contradizer. É certo que a Sua bondade O levou a procurar a Sua glória, tornando-nos felizes pela Sua Misericórdia. Mas a glória da Sua Misericórdia é só dEle. «*Eu sou o Senhor, este é o meu nome; eu não darei a outro a minha glória*» [2].

O orgulho, que faz com que nos apropriemos do bem que temos ou fazemos, opõe-se directamente a esta lei da acção de Deus e estabelece-lhe, portanto, um limite. Deus não pode derramar os Seus dons sobre os orgulhosos, sem se contradizer, enquanto se obstinarem na sua atitude. É o

---

(1) Tanqueray: *A vida espiritual.*
(2) Isaías, XLII, 8.

próprio Deus que no-lo diz pela pena de S. Tiago: «*Deus resiste aos soberbos e dá a Sua graça aos humildes*» (1).

Muitas pessoas convencem-se de que os esforços que empregam nas boas acções e de que muitas outras coisas, como, por exemplo, os seus bons hábitos, e os resultados que obtêm são fruto do seu labor e julgam que há qualquer coisa de absurdo na exigência de terem de atribuir todas essas coisas a Deus, como sua origem e seu fim.

Examinemos, porém, a realidade dos factos e vejamos em que relação se mantém a criatura com o seu Criador.

Em primeiro lugar, devemos a nossa existência ao direito de livre escolha de Deus; Ele criou-nos e não tinha nenhuma necessidade de o fazer, nem ganhou coisa alguma fazendo-o. Tendo sido criados, precisamos ainda da intervenção de Deus, para conservar a existência, porque esta depende do exercício contínuo do poder de conservação de Deus. Nós somos como o som da voz do homem, se este deixa de falar, o som deixa também de existir. Se Deus deixasse de pensar em nós, deixaríamos de existir. Mas a nossa dependência não termina ainda aqui. Mesmo na ordem natural, não podemos ter um único pensamento ou praticar a menor acção — mesmo as acções físicas puramente reflexas, como respirar ou digerir — que não devem a sua origem a Deus e que não dependem da Sua cooperação para as praticarmos. É certo que, depois de nos ter criado, seria em certo modo absurdo que Ele nos negasse a cooperação ulterior, necessária à nossa existência, mas — não falando já do abuso dos Seus dons — o certo é que Ele não tem obrigação de no-los dar e se há alguma dívida é de nós para com Ele.

E seria ainda longa a lista dos dons que Deus nos confere livremente, bastando considerar as providências que tomou para suprir as nossas necessidades fundamentais de ar, alimento, luz e calor, vestuário, instrução e muitas outras. Os pormenores dos desígnios de Deus para prover à nossa vida estão ainda fora do âmbito da ciência.

---

(1) S. Tiago IV, 6.

Tudo isso seria verdadeiro e comovente, mesmo que fôssemos perfeitos e absolutamente submissos à Sua vontade. Mas não o somos e, apesar da nossa rebeldia, Ele continua ainda a cooperar connosco. Mas fez mais do que isso, pois dignou-se elevar-nos a uma ordem nova e sobrenatural, em que participamos da Sua própria felicidade. E nessa nova ordem são necessárias da Sua parte uma riqueza e generosidade semelhantes de cooperação; neste caso, Ele nem deve isso a Si próprio — é um dom absolutamente gratuito.

Nesta nova ordem tem de haver uma nova criação pela graça, uma série infindável de auxílios e impulsos, a que chamamos graça actual; tem de haver todas essas múltiplas providências necessárias para a conservação e desenvolvimento da vida sobrenatural na nossa alma. Tudo isso tem de vir dEle.

Mas esta generosidade torna-se ainda mais admirável, se nos lembrarmos de que os homens tinham rejeitado este dom pelo pecado e que para lho restituir, Deus em Pessoa tornou-se homem, sofreu e morreu por aqueles que tinham pecado contra Ele e até por aqueles que O mataram. Não compreendemos que devemos a Deus a graça por cada acto e por cada boa acção da nossa vida espiritual, que tudo isso foi ganho para nós pelos merecimentos de Nosso Senhor e conseguido pela intervenção de Nossa Senhora, à custa de sofrimentos inenarráveis que suportaram. Os próprios actos da nossa vontade, de que nos podíamos vangloriar, vêm de Deus: «*Porque Deus é o que opera em vós o querer e o executar*» (1). Mesmo quando um homem comete um pecado, a única coisa que lhe pertence nesse acto é a falta de conformidade da sua vontade com a vontade de Deus; tudo o que há de positivo na acção depende da Causa primeira de todo o ser e acção.

Só quando Deus retira o Seu auxílio e deixa o homem orgulhoso entregue aos seus próprios expedientes, é que se

(1) Fil. II, 13.

torna evidente o que vale ele sem Deus. Por vezes, Deus retira a sua ajuda usual, a fim de que o homem se humilhe o suficiente, para que a Sua graça o santifique. De outra forma o seu orgulho repeliria a Misericórdia de Deus. Foi o próprio Deus que disse *que não temos nada que não tenhamos recebido* (1). Mesmo quando adquirimos merecimentos, Deus é o primeiro princípio da nossa acção e só temos direito à Sua recompensa, em primeiro lugar porque Deus prometeu livremente que recompensaria tais acções — pois não podemos alegar qualquer reivindicação perante Deus, excepto o que Ele próprio nos dá e, em segundo lugar, em razão dos merecimentos de Cristo, dos quais dependem os nossos.

Há uma deformidade especial no orgulho, se o consideramos num membro do Corpo Místico de Cristo. O orgulho faz com que o homem viva por si mesmo e para si mesmo. Ora, como membro de Cristo, o homem deve viver em Cristo e para Cristo. O orgulho contraria, portanto, a vida do Corpo Místico de Cristo; é uma espécie de cancro nesse Corpo e podemos, com propriedade, chamá-lo um anti-Cristo, porque, enquanto os outros pecados afastam de Deus, o orgulho opõe-se-Lhe.

A primeira manifestação desta atitude de oposição a Deus é a recusa de Lhe obedecer e este é outro mal causado pelo orgulho. Essa primeira manifestação faz com que Deus, Ser Supremo, deixe de cooperar connosco; o efeito faz com que cessemos nós de cooperar com Ele. A verdadeira gravidade deste efeito — que não consideramos tanto uma ofensa contra Deus como uma ofensa contra nós próprios — torna-se evidente, se o relacionarmos com o Corpo Místico de Cristo. A obediência é, sem dúvida, a lei da sua vida. Cada acção, por mais insignificante que seja, contrária à vontade de Deus, não pode ser compartilhada por Cristo, não faz parte da vida do Seu Corpo e portanto não tem qualquer valor real. Para participar da vida do corpo, os seus

(1) I Cor. IV, 7.

membros têm de se sujeitar à cabeça — princípio regulador. Devem ter-se sempre presentes as circunstâncias especiais da alma humana, como membro de Cristo. A incorporação em Cristo não nos priva da nossa personalidade; conservamos livre a vontade e pleno domínio sobre as nossas acções e podemos decidir o rumo que elas seguirão. A recusa deliberada de nos conformarmos com a vontade de Deus em matéria grave é um pecado mortal e corta consequentemente a circulação vital que torna a alma membro vivo de Cristo. Tal desobediência é fatal. Quando não se trate de matéria grave, tal acção considera-se separada dessa circulação vital, embora não suceda o mesmo ao seu autor e abre-se o caminho para a separação total do agente com faltas mais sérias no futuro.

Tais faltas de submissão à vontade de Deus podem ter como causa qualquer manifestação de amor próprio ou amor da própria conservação.

Podemos em geral distinguir duas espécies de amor próprio, correspondentes à dupla composição do homem de corpo e alma; o orgulho corresponde a esta e a sensualidade àquela.

Estas duas causas não são, porém, absolutamente distintas e é significativo que S. Gregório e S. Tomás atribuem ao orgulho a origem de todos os pecados capitais. Na verdade, os pecados da carne têm muitas vezes o seu princípio no orgulho, porque, embora não lhes dê motivo uma espécie de forma directa de exaltação própria, o orgulho faz, no entanto, com que o homem descure as ocasiões perigosas de tais pecados e impede que procure na oração e nos Sacramentos a ajuda de Deus; em resumo, o orgulho torna-o cego perante as próprias fraquezas e leva-o a recusar-se a admiti-las. Muitas vezes, também, o orgulho constitui um tal obstáculo aos desígnios de Deus, que Ele tira deliberadamente a Sua graça ao homem e abandona-o às suas fraquezas, por forma que a vergonha dos pecados derivados da carne, o conduza ao caminho da humildade. Finalmente, não nos devemos esquecer de que as paixões animais do homem

estavam presas e sujeitas ao controlo fácil da sua razão, até ao momento em que se recusou, pelo pecado do orgulho, a submeter a Deus as suas faculdades mais elevadas. Foi então que descobriu que a rebelião alastrara até à sua própria casa.

Com efeito, temos a palavra de Deus a dizer que «*resiste aos soberbos e dá a Sua graça aos humildes*» (1).

Enquanto o homem humilde pode com facilidade alcançar graça para vencer as suas fraquezas, o orgulhoso não o pode. Como já tivemos ocasião de dizer, o pecado do orgulho opõe-se a Deus, ao passo que os outros pecados apenas nos afastam dEle. Deus pode conceder graça a uma pessoa humilde, para esta vencer as suas paixões, sem ter de negar a Sua própria glória. Com efeito, a fraqueza e a miséria do homem são uma oração contínua e um apelo à misericórdia de Deus, especialmente quando ele admite e aceita a humilhação da sua situação. Essas pessoas não rejeitam pròpriamente a Deus com os seus pecados, são antes afastados dEle pela revolta das paixões baixas; o governo, por assim dizer, não nega a autoridade de Deus, mas mostra-se incapaz de manter a sua autoridade, ao passo que, no caso do orgulhoso, é o governo que rejeita a Deus e muitas vezes, quanto mais perfeito é o controlo do homem sobre si mesmo, tanto mais grave é o seu pecado de orgulho. Tendo em vista apenas um meio prático de se evitar esse pecado, convém distinguir duas causas da desobediência e regular a nossa vida espiritual de acordo com essa distinção.

Ambas essas causas são, no entanto, meras formas diferentes de amor próprio e amor da própria conservação. Ambas representam uma tentativa ou uma decisão para viver cada qual a sua vida, em vez de viver a vida de Cristo. Já vimos como tal erro é fatal. Desde que o ser humano foi elevado ao sobrenatural, a nossa vida, por mais excelente que seja, de nada serve. A nossa única esperança é a salvação em Cristo; tudo o que se fizer fora dEle, «de nada

(1) S. Tiago, IV, 6.

aproveita». De facto, tais acções e tais coisas acabam todas na tumba e podem ter de ser expiadas ou aqui na terra ou através do fogo purificador; podem ser mesmo a causa da nossa condenação eterna. Só o que é feito em Cristo se erguerá glorioso e imortal da nossa sepultura.

Talvez agora já estejamos em condições de compreender o que Nosso Senhor tinha no pensamento, quando insistia em declarações contínuas: «*Porque o que quiser salvar a sua alma, perdê-la-á e o que perder a alma por amor de Deus, achá-la-á*»[1].

E se temos qualquer dúvida acerca do que Ele pretendia significar com as palavras «*perder a alma*», notemos que estas palavras foram proferidas para explicarem outra asserção muito significativa: «*Se alguém quer vir após de mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me*»[2].

Quando tratarmos da perfeição da nossa união com Nosso Senhor, desenvolveremos o significado do acto de tomar cada um a sua cruz. Por agora é a importância de despir o homem velho e vesti-lo de Cristo que tem de ser destacada. Essa negação de nós próprios e a aceitação de Cristo ou o contrário, isto é, o apego a nós próprios e a rejeição de Cristo, dependem da nossa vontade e é por isso que a desobediência deliberada à vontade de Deus é um golpe de morte na vida de Cristo em nós. Mas se usamos a nossa vontade para aceitar a Vontade de Deus e conformamos o nosso coração com o Seu, então fazemos da nossa parte o necessário para que Cristo viva em nós e para que encontremos a nossa vida nEle.

Se me perguntarem como pode um cristão vestir-se de Cristo e encontrar salvação e santidade, a minha resposta resume-se numa palavra — e essa palavra é Humildade. Na prática esta virtude inclui duas coisas: uma atitude do espírito e a expressão dessa atitude na acção. A atitude é a humildade da alma e a sua expressão prática é procurar a

(1) S. Mat. XVI, 25.
(2) S. Mat. XVI, 24.

Deus, cumprindo a Sua vontade. E notemos que estas duas coisas são na realidade uma só. Mas então, perguntar-se-á, que dizer de todos os outros mandamentos, virtudes e práticas da vida espiritual? Então a fé, a esperança e a caridade não são também virtudes essenciais? Apesar de todas essas objecções, continuamos a insistir na nossa afirmação: a humildade é a única coisa necessária. Com isso não queremos negar a necessidade das outras riquezas da graça de Deus; pelo contrário, porque elas são todas *tão* essenciais, é que afirmamos que a humildade é a única essencial.

O paradoxo desaparece, se recordarmos que Deus resiste aos orgulhosos e *dá a graça aos humildes*. A nossa suficiência vem de Deus e, se formos humildes, Deus fará o resto. Isto não é apenas uma opinião sentimental. Baseia-se numa lei bem precisa do próprio Ser de Deus, num princípio que os escolásticos formularam nas seguintes palavras: «*Bonum est diffusivum sui*». A bondade tende sempre a espalhar-se. A bondade é expansiva, tem de se dar. É dinâmica: procura com avidez distribuir-se e comunicar-se. E Deus é a própria Suprema Bondade. Se não houver, portanto, obstáculos à Sua acção, Deus comunicar-se-á a nós sem limite, até nos enchermos da Sua graça [1]. A bondade de Deus é semelhante à atmosfera: penetra em todos os cantos e recantos que encontra livres. É como o oceano que submerge tudo e enche tudo o que não está já cheio por si mesmo. E deve ter-se sempre em mente que a bondade de Deus é dinâmica — conduz à acção; não só enche a alma, como faz com que esta ame e manifeste o seu amor com acções.

O principal obstáculo a esta expansão e efusão da graça de Deus é o orgulho. O orgulho tende a usurpar a glória de Deus; é uma disposição que nos leva a rotular e a marcar como nosso tudo o que provém apenas da bondade

---

(1) Uma explicação deste princípio pode encontrar-se na resposta que se conta ter sido dada por um jardineiro inglês, a quem perguntaram como funcionava certa máquina: «Trabalha com o vácuo; o vácuo não é nada, mas tem uma força prodigiosa».

de Deus; é, em última análise, uma negação da Supremacia de Deus. Enquanto tal sentimento se mantiver na alma, Deus não pode conceder a Sua graça a essa alma. A Sua bondade é limitada pela atitude desta, porque o orgulho faz operar a própria lei do ser de Deus, impedindo que a Sua misericórdia actue. A humildade, pelo contrário, não só remove esse obstáculo, mas atrai também o auxílio de Deus. Desde que uma pessoa seja humilde, Deus pode derramar a Sua graça santificadora na sua alma e remover assim todos os obstáculos à união divina; o homem humilde não rouba a Deus a glória que Lhe é devida pela Sua bondade misericordiosa. Com efeito, há um significado eterno na escolha das palavras, com que Nosso Senhor começou o Seu primeiro sermão: «*Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos Céus*» (1). Aqui, a «Verdade Divina» apresenta a pobreza de espírito como título ao reino dos Céus. E a pobreza de espírito significa alguma coisa mais do que a ausência de amor às riquezas; é, de facto, essa abnegação do próprio ser que, podendo manifestar-se pela pobreza material, é realmente humildade de coração, como Santo Agostinho o entende. Que ninguém se admire, portanto, de que S. Bento, escrevendo aos homens que procuravam a perfeição, e S. Tomás, Doutor da Igreja, tenham afirmado que a humildade é a primeira virtude necessária para se alcançar o Reino dos Céus, porque remove os obstáculos à acção e misericórdia de Deus. É o próprio Deus que o diz. Mas sejamos claros sobre o que entendemos por humildade. Esta não significa que devamos negar o bem que está em nós. Pelo contrário — a humildade é a verdade. Se uma pessoa que fala cinco línguas, nega este conhecimento, não diz a verdade. Mas se atribui essa habilidade para aprender línguas e todo o seu talento a si ou aos seus merecimentos, também está longe da verdade. A criatura mais admirável que Deus criou foi Sua Mãe e Ela sabia isso. Sabia mesmo que era humilde. No Seu grande poema de louvor a Deus — a

(1) S. Mat. V, 3.

Magnificat — Ela diz que foi a Sua humildade que atraiu as atenções e a graça de Deus. Mas atribui tudo o que vê em Si à misericórdia de Deus: «*Porque fez em mim grandes coisas Aquele que é poderoso... Todas as gerações me chamarão bem-aventurada*» (1).

O que é então a humildade? O *Magnificat* de Nossa Senhora dá-nos uma indicação. Humildade é uma virtude sobrenatural pela qual reconhecemos o nosso verdadeiro valor aos olhos de Deus e nos mostramos dispostos a tributar-Lhe o devido reconhecimento por todo o bem que encontramos em nós próprios. A humildade e a sua sombra, a mansidão, são as únicas virtudes que Ele apontou em Si para serem imitadas: «*Aprendei de Mim, que sou manso e humilde de coração*» (2).

A Sua vida de obediência é uma lição de humildade. Vemos também que Ele insistiu sempre em atribuir a Seu Pai o merecimento de todas as obras que praticava. Mas a Sua humildade foi mais longe, pois parece ter abdicado de toda a Sua personalidade, no sentido de que consentiu em que o Espírito Santo tomasse completamente conta da Sua vida e sujeitou-se a Ele em tudo. Quando nos lembramos de que a natureza humana de Nosso Senhor foi a natureza mais admirável que Deus criou, melhor compreendemos quanto foi sublime este completo aniquilamento de Si próprio.

O desenvolvimento em nós desta humildade de coração é assunto para a parte prática deste livro. Mas, como já vimos a forma como esta atitude do espírito faz com que Deus derrame com largueza as suas graças e poder na nossa alma, examinemos agora o efeito semelhante da expressão da humildade pela submissão à vontade de Deus.

Notemos, antes de mais nada, que dificilmente se encontrará outra coisa que mais caracteristicamente e com mais insistência tenha sido tratada nos sermões e práticas de Nosso Senhor, do que esta submissão.

---

(1) S. Lucas I, 49-48.
(2) S. Mat. XI, 29.

Quando os Seus discípulos Lhe pediram que os ensinasse a orar, Nosso Senhor deu-lhes um modelo de oração que não contém, no entanto, outro apelo à sua santificação além de: «*Seja feita a Tua vontade, assim na terra como no Céu*». E disse-lhes: «*O que faz a vontade de meu Pai, que está nos Céus, esse entrará no reino dos Céus*» (1). «*Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e nós viremos a ele e faremos nele morada*» (2).

Em toda a Sua doutrina, Nosso Senhor não se cansa de insistir na ligação íntima entre o verdadeiro amor de Deus, que se manifesta cumprindo a Sua vontade e a consequente participação na Sua vida e união com Ele. S. João aprendeu tão bem a lição, que escreveu: «*Quem guarda a Sua palavra, nesse o amor de Deus é verdadeiramente perfeito e por isto conhecemos que estamos nele*» (3). «*E o que observa os Seus mandamentos está em Deus e Deus nele; e, pelo Espírito que nos deu, sabemos que Ele permanece em nós*» (4).

Às lições da Sua pregação, Nosso Senhor juntou o exemplo das Suas obras. Sabemos que o primeiro acto da Sua vida, ao atingir a idade madura, foi consagrar-se ao cumprimento da Vontade de Seu Pai: «*Eis-me que venho, ó Deus, para fazer a Tua vontade*» (5).

Chamamos a atenção para o comentário de S. Paulo que vem logo a seguir à citação destas palavras: «*Por esta vontade somos santificados mediante a oblação do corpo de Jesus Cristo feita uma vez*» (6). Sabemos que a Sua vida oculta foi um acto contínuo de obediência, pois «*era-lhes submisso*». Da Sua vida pública é Ele próprio que nos diz: «*Nada faço de mim mesmo, mas, como o Pai me ensinou, assim falo e o que me enviou está comigo e não me deixou só,*

---

(1) S. Mat. VII, 21.
(2) S. João XIV, 23.
(3) I S. João II, 5.
(4) I S. João III, 24.
(5) Heb. X, 9.
(6) Heb. X, 10.

porque eu faço sempre aquilo que é do Seu agrado» [1]. «*Porque eu desci do Céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade dAquele que me enviou»* [2].

No entanto, mostrou-nos que tinha uma vontade humana própria, que submeteu à vontade de Deus, pois quando entrou em agonia no Jardim das Oliveiras, ouvimo-Lo exclamar: «*Meu Pai, se é possível, passe de mim este cálice; todavia não se faça como eu quero, mas sim como Tu queres»* [3]. Mas não há necessidade de citar mais textos. S. Paulo resume todo o pensamento de Nosso Senhor por estas palavras: «*Tende entre vós os mesmos sentimentos que houve em Jesus Cristo, O qual, existindo na forma de Deus, não julgou que fosse uma rapina o Ser igual a Deus; mas aniquilou-se a Si mesmo, tomando a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens e sendo reconhecido por condição como homem. Humilhou-se a Si mesmo, feito obediente até à morte, e morte de Cruz. Por isso também Deus O exaltou e Lhe deu um nome que está acima de todo o nome»* [4].

Desta forma, Aquele que sabia que era Deus e podia reivindicar direitos divinos sem injustiça ou «rapina», não encontrou melhor maneira de viver na terra senão aniquilando-Se e humilhando-Se, tornando-Se obediente até ao ponto de perder de boa vontade a Sua vida sobre a Cruz, para fazer a vontade de Seu Pai.

A consequência é de importância capital: «*Por isso também Deus o exaltou»* [5]. Nisto está todo o segredo da Providência de Deus; quanto mais nos conformamos com a Sua vontade, ainda que isso represente a perda da nossa própria «vida», mais Ele nos exaltará. Este ponto merece um exame mais profundo. Todo o nosso medo de abandonarmos a nossa vontade, para fazermos a vontade de Deus, baseia-se no de-

---

(1) S. João, VIII — 28-29.
(2) S. João, VI, 38.
(3) S. Mat. XXVI, 39.
(4) Fil. II, 6-9.
(5) Fil. II, 9.

sejo de vivermos «a nossa própria vida» e receamos consequentemente perdê-la, se nos conformamos com a vontade de Deus. Ora é essencial que nos recordemos de que o plano de Deus é só um, como diz Norwich. No pensamento de Deus, podemos distinguir um número quase infinito de «planos» mas devemos ter sempre em mente que, na realidade, Deus tem *uma só vontade* e que se verifica completa unidade nos Seus planos, porque todos os que distinguimos não passam de diferentes aspectos do único plano que Ele Se propôs. S. Paulo diz-nos qual é o Seu plano no que nos diz respeito: «*Esta é a vontade de Deus, a vossa santificação*» (1). E há perfeita harmonia e cooperação entre essa parte do Seu plano e todas as outras partes. S. Paulo recorda-nos que «*todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus*» (2).

À primeira vista parece difícil compreender isto.

Nos acontecimentos que se desenrolam em redor de nós, vemos os efeitos da vontade do nosso próximo, sobretudo os efeitos dos seus pecados e certamente que os seus pecados não fazem parte da vontade de Deus. Assistimos a acontecimentos aparentemente casuais que tanta influência exercem sobre a vida dos homens; apreciamos a carreira dos grandes homens e não podemos deixar de admitir que isso se deveu em grande parte às circunstâncias, a essa coisa misteriosa que se chama sorte e perguntamos a nós mesmos se S. Paulo quis realmente incluir todas as coisas como estas nas suas afirmações.

No entanto, essa foi certamente a sua intenção, pois os dois textos que citamos coincidem no mesmo ponto. E a verdade é que nada sucede por acaso; tudo o que acontece e contraria a nossa vontade, tudo o que se faz mesmo que constitua transgressão directa dos mandamentos de Deus — em resumo, tudo o que acontece provém ou depende da vontade de Deus, da providência de Deus, da ordem que

(1) I Tess. IV, 3.
(2) Rom. VIII, 28.

Ele estabeleceu, do consentimento que Ele dá e das leis que Ele promulgou [1]. Os próprios pecados dos homens cometem-se com aquilo que chamamos «a permissão» de Deus. Tendo deliberado criar homens dotados de livre vontade, previu o abuso que cometeriam usando dela e no entanto consentiu que assim sucedesse.

Mas esse próprio abuso do livre arbítrio não cai fora da Sua Providência. Os Seus desígnios tomaram providências para tais eventualidades. O que realmente aconteceu foi que o pecador se afastou do plano que Deus elaborara para ele; o plano continua intacto no seu conjunto. E assim, no que diz respeito a cada um de nós, só temos duas vontades a considerar — a nossa e a de Deus. A Sua vontade abrange todos os acontecimentos não abrangidos pela nossa, mesmo os actos passados. A nossa posição dentro dos Seus desígnios em qualquer momento depende da nossa vontade nesse mesmo momento. Se não cumprimos a Sua vontade, colocamo-nos fora do plano que elaborara a nosso respeito; se nos conformamos com a Sua vontade, então tudo caminha em boa harmonia para o nosso bem, porque, como dissemos, «o plano de Deus é um só». Ele deseja a nossa felicidade e os Seus planos são conduzir-nos à felicidade através de Cristo. Os Seus planos são, com efeito, restaurar todas as coisas em Cristo e todos os pormenores que Ele tem na sua vontade cooperam para esse fim. A única excepção é o caso do pecador impenitente, cujos pecados o colocam fora do plano na parte que providenciava pela sua felicidade, mas que cai imediatamente sob a alçada doutro plano de Deus, em que governa a Sua justiça. Os pecados dos outros não devem, porém, alterar a nossa confiança na Providência de Deus. Não podemos melhorar os planos que Deus fez para a nossa felicidade. Deus ama-nos mais que nós próprios, conhece melhor as nossas necessidades e o nosso coração que nós próprios e tem poder e vontade para satisfazer todas as aspirações do nosso coração, se tivermos confiança nEle. Não deve-

(1) Cf. St.º Ag. Ps. CXIVIII, 12.

mos ter receio de nos abandonarmos à vontade de Deus, porque a vontade de Deus é o próprio Deus e Deus é a infinita Bondade.

Deus é também um Pai amorável e, sendo Pai, não pode deixar de querer ao Seu Filho — toda a Sua Vontade está repleta do Seu Amor Paternal e insufla a vida do Seu Filho em toda a alma que cumpre a vontade do Pai que está nos Céus. Nunca nos devemos esquecer disto — que Deus nunca deixa de ser Nosso Pai e nunca deixa de ser o Pai de Cristo. A vontade de Deus representa o Seu plano para gerar homens em Cristo e para gerar Cristo nos homens.

Por esse motivo podemos estar certos de que, cumprindo a vontade de Deus, geramos Cristo na nossa alma e entramos em união ainda mais íntima com o Seu Corpo Místico. Na verdade, a própria frase das Escrituras que se refere à entrada na vida pelo cumprimento dos Mandamentos tem profundo significado, pois esse é o caminho que nos torna membros perfeitos do Corpo de Cristo e faz com que encontremos vida nEle. Há aí, porém, um mistério ainda mais profundo. Em certo sentido podemos verdadeiramente afirmar que Cristo viveu a nossa vida em nós.

Lembremo-nos de que Nosso Senhor é o Mediador entre Deus e os Homens, o Chefe da Criação e o Sacerdote universal. Ele recebeu, por assim dizer, a vontade de Deus para todos os homens, ou, se preferirem, as «vontades» de Deus para cada homem [1]. Como homem, adora certamente todas estas vontades e como nosso Salvador e Salvador dos desígnios de Deus, cumpre todas estas vontades no que Lhe diz respeito. Já fizemos alusão à relação fundamental que existe entre o Filho de Deus, que é a Ideia que Deus tem de Si próprio e nós, as criaturas, cada uma das quais é, de uma forma ou de outra, uma imitação de alguma parte dessa «Ideia», realizada fora de Deus. Cristo, como Deus, Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, contém, por assim dizer, o

(1) Cf. Mgr. Gay. citado no cap. XIV.

modelo original segundo o qual fomos feitos e segundo o qual a nossa vida deve ser vivida.

Até que ponto Ele pode efectuar isso para nós e em vez de nós, é um ponto que não é fácil precisar, mas se nos lembrarmos dos famosos textos de S. Paulo em que este se refere à nossa vida, morte, crucifixão e ressurreição em Cristo, dificilmente se poderá negar a possibilidade de se cumprir assim a vontade de Deus a nosso respeito e em Cristo. A única coisa que Ele não pode certamente fazer sem a nossa cooperação de qualquer forma é fazer o que nos compete a nós fazer. Para isso é necessário o nosso consentimento e o cumprimento da vontade de Deus.

Seja como for, temos de passar por alto o intervalo do tempo e do espaço, como já tivemos ocasião de dizer e considerar a Sua vida como vivida em sociedade com a nossa. Ora, a nossa parte nessa sociedade consiste em fazer ou aceitar a vontade de Deus; se fizermos isso, Ele fará o resto. Esta é, por isso, a importância da obediência à vontade de Deus, a qual, quando perfeita, nos identifica com Cristo. Notai a qualificação — quando perfeita — porque a vontade de Deus não se deve estender só aos nossos estímulos e aos nossos actos interiores, como também às nossas acções externas. Com efeito, a Sua vontade preocupa-se mais com o amor que dirige as nossas acções, do que com os próprios actos. Quando cumprimos a vontade de Deus, por amor dEle, unimo-nos a todos os Seus membros, passados, presentes e futuros. Temos a nossa parte em todas as boas obras que se praticam na Igreja ou que já se praticaram nela e a nossa parte depende não tanto das nossas acções externas, como do amor com que cumprimos a Sua vontade. S.ta Teresa de Lisieux cita, dando-lhe a sua aprovação, a doutrina de Tauler, que disse que se ele amasse o bem feito por S. Paulo, mais do que este o amou, esse bem pertencia-lhe mais a ele do que ao próprio S. Paulo. Esta doutrina aplica-se-nos a nós, quando os motivos do nosso amor ao bem praticado provêm do amor de Deus. Acontece muitas vezes que o verdadeiro mérito sobrenatural de muitos sermões se deve mais à humildade de qual-

quer alma simples que faz a vontade de Deus na sua cozinha, pois esta é a verdadeira fonte da energia sobrenatural, do que à eloquência e saber do pregador.

E não é só com os outros membros da Igreja que nós nos unimos por esta forma, pois, como já vimos, cumprindo a vontade de Deus, identificamo-nos com o próprio Cristo. Cristo não é sòmente um Homem entre milhões, embora proeminente. Cristo é tudo em todos. Há só uma verdadeira adoração e serviço de Deus na terra e esses são os de Cristo; há uma única vida verdadeira na terra e essa é Cristo; há só um bem vital que se faz na terra e esse é obra de Cristo. A nossa única esperança de servir a Deus, de orar a Deus ou de viver com Deus é entrar nessa vida e obra de Cristo — ou, como diz S. Paulo, «*vestirmo-nos de Cristo*». E só fazemos isso, cumprindo a vontade de Deus, por amor de Deus.

A fim de resumirmos as noções que nos temos esforçado por expor na última parte deste capítulo, tomemos algumas comparações de que Nosso Senhor se servia e desenvolvamo-las, tendo em vista os fins que nos propusemos. Mas, antes de mais nada, devemos prevenir o leitor de que, ao fazer isso, não é nossa intenção diminuir a realidade implícita na figura brilhante usada por S. Paulo quando fala do Corpo Místico de Cisto. Mas o mistério é tão extraordinário que não há comparação que possa fornecer uma ideia adequada dele.

Nosso Senhor comparou-se à Vide, de que nós somos os ramos; também falou da semente que, lançada à terra, teve de morrer para germinar e crescer até à maturidade frutífera. Consideramos Cristo como uma semente lançada no solo árido, que podemos tomar como sendo todo o universo. A semente morre e converte-se numa planta que lança raízes em todas as direcções. Cada uma destas raízes minúsculas abraça as partículas do solo, escolhe o que está em harmonia com as suas necessidades, absorve-o e torna-o parte de si própria. E assim, com o decorrer do tempo, tudo

o que de bom se encontra no solo transforma-se em tecido vivo da planta.

Não é isto a parábola do grão de mostarda, modificada talvez, mas nem por isso menos verdadeira? Na verdade, o mundo estava vazio de vida sobrenatural, enquanto a morte de Cristo não semeou nele a semente da Sua vida e é pela Sua vida que nós todos vivemos verdadeiramente. Ele não é só a Vide, é a única Vide e não há vida digna de viver-se, senão a que se encontra nEle.

Seu Pai é o bom Feitor e toma conta da Vinha. Tem o controlo de todas as coisas e tudo prepara para o seu desenvolvimento, mas respeita a vontade livre das almas que serão o alimento de Cristo. As raízes da pequena planta escolhem o que lhes convém no solo circunvizinho e deixam o resto. Nós somos o solo em que Cristo cresce; as Suas raízes só escolherão o que está conforme com a vontade de Seu Pai — (não disse Ele que essa era o seu alimento?) e por isso depende de nós decidir se, cumprindo a vontade de Deus, havemos de ser absorvidos por Cristo e entrar na Sua vida, ou se havemos de ser abandonados por Ele na escuridão exterior da nossa própria vontade.

CAPÍTULO VIII

À PROCURA DE CRISTO NA ORAÇÃO

O nosso exame da vida sobrenatural, que é conferida a todas as almas no Baptismo, chegou ao ponto de termos de considerar mais minuciosamente o programa que deve ser seguido por quem deseja viver essa vida. Já vimos que no Baptismo se estabelece uma união íntima entre Deus e a alma da pessoa baptizada. Deus concede ao neófito uma participação na Sua própria natureza; derrama na sua alma as virtudes infusas da fé, esperança e caridade e torna-o membro do Corpo Místico de Cristo. O dever fundamental de todo o cristão é amar a Deus com todo o seu coração e ao seu próximo por amor de Deus. O plano geral do programa que esse cristão deve seguir é, como vimos, tomar uma atitude de humildade e seguir a prática da conformidade com a vontade de Deus na fé, esperança e caridade.

Temos agora de considerar como é que deve ser cumprido esse programa e imediatamente surge a pergunta: a quem se destina este livro? A quem se aplicam os seus princípios? A resposta é que tudo o que se escreveu até agora aplica-se a toda a alma baptizada e a nossa intenção ao formular estes princípios é aplicá-los tanto a leigos, como a sacerdotes seculares ou religiosos.

E se há algum tipo especial de leigos, que tivemos principalmente em mente, é o daqueles cujo estado já foi definido quer pelas circunstâncias, quer pela sua própria escolha e de um modo especial daqueles que contraíram o matri-

mónio ou tencionam contraí-lo. Mas não excluímos seja quem for que tenha sido baptizado e esteja disposto a procurar evitar o pecado mortal. Pouco importa a idade dele ou dela, a sua condição ou educação ou a sua história. Não importa quais os pecados que ele ou ela tenham cometido no passado, ou quais as oportunidades que não tenham aproveitado, quais as graças que tenham recusado; desde que se trate de pessoa baptizada, que esteja disposta a procurar evitar os pecados mortais, toda a doutrina que expusemos pode ser aplicada ao caso dele ou dela.

A razão dessa certeza vamos encontrá-la no Nome dado ao Filho de Deus na Encarnação: «*Ao qual porás o nome de Jesus, porque Ele salvará o Seu povo dos seus pecados*» (1).

A maior censura que os Fariseus se lembraram de lançar contra Nosso Senhor, foi apelar para a característica já bem conhecida: «Este recebe os pecadores» (2).

Sendo a vida espiritual uma sociedade com Jesus, e uma tendência para Jesus, ninguém deve ter receio de ser repelido por Ele, pois não há ninguém a quem Ele não receba. Portanto, quer o leitor seja um daqueles que «viveram sempre assim desde a sua juventude» e queira viver melhor, ou um dos que reconhecem que a sua vida tem sido de mediocridade e tibieza, ou ainda um daqueles que mal se ergueram do atoleiro do pecado mortal, nada disso importa; este livro é também para ele e estão-lhe abertas todas as possibilidades da vida espiritual nele tratadas. Apenas lhe pedimos que não se glorie de qualquer bem que já praticou (ou dos seus êxitos em evitar o mal), que se arrependa do mal que praticou e do bem que deixou de fazer e que se prepare para fazer melhor no futuro, confiando no auxílio e sociedade de Jesus, seu Salvador.

O programa a seguir desde o princípio é entrar em contacto, o mais depressa possível e o mais íntimo possível, com Nosso Senhor. Nosso Senhor é a própria revelação de Deus,

---

(1) S. Mat. I, 21.
(2) S. Lucas, XV, 2.

é o modelo de Deus para os homens, é o Mestre de Deus para os homens, é o Sócio e o Salvador dos homens, é, de facto, «o Caminho, a Verdade e a Vida». No entanto, o Seu apelo a cada um dos homens não é o mesmo; depende do temperamento de cada um. Os que são dotados de natureza afectiva comovem-se mais com a Sua bondade e amor; os que têm tipo austero tendem mais para ver nEle um Mestre, um Guia e um Rei. Mas o Seu apelo é geral para todos os homens e não há coração ao qual Ele não possa satisfazer.

São quatro os meios de entrar em contacto com Ele: a oração, os Sacramentos, a leitura e a conformidade com a Vontade de Deus. Este último inclui os outros todos, mas, neste momento apenas nos queremos referir às obrigações impostas pelos Mandamentos e deveres do próprio estado.

Há um quinto meio, que merece ser considerado de modo especial; é uma estrada e ao mesmo tempo uma vereda — é dirigirmo-nos a Ele por intermédio de Sua Mãe. Mas este caminho é tão importante que o deixaremos para mais larga consideração.

Estes quatro meios de procurar Cristo não são independentes. Com efeito, no desenvolvimento da prática e do conhecimento da vida espiritual, devemos progredir em círculos, se assim nos podemos exprimir: primeiro, um círculo pequeno que se alarga e agrega a si novas ideias ou novas práticas, até atingirmos a plenitude. Progresso numa única direcção pode sair coxo e em geral falha, porque as diferentes partes do verdadeiro progresso dependem umas das outras. Precisamos de conhecimentos para orar, precisamos de graça para aquirir conhecimentos e precisamos da oração para conseguir a graça. Não podemos orar com sinceridade, se não formos sinceros no cumprimento da vontade de Deus e não podemos cumprir a vontade de Deus, se não Lhe pedirmos a Sua graça.

Há outro ponto ainda a notar. Falamos da procura de Cristo, mas já dissemos que a vida cristã se inicia na união íntima com Cristo. Não haverá contradição aqui?

Talvez pareça que existe nas palavras, mas a realidade

não é tão contraditória como parece. A presença de Nosso Senhor fora de nós não interfere com a Sua presença dentro de nós. E a presença de Nosso Senhor na nossa alma não interfere com o Seu crescimento na mesma, nem com a sua vinda até nós, para entrar em união mais íntima connosco. De facto, é-nos proibido recebê-Lo na Santa Comunhão, se Ele não estiver já nas nossas almas com a Sua graça. Além disso, estamos empregando palavras humanas para explicar coisas divinas e as palavras humanas são inadequadas. Por vezes, empregamos figuras variadas de linguagem para darmos uma indicação do que queremos significar.

Uma forma de encarar o problema é a adoptada por Santa Teresa no seu livro *Castelo Interior,* em que ela compara a alma a um castelo. Quando um homem está em pecado, está fora do castelo. Deus está muitas vezes na nossa alma e nós estamos fora de nós — não O podemos encontrar em nós e temos de O procurar noutra parte. Acontece muitas vezes que não podemos entrar em nós próprios, fechamo-nos a nós mesmos e não podemos encontrar a chave.

Apesar da confusão aparente das palavras, o católico ordinário satisfaz-se plenamente com as ideias expressas e sabe que elas correspondem à realidade. Mesmo depois de ter encontrado a Deus nas profundidades da sua alma, pode ainda orar a Deus no Céu, sem qualquer sentido de inconsistência. Não devemos, portanto, supor que estamos a negar o que já afirmámos sobre a morada de Deus em nós ao falarmos agora da partida à procura de Deus, porque, quer consideremos Deus dentro de nós, quer O consideremos fora de nós, temos sempre de partir de nós próprios para O encontrarmos. E mesmo quando nos encontramos já unidos a Ele, veremos que essa união pode ser estreitada, compartilhando com Ele daqueles mesmos actos com os quais O procuramos.

O primeiro meio de procurar a Deus que vamos considerar, é a oração. A oração, diz-se, é «uma elevação da alma a Deus». Também se define como «uma conversação familiar com Deus» e a «procura amorosa de Deus pela alma».

Em sentido especial é o «pedido de graças convenientes a Deus».

Na prática, começamos a orar atraindo Deus ao nosso pensamento, ou, falando com mais propriedade, dirigindo o nosso pensamento para Deus. Ele está em toda a parte; pondo, portanto, de lado todos os outros pensamentos e considerando-nos na Sua presença, podemos sempre orar. Torna-se necessário um esforço definido para nos libertarmos de todos os outros pensamentos e precisamos de formar ideia clara de Deus para os dominar ou para ocupar a nossa imaginação. Este é um exemplo da ligação que se verifica entre a oração e a leitura, porque a leitura desempenha papel preponderante em formar uma ideia de Deus.

Podemos escolher o caminho que nos parecer mais conveniente para representar Deus a nós próprios. As necessidades individuais variam tanto, que não se pode assentar em qualquer norma definida. Para alguns, basta-lhes a noção de Deus; outros contemplam a humanidade de Nosso Senhor em alguns dos seus mistérios, outros ainda concentram a sua atenção no Tabernáculo ou no Crucifixo. A melhor regra, porém, nesta como em questões semelhantes sobre a acção, é cada um orar pela forma que entender mais conveniente. Há, no entanto, alguns princípios que nos podem guiar. A oração é, em certo aspecto, uma coisa muito simples e, noutro aspecto, muito complexa. Visa um fim múltiplo e se tivermos em mente os seus diferentes objectivos, concerniremos qual a melhor forma de orar.

O principal fim da oração é cumprir o primeiro dever de todo o homem imposto pelo Primeiro Mandamento: prestar a Deus o culto devido. Esse culto inclui a adoração, que é o reconhecimento do domínio supremo de Deus sobre nós e da nossa dependência absoluta dEle, inclui a acção de graças, porque devemos tudo à bondade de Deus e compreende também o reconhecimento da nossa condição de pecadores com um arrependimento sincero pelas nossas ofensas contra Deus e resolução de as expiar.

Não há necessidade, é claro, de traduzir estes sentimen-

tos em palavras, todas as vezes que oramos, mas convém que todos os dias e por qualquer forma protestemos esses sentimentos.

E não há para isso melhor meio do que aquele que nos indicou Nosso Senhor — rezar o *Pai Nosso*. Devemos, portanto, tomar todos os dias uma atitude formal de oração, de preferência de joelhos e prestar assim a devida homenagem, embora curta, a Deus.

Há outro fim que devemos ter em vista na oração, que é obter certas graças que nos são necessárias.

A menor acção da nossa vida espiritual depende de Deus para ser iniciada e praticada; a própria conservação da nossa vida depende da Providência e o êxito final dos nossos esforços exige uma graça especial que se chama a graça da perseverança final. Algumas destas graças são-nos concedidas por Deus, sem as pedirmos, porque Nosso Senhor intercede sempre por nós e temos no Céu uma Mãe que se empenha em nos alcançar todo o bem que vem até nós — e a principal graça deve ser-nos concedida sem a pedirmos. Há, porém, outras graças bem necessárias, que Ele não nos concederá, se não as pedirmos. É certo que Ele conhece bem as nossas necessidades, mas não é para O informarmos que Ele deseja que nós oremos, mas, sim, para nos informarmos a nós próprios da necessidade que temos dEle, por forma que vejamos nEle a fonte de todo o bem e para que, ensinando-nos a ter confiança nEle, não nos convençamos de que teremos tudo o que quisermos, sem o pedirmos. E esta é uma das razões por que devemos dedicar todos os dias um período de tempo certo à oração. Ambas estas necessidades se podem satisfazer escolhendo a forma de oração que mais apelo exerça em nós, fazendo uso dela diàriamente. O *Pai Nosso* deve fazer sempre parte da nossa oração e, como não podemos passar sem o auxílio de Nossa Senhora, a *Ave Maria*. Também deve ter sempre o seu lugar nas nossas invocações. Se quisermos fazer uso de um livro de orações (não há nisso inconveniente), devemos empregar os meios que melhor nos pareçam para o fim que temos em vista.

O que é importante é que a lista de orações não seja longa. Vale mais rezar um *Pai Nosso* com sinceridade do que desfiar as contas do rosário inteiro sem pensar em Deus.

As orações que decidirmos recitar todos os dias, não devem ser muito longas, para que se não convertam em tarefa pesada. Doutra forma, é muito provável que acabemos por as recitar mal e que, mais cedo ou mais tarde, acabemos por não dizer nenhuma. A oração é tão essencial à nossa vida espiritual que a não devemos associar à ideia de um incómodo. Além disso, não é por muito falarmos que somos ouvidos, mas, sim, se forem boas as disposições do nosso coração.

Quais são estas disposições? A única condição que Nosso Senhor impôs para cumprir as promessas que fez a respeito da oração, foi que devíamos orar em Seu Nome. Por outras palavras, devemos orar de sociedade com Ele e para benefício do Seu Corpo Místico. Unidos a Ele, temos à nossa disposição os Seus merecimentos infinitos para apresentar diante de Deus; unidos a Ele, podemos dizer a Deus: «Este é o vosso Filho bem amado, no qual pusestes as vossas complacências: ouvi-O».

As disposições para a oração são as disposições para uma sã sociedade com Cristo: fé, esperança, caridade, humildade e submissão à Vontade de Deus. É certo que mesmo o pecador pode rezar e deve rezar; mesmo esse deve orar também por intermédio de Jesus Cristo, confiando nos Seus merecimentos infinitos, para que a sua oração seja ouvida diante do trono de Deus, mas, se não tem essas disposições, de facto, deve tê-las, pelo menos, em desejo.

É óbvio que devemos acreditar na existência de Deus e na Sua boa vontade em nos atender; isso está implícito no próprio acto de nos voltarmos para Deus. As nossas orações nascem da esperança de sermos ouvidos. A caridade também deve acompanhar as nossas orações; ao menos em desejo, porque, se estamos em pecado mortal e não temos desejo de nos reconciliarmos com Deus, conservamo-nos em estado de rebelião contra Ele. A caridade fraterna é também

necessária à oração, porque nos devemos lembrar de como Nosso Senhor recomendou que, se alguém estivesse a fazer a sua oferta diante do altar e se lembrasse aí que seu irmão tinha alguma coisa contra ele, devia deixar a oferta diante do altar, ir reconciliar-se primeiramente com o seu irmão e voltar depois a fazer a sua oferta [1]. Isto pode causar-nos surpresa, mas, se tivermos em mente que a caridade fraterna é necessária para se ser membro vivo de Cristo, compreenderemos por que motivo é necessária essa caridade, se oramos invocando o Nome de Jesus. Só quando estamos unidos com os restantes membros pela caridade, é que podemos com verdade orar em Seu Nome.

A necessidade da humildade foi explicada na parábola do Fariseu orgulhoso e do publicano humilde e Deus avisou-nos de que resiste aos soberbos e dá a Sua graça aos humildes. É necessário que estejamos na disposição de nos submetermos à vontade de Deus; recusar isso é recusar reconhecê-Lo como Deus, é separarmo-nos de Cristo, que deu, Ele próprio, um exemplo clássico na Sua oração no Getsémani: «*Meu Pai, se é possível, passe de mim este cálice; todavia, não se faça como eu quero, mas sim como Tu queres*» [2].

Estas disposições vêm-nos em primeiro lugar da graça de Deus e por isso devemos procurá-las na oração. Também se desenvolvem pela leitura e reflexão — o que constitui outro motivo para evitarmos orações muito compridas, porque onde se fala muito, pensa-se pouco. Se se começar recitando, por exemplo, uma dezena do rosário ou algumas orações de extensão igual, todas as manhãs e todas as noites, parece-nos suficiente, quanto ao que diz respeito à oração formal. Se encontrarmos num livro de orações algumas que exerçam apelo especial sobre o nosso coração, é melhor recitar uma ou duas de cada vez ou repetir a mesma durante uma semana, do que sobrecarregarmo-nos com uma colecção inteira delas, todas as noites. Se a vossa disposição em orar

---

(1) S. Mat. V, 23-24.
(2) S. Mat. XXVI, 39.

aumenta, é sempre ocasião de ampliar a lista, mas é preferível optar por orações breves. O caminho que temos de percorrer é longo e o que importa é perseverar até ao fim. Além disso uma das razões que nos levam a insistir para que não tornemos a oração um fardo pesado é porque, nessas condições, é mais provável que durante o dia venham aos nossos lábios as invocações espontâneas e essa espécie de oração é também muito necessária. Seja como for, «Deus gosta de quem dá alegremente» e é melhor dar-lhe um minuto com alegria do que dez minutos contrafeito.

Há duas formas de rezar que se revestem de grande importância: a primeira é usar uma fórmula fixa e procurar conformar o nosso pensamento com o seu significado; a segunda é rezar fazendo uso das nossas próprias palavras e procurando exprimir com elas os sentimentos que despertam no nosso coração. Nas nossas orações diárias, devemos usar de um e de outro processo. O primeiro é necessário, porque há forçosamente sentimentos que não surgem espontâneamente; têm de se adquirir com o emprego de fórmulas e com a leitura. Além disso, se tivéssemos de improvisar todas as vezes que rezamos, em breve aborreceríamos a oração.

O segundo processo também não é menos necessário, porque é uma excelente forma de nos conservarmos em contacto com Nosso Senhor e isso resume toda a vida espiritual.

É certo que nos unimos a Nosso Senhor em toda a oração; de facto, faz parte desta uma certa dependência dEle. Mas o progresso da nossa vida espiritual depende do desenvolvimento da amizade e intimidade com Ele, por forma a conseguirmos que Ele tome parte em todas as nossas acções. Se a nossa amizade obedecer a termos convencionais, isso não será tão fácil. Devemos, portanto, voltar-nos frequentemente para Ele e falar-Lhe, empregando palavras nossas sobre qualquer coisa de interesse mútuo. Os termos de referência não escasseiam. No entanto, porque a nossa vida só é plenamente cristã, se for compartilhada completamente com Ele, esses termos de referência também não são demasiadamente

vastos. Essa forma de oração pode variar muito. Pode usar-se qualquer fórmula bem conhecida, que sirva para nos unir a Ele. Há muitas pessoas, por exemplo, que rezam mistérios do Rosário, quando andam pelas ruas e locais do seu trabalho. Pode consistir apenas em jaculatórias ocasionais, mas que devem ser sinceras. Há muitas jaculatórias que, recitadas com fervor, ganham indulgências. Isto pode convencer-nos de que temos de as repetir todas as vezes que pensamos nelas. Por esse motivo, pergunta-se se não seria preferível estabelecer limite para tais repetições ou até mesmo proibi-las e isto porque, desde que sintamos o peso da obrigação indefinida de as repetir, em breve chegaremos à conclusão de que somos muito lentos e não sentimos desejo de recitar tais orações, nem uma vez só. «Pouco e muitas vezes» é uma boa regra. Seja como for, podemos estar na presença do Senhor sem Lhe dizer nada e esse processo de união com Ele é em si mesmo uma excelente oração que não deve ser perturbada por qualquer tentativa para rezar «orações», a não ser que essas orações sejam de obrigação. Deve haver nisto completa liberdade de espírito, em tudo o que não seja de obrigação. Doutra forma, não haverá verdadeiro progresso na vida espiritual.

Não há, na realidade, ocupação, excepto o pecado, que seja incompatível com essas orações espontâneas. Claro está que há orações que se devem recitar durante o dia, às quais devemos dedicar toda a nossa atenção, pondo de parte tudo o resto; mas Deus nos livre de que limitássemos as nossas orações apenas àquelas que se recitam de joelhos. Este ponto pode talvez ser esclarecido com o exemplo de dois homens que tinham por hábito rezar orações, quando regressavam a casa, findo o seu trabalho. Levantou-se a questão sobre se seria lícito fumar enquanto rezavam e cada um deles decidiu ir consultar o seu director espiritual. Um deles foi àsperamente censurado, por pensar em fumar, enquanto rezava; o outro tinha outra espécie de director que lhe disse que, embora o fumar durante a oração, fosse susceptível de objecção, não via, no entanto, motivo sério para o proibir de tal. Este conto não passa de um conto, mas pode chamar a nossa

atenção para o facto de que existe diferença entre oração regular e oração irregular e que, ao passo que a primeira exige determinadas regras, pode-se usar da segunda em qualquer parte. A questão do fumar é que, se não é pecado, não há razão para não poder ser compartilhado com Deus e, sendo assim, não vemos motivo por que não podemos falar com Ele e gozar ao mesmo tempo uma das coisas que Ele criou para nosso recreio e deleite.

A questão do prazer e recreio necessita de ser tratada com mais amplitude; por agora basta que se diga que o prazer tem o seu lugar próprio na vida espiritual e que, sendo assim, não constitui obstáculo para uma união íntima com Deus.

Há, portanto, orações para todas as horas e há também horas para a oração que é natural e não estudada, isto é, quando falamos com Deus, em termos semelhantes àqueles de que usamos quando falamos com os nossos amigos. Devemos aprender a sentirmo-nos à vontade com Deus e devemos compreender que não há necessidade de estar sempre a dizer alguma coisa.

Devemos admitir, no entanto, que há ligação íntima entre a oração silenciosa e a pureza da nossa consciência. Não é, em geral, possível sentirmo-nos à vontade diante de Deus, se conservamos a intenção deliberada de cometer os pecados habituais. Mas o pecado de que estamos arrependidos não constitui obstáculo a essa amizade, assim como o não constituem os pecados em que caimos repentinamente por fragilidade. O próprio acto de contrição abre o caminho para novo contacto com Deus e como Ele é o nosso Salvador, não devemos ter receio de Lhe patentear os nossos pecados e as nossas fraquezas.

Algumas pessoas sentem a necessidade de recitar orações mais longas durante o dia, como por exemplo o Terço, o Ofício Menor, alguns dos Salmos e outras orações deste género.

É necessário prudência na escolha e na medida de tais práticas, mas não há dúvida de que há muitos casos em

que a prudência não só consente, mas até exige tais orações. Em certas orações, como seja a recitação do Terço, a repetição constante torna impossível seguir o significado de cada palavra; noutras, como por exemplo, no Ofício Divino a multidão de ideias aí expressa segue-se numa sequência tão rápida que é impossível que o pensamento se adapte a cada uma delas e possa ao mesmo tempo concluir a sua leitura em tempo razoável. Nesses casos, a atitude mental pode ser um pouco diferente. Pode-se, por exemplo, prestar mais atenção a Deus, a quem se ora, do que às orações que se recitam e confiar, no entanto, plenamente que essas orações — os Salmos, por exemplo, agradam a Deus, quer em razão da sua origem, quer por motivo da autoridade que no-los deu. Ao recitar a Ave Maria, podemos lembrar-nos de que as palavras com que começa são aquelas em que Deus, por intermédio do Anjo, fez a Maria a proposta mais admirável que jamais se fez a um ser humano. Claro está que elas têm para Maria um significado que está fora de toda a compreensão e podemos estar certos de que Lhe agradam muito.

Outra alternativa será considerar essas orações como ditas em nome da Igreja e que o seu significado se aplica às incalculáveis necessidades dos Seus membros, que podemos ignorar. Essa atitude aplica-se, de modo especial, ao Ofício Divino, quando recitado por aqueles que foram designados oficialmente para o recitarem em nome da Igreja, mas aplica-se também, em determinado grau, a toda a oração, porque somos todos membros de Cristo e oramos todos em Seu Nome. O significado das palavras que usamos pode exprimir de preferência as necessidades e sentimentos de outros membros do Corpo Místico de Cristo e a nossa atenção concentrar-se-á então mais em «Cristo integral» ou num sentido obscuro de sociedade com Ele, do que nas palavras especiais de que fazemos uso.

Nas orações muito longas, experimentamos quase sempre grandes dificuldades em concentrar a nossa atenção e evitar as distracções. A distracção voluntária é evidentemente censurável, especialmente quando significa o alheamento do

nosso pensamento de Deus e daquilo que estamos a fazer. Há distracções parciais que podem fazer parte da nossa oração, como seja a prática de um acto de caridade ou de qualquer acção necessária. Nesses casos, os nossos corações não se desviam na realidade de Deus e apenas se modifica por momentos a forma de O servirmos. Os Santos foram sempre exímios na sua prontidão em interromper as suas orações particulares, para servirem a Cristo na pessoa do próximo.

Com as distracções involuntárias, o caso é diferente. Se não procederem de um descuido antecipado e deliberado, como seja a falta de esforço para fixar a nossa atenção no princípio da oração, não há aí certamente qualquer culpa. Não se podem evitar mesmo em pessoas dotadas da melhor boa vontade. Um pensamento suscita outro e uma imagem evoca outra, a própria natureza do nosso pensamento e da nossa imaginação é tal que tende sempre para a divagação. Enquanto não nos apercebemos dessas divagações, não há certamente culpa da nossa parte. Quando damos, porém, pela distracção, é nosso dever empregar os nossos esforços para despertar a nossa atenção. Em certas ocasiões, é relativamente fácil vermo-nos livres das distracções, mas, em outras ocasiões, estas são tão persistentes, que a melhor forma de proceder é deixar correr as coisas e contemplar a Deus sem nos mortificarmos. Não é sempre fácil despertar a atenção e há ocasiões em que a nossa oração parece não passar de uma longa série de distracções combatidas, sem dúvida, mas sem qualquer resultado. É bom que nos lembremos de que as orações recitadas nessas condições podem ser muito agradáveis a Deus. Cada tentativa que fazemos para despertar a atenção é uma elevação do nosso pensamento para Deus, feita com dificuldade e que por isso Lhe é muito agradável como oração, quer dê bom resultado, quer não, pois é um esforço para afugentar as distracções.

Deve notar-se que não é necessário prestar atenção a cada palavra que dizemos. Mesmo na linguagem ordinária usamos fórmulas polidas e só atendemos ao seu significado geral. Na oração, podemos empenhar-nos apenas em proferir

as palavras correctamente, podemos atender ao significado das palavras usadas e podemos, finalmente, prestar atenção à finalidade das palavras que usamos ou à pessoa a quem estas são dirigidas. Por esta forma, é possível concentrarmos a nossa atenção em Deus e esquecermo-nos completamente do que Lhe estamos a dizer.

Essa atenção é digna de louvor e não devemos recear que a Pessoa a Quem nos dirigimos nos distraia das palavras que Lhe dirigimos na oração ordinária.

Os efeitos das distracções nas nossas orações podem ser melhor compreendidos, se considerarmos os três fins da oração. Sendo a oração uma obra meritória, a distracção não lhe tira o merecimento, porque a intenção original e a atenção são a origem de toda a oração. O mesmo se diga da oração considerada como súplica. Mas a oração pode também ser considerada pelos efeitos directos que exerce em nós próprios e nas nossas disposições. É claro que as distracções podem interferir com estes efeitos.

O melhor método de combater as distracções depende, em certo modo, das circunstâncias que acompanham as nossas orações. Nas orações de obrigação há um dever definido a executar e por isso não devemos consentir que as distracções, logo que sejam notadas, interfiram com essa obrigação. Umas vezes poderemos considerar as distracções como intenção das nossas orações; outras vezes podemos ter de lutar com elas durante todo o tempo da oração e outras vezes ainda teremos de deixar correr.

O importante é que nos recordemos de que as distracções, se não forem aceites deliberadamente e consentidas, não tornam as nossas orações inúteis. Pelo contrário, podem ser, muitas vezes, ocasião de obras meritórias aos olhos de Deus.

Por vezes, a causa das distracções é manifesta: uma amizade desordenada, um aborrecimento excessivo, a fadiga, a instabilidade natural do nosso pensamento, a preocupação provocada pelo trabalho ordinário, o ambiente e outras coisas que seria longo enumerar. Quando provêm de qualquer apego

desordenado, o remédio é fácil. Mas, seja qual for a sua causa, uma coisa necessária para as evitar é recolhermo-nos completamente no princípio da oração. Se se fizer isso com generosidade, a oração adquire um valor que nenhuma distracção subsequente involuntária pode tirar.

Se oramos particularmente, isto é, se estamos a «falar com Deus», podemos tomar as distracções como assunto da nossa conversa. Em última análise, Deus criou todas as coisas e, por isso, todas as criaturas têm pelo menos essa ligação com Ele, a qual pode servir de ponto de partida para novos colóquios.

Antes de dar por terminado o assunto do tipo formal de oração, devemos ainda fazer outras observações.

Sobre a Missa, como oração, será preferível tratarmo-la separadamente. O Ofício Divino é uma forma de orar que não tem outra que se lhe compare. Não é, porém, prática para a maioria dos leigos. Os leigos que sentirem especial atracção para essa espécie de oração e dispuserem de tempo suficiente, poderão recitar, por exemplo, uma das Horas, diàriamente. Poderão escolher as Vésperas ou Completas ou uma parte diferente do Ofício de cada semana. O Ofício Menor de Nossa Senhora parece mais prático para os leigos e é mais apropriado para aqueles que experimentam dificuldade na repetição contínua das fórmulas do Rosário. No entanto, voltamos a insistir no princípio já por nós defendido: mais vale rezar pouco e bem, do que rezar muito e mal e acabar, por fim, por não rezar nada. De passagem, diga-se ainda que a leitura dos Salmos é uma forma de oração que pode exercer atracção para muitos leigos. O autor dos Salmos é o próprio Deus e há poucas orações que possam ser compartilhadas com Ele tão ìntimamente como essas. Nosso Senhor recitou-as durante a Sua vida na Terra e continuará a recitá-las connosco, se nós consentirmos que Ele o faça.

Embora possam assistir à recitação pública do Ofício Divino, não é, em geral, fácil aos leigos assistir à recitação das orações litúrgicas. Mas há outras formas de orações congreganistas e devemos ter cuidado com a nossa atitude com

respeito a tais orações. Há muitas pessoas devotas que olham com desprezo para essas orações e preferem dedicar-se às suas devoções particulares, a assistir a devoções públicas, com o fundamento de que podem rezar melhor sòzinhas. É certo que se pode ter de prescindir de certos sentimentos de devoção ao assistir a orações públicas, mas, procedendo assim, o proveito é enorme. Outros objectam que nas devoções públicas não se manifesta aquela exaltação própria que encontramos nas devoções particulares, mas também é certo que podemos, por vezes, sentir dificuldade em participar de tais devoções públicas, com o mesmo fervor e recolhimento, e aparentemente com o mesmo proveito que tiramos, quando rezamos sós. Não obstante, e embora isso seja, por vezes, verdade, devemo-nos lembrar de que a vida cristã é mais uma participação da vida de Cristo do que o acto de aperfeiçoar a nossa vida, que a oração cristã é mais uma participação nas orações de Cristo do que a floração das nossas próprias orações e que no caso particular em questão, em que temos de abandonar as nossas orações para nos associarmos às orações da comunidade, nós estamos na realidade a vestirmo-nos de Cristo. Quando dois ou três se juntam em Seu Nome, Ele está no meio deles, como prometeu, e quando nos juntamos às suas orações, trocamos as nossas pobres orações pelas orações poderosas de Cristo. E isto tem aplicação, de modo especial, às orações litúrgicas. Tomando parte na liturgia da Igreja, vestimo-nos de Cristo de modo especial e oferecemos a Deus um sacrifício de louvor particularmente aceitável. Em tais casos, podemos dizer a Deus com especial significado: «*Este é o vosso Filho bem amado, no qual pusestes as vossas complacências. — Ouvi-o*».

Para que isto não pareça exagero piedoso, citemos as palavras de S.to Agostinho. A propósito do passo dos Salmos que diz: «*Dos confins da terra a Vós clamei*» (1), ele pergunta: Quem é que clama dos confins da Terra? Quem é

(1) Salmos IX, 3.

esse homem que chega até às extremidades do Universo?»[1] E noutro sítio responde: «É um, mas esse um é unidade. É um, não num só lugar, mas o grito deste homem vem dos mais remotos confins da Terra. Mas como pode este homem gritar dos confins da terra, se não é um em todos?»[2] Noutro lugar, volta a explicar: «O corpo inteiro de Cristo geme com dores. Enquanto não acabar o mundo e passar de vez a dor, este homem contiuará a gemer e a clamar por Deus. E cada um de nós toma parte no clamor de todo esse corpo. Tu clamaste no teu dia e o teu dia passou, outro tomou o teu lugar e clamou nos seus dias. Tu aqui, ele ali e o outro acolá. O corpo de Cristo não deixa de clamar todos os dias, pois cada membro toma o lugar do outro, cuja voz emudeceu. *Desta forma há apenas um homem que alcança os confins do tempo e aqueles que clamam são sempre os Seus membros*[3].

E acrescenta com ênfase: «Deus não podia conceder aos homens maior benefício do que dar-lhes por Chefe o Seu Verbo, pelo qual fez todas as coisas e uni-los como membros a essa Cabeça. O Verbo tornou-se assim ao mesmo tempo Filho de Deus e Filho do Homem: Deus com o Pai e Homem com os homens. Quando dirigimos, portanto, as nossas orações a Deus, não nos separemos do Filho e quando o Corpo do Filho ora, que não se separe da Cabeça. Que seja Ele, único Salvador do Seu Corpo, Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, a orar por nós, a orar em nós e a Quem nós oremos.

«Ele ora por nós como nosso Sacerdote; ora por nós como nossa cabeça e é a Ele a quem oramos como nosso Deus. Ouçamos, portanto, tanto as nossas palavras nEle, como as palavras dEle em nós... Nós oramos na forma de Deus e Ele ora na forma de escravo. Lá está o Criador; aqui está a criatura. Ele não muda, toma a criatura e transforma-a em Si Próprio, convertendo-a num só homem, ca-

(1) In Ps. CXXII.
(2) In Ps. LIV.
(3) In Ps. LXXXV.

beça e corpo, consigo mesmo. Nós dirigimo-nos, portanto, a Ele, através dEle e nEle. Oramos com Ele e Ele ora connosco; recitamos esta oração dos Salmos nEle e Ele recita-a em nós» (1).

Apesar do valor da oração em comunidade, da necessidade de orarmos em forma em horas regulares, há sempre ocasião e mesmo necessidade de orarmos particularmente, porque essas conversas íntimas e mesmo esses silêncios íntimos com Jesus fazem parte importante da nossa vida espiritual.

Com efeito, ao falarmos das outras formas de oração, apenas pretendemos evitar mal-entendidos e uma das razões que nos levaram a insistir pela brevidade de tais orações foi para deixar a alma livre para desenvolver as suas orações pessoais. É importante compreender que tal oração pode ser em forma de conversa e ser mesmo um lugar comum nos seus tópicos.

As palavras formais que encontramos nos livros de orações não nos acorrem em geral e naturalmente aos lábios, nessas conversas particulares, e, como o nosso objectivo é desenvolver o sentido da companhia com Jesus e fazer com que nos sintamos à vontade diante dEle, não deve haver nessas orações nada de forçado ou artificial e nada que a torne enfadonha. Com efeito, será melhor não a considerar como oração, mas como uma troca de impressões sem sentido como aqueles que se trocam entre homens que trabalham na mesma obra, durante os descansos. O que é importante é entrar em contacto com Nosso Senhor e conservar esse contacto com Ele; tudo o que concorrer para esse fim é bom e santo.

Este modo de ver as coisas é apoiado pela Encíclica que já citámos. Depois de ter tratado do Corpo Místico de Cristo e da nossa união com Ele, o Santo Padre julgou ainda conveniente corrigir certos erros que poderiam parecer apoiados por esta doutrina corporativa. Vale a pena citar

---

(1) In Ps. LXXXV.

as suas palavras: «*Há ainda alguns que afirmam não terem as nossas orações verdadeira eficácia impetrativa e trabalham por espalhar a opinião de que a oração feita em particular pouco vale e que é a oração pública, feita em nome da Igreja, que tem verdadeiro valor, por partir do Corpo Místico de Jesus Cristo. Não é exacto; o divino Redentor não só uniu estreitamente a Si a Igreja como Esposa queridíssima, senão também nela as almas de todos e cada um dos fiéis, com quem deseja ardentemente conversar na intimidade, sobretudo depois da Comunhão. E, embora a oração pública, feita por toda a Igreja, seja mais excelente que qualquer outra, graças à dignidade da Esposa de Cristo, contudo todas as orações, ainda as mais particulares, têm o seu valor e eficácia e aproveitam também grandemente a todo o Corpo Místico, no qual não pode nenhum membro fazer nada de bom e justo, que em razão da Comunhão dos Santos, não contribua também para a salvação de todos. Nem aos indivíduos, por serem membros desse Corpo, se lhes veda que peçam para si graças particulares, mesmo temporais, com a devida sujeição à vontade divina, pois que continuam sendo pessoas independentes com as suas indigências próprias. Quanto à meditação das coisas celestes, os documentos eclesiásticos, a prática e exemplos de todos os Santos provam bem em quão grande estima deve ser tida por todos*» (1).

O Santo Padre corrige, a seguir, o erro daqueles que sustentam que não devemos dirigir as nossas súplicas «*à Pessoa de Jesus Cristo, mas a Deus ou ao Eterno Padre por Cristo, pois que o Salvador, como Cabeça do Seu Corpo Místico, deve considerar-se apenas qual «Medianeiro entre Deus e os homens.*» Tal modo de ver, diz o Santo Padre, é erróneo, é contra o modo de pensar da Igreja e contra o uso dos fiéis. A importância das orações particulares é tal que teremos de voltar a tratar deste assunto, quando a considerarmos em ligação com a meditação e a oração mental.

(1) Pio XII — Encíclica do Corpo Místico.

A oração mental não é na realidade outra coisa senão o desenvolvimento de tais conversas íntimas com Deus. Meditação, no sentido próprio da palavra, significa pensar em Deus e nas coisas de Deus. Antes de passar a tratar dessas práticas, será bom falar de outra coisa que é bem importante, senão indispensável para elas, isto é, a leitura e a reflexão.

CAPÍTULO IX

À PROCURA DE DEUS PELA LEITURA

Não há princípios novos na vida espiritual. O princípio fundamental — procurar a Deus e unir-se a Ele em Cristo — nunca se altera. Os outros princípios procedem deste e também são fixos, mas a sua aplicação às circunstâncias particulares e a escolha dos meios para alcançar o fim é que devem ter em consideração as condições variáveis da vida humana. Desta forma, pode dar-se o caso que nos tempos actuais se verifique a necessidade de insistir com mais ênfase em certas práticas do que antigamente. Ora, se há alguma coisa que as condições modernas tornaram especialmente necessária, essa é a prática regular da leitura espiritual. Trata-se, claro está, apenas de uma questão de grau, porque a leitura, ou outra qualquer forma de instrução, foi sempre necessária. Mas a instrução oral, a opinião comum dos homens, o exemplo dos vizinhos e a tendência da vida, em geral, desempenham hoje uma parte menos preponderante na formação e instrução dos católicos do que antigamente. O povo já não vai hoje ouvir sermões como antigamente, não se fala de religião, pelo menos com exactidão, os nossos vizinhos têm muitas vezes ideias que estão longe de ser católicas, se é que têm algumas, e pouco se encontra no ambiente geral em que vivemos que nos ajude ou incite a encontrar a Deus.

Com efeito, a tendência geral do ambiente em que vivemos não é meramente negativa; manifesta-se até, por vezes,

uma tendência positiva para nos afastar de Deus. Vivemos, sem dúvida, numa civilização pagã.

Os restos dos ideais cristãos que ainda se encontram na opinião pública e que ainda se exprimem na prática comum, devorciaram-se dos seus fundamentos dogmáticos, dos verdadeiros factos e da verdadeira fé — baseiam-se sobretudo no sentimento e, quais ramos cortados do tronco original, estão secos e engelhados e por vezes desfigurados a ponto de se tornarem irreconhecíveis.

Como ideais orientadores, tendem mais a desorientar do que a guiar. A necessidade de qualquer coisa que neutralize este efeito é uma das razões da leitura espiritual.

Mas há outra razão a considerar e que provém da leitura mais em voga nos nossos dias.

Examinando as leituras de um homem vulgar, durante uma semana, com as quais se alimenta o seu espírito, que vemos nós? Uma longa série de leituras que dificilmente poderia ser mais eficiente para despertar a sua atenção sobre o mundo e sobre as coisas deste mundo. Poderá discutir-se a exactidão de muita coisa que os jornais publicam, mas não se pode negar que o que se publica é apresentado de forma tendente a despertar a imaginação do leitor. As notícias são acompanhadas de fotografias, a que não se pode negar interesse e gosto artístico consideráveis. Temos depois os semanários, as revistas, as selecções e todas as outras publicações que se vendem hoje por toda a parte. São de fácil leitura, tiram partido das coisas mais triviais, lisonjeiam a inteligência do leitor, fazem com que aceite como pensamento profundo o que não passa de tagarelice superficial e ùltimamente converteram as compilações numa arte.

Em geral não estimulam o pensamento, pois só aumentam a passividade do leitor, mas quando fazem com que alguém pense, não é em Deus e no Seu amor, mas nas coisas deste mundo e, em geral, em coisas deste de muito pouca importância. Quando se pensa na habilidade e gosto artístico, na atracção e simpatia, no engenho e insistência que aí se conjugam para despertar a atenção do leitor nesses escassos

momentos, não pode deixar de se reconhecer que há necessidade urgente de se empregar o nosso esforço pessoal, a fim de repor o equilíbrio, dedicando algumas horas às realidades da eternidade, para apreciarmos o momento presente no seu verdadeiro significado.

O que se diz de publicações não deixa de ser menos verdadeiro no que diz respeito a livros que geralmente se lêem. A leitura desses livros provoca desagrado, não só pelas coisas que são verdadeiramente importantes, mas também com que se não aprecia o estilo e a forma como são apresentadas as coisas nos livros espirituais. O resultado é que, quando se faz um esforço para abrir um livro espiritual, é preciso um esforço ainda maior para o conservar aberto e para o não fechar com um bocejo.

E a verdade deve dizer-se: a culpa não é sempre do leitor. Há tantos livros espirituais desactualizados, outros que foram traduzidos de outras línguas e têm, portanto, ar estrangeirado e artificial, outros que foram escritos por religiosos para religiosos e sob o ponto de vista religioso, tantos outros que são deliberadamente edificantes e carecem por isso de realidade, outros que mostram desconhecer as dificuldades dos leigos e tantos outros ainda que mostram falta de compreensão dessas dificuldades e mesmo das fraquezas da natureza humana — que não é para admirar que muitos leigos achem os livros espirituais difíceis de ler e acabem por pôr de parte a prática da leitura.

Apesar de todas essas dificuldades, continuamos a insistir em que a leitura regular de livros apropriados desempenha papel cada vez mais importante na vida dos católicos de hoje, pelo menos para os mais educados, é quase essencial para o seu progresso, se não também para a sua salvação. No nosso modo de ver, essa prática reveste-se da mesma importância que a oração mental e os outros exercícios de devoção e de facto está tão ìntimamente ligada com esses exercícios, sobretudo com o exercício essencial da oração mental que, sem ele e a não ser que seja substituído por outro, não

há possibilidade de avançar na vida espiritual; a própria perseverança nela é muito duvidosa.

É claro que uma maneira de resolver este problema seria reduzir o volume das leituras profanas. O grau em que isso seria necessário ou desejável depende de muitas circunstâncias individuais e por isso não pode ser aqui determinado. A experiência pessoal é o melhor guia, se for acompanhada do conselho de pessoa entendida. No nosso modo de entender, não concordamos com aqueles que desejariam ver os leigos viverem como religiosos, alheios ao ambiente em que vivem. São membros da sociedade, têm nela o seu lugar e as suas relações e têm nela um interesse legítimo. E, de facto, a principal esperança que se pode ter na sociedade moderna é que os leigos católicos exerçam nela considerável influência. Têm, portanto, de se conservar em contacto com ela. No entanto nesse, como em outros assuntos similares, devem agir com prudência.

O que é necessário fazer é tomar uma resolução firme de não deixar de dedicar todos os dias uns momentos à leitura de livros apropriados. Mas que livros são esses?

Esta é uma questão complexa e a resposta só pode ser dada de modo geral, porque, neste caso e de modo especial, devem ter em consideração as variações do temperamento individual. Hão-de preferir-se as leituras que nos fazem conhecer Jesus Cristo, a Sua Pessoa, as Suas acções e a Sua pregação. Ele é o Caminho, a Verdade e a Vida. É a manifestação do Próprio Deus aos homens e é o Modelo dos homens para irem até Deus.

O livro em que com mais certeza se encontra é no Novo Testamento e por isso os Quatro Evangelhos devem constituir leitura familiar e corrente para todos os católicos. Por onde se deve começar a leitura das Escrituras é assunto muito pessoal e depende de muitas circunstâncias, mas nunca se recomendará de mais a leitura desses livros Sagrados, que não é tão geral, como deveria ser.

A Bíblia contém a palavra inspirada de Deus e nós, católicos, temos na Igreja Católica o intérprete infalível da

mesma palavra. Devemos, porém, ter em conta que, nem toda a Bíblia é de fácil compreensão. Só foi inspirado o texto original na língua em que foi originàriamente escrita; as traduções que lemos não são inspiradas e na realidade nem sempre conseguem fazer-nos compreender o sentido pleno do original. É por isso que é sempre conveniente fazer uso dos comentários resumidos sobre as Escrituras. Muitas vezes encontraremos na Bíblia uma mensagem pessoal de Deus que não só nos instrui, mas nos dá também força e alegria e sentiremos a voz de Deus a falar-nos das páginas sagradas desse Livro.

Foram escritas muitas vidas de Cristo, em geral excelentes e devemos ler, pelo menos, uma. Os ensinamentos de Cristo encontram-se na Doutrina Cristã e nos livros sobre a vida espiritual e o exemplo de Cristo encontra-se reproduzido nas vidas dos Santos. O fim primário da boa leitura não é tanto a instrução, como conseguir melhorar a nossa vida. A boa leitura ajuda-nos a viver em união com Cristo. A educação é, no entanto, o primeiro passo para uma vida santa e por isso podemos dizer que o propósito inicial da leitura deve ser a nossa instrução na doutrina e na espiritualidade, elevando-nos a um nível que dependerá das circunstâncias, mas que deve ser suficientemente elevado para nos habilitar a prestar a Deus o serviço razoável e racional que Ele requer de nós, para darmos conta ao nosso próximo da fé que está em nós e para nos dar a nós próprios motivos, direcção e força para a nossa vida espiritual. Logo que for atingido esse nível de educação, o fim principal da leitura muda em certo modo. Daí para o futuro, passamos a ler para conservar o sobrenatural diante do nosso espírito, para desenvolver e manter o sentido da realidade das coisas que conhecemos pela fé, para dedicar a nossa atenção mais à vida eterna da nossa alma do que aos nossos interesses temporais e sobretudo para conservar viva dentro de nós a memória e a presença de Nosso Senhor, para que possamos viver em contacto e união com Ele, falando com Ele, trabalhando com Ele, descansando com Ele, orando sempre com Ele e nEle.

Claro está que as necessidades individuais variam tanto que não é possível aconselhar a todos a leitura que lhes convém. Vamos, no entanto, dar algumas indicações de aplicação geral, embora a sua adopção tenha de ser deixada ao senso comum de cada leitor individual. Devemos ter em mente que, embora a vida espiritual seja uma vida de amor, não é uma vida de sentimento. O amor baseia-se, pelo contrário, nos conhecimentos dados pela fé e pela razão. Numa palavra, a devoção funda-se no dogma.

É por isso essencial para todo o católico que adquira alguns conhecimentos sobre os ensinamentos dogmáticos da Igreja. Um bom número de católicos educados tenta mostrar-se satisfeito com o que aprendeu de doutrina nas escolas. Ora isso parece-nos um erro. O espírito do homem desenvolve-se depois de ter abandonado a escola, os seus conhecimentos e a sua experiência aumentam, o seu modo de ver alarga-se, o modo de ajuizar amadurece e deparam-se-lhe problemas que requerem solução doutrinal. Esperar que o pensamento desenvolvido e maduro do homem se satisfaça com a memória confusa do que o seu pensamento imaturo aprendeu com a instrução limitada própria para rapazes, é, pelo menos, imprudente. Corre-se o risco de abandonar a religião por se achar inadequada. É quase o mesmo que pedir a um homem feito que volte a adoptar os hábitos mentais e os modos de ver imaturos do estudante, que volte a ter os seus gostos juvenis e que mantenha essa atitude durante toda a sua vida, com respeito a coisas que são da maior importância para ele. Se a pessoa vai crescendo num país em que a Fé está no ambiente, poderá conservar a sua religião enquanto viver nesse ambiente, sem necessidade de maior instrução, mas parece-me que é quase tentar a Providência esperar que assim suceda. Em qualquer hipótese, a necessidade de instrução mais desenvolvida é evidente. O problema reveste-se de maior acuidade no caso das classes profissionais ou daqueles cujo trabalho produz ou requer um pensamento treinado. Num dos campos do conhecimento, pelo menos, esses homens estão familiarizados com

o estudo completo e científico de um assunto. O seu pensamento treinado tende consciente ou inconscientemente a apreciar as coisas pelas razões que estão por trás delas e, se o seu conhecimento da catolicidade não é suficientemente vasto e profundo, para lhes mostrar alguma coisa dos seus sólidos fundamentos e da sua lógica extraordinária e que os habilite a compreender que essa catolicidade é também uma ciência com o seu campo próprio, podem ser levados a desprezar o pouco que sabem de religião e podem ser mesmo tentados a abandoná-la de vez. E não há dúvida de que a não considerarão como uma força orientadora de toda a sua vida, como Deus quer que seja.

Se a leitura da teologia católica concorrer para, ao menos, mostrar ao católico o muito que ele desconhece nesse campo da ciência, muito haverá já a ganhar. Mas não há razão para que o católico educado não vá mais além e não eleve os seus conhecimentos de teologia ao nível dos que possui sobre outros ramos do saber humano, se não em pormenor, pelo menos em princípio.

Para isso têm à sua disposição muitos manuais, que satisfazem as necessidades da maioria das pessoas. É claro que, para se compreender cabalmente a teologia católica, é necessário ter uma ideia apropriada da filosofia católica e do modo de pensar a ela ligado. De facto, muito se poderia dizer em defesa do ponto de vista de que o estudo dessa filosofia deveria fazer parte da educação secundária do católico, em geral. A discussão teológica supõe a filosofia, assim como a física compreende a matemática. E, na verdade, tanto a teologia como a filosofia estão ìntimamente ligadas à forma mais elevada do pensamento humano, forma que desapareceu pràticamente de toda a vida intelectual de hoje, fora das escolas católicas. A origem de todos os males e erros de que enferma a vida intelectual de hoje — doença que faz com que muitas das suas expressões não passem de devaneios de uma imaginação excitada — é a perda da metafísica e da preparação para o pensamento abstracto.

E que nos desculpem uma pequena digressão que, aliás,

tem ligação com a compreensão da tese principal deste livro, embora não tenha utilidade para todos os leitores.

O intelecto humano tira do trabalho dos sentidos o alimento para o pensamento e quando representa em si a ideia de qualquer objecto, o sentido interno que se chama a imaginação, procura formar uma pintura ou fantasma correspondente do mesmo objecto, em termos de sensação ou experiência dos sentidos.

Experimentai, por exemplo, pensar num triângulo. Apesar do seu nome, a definição essencial de um triângulo é que é uma figura com três lados. Essa é a ideia que o intelecto forma dele e essa ideia é absolutamente universal na sua aplicação; representa igualmente todos os triangulos que existem ou poderiam existir; uma figura com três lados.

A imaginação procura, no entanto, representar também um triângulo, mas este tem de ser mais concreto e, se se examinar de perto a «sua configuração» ver-se-á que o triângulo na imaginação é, mais ou menos vagamente, um triângulo determinado. Tem cor, tem forma definida, orientação definida, tamanho e sentido definidos e talvez até sabor definido. Procura ser geral, tornando-se vago. Os lados são indefinidos e o todo é vago e apagado, mas logo que se examina com cuidado, torna-se uma coisa definida. Ora uma das primeiras coisas que se têm de apreender no pensamento metafísico é pensar com ideias e não com fantasmas. Podem-se imaginar contradições, mas não se pode pensar nelas. Pode-se imaginar um ser que seja homem e cavalo, mas não se pode pensar nele, porque esse ser tem de ser racional ou irracional, ou uma coisa ou outra. Claro está que o não abstrair completamente dos acidentes particulares do fantasma pode conduzir ao erro e quando se argumenta sobre fantasmas em vez de ideias — pensando com a imaginação em vez de pensar com o intelecto, são inevitáveis a confusão e a escuridão.

A metafísica é a ciência do ser — isto é, de tudo o que existe ou pode existir como ser e é, portanto, a raiz de todas as ciências, que a pressupõem. Foi abandonada pelo pensa-

mento moderno, que parece incapaz de pensar doutra forma a não ser com a imaginação. Segundo essa doutrina, o que não pode ser imaginado é impossível e o que pode ser imaginado é capaz de ser e de existir,

Em resultado desta doença do pensamento, o sentimento passou a substituir os princípios na moral, o particular substituiu o geral na argumentação, a metáfora tomou o lugar da realidade, a opinião substituiu a certeza, o preconceito ocupou o lugar da opinião, a quantidade substituiu a qualidade, a matéria sucedeu à última realidade e passaram a correr todas essas falsas moedas que são correntes no comércio intelectual de hoje em dia. É curioso observar que são precisamente os espíritos treinados que mostram mais tendência para estes erros. O matemático mostra tendências para pensar em símbolos e diagramas ou pelo menos em termos de quantidade, o cientista, quando não é matemático, tende para a mecânica. O médico, em especial, sente dificuldades em elevar-se acima do que é «carne sólida», e mostra-se, por vezes, incapaz de reconhecer a realidade de um princípio vital que não pode imaginar e que não sabe como demonstrar com a razão.

Os intelectuais católicos têm, portanto, necessidade de saber um pouco de filosofia e teologia e de forma geral todos os católicos educados fariam bem se elevassem os seus conhecimentos sobre a doutrina católica a um nível conveniente. Quando se dá o caso de os leigos lerem livros de teologia, verifica-se que procuram mais os assuntos apologéticos do que os de formação dogmática para uma devoção verdadeira. Nós aconselharíamos o contrário. Embora tal alimento não seja para todos, não deixa de ser verdade que há um número considerável de católicos que, se não morrem à míngua, se mostram subalimentados por falta de dieta adequada de doutrina católica.

Essas leituras não são, no entanto, o mais importante. O que é mais necessário, no princípio, é adquirir um bom conhecimento dos princípios da vida espiritual e conservá-los constantemente no pensamento; o que depois se torna cada

vez mais importante, ao passo que se vai progredindo na vida espiritual, é conservar o espírito bem provido de motivos, para perseverar, progredir e rectificar diàriamente quaisquer desvios na perspectiva e sentido dos valores relativos que possam surgir dos contactos diários.

Nestes assuntos, o leigo depara com um problema muito diferente do dos religiosos e é bom que tenha isso bem em mente. Cada ordem religiosa forma os seus membros no noviciado, por meio de preceitos, exemplos e práticas; essas ordens têm tradições próprias, um espírito próprio, os seus autores clássicos, um sistema e métodos da vida espiritual próprios.

Nas casas religiosas, um membro tem sempre a possibilidade de encontrar alguém bem impregnado desse espírito e que o conhece também a ele e compreende as suas possibilidades.

É fácil encontrar então alguém que lhe dê um bom conselho sobre a leitura que mais lhe convém e que deve ser seguido cegamente.

O leigo não encontra assim o seu caminho aplanado, nem tem atrás de si uma tradição definida. Precisa de advertências e conselhos, e estes têm de ser dados por alguém que esteja disposto a examinar as suas necessidades pessoais e que não pretenda impor ao seu discípulo o seu sistema espiritual próprio. Há várias escolas de espiritualidade; em princípio, pouco diferem umas das outras, mas diferem o suficiente em pormenores menos importantes e acidentais, para produzirem efeitos absolutamente opostos sobre as almas, especialmente no caso de principiantes ou daqueles que não estão bem alicerçados na vida espiritual. A responsabilidade na escolha cabe, até certo ponto, aos próprios leigos e é por isso que lhes recomendamos que se eduquem primeiramente na vida espiritual. O estudo de duas ou três obras clássicas dar-lhes-á ideia dos seus princípios e assim com mais facilidade poderão decidir sobre o que devem ler e o que devem pôr de parte, porque, e isso deve ter-se em atenção, nem tudo o que se escreve se aplica a todos os que o lêem.

Uma forma excelente de dar começo a esta educação é ouvir uma série de conferências dos retiros, onde são expostos os pontos principais da vida espiritual. É natural, porém, que se passe bastante tempo antes de o principiante poder guiar-se a si próprio e ajuizar do que mais convém às suas necessidades pessoais e à sua vocação. É indispensável pedir então a Deus que seja a nossa luz e o nosso guia e tal oração será sempre ouvida.

Uma vez educado, o discípulo passa a ler de outra maneira, pois é só então que começa a executar os exercícios que desejamos prescrever-lhe como prática diária da vida espiritual. A escolha dos livros é em geral determinada pelos seus efeitos e cada leitor tem os seus autores favoritos. No entanto, não se deve recear voltar a folhear os livros que foram rejeitados na primeira leitura, pois há sempre ocasião e disposição para qualquer livro.

Devem pôr-se de parte os preconceitos; a ansiedade com que se procura dominar todo o conteúdo de um livro pode ser um obstáculo sério.

Se o acharmos conveniente, poderemos percorrer ràpidamente todo o livro, para sabermos de que se trata e voltar depois ao princípio para o digerirmos.

Estas palavras constituem a chave de todo o método da leitura espiritual, porque esta é um alimento e temos de assimilar o que lemos. Antes de mais nada, portanto, o assunto deve ser digerível. Até certo ponto, trata-se de uma questão individual, mas a boa vontade pode obrar maravilhas, mesmo quando um livro parece insípido e inútil à primeira vista. A recomendação que fazemos a seguir é que se deve ler devagar; pelo menos aquelas partes que vemos serem proveitosas devem ler-se com reflexão e, se estimularem o pensamento, será melhor fazer uma pausa e reflectir sobre o que se leu. Não é preciso, porém, que se leiam todas as páginas desta forma. Em nenhuma altura da vida espiritual se deve pôr de lado o bom senso, e este caso não é uma excepção.

Os livros que tratam da forma de cada um se conduzir

devem ser digeridos, examinando a nossa conduta à luz dos seus ensinamentos. Há, todavia, um erro que se deve evitar. Se sentimos dificuldade em decidir se certo reparo especial se aplica ao nosso caso, ou se hesitamos em acreditar que tem referência pessoal, é um erro deixar que essa incerteza ou hesitação perturbe a nossa paz. É sempre admissível conservar o ânimo despreocupado, até se ler mais ou até que se possa obter conselho sobre o assunto.

A paz do ânimo e a liberdade de espírito são essenciais para o progresso da vida espiritual e, a não ser que sintamos claramente que a nossa consciência nos acusa, é sempre prudente pôr de lado qualquer leitura que perturbe a nossa paz ou liberdade, mesmo que se levante qualquer dúvida que pareça ter fundamento, até que chegue a ocasião de pedirmos um conselho a pessoa entendida. Se Deus pretender indicar a uma alma qualquer linha de acção, Ele não se contentará em falar só uma vez. Repetirá a Sua solicitação com uma insistência suave que mais cedo ou mais tarde levará à alma um conhecimento claro dos Seus desejos.

Deus não nos lança em rosto não seguirmos trilhos duvidosos. Inquietações desta ordem são quase sempre obra do demónio ou do nosso próprio orgulho.

O exercício da leitura espiritual deve ser diário. Uma boa maneira de conseguir isso é dedicar-lhe todos os dias uma hora certa. Isso nem sempre é possível, mas convém que se destine a esse exercício certo tempo, por menor que seja, diàriamente. Mais vale reservar-lhe dez minutos por dia do que cem por semana (não estamos a falar da leitura instrutiva).

As necessidades individuais diferem muito e qualquer tentativa para fixar a duração da leitura que serviria para alguns, só prejudicaria a outros. Além disso, há uma ligação íntima entre leitura, reflexão e oração mental e como a vida espiritual varia de época para época ou de alma para alma, pode-se tirar algum tempo a um destes exercícios e reservá-lo para outro.

Se uma leitura de cinco minutos for o suficiente para

uma pessoa meditar durante meia hora, então está certo que ponha o livro de parte e saia a passeio meditando no que leu. Se o mero facto de abrir um livro faz com que o nosso coração comece a falar com Deus, a leitura já produziu o seu efeito, ao menos nesse momento. No entanto, tendo em atenção a dificuldade e a repugnância que a leitura causa, por vezes, não nos devemos apressar em nos dispensarmos do mínimo regular, porque o proveito pode ser de pouca duração. Se o período que reservamos para a leitura diária é suficientemente longo, poderemos usar dois livros, sendo um de leitura mais ligeira que se passará a ler depois de ter lido uma ou duas páginas do livro mais profundo. As vidas dos Santos poderão constituir muitas vezes a leitura de tipo ligeiro.

É difícil falar de algumas destas vidas, sem irreverência aparente. Por vezes, somos tentados a dizer que metade delas deviam ser queimadas pùblicamente, por constituírem obstáculos à santidade. Isto, claro está, é um exagero, mas, como todos os exageros, exprime a verdade. E a verdade é que há muitas histórias escritas da vida de santos, as quais, por causa das numerosas falsidades que contêm e da ênfase com que tratam do acidental à custa do essencial, estão mais longe da realidade do que as atitudes que se vêem nos vitrais coloridos das janelas das nossas igrejas. Estas ainda têm a sua justificação como ornamento e simbolismo convencional, mas do biógrafo espera-se que nos diga a verdade exacta sobre o assunto de que trata. Ora, a verdade sobre os santos é que eles tinham uma natureza humana exactamente igual à de cada um de nós, mas que cooperaram de tal forma com a graça de Deus, que O amaram com todo o coração e com toda a sua alma e que este amor se tornou o motivo principal e constante de todas as suas acções.

Em vez de nos contarem a verdade, estas histórias falam-nos quase só de milagres, mortificações extraordinárias e feitos sobre-humanos, por tal forma que se os tomarmos à letra, os santos devem ter constituído uma raça à parte, uma espécie de super-homens, em cujas fileiras não há possibili-

dade de entrar. Ùltimamente tem-se verificado um movimento de reacção contra esse modo de ver; mas o leitor fica prevenido de que a verdadeira noção da santidade ou da sua possibilidade não se deve procurar em tais livros de santos e essa é uma das razões por que é tão essencial ter uma noção exacta dos verdadeiros princípios da vida espiritual. Há, no entanto, muitas obras sãs no género, que nos mostram o verdadeiro santo e que, pondo diante de nós um grande exemplo, nos dão a esperança de os podermos imitar.

O exercício diário da leitura espiritual deve andar sempre ìntimamente ligado com a oração. Deve começar com uma prece que, se estivermos sós, deve ser dita de joelhos. Seja qual for a nossa atitude, devemos pedir a Deus que nos fale, que nos ilumine e que nos dê a graça para cumprirmos os Seus desejos. Devemos converter a nossa leitura numa comunhão espiritual com Nosso Senhor. «Senhor, dai-Vos a mim através deste livro». Sendo possível, devemos procurar ler «na divina presença». Deus, é claro, está em toda a parte, mas — há uma diferença. Devemos procurar ler «sob o olhar de Deus», por assim dizer. E não devemos recear entremear a nossa leitura com algumas jaculatórias, comentários, perguntas ou quaisquer observações exactamente como faríamos, se estivéssemos a ler um livro em companhia de um amigo.

Devemos ler, claro está, com espírito de fé. Isso não quer dizer que não devamos ler com intenção de criticar ou que devamos aceitar como boas todas as observações que o escritor faz ou ainda julgar que todos os conselhos ou directivas expostas são de aplicar ao nosso caso. Pelo contrário, devemos seguir tais recomendações com cuidado e prudência, aconselhando-nos com qualquer sacerdote entendido ou com outro guia. Devemos, não obstante, acreditar que Deus nos fala através da leitura e quando Ele falar, devemos mostrar disposição para O ouvirmos e prestar atenção às Suas palavras. Com efeito, se se perguntar com que disposições se deve ler, a resposta é esta: «com fé, esperança, caridade, humildade e submissão à vontade de Deus».

Devemos frisar que é nossa intenção atribuir mais importância ao exercício da leitura espiritual do que em geral se lhe atribui.

Consideramos este exercício de importância capital para a cultura da vida espiritual e para facilidade e progresso na oração, particularmente no caso dos leigos. Abstendo mesmo dos seus frutos, é em si um exercício da vida espiritual, e, como tal, meritório. É nossa opinião que uma resolução firme de ler por esta forma é de importância capital para todos os que desejam viver em Cristo. Na realidade e se não houver uma substituição adequada, diremos mesmo que há poucas probabilidades de viver espiritualmente sem a leitura, como há de viver corporalmente sem comida.

A leitura tem como objectivo principal dar-nos a conhecer o que temos a fazer e como deve ser feito e depois recordar-nos e chamar a nossa atenção para o que na realidade fazemos e por que razão isso deve ser feito. É tão fácil esquecer o sobrenatural ou reservá-lo todo para as manhãs dos Domingos, que alguma coisa se tem de fazer para o recordarmos nos outros dias da semana e a leitura é um meio importante para se conseguir esse objectivo, mas deve ser acompanhada de reflexão.

Temos ainda de tratar do exercício que é conhecido, ora como meditação, ora como oração mental e veremos que a maior parte dos livros escritos sobre o assunto sugere um método que compreende a leitura, (geralmente a fazer-se na noite anterior), a reflexão e a oração. Estas três coisas fazem parte do mesmo exercício. A nossa opinião é que se devem fazer pelo menos duas dessas práticas, se não forem possíveis três. Entendemos por reflexão a parte do exercício que se chama vulgarmente meditação e a que esse termo se aplica com mais propriedade. Se queremos iniciar convenientemente esse exercício, temos de seguir um método. Há, porém, muitas pessoas que passam muito naturalmente e espontâneamente da leitura para a reflexão ou que podem adquirir esse hábito, com facilidade. Tal hábito é de valor incalculável para a vida espiritual. Não somos de opinião de

que esse exercício seja um dos que tenham de ser feitos de joelhos, na igreja. Não vemos, pelo menos, que isso seja necessário. Parece-nos suficiente que uma pessoa se sente, por exemplo, junto ao fogão da sua sala, que fume, se isso o ajuda, ou que saia a passeio e que medite nas ideias que encontrou no livro ou são fruto da sua experiência. No que se refere à meditação, há muitos homens e mulheres que tirarão mais proveito desta forma, do que se tentarem meditar de joelhos nas manhãs frias, antes do almoço ou se forem à igreja, onde a propensão natural é para rezarem. Além disso, esta prática tem a grande vantagem de permitir que a meditação não perturbe os nossos trabalhos diários, pois não se trata de um serviço religioso especial, que tenha de ser feito de joelhos.

No entanto, os homens e o seu modo de pensar variam e, portanto, cada um deve proceder da forma que entender mais conveniente. Os conselhos que se costumam dar sobre este assunto são bons e são fruto da experiência e as nossas sugestões são inspiradas no desejo de concorrerem, o mais possível, para que a vida interior seja posta ao alcance dos leigos e que ela se estenda, tanto quanto possível, pelo dia inteiro.

É claro que tanto a leitura como a oração, tal como as apreciamos, conduzem naturalmente à oração mental e que os limites que as separam não estão bem definidos. Um dos assuntos dignos da nossa meditação diária é a Paixão de Cristo. A assistência à Missa ou à Via Sacra, ou outro exercício de piedade semelhante também são obras boas, mas, se não se tomarem outras providências sobre o caso, será bom tomar a resolução de passar todos os dias alguns momentos de reflexão, meditando, por exemplo, num dos passos da Via Sacra ou em algum dos mistérios dolorosos do Rosário.

Não há razão que impeça o emprego de parte do tempo, gasto no caminho do nosso trabalho, em meditar, por exemplo, em alguma das estações da Via Sacra.

Nada impede que meditemos nos mistérios do rosário,

sem os rezarmos. Um lavrador pode, por exemplo, rezar um mistério do rosário, por cada sulco que abre na terra e nós podíamos imitá-lo de qualquer modo.

Seja qual for o método que adoptemos, devemos ter sempre presente no nosso espírito a lembrança de Cristo e do Seu amor, da nossa união com Ele, das coisas que fez por nós e das coisas que Ele quer que façamos por Ele.

Ele nunca se esquece de nós, nem um só momento cá na terra; nunca se esquece de nós, nem por um só momento no Céu não devemos nós pensar todos os dias nAquele que viveu e morreu de amor por nós?

CAPÍTULO X

CONVERSANDO COM CRISTO

Nos dois últimos capítulos, interrompemos as nossas considerações sobre os efeitos da incorporação do homem em Cristo sobre a alma do mesmo, a fim de considerarmos o que deve fazer cada qual para encontrar e desenvolver a vida de Cristo na sua própria alma. Ao tratarmos deste assunto, pouco dissemos sobre a nossa união com Cristo, embora um dos principais efeitos dessa união pudesse ser o de fazer com que orássemos ao Pai com Cristo. Mas estamos a ver as coisas mais sob o ponto de vista de uma pessoa que anda à procura do caminho para o tesouro da sua alma, partindo de fora, por assim dizer. Uma pessoa nessas condições não conhece, em geral, a Cristo e necessita de oração e leitura para o conhecer.

Outra razão para interrompermos a nossa exposição foi para insistir na necessidade do esforço pessoal, pois seria sumamente perigoso imaginar que, pelo facto de depender tudo de Cristo, mesmo todos os actos da nossa vontade, a nossa atitude poderia ser meramente passiva, como se nada dependesse também do nosso esforço.

E porque há muitas noções erradas sobre alguns dos nossos deveres, descemos a pormenores práticos. Procurámos ir ao encontro das necessidades de diferentes tipos de almas, algumas das quais poderão estar ainda no começo da jornada e quisemos provar que quem pretende começar a prática da vida interior não encontra diante de si um obstáculo in-

superável, nem mesmo pesado. Em resultado disso, a nossa exposição teve de ser incompleta e por isso será vantajoso resumir o que pensamos sobre a oração e a leitura espiritual.

Em primeiro lugar, porque devemos a Deus, como nosso Criador e Soberano Senhor as nossas homenagens, devemos dedicar todos os dias alguns momentos à oração em forma, recitada em postura conveniente. Não é necessário que esta oração seja muito longa, mas deve ser sincera e fervorosa. Aqueles que vão à Missa diàriamente cumprirão aí naturalmente esse dever.

Além disso, não devemos esquecer outra espécie de oração, à qual importa igualmente reservar alguns momentos todos os dias. A forma de cumprir este dever varia de indivíduo para indivíduo. Uns sentirão a necessidade de recitar orações vocais mais longas, como sejam o Terço, alguns dos Salmos, algumas orações predilectas, fazer a Via-Sacra ou uma visita ao Santíssimo Sacramento — e tudo isso é muito vantajoso para o fim que pretendemos.

No que queremos, porém, insistir é na necessidade de empregar os nossos esforços para contrairmos o hábito de conversar com Nosso Senhor frequentes vezes, durante o dia. Isto deve ser preferido à recitação de orações muito longas, excepto quando houver razão especial para o contrário.

Também recomendamos com insistência a leitura espiritual diária e distinguimos duas espécies de leitura. A primeira é para nos instruirmos na doutrina revelada, o que se deve procurar conseguir lendo de preferência exposições sobre doutrina, em vez de argumentos apologéticos. A vida e os ensinamentos de Nosso Senhor devem constituir objecto especial do nosso estudo juntamente com os princípios gerais da vida espiritual. Concluída a instrução, o objectivo predominante da nossa leitura diária deverá ser conservar-nos em contacto com o sobrenatural, desenvolver o hábito de ver as coisas temporais na sua perspectiva eterna e renovar a lembrança de Nosso Senhor, do Seu amor e do que requer de nós. Já insistimos e voltamos a insistir na necessidade deste exercício, porque este é muitas vezes desdenhado ou pressu-

posto por aqueles que escrevem sobre a vida religiosa, onde já se providenciou sobre tais leituras. Além disso, recomendamos a necessidade da reflexão e lembramos que não é sempre necessário que esta seja feita em forma, como alguns tratados sobre a meditação parecem sugerir.

Passamos agora a tratar da questão da meditação e da oração mental. Embora exprimindo uma opinião pessoal, afirmamos que há muitas ocasiões em que desejaríamos ardentemente que as palavras «meditação» e «mental» fossem abolidas completamente de toda a literatura da espiritualidade. A palavra oração tem dois significados importantes: um exprime o sentido estricto de pedir alguma coisa a Deus — é a oração de petição; o outro tem um sentido mais lato — é a devoção do espírito e do coração a Deus. Não há oração em que o pensamento não tome parte por qualquer forma. A oração não deixa de ser oração mental pelo facto de se empregarem palavras para exprimir os nossos pensamentos ou os nossos desejos.

Meditação, no sentido estricto da palavra, não é oração; pode ser acompanhada da oração, mas é antes uma preparação para a oração. Conduz à oração, quando se produzem actos ou sentimentos, mas não é necessário que estes actos se exprimam por palavras, embora o possam ser, se virmos nisso vantagem. Meditação, no sentido de pensar em Deus ou nas coisas de Deus, é um elemento essencial da vida espiritual que nunca se deve omitir. É a isso que chamámos reflexão. A palavra meditação tem sido impròpriamente aplicada ao exercício que se faz em muitas casas religiosas, em que os religiosos se dedicam à oração mental, que nós chamaríamos antes oração particular. Porque se chama meditação, muitos julgam que devem pensar em Deus e não falar-Lhe e outros chegam à mesma conclusão, por se chamar oração mental. Isso é puro engano. Quando uma pessoa fala com Deus de modo racional, está a orar. Quando uma pessoa olha para Deus e O ama ou O adora, está a orar, embora dos seus lábios não saia uma única palavra. A essência

de tal oração é a acção interior da alma e não importa que os seus actos encontrem expressão externa ou não.

É interessante a opinião de Santa Teresa sobre este assunto. No seu livro «*Caminho da Perfeição*», que é o melhor livro para iniciar o estudo dos seus ensinamentos e que nós recomendamos sinceramente, a santa trata deste ponto. Mas, porque é difícil encontrar uma tradução fiel desse livro, vamos citar o que diz Guilherme Walsh no seu livro «*Teresa de Ávila*»:

«Santa Teresa transpõe o fosso entre a oração mental e a oração vocal, o qual tem embaraçado tantos principiantes, afirmando que quando esses termos são devidamente compreendidos, são uma e a mesma coisa.»

Quando a oração vocal é dita convenientemente, com compreensão do que se está a fazer e com sinceridade completa, converte-se em oração mental. Que é, portanto, a oração mental? «*É pensar e compreender o que estamos a dizer, com quem estamos a falar e quem somos nós que nos atrevemos a dirigir-nos a um Senhor tão grande. Pensar nisto e em coisas semelhantes, em como O temos servido tão pouco e quanto O devíamos servir, é oração mental; não julgueis que é qualquer algaravia árabe e não vos meta medo o nome. Recitar o Pai Nosso ou o que quiserdes é oração vocal mas reparai como soará mal, se não pensardes no que dizeis — até vos enganareis na ordem das palavras*».

E noutro sítio a santa escreve: «A diferença entre oração mental ou não mental não consiste em conservar a boca fechada, porque, se ao recitar uma oração vocalmente eu penso que estou a falar com Deus e presto mais atenção a este pensamento do que às palavras que pronuncio, então faço uso da oração mental e vocal ao mesmo tempo».

Pondo de parte todas essas palavras com o seu contexto de verdade e erro, insistimos em que um certo período de convívio particular com Deus constitui um exercício essencial para todo aquele que quiser viver uma vida espiritual. Nas casas religiosas, reserva-se sempre certo período de tempo para esse exercício; o nome que lhe dão pouco importa. O

leigo, que quiser fazer progressos na vida espiritual, terá de fazer o mesmo. O seu caso é, porém, diferente. Não há rotina ou autoridade que verifique se ele persevera ou não nesse exercício; deve, portanto, logo desde o início, dispor as coisas, quanto a tempo e a local, por forma a afastar a probabilidade de o omitir, logo que apareçam as primeiras dificuldades. Se, portanto, nos contentamos em recomendar que dedique a esse exercício dez ou quinze minutos por dia, que nenhum leitor de S. Pedro de Alcântara se escandalize. Dez minutos de oração fervorosa, todos os dias, serão o bastante para modificar a vida de uma pessoa. É claro que meia hora de oração diária poderá produzir ainda melhor resultado, mas a dificuldade está na perseverança. É por isso que preferimos assegurar o mínimo e deixar que esse mínimo cresça com a espiritualidade de cada um, a extinguir o fogo, deitando-lhe lenha demais.

É necessário, portanto, tomar a decisão de orar «pessoalmente» todos os dias. O local e a hora devem ser escolhidos pelo leitor. Muitos autores preferem a parte da manhã, não indicando o motivo. Em nossa opinião, a parte da tarde, especialmente se houver possibilidade de se visitar uma igreja, será mais conveniente para a maioria das pessoas. Escolhei, portanto, a hora que mais vos convier e mantende-vos fiel a ela.

Só recomendamos com insistência uma coisa e é que tomeis a resolução firme e inabalável de nunca, nunca, nunca, e em qualquer hipótese abandonardes a prática de tentar orar todos os dias, embora vos pareça por vezes que o fruto é nulo. Enquanto não tomardes essa resolução, os vossos progressos na vida espiritual assemelhar-se-ão aos dum coxo. Por mais tentativas que façais para retomar o caminho da vida espiritual, acabareis, mais cedo ou mais tarde, por vos encontrardes perante a alternativa de ou desistir ou tomar a resolução de orar diàriamente. É por isso que nos contentamos apenas com o mínimo.

O local pode ser a igreja ou um quarto sossegado. Podeis estar de pé ou conservar-vos sentado, mas é preferível come-

çar as vossas orações de joelhos. Se orais melhor passeando, não há nisso inconveniente. O essencial é que converseis com Deus e tudo o que vos auxiliar a consegui-lo é bom. Para falar com Deus, deveis, antes de mais nada, chamá-Lo ao vosso pensamento. Deveis, portanto, começar com um acto de fé: «Meu Deus, creio em Vós e acredito que me estais a ouvir». Mostrai a seguir que sabeis que Ele é Deus: «Adoro-Vos como meu Deus e Senhor». Mostrai depois que vos lembrais de que Ele é misericordioso: «Espero em Vos que sois meu Pai, confio em Vós como meu Salvador». Por último, fazei as invocações que vos parecerem melhores: «Meu Deus, amo-Vos ou então eu não Vos amo o suficiente; fazei que Vos ame mais». Isto são apenas exemplos a tentar. Basta uma palavra para nos pôr em contacto com Deus. Se tivermos mais alguma coisa a dizer-Lhe, digamo-la.

O principiante verificará, em geral, que tem muito pouco que dizer e assim terá de começar pensando ou reflectindo, mas poderá, ao menos, reconhecer a sua inaptidão e aqui temos outra vez as cinco virtudes da fé, esperança, caridade, humildade e abandono à vontade de Deus.

É aqui que o exercício da meditação é de grande auxílio e onde se podem colher bons frutos da leitura que tanto recomendamos. Devemos iniciar este exercício da oração com um assunto definido, como matéria de reflexão, escolhido segundo as nossas necessidades. Não faltam assuntos para a escolha e por vezes estes surgem espontâneamente durante a oração. As várias cenas da Paixão de Nosso Senhor, os incidentes da Sua vida, as catorze estações da Via-Sacra, os mistérios do Rosário, os novíssimos do homem, o pecado, as virtudes de que necessitamos ou os maus hábitos que temos de corrigir — tudo isso constitui assunto adequado para a meditação. Se o assunto tem relação com Nosso Senhor, representemos na nossa imaginação o incidente que vamos considerar, como se se passasse no momento. Não nos devemos esquecer nunca de que Deus está na nossa alma e que podemos falar com Ele, mesmo sob o aspecto de qualquer dos mistérios da Sua vida humana. Devem, no entanto, evitar-se

pormenores excessivos nessa representação. A história da freira que se servia da última Ceia como assunto para a oração é clássica. Quando terminava a oração, estava completamente transtornada. Por mais que se esforçasse, não podia dissociar a ideia de Nosso Senhor da ideia da bebida. Uma solicitude dessas não é razoável e merece a reprovação dada a Marta. O que é necessário é uma representação suficiente que fixe os nossos pensamentos e nos sugira afectos.

No caso de escolhermos alguma coisa de mais abstracto, como por exemplo a virtude da esperança, a nossa forma de agir deve tomar mais o caminho da discussão ou exame próprio. «Que motivos tenho eu para esperar? Espero em Deus, ou espero em mim mesmo? Que foi que Deus deixou de fazer por mim? Aborreço-me? Tenho realmente confiança nEle?» e assim por diante. Estas considerações sugerirão actos ou observações a fazer a Deus. «Lamento que a minha insensatez seja tanta que não confie em Vós, que morrestes por mim». «O motivo por que me aborreço com tanta facilidade é porque confio mais em mim do que em Vós» e assim por diante.

Ora estes actos ou «afectos», nome pelo qual são conhecidos, constituem a parte importante, se não a real, de toda a oração. O objectivo das considerações é levar-nos a estes actos. A palavra «afectos», que em geral se aplica a estes actos, tem um significado neste contexto absolutamente diferente da sua conotação ordinária em inglês. Não implica sentimento, emoção ou ternura. Os afectos na oração são essencialmente actos de vontade, pelos quais esta se move para Deus e emite naturalmente outros actos das diferentes virtudes, como sejam da fé, esperança, caridade, arrependimento, humildade, submissão, gratidão ou louvor. Estes actos podem por vezes fazer-se sem grande dificuldade. Em geral, porém, e em especial no estágio inicial da vida espiritual, não se podem fazer sem consideração e esforço. É por isso que a palavra meditação é muitas vezes usada para significar o exercício que conduz a esses actos, sendo para isso necessária a preparação. Consultando qualquer dos numerosos livros que

se têm escrito sobre a meditação ou os livros de meditações, ver-se-á que há um método de conduta que é, em geral, recomendado e é muitas vezes considerado indispensável. Os princípios a que obedece esse método podem resumir-se no seguinte: Escolhe-se um assunto para a meditação, preparado na noite anterior com a ajuda de um livro. Esse assunto é dividido em dois ou três pontos para serem meditados e cada ponto deve levar a certas conclusões, actos, petições e resoluções. Estas são também, em certo modo, dispostas antecipadamente.

Quando chega a hora da meditação, começa-se o exercício com um esforço decisivo para nos colocarmos na presença de Deus e para afastarmos todos os pensamentos que nos possam distrair.

Faz-se uma breve oração para pedir o auxílio de Deus e em certos casos usam-se «prelúdios», para concentrar as faculdades; forma-se, por exemplo, uma representação viva do incidente que é assunto da meditação. A seguir, aplicamo-nos à consideração do primeiro ponto. Alguns escritores descem a pormenores e sugerem várias perguntas que nos auxiliarão a fazer essas considerações e a tirar os ensinamentos do que se está a meditar. Esta forma de proceder é muitas vezes de grande auxílio.

Das reflexões sobre o primeiro ponto, passa-se ao exame de consciência e surgem espontâneamente em geral actos ou afectos. Estes devem ser feitos, formulando-os com toda a simplicidade e repetindo-os quando a isso nos sentirmos inclinados. Destas reflexões nascem geralmente as petições e encontrar-se-á assunto para bons propósitos.

Dividindo assim o assunto em pontos, termina-se por agradecer a Deus a Sua bondade e as luzes concedidas e pede-se o Seu auxílio para cumprirmos as resoluções tomadas.

Não podemos tratar aqui do assunto com a extensão que ele requer, dando instruções adequadas sobre o uso de tais métodos e por isso recomendamos ao leitor uma das muitas obras escritas sobre o assunto.

É necessário que haja, porém, alguém que dirija o uso de tais livros e do método que prescrevem.

Para os principiantes, é sempre mais de aconselhar um método simples.

Os métodos mais complicados podem também ajudar, mas, se isso não suceder, devem ser postos de parte.

O método é um meio para um fim e, neste caso, é o fim que justifica os meios e o método só se justifica, se conduz ao fim que se pretende, ao qual se deve subordinar. A meditação metódica não é oração, no sentido estrito da palavra.

É provável, no entanto, que se venha a verificar que os livros que prescrevem um método pormenorizado de meditação, visam alguma coisa mais do que a oração. O seu fim é produzir convicções e aplicar essas convicções à vida diária. Tal resultado é evidentemente essencial para uma verdadeira vida espiritual e se se omitirem os meios geralmente usados para o produzirem neste exercício, tem de se providenciar por outra forma. É por isso que insistimos em que as três coisas — leitura, reflexão e oração têm de ser consideradas juntamente.

Os programas frequentemente traçados para as meditações diárias dão-nos a impressão de que procuram combinar estas três coisas no mesmo exercício.

Nós, porém, preferimos separá-las, em parte, pelo menos. Consideramos a leitura e a oração como exercícios distintos, embora com certa ligação entre si; a reflexão deve acompanhar um ou outro ou fazer-se mesmo a outra hora do dia. Se sustentamos, portanto, que a oração mental é um exercício que deve tender principalmente para a oração e deve usar as considerações apenas como meios necessários para produzir a oração, deve entender-se sempre que também defendemos que a leitura deve completar os outros frutos da meditação metódica. E se sugerimos que a consideração metódica prescrita usualmente para a oração mental deve ser reduzida ao mínimo, é porque supomos que seja substituída pelo exercício da leitura espiritual e reflexão. Com efeito,

os livros escritos geralmente sob o título «meditações» são os mesmos livros que julgamos deverem ser incluídos na lista para a leitura espiritual.

Devem ser lidos, claro está, convenientemente, e não como se se estivesse a ler um jornal ou uma novela, mas sim como uma mulher examina um catálogo ou um homem as características de um carro novo ou um prospecto de seguro, isto é, *com atenção cuidadosa*. Esta separação do método em dois exercícios não pretende ser, no entanto e por forma alguma, completa, pois esperamos que, com o tempo, a própria leitura espiritual se converta em oração e recomendamos que, logo desde o princípio, se procure reflectir não tanto falando connosco como falando com Jesus sobre o objecto dos nossos pensamentos.

Mas é impossível ser categórico neste ponto; há muita coisa que depende do indivíduo interessado. A sua mentalidade, o seu desenvolvimento espiritual, a sua leitura, os seus hábitos de pensamento, o seu temperamento — tudo isso são circunstâncias a considerar.

Neste assunto, como em muitos outros, o que é alimento para uns é veneno para outros. Se nos perguntarem a nossa opinião pessoal sobre o assunto, diremos que a forma de pôr em prática os três exercícios — leitura, oração e reflexão — é um assunto pessoal a resolver em cada caso individual com o conselho de um director espiritual competente.

A escolha do conselheiro deve recair em pessoa que possua os conhecimentos necessários e experiência sobre a vida espiritual, que conheça e compreenda as circunstâncias e particularidades de cada um e que tenha vistas suficientemente largas para não impor um sistema já preparado, sem consideração pelas necessidades do laicado em geral e do leigo em particular.

Não é fácil estabelecer contacto com um conselheiro destes e por isso o assunto deve ser objecto de orações fervorosas. Os livros podem ser de grande auxílio, mas mais cedo ou mais tarde, serão necessários os conselhos de um

bom director espiritual. Devemos, no entanto, lembrar-nos de que a vida espiritual vai progredindo e por isso torna-se necessário rever de tempos a tempos a nossa posição.

De mais, o conselho aceito uma vez não nos obriga permanentemente. De facto, no que diz respeito a aceitar ou seguir conselhos, os leigos não estão nas mesmas condições dos religiosos que podem, sem hesitar, seguir as instruções do seu superior.

Há certa responsabilidade pessoal no leigo, mesmo na questão de seguir os conselhos. O leigo é, por assim dizer, superior de si próprio e, embora os superiores prudentes não decidam as coisas sem conselho, cabe-lhes a eles a responsabilidade da decisão. O leigo tem de escolher o seu conselheiro e usar de prudência considerável em seguir os seus conselhos. É necessário ter em atenção este ponto, porque não é raro depararmos com pessoas que se encontram em sérias dificuldades, por tentarem seguir às cegas os conselhos que são claramente inadequados para as suas circunstâncias individuais e que são provàvelmente o resultado de mal-entendidos.

Este ponto reveste-se de maior importância, se considerarmos que a oração muda ao passo que vamos progredindo e o conselho dado para uma época já não serve para a seguinte. Ao passo que se vai progredindo, devem-se procurar novos conselhos. À medida que os conhecimentos aumentam e as convicções se fortalecem, os afectos na oração produzem-se mais livremente e com menos necessidade de considerações. Enquanto aqueles tendem a ocupar uma parte cada vez maior na oração, estas são reduzidas ao mínimo e podem mesmo tornar-se desnecessárias. É claro que o programa metódico tem de ser alterado de acordo com esta evolução. Uma nova mudança vem a verificar-se quando um acto passa a incluir um certo número de outros e até uma só palavra passa a exprimir um sentido para cuja tradução eram necessárias antes várias frases. Esta simplificação da oração pode ser um fenómeno psicológico absolutamente normal e não deve ser perturbado com qualquer tentativa, para seguir

um programa fixo de actos separados. Pode chegar mesmo até ao ponto de eliminar toda a necessidade ou desejo do emprego de palavras, bastando um olhar para Deus para O amarmos. Não se deve considerar isto como perda de tempo. É a oração de Maria e não a de Marta. Na oração, o que importa são os movimentos do coração e as palavras só são boas enquanto ajudam esses movimentos. Devem evitar-se palavras que só são palavras e repetições que só são repetições. Não há necessidade de se estar sempre a falar.

Com efeito, isso até pode ser prejudicial. A oração é um colóquio com Deus e se dizemos que é um colóquio íntimo damos ao adjectivo um significado profundo, porque na oração o coração fala ao coração como em nenhuma outra parte. Mas Deus toma parte neste colóquio e frequentemente quer que O ouçamos. Muitas vezes, o esforço que empregamos para estar sempre a dizer alguma coisa é o resultado de uma consciência que nos acusa; não queremos que Ele nos recorde qualquer infidelidade ou qualquer inconstância que não estamos dispostos a modificar. De facto, o resultado normal do progresso na virtude e na devoção à vontade de Deus é levar-nos a um tipo de oração em que as palavras se nos mostram insuficientes. O silêncio, só por si, é eloquente e um sorriso — mesmo um sorriso do coração pode dizer tanto como livros inteiros. Esta simplicidade de oração, pelo menos de forma prolongada, pressupõe, em geral, grau de progresso na vida espiritual e uma considerável pureza de consciência. Sobre a relação que existe entre a oração e a vida espiritual já escrevemos noutro sítio com mais desenvolvimento e por isso recomendamos ao leitor esse livro [1]. Não é um assunto que possa ser resumido com segurança, se bem que teremos de voltar a tratar dele neste livro.

De momento, porém, estamos a tratar com principiantes e há, por isso, pontos que queremos recomendar de modo especial. O principiante deve procurar, desde o início, e tanto quanto possível chamar Nosso Senhor à sua oração.

---

(1) P.e E. Boylan — Dificuldades na oração mental.

Mesmo que faça considerações, deve fazer isso discutindo o assunto com Nosso Senhor. Recomendamos que a oração comece com uma simples comunhão espiritual, que concentrará a sua atenção sobre Cristo presente na alma e a oração poderá fazer-se como se acabasse de receber Nosso Senhor na Santa Comunhão.

Algumas palavras dirigidas a Nossa Senhora aplanarão o caminho para chegar até ao Seu Filho e àqueles, a quem for concedida a graça, a presença de Nossa Senhora nas suas preces será de grande auxílio. Estes são, no entanto, problemas pessoais e por isso abstemo-nos de pretender impor qualquer sistema, receando que este não seja prático. Só desejamos repelir uma recomendação. Nunca se deve concluir que a aplicação da palavra «mental» à oração significa que se deva excluir a ideia de falar com Deus. Significa apenas que, ao falarmos com Deus, devemos sentir o que dizemos. As nossas palavras devem sair do coração e do pensamento e ser absolutamente sinceras. Mesmo que não se profiram palavras, deve haver sinceridade, e se fizermos uso de qualquer fórmula conhecida, isso não deixa de ser oração mental, contanto que façamos nossas as palavras que proferimos.

Estes colóquios com Deus, com palavras ou sem elas, não devem limitar-se à hora da oração. Nunca é demais repeti-lo. Durante as nossas ocupações diárias, devemos fazer «observações» a Nosso Senhor, dirigindo-Lhe petições, agradecimentos, manifestando-Lhe a nossa admiração, fazendo comentários sobre a Sua providência, dirigindo-Lhe jaculatórias, praticando, numa palavra, qualquer acto que nos ponha em contacto com Ele. Para dizer jaculatórias, podemos servir-nos das nossas próprias palavras ou de qualquer fórmula que adoptámos como nossa, sendo, porém, necessário que sintamos o que dizemos. Devemos procurar, além disso, conservar o hábito de nos recolhermos, tendo sempre em mente a lembrança da presença de Deus. Isto envolve uma certa vigilância sobre os nossos pensamentos até ao ponto, pelo menos, de não desobedecermos à lei de Deus, quer no

que pensamos, quer no que praticamos. Esta espécie de mortificação pode ajudar muito o progresso espiritual.

Aqueles que experimentam dificuldade, quer no que diz respeito a considerações, quer no que se refere a afectos, podem fazer uso dum livro.

Podem escolher uma oração e lê-la lentamente, parando frequentemente, para que os sentimentos expressos penetrem na sua alma e se tornem seus, ou podem ler algumas linhas de qualquer obra apropriada, parando para meditar sobre o que leram e procurando trocar comentários com Nosso Senhor sobre o assunto [1]. Cada qual deve procurar os meios que lhe pareçam mais adequados. Há ocasiões em que parece que não há método que nos sirva; tudo nos parece árido, obtuso, insípido e até repugnante. Tudo o que nos parece possível é ajoelhar e abandonarmo-nos ao desânimo. Isso pode ser, no entanto, uma oração muito eficaz e pode atrair grandes graças de Deus. Se uma pessoa faz tudo o que é razoável fazer-se, Deus não espera mais nada e satisfaz-se plenamente com esse serviço.

Não há nunca necessidade de seguir um método servilmente até ao ponto de insistir em completar todos os pontos, etc. Quando os actos ou afectos surgem e se sucedem, não devemos interrompê-los para seguir e completar um programa de antemão traçado.

Se fazemos a leitura espiritual todos os dias, como julgamos ser conveniente, não há necessidade de nos preocuparmos sobre a omissão de considerações na meditação. Por outro lado, se os afectos não surgem, é bom que recordemos que o coração diz muitas vezes coisas que não podem ser traduzidas em palavras e que mesmo durante as considerações, o coração pode estar a orar com fervor.

Há um tipo especial de reflexão que deve ser feito todos os dias, isto é, o exame de consciência. No fim da tarde, um rápido olhar sobre os trabalhos do dia revelará em que

---

(1) Um bom livro para este efeito intitula-se: «Trabalhos de Nosso Senhor Jesus Cristo», por Frei Tomé de Jesus.

foi que ofendemos a Deus. Se notarmos quaisquer pecados ou defeitos, devemo-nos arrepender e tomar as precauções necessárias para os evitarmos no futuro, ou ao menos para evitarmos que se tornem habituais. Há outro tipo de exame de consciência que é um meio muito eficaz para progredirmos na perfeição. Neste, examinamo-nos sobre qualquer ponto em especial ou qualquer fraqueza que temos desejos de eliminar. Um exame diário sobre a forma como procedemos a esse respeito por exemplo, o hábito de falarmos da nossa pessoa ou de nos deixarmos levar pela preguiça, terá, em breve, efeito sobre a nossa conduta.

Alguns escritores aconselham um exame pormenorizado e numérico das faltas de cada dia e uma comparação com as quedas anteriores. Isto pode ser de grande auxílio, mas nem sempre será necessário ou prudente descer a números. Pode ser até prejudicial.

O assunto deste exame particular, nome pelo qual é conhecido, não deve ser mudado com muita frequência e deve-se insistir em cada ponto até se conseguir algum resultado. A escolha do assunto para este exame deve ser feita com prudência. É claro que as faltas mais importantes devem ser atacadas em primeiro lugar, especialmente as faltas capitais que são origem de muitas outras. Há, porém, ocasiões em que, para vencer uma falta mais renitente, o melhor processo é deixá-la de momento de parte e levantar uma nova frente de onde deve ser atacada com energia dupla. Talvez seja necessário mesmo desenvolver primeiramente qualquer virtude positiva, a fim de encarar a situação. Empenhando-nos, por exemplo, em manter o hábito da Missa diária, poderemos encontrar nele a força necessária para subjugar qualquer hábito mais arraigado. Não vale, porém, a pena aborrecermo-nos com trivialidades e deixarmos as faltas mais graves sem as combatermos. No princípio, especialmente, será bom escolher qualquer defeito que não ofereça grande dificuldade e que dê esperanças de bom resultado. Procedendo assim, nasce certa confiança no método, ao passo que, se atacarmos logo de início um mau hábito profunda-

mente arraigado, o resultado pode ser nulo e seguir-se daí o desânimo na luta. A prudência é uma qualidade essencial em todos os actos virtuosos.

Este exame particular é apenas uma parte do que chamamos reflexão. As três práticas da leitura, reflexão e oração estão ìntimamente ligadas umas às outras e dependem entre si. Constituem a parte fundamental dos esforços do homem para o seu progresso espiritual e marcam o começo da estrada que nos leva ao fim da nossa jornada — ao encontro com Cristo. Há um fim especial que se deve visar ao usá-las e que surge do hábito comum de dividir a nossa vida como que em compartimentos estanques.

Alguns reservam o Domingo para as práticas religiosas e deixam que os negócios e o prazer se apoderem dos restantes dias da semana. Outros dedicam uns momentos diários para alguns exercícios de piedade, mas o resto do dia é regulado por princípios bem diferentes. Os homens e as mulheres mostram tendência para seguir o código daqueles a quem se associam, e nos negócios e no prazer, portam-se muitas vezes mais como pagãos do que como cristãos. O que se escreveu na primeira parte deste livro provou com clareza que a religião tem aplicação em todos os momentos da nossa vida. Cristo quer tomar parte em todas e em cada uma das acções que praticamos e aquilo de que Ele não pode compartilhar é destituído de qualquer mérito.

Para que Ele possa tomar parte em tudo, devemos afastar da nossa vida todas as divisões e inconsistências, fazendo com que tudo obedeça ao mesmo ideal. Num dos capítulos seguintes provaremos que o ideal conveniente consistirá em fazer a vontade de Deus em tudo.

A reflexão frequente e o exame de consciência são os meios necessários para romper com estas incongruências.

Pode admitir-se que o problema, no que diz respeito aos leigos, não seja de fácil solução. O leigo tem de trabalhar e recrear-se em condições iguais às do seu semelhante, sem deixar, no entanto, de espiritualizar o seu conjunto. Os seus problemas não se podem resolver por meio de uma aplica-

ção rigorosa do regimen da vida religiosa ao estado laico. São próprios desse estado e por isso têm de ser resolvidos com muita compreensão. E podemos acrescentar que a solução deste problema geral de fazer com que a catolicidade seja uma força vital na vida diária dos leigos é uma das necessidades mais urgentes dos nossos dias. Pode-se dizer mesmo, sem exagero, que a sorte da Cristandade depende dele. É necessário, portanto, um grau considerável de adaptação prudente, se queremos resolver esse problema. No nosso modo de ver, deve-se insistir apenas no mínimo necessário e que se deixem à boa vontade todos os progressos ulteriores. Se se criar uma atmosfera de encorajamento e consideração simpática, estou convencido de que esse progresso se verificará. Se conseguirmos pôr uma alma em contacto diário com Cristo, o Seu encanto não pode deixar de exercer nela influência benéfica.

Há muitas coisas que se resolvem com a obediência, quando se trata de um religioso, mas que têm que se deixar ao critério pessoal e à prudência do leigo. No nosso modo de ver, julgamos que se deve fazer com que ele desenvolva o poder de resolver por si os seus próprios problemas e de aplicar princípios sãos ao seu regimen diário.

Claro está que são precisos conselhos e prudência, mas é a ele que compete a decisão, pois, em última análise, toda a pessoa baptizada, que esteja em graça, tem os sete dons do Espírito Santo e estes foram criados para se fazer uso deles. As graças sacramentais, como veremos, também estão sempre à disposição de qualquer alma fervorosa. Se for encorajada segundo estas normas, é muito natural que venha a desenvolver um instinto são que muito pode concorrer para espiritualizar todas as acções do dia.

Essa é outra das razões por que nos mostramos ansiosos por colocar o principiante em contacto com Nosso Senhor, o mais cedo possível e que nos leva a incitá-lo a desenvolver o sentido de associação e amizade a Jesus em todos os trabalhos diários, porque a Cristandade não é uma série de regras; é uma Pessoa — a Pessoa a quem chamamos Cristo. E é

em Cristo que todas as coisas devem ser restauradas, reunidas e reconciliadas com o Pai [1].

E como Cristo veio à terra para fazer a vontade do Pai, Ele pode sempre encontrar-se onde essa vontade é feita e os trabalhos ordinários do dia fazem parte dessa vontade, de modo que esta amizade pessoal e o acto de procurar sempre a Cristo é um meio excelente para restaurar a unidade da nossa vida e espiritualizar o nosso trabalho. Com efeito, verificaremos que, se fizermos a nossa parte, dedicando-nos à leitura, à reflexão e à oração, como indicámos, as coisas e os acontecimentos ordinários do dia começarão a falar-nos de Deus e a conservá-Lo no nosso pensamento contìnuamente. Antes, porém, de considerar a submissão à vontade de Deus, como meio de união com Ele, passamos a tratar de outros meios importantes que Ele pôs à nossa disposição — o sistema sacramental.

---

(1) Col. I, 19-20. Ef. I, 9-10.

CAPÍTULO XI

CRISTO E OS SACRAMENTOS

Nos primeiros capítulos deste livro vimos que nos tornamos membros do Corpo Místico de Cristo pelo sacramento do Baptismo e nos últimos três capítulos consideramos alguns dos meios pelos quais podemos desenvolver a vida que é nossa em resultado desta incorporação. Da mesma forma que no corpo humano há canais especiais que fornecem os órgãos e os membros do que eles precisam e mantêm neles a circulação vital de todo o organismo, assim também há no Corpo Místico de Cristo canais especiais pelos quais nos são concedidas as graças necessárias para as nossas funções e nos mantemos em união vital com Cristo, nossa Cabeça. Esses canais são os sete sacramentos.

O sacramento é um sinal sensível, instituído permanentemente por Cristo para dar graça. São como que as sete artérias principais do Corpo Místico, pelas quais é transmitido às nossas almas, segundo as nossas necessidades, o poder da Paixão de Cristo que dá vida.

Para cada sacramento requere-se um ministro humano, mas a qualificação deste varia conforme o sacramento. Só um Bispo pode ordenar e, salvo em casos especiais, confirmar; só um padre pode consagrar o Sacramento do Altar, absolver os pecadores e ungir os moribundos; os ministros do Sacramento do Matrimónio são os nubentes; no entanto, atendendo à importância do Baptismo, qualquer leigo o pode administrar em caso de necessidade.

Em todos os sacramentos, porém, o ministro principal é Cristo; o ministro secundário e humano actua em Seu nome. Cristo vive ainda na Sua Igreja — Ele prometeu que estaria com ela todos os dias, até à consumação dos séculos — e em parte alguma se manifesta mais evidente o Seu poder vivo do que na administração dos sacramentos e em parte alguma pode ser encontrado mais efectivamente do que aproximando-nos deles. Aí Ele fala connosco, perdoa-nos, fortalece-nos, santifica-nos, dá-nos o ósculo da reconciliação, concede-nos os Seus próprios méritos e o Seu próprio poder, aí dá-se todo a nós. Já nos referimos a Cristo, dizendo que Ele é a semente lançada no solo do universo e que penetra com as suas raízes em todas as direcções para se apoderar da terra e a transformar em si próprio.

Não há nada em que esta figura se verifique com mais exactidão do que nos sacramentos, porque estes apoderam-se de nós, digerem-nos e tornam-nos parte de Cristo. São as raízes da vinha, cujos ramos somos nós.

Isto é tão verdade com respeito ao sacramento do Baptismo, que S. Tomás pôde escrever: «O Baptismo incorpora-nos na Paixão e Morte de Cristo»... de onde se conclui que a Paixão de Cristo é administrada a cada pessoa baptizada como remédio, *como se cada um de nós tivesse sofrido e morrido*...

Porque a Paixão de Cristo é satisfação suficiente para todos os pecados de todos os homens. E mais adiante volta a escrever: «Considerando que se torna membro de Cristo, a pessoa baptizada participa do valor penal da Paixão de Cristo, como se ela própria tivesse sofrido essa penalidade» (1).

E falando de modo mais geral, acrescenta: «Visto que a Paixão de Cristo precedeu os nossos pecados como uma espécie de causa universal da remissão dos mesmos, necessita de ser aplicada a cada um de nós para nos purificar dos nos-

(1) Summa, III, 69-2 e ad. I.

sos pecados pessoais. Ora isto faz-se por meio do Baptismo, da Penitência e dos outros Sacramentos que recebem o seu poder da Paixão de Cristo» [1].

Temos aqui uma declaração autorizada sobre a acção dos sacramentos: aplicam a cada um de nós a Paixão e a Morte de Cristo.

Há dois meios principais pelos quais a graça pode aumentar nas nossas almas; dois meios, por outras palavras, pelos quais nos podemos unir mais intimamente a Cristo e entrar mais plenamente na vida do seu Corpo Místico. Esses meios são os méritos e os sacramentos.

Já considerámos a oração e a leitura meditativa como métodos de procurar a Deus. Considerámo-las em primeiro lugar, porque nos dispõem para o uso de outros métodos. Ambas são meritórias e a oração pode também alcançar graça por impetração.

Poderíamos chamar a isto mérito em sentido muito lato. Ainda não tratamos do mérito. Deus ligou a promessa de recompensa a todas as boas obras feitas com caridade. Esta recompensa inclui não só um aumento de graça, mas também um aumento de felicidade eterna no Céu. Mas embora Deus, e só Ele, possa produzir a graça nas nossas almas, Ele tornou a Sua acção tão dependente da nossa que, quando se trata de méritos, nós somos a causa, em certo modo, do aumento da graça em nós e embora esse aumento provenha dEle, depende das nossas acções, das nossas faculdades e das nossas disposições. Os teólogos escolásticos adoptaram a frase «*ex opere operantis*», para distinguirem esta forma de acção, em que o resultado depende do agente, da outra em que o resultado depende da coisa feita e não do agente e que designaram com a frase: «*ex opere operato*».

Esta segunda forma de acção é absolutamente diferente da primeira e é a forma pela qual os sacramentos infundem a graça.

---

(1) Summa III, 69-1 ad. 4.

Esta depende do valor intrínseco do sacramento e não das disposições ou santidade do ministro. Nos sacramentos, Deus, por intermédio de Cristo, é a causa da graça produzida, não só no sentido de que é Ele quem dá toda a graça, mas também no sentido de que o sacramento em si substitui-nos em certo modo como agente e em virtude do poder derivado de Cristo faz por nós de forma mais directa o que nós só fazemos indirectamente, alcançando méritos.

Com efeito, quando está em causa a questão dos méritos, é dos méritos infinitos de Cristo que se trata nos sacramentos e não dos nossos méritos finitos.

O poder dos sacramentos de produzirem graça, uma vez que se verifiquem as condições necessárias para a sua validade, é inteiramente independente das disposições e méritos do ministro humano; o *efeito* do sacramento depende das disposições de quem o recebe, assim como o volume de água tirada de um poço depende do tamanho do recipiente usado. O resultado é que, nos casos ordinários, não há comparação entre os efeitos produzidos pelos sacramentos e os efeitos produzidos pelos méritos das nossas boas obras.

Para esclarecer este ponto com um exemplo rigoroso, consideremos o caso de um homem que está em estado de pecado mortal e está arrependido, mas apenas com a atrição, isto é, o motivo do seu desgosto é ter perdido o Céu. Por melhores que sejam as suas disposições e por mais intenso que seja o seu arrependimento, esse homem não pode merecer o estado de graça; a sua alma está morta. Se esse homem, porém, vai à confissão munido desta atrição e recebe vàlidamente o sacramento da Penitência, os seus pecados são-lhe perdoados, é restaurado no estado de graça e a sua alma torna-se viva outra vez. A razão é por que, no primeiro caso, está dependente dos próprios méritos e, no segundo aproveita dos méritos de Cristo.

É certo que os méritos de Cristo podem ser-nos aplicados pela fé, mas mesmo assim os nossos méritos próprios — podem limitar essa aplicação.

Os sacramentos, portanto. perpetuam e difundem o poder vivificante de Cristo na Sua Igreja, que é o Seu Corpo. Diferentemente do que acontece com os órgãos do corpo humano, que estão em ligação permanente com as artérias e canais de abastecimento, nós, membros do Corpo Místico, somos livres; é por nossa livre vontade que nos aproximamos dos sacramentos e nos unimos por seu intermédio a Cristo. Todos os sacramentos nos podem dar um aumento da vida da graça, mas cada um deles dá, além disso, uma graça especial própria. Põem à nossa disposição a força e os merecimentos de Cristo para um fim especial. Pelo baptismo somos purificados do pecado original e nascemos em Cristo. O sacramento da Confirmação produz também em nós um aumento da graça habitual, nome pelo qual é conhecida essa participação na natureza divina, mas acrescenta-lhe ainda um auxílio especial. Este sacramento corresponde ao que na vida civil se denomina «atingir a maioridade» e põe à nossa disposição uma fonte divina de força para que vivamos a nossa fé nas nossas relações com os outros. Recebemos a força necessária para tomarmos o nosso lugar na sociedade, como católicos, como membros de Cristo, pois isto é o que significa ser católico e para professarmos a nossa fé abertamente, mesmo que tenhamos de sofrer e morrer por ela, se tanto foi preciso.

Quando essa doutrina nos foi ensinada nas escolas, há um quarto de século, poucos de nós pensávamos que a sua verdade poderia vir a ser um dia posta à prova. No entanto, pode com segurança afirmar-se que desde então sofreram e morreram pela sua fé mais católicos do que em qualquer período da história e não há motivo para crer que os tempos de perseguição tenham acabado.

A graça da confirmação é, portanto, de grande alcance para todos nós, mesmo na sua forma extrema de nos infundir a fortaleza natural para sofrermos e morrermos pela fé. Esta graça é a origem daquela força extraordinária e coragem que admiramos, nos mártires. Ai do católico que na hora da pro-

vação confiar na sua coragem natural e decisão. Mais vale que conte com a sua fraqueza e ponha a sua confiança na força de Deus; que se glorie das suas fraquezas e invoque a força de Cristo que lhe infunde o sacramento da Confirmação.

Mas não há necessidade de esperar por essas situações extremas antes de se aproveitar esta graça da Confirmação. Todos os leigos que vivem na sociedade moderna têm necessidade do auxílio divino para viverem com fé e a dificuldade de assim procederem manifesta-se dia a dia cada vez mais. O poder de professar a nossa fé, que recebemos com a Confirmação, é, em certo modo, semelhante ao poder do sacerdote de consagrar o pão e o vinho. Não nos apercebemos disso, mas devemos acreditar nele e usá-lo com fé e confiança.

Uma forma de manifestarmos essa crença e essa confiança reside na coragem com que devemos encarar todas as ocasiões em que há necessidade de vivermos a nossa catolicidade em actos e palavras e de afrontarmos o ridículo, os sarcasmos, os prejuizos e até as injúrias que teremos de sofrer, procedendo assim. Uma vez que se manifeste a prudência ou necessidade de acção, não deve haver mais hesitação e não devemos perguntar a nós próprios de onde é que nos virá a força, porque esta já a recebemos com o sacramento da Confirmação e tudo o que Deus exige de nós é que admitamos a sua origem divina, apelando para Ele, mesmo que seja com um apelo mudo. Tais ocasiões verificam-se frequentemente hoje em dia.

Uma dessas ocasiões manifesta-se quando temos de defrontar os ares superiores que se dirigem às nossas noções antiquadas de moralidade católica e o esforço tem de ser mais intenso, quando temos de assistir à corrente de condescendência que, devagar mas com firmeza, vai arrastando a maioria e afastando-a dos ensinamentos católicos.

Em tais ocasiões sentir-nos-emos, por vezes, com falta de razão, provincianos e até pueris e não faltarão mesmo

ocasiões em que até passaremos por loucos, por amor de Deus.

Sentiremos também uma grande necessidade de auxílio especial que surge do facto de, por causa da nossa fé, termos de «morrer diàriamente», morrer para nós mesmos e para a nossa própria vida. Em tais ocasiões, devemos ter presente que somos membros vivos do Corpo Místico de Cristo e que, ao adquirirmos essa qualidade, renunciamos a nós próprios, «ao mundo, ao diabo e à carne» e que fomos confirmados e fortificados com a promessa da graça de Deus, para vencermos essas dificuldades; devemos lembrar-nos de que temos de viver a vida dos membros de Cristo — *noblesse oblige* — e, em vez de nos sentirmos cônscios de nós próprios pelo sentimento, devemos tornar-nos cônscios de Cristo pela fé.

Lembremo-nos, porém, de que embora compartilhemos da força de Cristo, devemos também compartilhar da Sua prudência; essa prudência sobrenatural e o senso comum é que devem governar a nossa conduta em tais assuntos.

Entre os sacramentos que se recebem só uma vez ou raras vezes, avulta o do matrimónio, que é tão importante, que lhe reservaremos um capítulo especial, visto que pode ser o ponto de partida para uma vida muito espiritual. O sacramento das Ordens Sacras diz respeito primàriamente ao clero, mas como constitui certos homens mediadores entre Deus e a humanidade, tem também um efeito que diz respeito aos leigos, especialmente quando se trata de descobrir a vontade de Deus e é sob esse aspecto que também nos pode interessar. O sacramento da Extrema Unção tem ligação especial com o da Penitência, que vamos agora apreciar, como meio de nos aproximarmos de Cristo.

O sacramento da Penitência foi instituído por Cristo para perdoar os pecados cometidos depois do Baptismo. O Baptismo elimina da alma todo o pecado e o castigo que lhe é devido; tudo o que estava em débito da nossa vida passada é cancelado. Não pode, porém, ser usado como remédio para

os pecados cometidos posteriormente, porque não se pode repetir.

Esses pecados só podem ser remidos por um arrependimento sincero ou normalmente por meio do sacramento da Penitência. Quando se trata de pecados mortais, só podem ser remidos pelo arrependimento que se chama contrição perfeita, que provém do amor de Deus e não do amor a nós próprios e que deve incluir, pelo menos, um desejo implícito de nos confessarmos. Na confissão, basta o arrependimento que se chama atrição e que provém do receio de ir para o inferno ou de perder o Céu. Quando um pecador dotado desse arrependimento por todos os seus pecados mortais é absolvido vàlidamente na confissão, são-lhe perdoados todos esses pecados, o castigo eterno que mereceram é remido e é-lhe restituída a amizade de Deus. Deus torna a fixar a Sua morada nessa alma e ele volta a ser membro vivo do Corpo Místico de Cristo, participando da graça na natureza divina.

É certo que nem todos os efeitos do pecado são eliminados. Embora tenha sido remida a pena eterna, persiste ainda uma pena temporal a satisfazer. Isto pode conseguir-se com obras de satisfação nesta vida; se não fôr satisfeita dessa forma, terá de ser satisfeita com as penas do Purgatório.

A «penitência» que o sacerdote impõe depois da confissão tem uma eficácia especial em dar satisfação pelos nossos pecados por causa da sua ligação com o Sacramento.

Todas as nossas boas obras e tudo o que sofremos espontaneamente podem servir para dar tal satisfação e podermos mesmo invocar os merecimentos de Cristo, de Sua Mãe e dos Santos em nosso favor. Os merecimentos de Cristo estão sempre à nossa disposição, se soubermos fazer uso deles pela fé, esperança, caridade, humildade e submissão. É, porém, na Missa que devemos procurar a forma mais acessível da satisfação de Nosso Senhor pelos nossos pecados. É importante notar que há uma grande diferença entre dar satisfação pelos nossos pecados no Purgatório e dá-la aqui na terra. No Purgatório, os sofrimentos são muito maiores e não podemos

alcançar merecimentos com eles. Aqui na terra podemos dar satisfação a Deus com muito menos sofrimentos e cada acto que praticamos com esse fim é meritório, de forma que, ao darmos satisfação pelos nossos pecados, podemos ao mesmo tempo progredir no amor de Deus e conseguir uma união mais íntima com Ele no Céu.

No sacramento da Penitência conseguimos uma graça especial que nos ajuda a restabelecer-nos dos efeitos do pecado e uma nova força para combatermos as nossas fraquezas.

Este aspecto da confissão é muitas vezes esquecido, especialmente por aqueles que só têm pecados veniais para confessar. Porque são «só» veniais, há muitas vezes a tendência para não nos preocuparmos com eles. Cooperando com a graça do Sacramento, podemos adquirir um novo horror a estes pecados, uma nova delicadeza de consciência e uma noção mais exacta das nossas fraquezas. Ouçamos o que diz o actual Santo Padre:

«*Para progredir mais ràpidamente no caminho da virtude, recomendamos vivamente o pio uso da confissão frequente... que aumenta o conhecimento próprio, desenvolve a humildade cristã, desarraiga os maus costumes, combate a negligência e tibieza espiritual, purifica a consciência, fortifica a vontade, presta-se à direcção espiritual e, por virtude do mesmo Sacramento, aumenta a graça*» (1).

Deve notar-se que o contexto desta citação diz respeito à confissão dos pecados veniais.

No que respeita a tais confissões, há um ponto importante a considerar.

O arrependimento dos nossos pecados é condição essencial para a recepção válida do Sacramento. Este arrependimento deve abranger todos os pecados mortais que cometemos; se não temos pecados mortais a acusar, devemos sentir verdadeiro arrependimento, ao menos, por alguns dos peca-

(1) Encíclica sobre o Corpo Místico.

dos veniais confessados. De outra forma o Sacramento é inválido. Ora o arrependimento implica o propósito e decisão firmes de evitar o pecado no futuro e é importante que estejamos certos de tal propósito, pelo menos em relação a alguns dos pecados veniais, quando não há pecados mortais a confessar. Para termos a certeza de que há sempre matéria suficiente para a absolvição, é aconselhável incluir alguns pecados da vida passada, dos quais estamos com certeza arrependidos e que temos o propósito firme de evitar no futuro. Tal prática evita que a nossa confissão seja inválida no caso de consistir apenas de pecados veniais rotineiros, a respeito dos quais não temos propósito suficiente de emenda.

A questão do arrependimento é uma das que nem sempre são devidamente compreendidas. O arrependimento necessário para a confissão é um acto da vontade pelo qual, com o auxílio da graça de Deus, aborrecemos os nossos pecados, resolvendo evitá-los no futuro e nos voltamos para Deus. O motivo deve ser sobrenatural; o medo do inferno, o receio de perder o Céu ou o amor de Deus são motivos sobrenaturais. Visto que a dor é um acto de vontade, *não é necessário que se sinta.* Há pessoas que sentem uma dor tão profunda pelos seus pecados, que podem debulhar-se em lágrimas; há outras que sentem tão vivamente o receio da condenação eterna que o medo que sentem é superior a qualquer outro medo. Esses casos são, porém, excepcionais. Muitas almas e até almas muito santas podem sentir maior dor por qualquer perda terrena, a morte do pai ou da mãe, por exemplo, do que sentem pelos seus pecados. Isso não diminui, de forma alguma, o valor do seu arrependimento. Os sentimentos nada têm que ver com o caso; a verdadeira medida e prova de um arrependimento sincero estão na *vontade* e *decisão* de se evitar o pecado no futuro. Esse é, na realidade, o verdadeiro significado de «fazer penitência», porque a palavra primitiva que se empregava para traduzir o arrependimento significava «mudança de coração».

Esta «mudança de coração» é uma das melhores formas de encontrar o reino de Deus, o qual, segundo Ele próprio diz, está dentro de nós.

Quando um amigo nos ofende, os seus protestos exteriores de arrependimento e as suas tentativas para restabelecer as relações amigáveis são absolutamente inadequados, se não forem acompanhados de mudança do coração, e mesmo o seu propósito firme de não repetir a ofensa não é suficiente, se o motivo é um desgosto egoista pela perda pessoal, sem qualquer ligação com a nossa pessoa.

Se ele lamenta, porém, a perda da nossa amizade mútua, mesmo pelo que essa significava para ele, então, é claro, a amizade pode ser restabelecida. Mas, para que essa amizade restabelecida atinja verdadeiro valor tem de se basear no desgosto por nos ter ofendido.

É certo que o poder do Sacramento torna o caso um tanto diferente, quando se trata do arrependimento pelo pecado. A contrição imperfeita é suficiente para se receber este Sacramento... Quando, porém, nos aproximarmos do Tribunal da Penitência, devemos ter presente que a amizade que ofendemos com os nossos pecados é a maior de todas as amizades. Mais do que isso, devemos lembrar-nos de que foi contra o nosso maior amigo que pecámos. E, ainda mais do que isso, devemos procurar compreender, que, mesmo sem levar em consideração a Sua amizade para connosco, nós, com os nossos pecados, tratámos mal e vergonhosamente Aquele que tanto merece o nosso amor. Por outras palavras, é bom que procuremos arrepender-nos dos nossos pecados, visto que eles ofenderam a Deus, ainda que comecemos por nos arrepender, por nos prejudicarem a nós próprios.

Embora o nosso arrependimento não atinja a elevação da contrição perfeita, não devemos deixar de ter confiança completa na generosidade do perdão de Deus.

Desde que tenhamos o arrependimento mínimo necessário à validade do Sacramento, a absolvição produz os seus efeitos nas nossas almas e a graça de Deus jorra sobre a

nossa alma, juntamente com as virtudes infusas da fé, da esperança e da caridade, sobretudo a da caridade que perdemos com o pecado mortal. Esta virtude, restituída pelo Sacramento, dá-nos o poder de tornar a amar a Deus com amor sobrenatural; devemos, portanto, procurar reavivar esse amor depois da confissão, se antes dela o não conseguimos fazer.

É importante ter presente que é dos nossos pecados, considerados como ofensas contra Deus que temos de nos arrepender; pode dar-se o caso de ter havido qualquer satisfação natural ou mesmo bom resultado ligado a eles de que não nos podemos arrepender como tais. A própria Igreja canta a «feliz culpa» de Adão, que deu causa a uma Redenção tão admirável. É a ofensa a Deus que está em causa e é dela que nos devemos arrepender sinceramente. Deve notar-se também que um arrependimento sincero é perfeitamente compatível com um receio bem fundado de tornar a cair.

Quando um mau hábito se encontra profundamente arraigado, tal receio é perfeitamente natural. O que é necessário para a absolvição é que aqui e agora decidamos não recair no pecado e evitar todas as ocasiões de tornarmos a cair nele. O facto de voltarmos a ser vítimas da nossa fraqueza não altera o valor da confissão. Algumas pessoas sofrem de uma espécie de orgulho obstinado que as leva a não quererem admitir a culpa das suas acções. Julgam que isso seria humilhar-se demasiadamente. A verdade, porém, está no contrário. Quando uma pessoa insiste na rectidão duma acção, que é indiscutìvelmente má, só mostra a falta de ideias e a baixeza do seu nível moral. Mas se, pelo contrário, admite que procedeu mal e se mostra arrependida, prova que elevou o seu ideal a um novo nível e que o seu nível moral é superior. Mesmo na ordem natural, essa pessoa eleva-se, confessando o seu erro.

É de importância capital que nunca consintamos que os nossos pecados passados — por mais imundos e aleivosos que nos pareçam — se interponham entre nós e Deus, nos façam

duvidar do Seu amor ou nos incutam o receio de nos aproximarmos dEle com inteira confiança. Deus não faz nada a meias. Quando perdoa os pecados, perdoa-os completamente. A culpa inerente a eles é completamente cancelada e Ele não voltará a increpar-nos por isso. Mas a Sua generosidade vai ainda mais longe. Quando uma alma cai em pecado mortal, perde todos os merecimentos da sua vida passada. Se, porém, se arrepende e consegue o perdão, esses merecimentos revivem outra vez, tal é a generosidade e o amor de Deus.

A parábola do Filho Pródigo é a imagem que o próprio Deus nos deu da forma como perdoa os pecados. O filho pródigo reclamara a sua herança e tinha perdido tudo numa vida licenciosa. Reduzido à miséria, à degradação e impelido pela fome exclama: «*Levantar-me-ei e irei ter com meu Pai e Lhe direi: Pai, pequei contra o Céu e contra ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus jornaleiros*». E a parábola acrescenta que «*quando ele estava ainda longe, seu pai viu-o e ficou movido de compaixão e, correndo, lançou-lhe os braços ao pescoço e beijou-o*». Prosseguindo, a parábola conta que, apesar de o filho ter pedido ao pai que o considerasse como um dos seus jornaleiros, seu pai recebeu-o com todas as honras, vestiu-o com o «*vestido mais precioso*» e fez uma grande festa, para celebrar o regresso do filho, «*porque este meu filho estava morto e reviveu, tinha-se perdido e foi encontrado*» (1). Esta é a descrição autorizada da recepção que Deus prepara ao pecador arrependido e não devemos consentir que nenhum produto da imaginação a suplante.

Este ponto é muito importante. Há sempre a tendência para o desânimo e para a desconfiança, mesmo depois de os nossos pecados terem sido perdoados.

Temos a impressão de que entre nós e Deus estarão sempre os nossos pecados e que, portanto, a Sua providência

---

(1) S. Lucas XV.

já não nos será tão favorável no futuro, que Ele já não confiará no nosso propósito de emenda e que o resultado final não poderá deixar de ser prejudicado por aquele passado infeliz. O fantasma do que teria acontecido, se nós tivéssemos sido sempre fiéis à graça inutiliza os nossos esforços, diminui a nossa esperança e desanima-nos.

Imaginamos que a perfeição que antes poderíamos ter atingido é hoje inacessível.

Embora pareça natural, tudo isso é um erro, porque se baseia numa noção errada acerca de Deus e é o resultado da má compreensão do Seu poder e da Sua bondade.

Não importa que se trate do caso de uma alma fervorosa que sùbitamente cedeu à tentação, do caso de algum pecador, que, depois de uma vida pecaminosa, se voltou decididamente, para Deus ou de alguém que, depois de anos de tibieza, resolveu dedicar-se à vida espiritual — Deus pode dar-nos sempre os meios de recuperarmos o tempo perdido. S. Paulo diz que «*todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus*» (1) e S.to Agostinho inclui em «*todas as coisas*» até os nossos pecados (2). Segue-se daí, portanto, que Deus pode servir-se de todas as coisas para o bem daqueles que O amam. Supondo mesmo que Deus traçou a cada homem um plano de perfeição que este deve atingir, devemos lembrar-nos de que Ele pode elevar-nos a essas alturas, partindo do ponto a que descemos pelas nossas culpas. Se nos afastámos do caminho e perdemos o rumo que nos marcou, Ele pode ainda conduzir-nos ao fim que deseja por outro caminho. Não deixa, porém, de ser acertado supor que esse novo caminho ofereça mais dificuldades; no entanto, essas próprias dificuldades são garantia da perfeição a que nos podem conduzir, porque nos proporcionam novas oportunidades de ganhar merecimentos e mostrar o nosso amor.

Para evitar a presunção, devemos lembrar-nos de que estas noções não podem servir de desculpa, para cometermos

(1) Rom. VIII, 28.
(2) St.º Ag. De Catech. Rud. Liv. 4.

pecados, pelo facto de sabermos de antemão que Deus pode restituir-nos tudo o que vamos deitar fora. O texto diz: «*aqueles que amam a Deus*». Ora o homem que comete um pecado mortal não ama a Deus e, portanto, coloca-se a si próprio fora dos planos de Deus. Além disso, não pode, levantar-se com os seus próprios esforços, se Deus não tiver piedade dele. Rejeitou a graça e não pode amar a Deus sobrenaturalmente sem a Sua graça, que Deus não é por forma alguma obrigado a conceder-lhe. Aí fica, pois, o aviso para que não nos deixemos levar pela presunção antes de pecarmos. Obtido, porém, o perdão, não devemos consentir que o pensamento de novas dificuldades interfira com a nossa confiança. As próprias dificuldades, que são muitas vezes a consequência directa dos nossos pecados — os maus hábitos, por exemplo — são, na realidade, oportunidades providenciais que Deus nos dá para ganharmos novos merecimentos os quais teríamos de procurar obter por outra forma, a fim de repararmos as nossas perdas.

E, se há dificuldades, também temos a graça de Deus para as vencermos, a qual nos é dada de modo especial pelo sacramento da Penitência e está sempre à nossa disposição no Santíssimo Sacramento. Há um princípio que se deve ter sempre presente e é que não se devem ponderar nunca as dificuldades e os obstáculos sem se ponderarem também os caminhos e os meios.

Ora, no que diz respeito à vontade de Deus, a Sua graça está sempre à nossa disposição e se se pode sugerir uma máxima para a vida espiritual e em especial para o pecador arrependido, essa máxima é: «*Tudo posso nAquele que me conforta*» [1] E que nos diz ainda S. Paulo? «*E disse-me: Basta-te a minha graça, porque é na fraqueza que o meu poder se manifesta por completo. Portanto, de boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, para que habite em mim o*

(1) Fil. IV, 13

poder de Cristo... porque, quando estou fraco (quanto às forças da natureza) então sou forte (na graça)» [1].

Nós atrevemo-nos mesmo a dizer que há santos no Céu que nunca teriam atingido a glória presente, se não tivessem caído em pecado. O cardeal Billot diz o seguinte: «O pecador pode atingir maior perfeição, porque aquele que se entregou a obras heróicas depois do seu pecado, é mais amado por Deus do que aquele que, embora não manchado pelo pecado mortal, é negligente no exercício da virtude». As próprias palavras de Nosso Senhor são cheias de significado: «*Digo-vos que, do mesmo modo, haverá maior júbilo no Céu por um pecador que fizer penitência, que por noventa e nove justos que não têm necessidade de penitência*» [2].

Não devemos, portanto, nunca inferiorizar as nossas esperanças ou as nossas aspirações. Para mais fácil compreensão do assunto, podemos comparar o nosso novo destino à mudança de cor numa flor. Há rosas brancas e rosas vermelhas e poderemos dizer que umas são mais agradáveis que as outras? Consideremos o nosso caso sob o aspecto que quisermos e sejam quais forem as culpas que tenhamos cometido, Deus é o nosso Salvador e o Seu poder e Misericórdia não conhecem limites.

Se há alguma coisa em que Nosso Senhor «se especializa» é em salvar os pecadores. «*Não vim,* disse Ele, *chamar os justos, mas sim os pecadores* [3]. *Ele é o Cordeiro de Deus, que tira os pecados do Mundo*» [4] S. João diz-nos: «*Se caminhamos na luz... O Sangue de Jesus Cristo purifica-nos de todo o pecado*» e «*se confessamos os nossos pecados Ele é fiel e justo para nos perdoar os nossos pecados e nos purificar de toda a iniquidade*» [5].

---

(1) Cor. XII, 9, 10.
(2) S. Lucas XV, 7.
(3) S. Mateus LX, 13.
(4) S. João I, 29.
(5) S. João, 7 e 10.

Em toda a Escritura, são frequentes as alusões ao poder e boa vontade de Deus para perdoar os nossos pecados e reparar as nossas ruínas: «*Eis que Eu renovo todas as coisas... Eu sou o Alfa e o Omega, o princípio e o fim. Eu darei gratuitamente da fonte da água da vida ao que tiver sede*» (1). Mas onde encontramos o testemunho mais palpitante de tudo isto é na descrição que S. Mateus faz da mensagem do anjo a S. José, a respeito de Nossa Senhora: «*E Ela dará à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus, porque Ele salvará o seu povo dos seus pecados*» (2). O nome de Nosso Senhor, que significa Salvador, é, portanto, mais do que um nome, é uma missão característica, é a obra que Deus Lhe destinou. O Seu próprio nome é um título na mão do pecador à Sua bondade, ao Seu poder e à Sua misericórdia.

Para compreender o espírito com que Ele desempenha as Suas funções, convém recordar as palavras que dirigiu a Santa Matilde, que lamentava os seus pecados e a falta de boas obras e deplorava a negligência com que dissipava os dons de Deus. Ao confortá-la, Nosso Senhor disse-lhe: «Ainda que me fosses perfeitamente fiel, tu devias preferir infinitamente que fosse antes o meu amor a reparar a tua neglicência do que tu própria, para que assim seja dada toda a honra e glória ao mesmo amor».

Se nos conformarmos com a nossa miséria e humilhação, por termos pecado e banirmos o nosso orgulho ofendido, não há nada que Deus não faça por nós. Da mesma forma que a Igreja, nós somos a Sua Esposa, e Ele entregou-se por nós, para nos poder santificar e apresentar a Si próprio «*sem mácula, nem ruga, ou coisa semelhante, mas santa e imaculada*» (3).

No sacramento da Penitência, a Paixão de Cristo, com o seu poder e eficácia ilimitados, é-nos aplicada para nos

(1) Apoc. XXI, 5-6.
(2) S. Mat. I, 21.
(3) Ef. V, 25-27.

curar dos nossos pecados. Somos restaurados na nossa vida em Cristo e temos a Sua vida e o Seu poder à nossa disposição. Embora nos envie provações como «castigo» dos nossos pecados, essas não são tanto um castigo, como um remédio para despertar em nós uma contrição fervorosa e nos proporcionar a ocasião de recuperarmos o que perdemos. A Sua misericórdia acompanha todas as Suas obras e, se há uma forma de tocar o coração de Deus que mais se deve recomendar a todo o pecador, é que este se abandone com toda a sua miséria à misericórdia de Deus, que é Nosso Pai e Nosso Salvador, com confiança absoluta e conformidade com a Sua vontade.

Foi Nosso Senhor em pessoa que nos disse que correria ao nosso encontro para nos reintegrar na herança perdida. A Maria Madalena foram-lhe perdoados muitos pecados, porque amou muito. Se O amarmos como ela, também os nossos pecados nos serão perdoados e poderemos agradar mais a Deus com uma vida de amor fervoroso, depois de termos pecado, do que confiando tìbiamente na nossa inocência passada. É com sinceridade que Deus nos diz:

«*Vai em paz*», porque depois de os nossos pecados serem perdoados, nós voltamos outra vez para Cristo, que é a Paz que ultrapassa toda a compreensão.

CAPÍTULO XII

CRISTO, NOSSO ALIMENTO E NOSSA VIDA

Todo o amor requer união e quanto mais ardente é esse amor mais completa união exige. O amor de Nosso Senhor não constitui excepção a esta regra. Segundo diz S. João Crisóstomo, Nosso Senhor instituiu a Sagrada Eucaristia, para que nós nos convertêssemos numa entidade com Ele próprio e nos uníssemos a Ele como a cabeça está unida ao corpo, como o alimento se une àquele que o consome «pois é esse o desejo dos amantes ardentes». Referimo-nos no capítulo antecedente à Igreja, como Esposa de Cristo.

S. Paulo cita a união matrimonial como símbolo e sombra da união ainda mais íntima de Cristo com a Sua Igreja: «*serão dois numa só carne*» (1) e S. João refere-se às repetidas súplicas que Nosso Senhor fez na última ceia, para que se efectuasse essa união, quando instituiu o Sacramento da Sagrada Eucaristia, Sacramento que nos deu como meio de estreitar essa união.

É difícil escrever com sobriedade ou com precisão da Sagrada Eucaristia e, por isso, talvez seja mais acertado citar o que a este respeito diz o Concílio de Trento: «*Quando estava prestes a deixar este mundo para ir ter com o Pai, o nosso Salvador instituiu este Sacramento, no qual derramou, por assim dizer, as riquezas do Seu amor divino para com os homens, fazendo dele uma comemoração da Sua obra*

(1) I Cor. VI, 16.

admirável e determinou que participássemos dele para venerar a Sua memória e recordar a Sua morte até que Ele venha julgar o Mundo. E mostrou também desejos de que este Sacramento fosse recebido como alimento espiritual das almas, pelo qual se alimentassem e fortificassem aqueles que vivem a Sua vida, dizendo: «O que me comer a mim, esse mesmo também viverá por mim» (1) *e ainda como antídoto, pelo qual fôssemos libertados das nossas faltas diárias e preservados de pecados mortais. Quis ainda que fosse um penhor da nossa glória futura e felicidade eterna, tornando-se assim um símbolo desse corpo único de que Ele é a Cabeça e à qual Ele deseja que nós, membros, nos unamos pelos laços mais íntimos da fé, da esperança e da caridade, para que nós todos falemos das mesmas coisas e não haja cismas entre nós»* (2).

Neste Sacramento, portanto, sob a aparência de pão, Nosso Senhor e Salvador dá-nos a Sua carne e o Seu sangue para alimento das nossas almas.

Não Lhe bastou ter-se tornado um de nós, adoptando uma natureza humana igual à nossa. Não Lhe bastou ter participado das agruras de uma vida como a nossa e que tivesse sofrido e morrido para expiar os nossos pecados. Amou-nos e não descansou enquanto não se uniu completamente a nós. E, no Seu amor, ideou a forma mais extraordinária de união, em que Ele próprio se torna nosso alimento. É, na verdade, um amante sublime.

A primeira coisa a considerar no Augusto Sacramento é que ele contém realmente o Corpo, o Sangue, a Alma e a Divindade de Cristo.

Na Missa, o sacerdote toma o pão nas suas mãos e repete as palavras de Nosso Senhor: «*Isto é o meu Corpo*». Em resultado dessas palavras, a substância do pão converte-se no Corpo de Cristo, ao passo que os acidentes — isto é, o tamanho, a forma, a cor, o gosto e as propriedades físicas e quí-

(1) S. João, VI, 58.
(2) Con. de Trent. Sess. XIII — cap. II.

micas do pão permanecem. Tendo em consideração as palavras da consagração, estas efectuam apenas a presença do corpo. Mas, porque Nosso Senhor ressurgiu dos mortos e não volta a morrer, o Seu Sangue e a Sua alma também estão aí presentes. E, porque a natureza humana de Cristo se uniu para sempre à Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, a Sua Divindade está também presente na Hóstia. O Sacerdote toma depois o cálice de vinho e profere as seguintes palavras:

«*Pois este é cálice do meu sangue de novo e eterno testamento, mistério de fé, que será derramado por vós e por muitos, para a remissão dos pecados*».

Em resultado destas palavras, a substância do vinho converte-se no Sangue de Cristo, ao passo que os acidentes do vinho permanecem. Pelas mesmas razões que aplicamos à Hóstia, no cálice estão também presentes o Corpo, a Alma e a Divindade de Nosso Senhor.

Jesus está, portanto, real e substancialmente presente nas espécies sacramentais do pão e também nas do vinho. Não há diferença entre a forma como Ele e o sacerdote estão presentes no altar. O sacerdote toma contacto com a terra pela superfície, tamanho e peso do seu corpo; Nosso Senhor toma contacto com o altar pela superfície, tamanho e peso do pão. O sacerdote é localizado pelos seus acidentes próprios; Nosso Senhor é localizado pelos acidentes do pão. Estes indicam e revelam a Sua presença, embora Ele próprio seja invisível. Não há na natureza outro exemplo a que possamos comparar esta presença e por isso não há também palavras para a traduzirem. O termo técnico usado é que Nosso Senhor está presente *sacramentalmente*. Isto envolve a presença real, verdadeira e substancial, mas implica uma diferença na forma da presença ordinária.

Insistimos neste ponto, porque a explicação pode auxiliar-nos a compreender o significado da Missa.

Este é o Alimento admirável que Nosso Senhor prometera aos Seus discípulos, alguns dos quais acharam que era

«*dura a linguagem*» e deixaram de andar com Ele. As Suas palavras são cheias de significado:

«*Em verdade, em verdade vos digo: Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o Seu sangue, não tereis a vida em vós. O que come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o ressuscitarei no último dia. Porque a minha carne é verdadeiramente comida e o meu sangue é verdadeiramente bebida. O que come a minha carne e bebe o meu sangue fica em mim e eu nele. Assim como me enviou o Pai que vive e eu vivo pelo Pai, assim o que me comer a mim, esse mesmo também viverá por mim*» (1).

Temos aqui a descrição dos efeitos da Santa Comunhão feita por Nosso Senhor: «habitaremos nEle e Ele em nós; viveremos por Ele, como Ele vive pelo Pai». Para compreendermos os resultados da recepção deste Sacramento, podemos considerá-los como produzidos por três formas: pela união com Cristo, pela nutrição espiritual e pela sua significação especial da Paixão de Cristo.

Consideremos as palavras de S. Paulo, conforme foram traduzidas do grego por Prat: «*Porventura o cálice de bênção, que nós benzemos, não é a comunhão do sangue de Cristo? E o pão, que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo? Visto que há um só pão, nós, embora muitos, formamos um só corpo, nós todos que participamos desse mesmo pão*» (2).

Comentando estas palavras, S. João Crisóstomo diz: «S. Paulo não fala em *participação*, mas, sim, em *comunhão*, para significar uma união mais íntima, porque, ao recebermos a Santa Comunhão, nós não participamos só de Cristo, mas unimo-nos a Ele. De facto, assim como este corpo está unido com Cristo, assim também com este pão nos unimos a Cristo. Mas por que razão falo da Comunhão? S. Paulo diz que estamos identificados com este corpo, porque este pão é o

(1) S. João VI, 54-58.
(2) I Cor. X, 16-17.

Corpo de Cristo. E em que nos convertemos nós, recebendo este pão? No Corpo de Cristo: não em muitos corpos, mas num Corpo só» [1].

Citamos os textos do concílio e dos Santos Padres que pesavam as suas palavras com precisão teológica e gozavam da assistência do Espírito Santo ao escolhê-las, a fim de que as nossas tentativas para exprimirmos a intimidade desta união não parecessem puramente metafóricas e figuras de retórica vazias de sentido. Mas sejamos mais claros sobre a realidade desta união. Não é o facto de que as espécies sacramentais, contendo o Corpo vivo de Cristo com a Sua Divindade, se unem ao nosso corpo no acto de recebermos a Hóstia sagrada. Isso é, sem dúvida, um privilégio admirável e, enquanto dura, não devemos deixar de aproveitar essa oportunidade única para falarmos com Nosso Senhor e Amante Divino, para Lhe rendermos graças, para Lhe assegurarmos que necessitamos dEle e O amamos, para Lhe pedirmos a graça de O amarmos cada vez mais e de vivermos conforme a Sua vontade e para Lhe suplicarmos que nos refaça e modele segundo os desejos do Seu Coração.

Se há ocasião em que de modo especial nos devemos abrir com Jesus, essa ocasião é certamente depois de O termos recebido na Sagrada Comunhão e enquanto a Sua presença em nós se mantém.

Esta presença é, porém, temporária e cessa logo que o processo natural da digestão altera as espécies do pão. Logo que desaparecem as qualidades do pão, a Presença Real cessa. A presença da Hóstia Sagrada nos nossos corpos é apenas um meio para alguma coisa de mais sublime, isto é, a união da nossa alma com a Divindade de Cristo — a incorporação de todo o nosso ser no Seu Corpo Místico, ao qual nos unimos por uma forma nova, como se nos uníssemos à Nossa Cabeça. Toda a primeira parte deste livro foi dedicada à descrição da união que se efectua mais plenamente com a recepção da Sagrada Comunhão.

(1) Prat II, p. 350.

Aí atribuímo-la ao Baptismo, mas este sacramento é apenas a entrada para a Santa Comunhão e dá-nos apenas o germen da Vida Divina. Além disso, o Baptismo presume pelo menos uma intenção implícita, por parte do padrinho, quando se trata de uma criança, de receber o Sacramento da Eucaristia, cujos efeitos já então se sentem em consequência deste desejo [1].

Citemos as palavras de Prat: «Temos a impressão de que, sem a Eucaristia, que é o Sacramento da piedade, o sinal eficaz da unidade e o laço da caridade, segundo a expressão feliz de Santo Agostinho, o Corpo Místico não teria toda a perfeição que lhe é devida. Os cristãos não se uniriam a Cristo, nem se uniriam uns aos outros por essa união inefável que é produzida pela Santa Comunhão e que Nosso Senhor quis que existisse na Sua Igreja, quando instituiu a Eucaristia.

Se a nossa incorporação em Cristo pela fé e pelo Baptismo é suficiente para a salvação, a comunhão com Cristo é indispensável para a perfeição social do Corpo Místico de Cristo e até, normalmente, para a perfeição individual do cristão. A consequência é evidente para todos aqueles que têm presente que o alimento Eucarístico, diferentemente do que sucede com o alimento ordinário, tem o poder de nos transformar nele» [2].

Meditemos por um momento nas palavras de Nosso Senhor: «*Aquele que come a minha carne e bebe o meu sangue fica em mim e eu nele*» e lembremo-nos dos desejos do Amante, que elas exprimem. Porque, quando uma pessoa ama outra, sai como que de si mesma para passar a fazer parte dessa pessoa e considera a vontade e o bem da pessoa amada como se fossem seus; quando amamos, identificamo-nos com a pessoa amada, queremos e agimos para bem dela, convertendo-a num outro eu. A tragédia do amor humano, mesmo nas suas formas mais elevadas, está em que esta identifica-

(1) Summa III, 73-3.
(2) Prat. loc. cit. II, pg. 351.

ção completa é impossível. Tratando-se, porém, de Deus, tudo é possível e o Coração Amantíssimo de Jesus imaginou esta forma inefável de conseguir essa união e de nos convencer da sua intimidade por meio da Santa Comunhão. Podemos, pois, dizer com S. Paulo: «*E vivo, já não eu, mas é Cristo que vive em mim*» (1).

E a quem é que nos unimos? Quem é que vem até nós sob as espécies sacramentais? Jesus Cristo, filho de Deus, Segunda Pessoa da Santíssima Trindade, Aquele de Quem diz S. João: «*Todas as coisas foram feitas por Ele*», o Autor e o Modelo de tudo. Todo o obreiro trabalha segundo uma ideia, um exemplar, um modelo. Existe na sua mente um pensamento ao qual dá existência externa numa coisa concreta. O artista, o arquitecto, o compositor, o artífice, o produtor e o poeta, todos trabalham à sua moda, para darem existência externa ao seu pensamento. Assim aconteceu com Deus. Quando criou o Mundo e deu existência a todos os habitantes do universo, preparando a sua história, Ele trabalhou segundo um Ideal. Há no pensamento de Deus uma ideia correspondente a cada um de nós, à qual devemos ou podemos corresponder, porque, ao preparar a nossa história, Ele permitiu que cooperássemos de nossa livre vontade e, por assim dizer, que alterássemos os planos que fez para a nossa vida. Mas não há nada que não tenha preexistido no pensamento de Deus.

Ora Deus tem, na realidade, uma só ideia, porque a Sua perfeição é de tal ordem, que uma só Ideia abraça tudo. E a Ideia de Deus, ou «Verbo» como a denominam os Gregos, é a expressão do conhecimento que Deus tem da Sua própria essência. Ao criar, Deus vê como essa única Ideia pode ser imitada externamente de um modo limitado em formas diferentes e sem conta, de modo que cada criatura representa em modo limitado e parcialmente a Ideia de Deus e corresponde a ela. Ora esta Ideia única de Deus é uma Ideia

---

(1) Gál. II, 20.

tão perfeita — porque o poder de conhecimento de Deus é infinito e perfeito — que é Deus, o Verbo de Deus, a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. E é este Verbo de Deus que vem até nós na Santa Comunhão e nos converte numa coisa só Consigo!

As palavras faltam-nos, porque as palavras humanas são inúteis, mas, se no nosso desespero, nos é lícito empregar uma frase, que mais do que qualquer outra nos parece adequada para saudar o Hóspede Divino, que vem às nossas almas, não será ela «*Meu Deus* e *Meu Tudo*»? Se ao menos pudéssemos fazer uma pequena ideia da profundidade da verdade que se encontra nestas palavras: «*Meu Tudo*». Ele é *Tudo*, porque é Deus; *É meu* — porque me converteu numa coisa só Consigo.

Que mais poderemos desejar? Para que havemos de perder um só momento a pensar na nossa deficiência? Por que havemos de perder a coragem, mesmo que a nossa vida tenha sido de contínuo pecado? Ele é o *Meu Tudo!* «*De boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, para que habite em mim o poder de Cristo*». «*Nada falta em graça alguma a vós*». «*O Senhor, Teu Deus, habitou contigo e não te faltou nada*» (1).

Não há dúvida de que uma única comunhão pode fazer um santo. Não há nada no nosso ser ou na nossa vida passada que não possa ser reparado por uma comunhão, se tivermos a fé suficiente.

Ouçamos o que diz S. Tomás: «Este Sacramento contém em si Cristo crucificado (*Christum passum*). Daí se conclui que o efeito deste Sacramento é semelhante ao efeito da Paixão de Nosso Senhor» (2).

Foi esse o motivo por que tivemos acima a ousadia de afirmar que mesmo uma vida inteira de pecado não nos deve desanimar, porque, seja qual for o mal que os pecados nos tenham feito, a Santa Comunhão pode repará-los e seja qual

(1) II Cor. XII, 9; I Cor. I, 7; Deut. II, 7.
(2) In Joan. VI, Lect. 6, n. 7.

for a ofensa que eles tenham representado para Deus, a Missa — que é parte da Eucaristia — pode expiá-la. Arrependemo-nos, sem dúvida, de O termos ofendido e esse arrependimento aumentará ao compenetrarmo-nos do Seu amor, mas a nossa esperança e a nossa confiança também aumentarão ao verificarmos a disposição desse Amor de usar o Seu Poder infinito para nos restaurar em Si Próprio.

A nossa confiança no poder do Amante Divino não deve conhecer limites. Ele é o nosso Criador e a vida espiritual é uma recriação. Os nossos pecados e as nossas faltas perturbaram essa recriação, mas aqui, na Santa Comunhão, temos o nosso Criador, o nosso Protótipo, que vem para nos unir a Si próprio, cheio de um amor misericordioso e desejo ardente de que «*tenhamos vida e a tenhamos mais abundantemente*».

Não há nada que Ele não possa fazer, porque é Deus, e não há nada que Ele não esteja disposto a fazer, porque é nosso Salvador, para modificar os homens segundo os desejos do Seu coração, desde que não ponhamos obstáculos à Sua acção. Ele está completamente à nossa disposição.

Um dos momentos mais grandiosos da vida dum homem é quando este, em abandono completo, se entrega totalmente à felicidade da pessoa que ama. Na Santa Comunhão Deus dá-se completamente a nós — poderíamos mesmo dizer que se entrega — para o nosso bem e felicidade. Não é um gesto apenas. Antes de vir até nós na Santa Comunhão, Nosso Senhor viveu e morreu por nós no meio das maiores humilhações e sofreu por nós uma Paixão que não tem paralelo na história da dor. E vem ter connosco na Santa Comunhão, para nos dispensar os frutos de tudo isso. O Seu abandono e a Sua devoção às nossas necessidades e à nossa felicidade não são um gesto momentâneo — duraram trinta e três anos sobre a terra e agora intercede ainda por nós no Céu. A descrição não é capaz de traduzir a ideia e o facto desafia a nossa crença. Só a graça de Deus pode fazer com que compreendamos o amor de Deus por nós neste Sacramento.

No Seu amor, Deus torna-se o alimento das nossas almas. Ao contrário, porém, do alimento ordinário, que produz os seus efeitos transformando-se na nossa substância, este alimento Divino converte-nos nEle próprio. É o começo do Céu, onde nos uniremos a Ele para sempre. Mesmo cá na terra, não deixaremos de ser o que somos — nunca perderemos a nossa individualidade pessoal — mas seremos renovados e refeitos à semelhança do Próprio Deus. Essa renovação começa já cá na terra, ao recebermos este Sacramento. O Concílio de Florença diz-nos que: «*Os efeitos que o alimento e a bebida materiais produzem com respeito à vida corporal — sustentando-a, aumentando-a, restabelecendo-a e deleitando-a (delectando), produ-los este Sacramento com respeito à vida espiritual... Por seu intermédio, somos afastados do mal, fortalecidos no bem, aumentando em graça e virtude*» (1).

A Sagrada Eucaristia sustenta a vida da nossa alma, fortalecendo-a contra o pecado, porque nos concede graça permanente que nos habilita a vencer o nosso amor próprio e a viver mais e mais para o amor de Deus. Do mesmo modo fortalece-nos contra a tentação e a experiência diária diz-nos que dificilmente se encontrará remédio mais eficaz contra os ataques da tentação do que frequentando com devoção e com frequência a Santa Comunhão. Aumenta a vida da nossa alma, porque a graça e as virtudes não só aumentam mas também são incitadas à acção. É este aumento de graça na nossa alma que constitui o verdadeiro progresso na vida espiritual.

Claro está que temos de fazer uso dessa graça e não a deixar dormente mas, mesmo assim, o amor que Cristo mostrou neste Sacramento exerce pressão sobre nós e estimula-nos ao fervor e ao amor. À semelhança do que sucede com o alimento ordinário, a Sagrada Eucaristia repara as nossas perdas. A nossa força e o nosso fervor espirituais enfraquecem contìnuamente com os pecados veniais e imperfei-

---

(1) Denzinger, 698.

ções que cometemos todos os dias. A Santa Comunhão pode reparar essas perdas, pode mesmo remir o castigo que é devido por essas faltas, mas, para que esse efeito se consiga plenamente, é necessário que cooperemos com as nossas boas disposições. O outro efeito a que se refere o Concílio de produzir consolação e refrigério é um daqueles de que nem sempre nos apercebemos. Pode permanecer oculto sob influência do torpor espiritual ou de uma doença do corpo e pode até ser adiado por Deus, tendo em vista os Seus fins sábios e amorosos.

Há períodos de aridez em que todo o sentimento de devoção e fervor parece morto; a verdadeira devoção consiste, no entanto, na vivacidade da vontade e na tendência normal deste Sacramento para aumentar a prontidão com que conformamos a nossa vontade à vontade de Deus.

Todos os sacramentos possuem uma eficácia intrínseca pela qual produzem os seus principais efeitos, independentemente da devoção de quem os recebe, contanto que se verifiquem, é claro, as disposições necessárias para que se recebam com validade. Para se receber a Comunhão validamente, é necessário que se tenha a consciência de não estar em pecado mortal, porque é um Sacramento dos vivos, e, nessas condições, o pecado mortal tem de ser eliminado pela confissão, antes de nos abeirarmos da Sagrada Comunhão. Mas, se uma pessoa de boa fé, na convicção de que os seus pecados lhe foram perdoados, ou julgando erradamente que vive em estado de graça, se abeira deste Sacramento com contrição imperfeita por qualquer pecado mortal que tenha cometido, então este Sacramento perdoa-lhe qualquer pecado de que esteja manchada a sua alma, ainda que seja mortal, embora não dispense a obrigação de confessar tais pecados mais tarde. Este não é, no entanto, o fim normal deste Sacramento, porque, da mesma forma que todo o alimento, pressupõe a vida.

E, assim como o alimento corporal só produz os seus efeitos se for digerido nas devidas condições, assim tam-

bém este alimento eucarístico pode deixar de produzir a plenitude dos seus efeitos, por falta das devidas disposições na alma de quem O recebe. As disposições fundamentais que se requerem são a fé, a esperança, a caridade, a humildade e a submissão à vontade de Deus. As principais faltas que contrariam os efeitos deste Sacramento são a apatia da vontade, a negligência, a distracção e o apego a qualquer pecado venial. Daí a necessidade de uma preparação adequada antes de O recebermos. O ideal é recebê-Lo na altura própria da Missa e permanecer depois cerca de quinze minutos em acção de graças.

As condições da vida moderna nem sempre tornam isto possível e por isso nos dias de semana muitos leigos têm de receber a Santa Comunhão antes da Missa. Será então necessário que se tenha o cuidado de assegurar uma disposição conveniente no momento da recepção do Sacramento. A melhor preparação, é, claro está, uma vida sã e uma convicção sincera da necessidade que temos de que Deus concorrerá também para uma disposição conveniente. No entanto, e tanto quanto possível, devemos passar algum tempo em oração e recolhimento antes de nos aproximarmos do Sacramento, a fim de evitar a rotina e excitar o fervor. E nada mais podemos dizer para frisar a necessidade e lembrar o leitor de que muitas graças se perdem, por não nos abeirarmos deste Sacramento com as disposições devidas.

É ponto assente que a Santa Comunhão é o alimento diário próprio da alma e que todos aqueles que têm a possibilidade de se aproximarem do altar diàriamente, devem fazê-lo. Mas isso nem sempre é possível e por isso devemos lembrar-nos do que temos por nós a autoridade de S. Tomás que nos diz que os efeitos deste Sacramento se podem obter com um desejo sincero [1]; este desejo deixa, porém, de ser sincero, se não aproveitamos as oportunidades para O recebermos. Aqueles que não têm possibilidade de se aproximarem

(1) Summa III, 73-1; 80-1 e 2.

frequentemente deste Sacramento, devem apelar com confiança para Deus, cujo poder de conferir a graça não se limita aos sacramentos e, possuídos de um sentimento sincero das suas necessidades e de confiança plena no Seu poder e bondade, pedir-Lhe que lhes conceda aquelas graças que normalmente só lhes concederia na Santa Comunhão. Essa oração pode atrair graças sem conta e deve ser a prática diária daqueles que não podem abeirar-se do altar.

O efeito imediato deste Sacramento é unir-nos a Cristo, mas também nos une a todos os Seus membros, porque nós todos formamos um corpo único. Une-nos, além disso, à Santíssima Virgem, a todos os Santos, às almas do Purgatório e a todos os membros vivos da Igreja. Une-nos, de modo especial, aos nossos parentes e amigos e une de uma forma ainda mais especial o marido e a mulher. Nos primeiros tempos, este Sacramento celebrava-se numa Ceia, para a qual eram todos convidados, a fim de assim significarem a caridade que os unia. Já observámos aqui que é a mesma a virtude da caridade pela qual amamos a Deus e o nosso próximo e é, portanto, natural que este Sacramento, ao aumentar a nossa caridade, promova também a união de uns com os outros.

O poder de todos os Sacramentos vem da Paixão de Cristo, mas a Sagrada Eucaristia é o «Sacramento perfeito da Paixão», porque contém Cristo e todo o poder da Sua Paixão [1]. Este Sacramento é, portanto, um penhor da nossa glória futura, porque foi pela Paixão que Cristo nos abriu as portas do Céu. Por causa da Sua relação com a Paixão, ele também nos arma e fortalece contra os ataques do demónio. S. João Crisóstomo exorta-nos a recordarmos que «ao deixarmos a sagrada mesa, nós somos como leões que deitam chamas pela boca e convertemo-nos em terror dos demónios». No entanto, a relação da Eucaristia com a Paixão pode ser considerada em melhores condições, associando-a à Missa.

---

(1) Summa, III, 83, 5 e 2.

Se nos é lícito resumir em poucas palavras os efeitos da Santa Comunhão, diremos que ela produz uma «união transformadora com Cristo». Une-nos a Ele, como já vimos e embora seja o nosso Alimento neste Sacramento e normalmente o alimento se transforme no corpo daqueles que o absorvem, aqui somos nós que nos transformamos nEle. Este alimento divino foi simbolizado no Velho Testamento pelo maná, que todos acharam ser um alimento completo e adaptado ao gosto e necessidades de cada um. O mesmo se dá neste Santo Sacramento. Neste Alimento encontramos o complemento exacto de nós próprios. Na Missa, o sacerdote divide a Hóstia em três partes e duas dessas partes adaptam-se perfeitamente à terceira para completarem o círculo perfeito da Hóstia.

Podemos considerar isso como uma imagem da união com Nosso Senhor neste Sacramento. Com os nossos pecados e infidelidades, abandonamos a perfeição que Ele ideara para nós; estamos incompletos e desfigurados. Neste Sacramento podemos encontrar o nosso complemento pleno e a nossa restauração; Cristo adapta-se perfeitamente às nossas necessidades e preenche todo o vazio que se encontra em nós e na nossa vida, quer este se deva atribuir às nossas próprias faltas, quer não. Não importa que os nossos pecados e as nossas fraquezas sejam muitos e muito grandes. Ele pode reparar tudo em Si Próprio. Nunca devemos duvidar disso e nunca devemos esquecê-lo. Ele é o nosso Salvador omnipotente e tudo o que Ele faz é bem feito.

Chegamos ao âmago do mistério do Corpo Místico. É evidente que o Sacramento, em que o Corpo e Sangue de Nosso Senhor se tornam o nosso Alimento, é a artéria principal que nos une ao Seu Corpo Místico. A sua eficácia depende em primeiro lugar do uso que fazemos dele, porque, ao contrário do que sucede no corpo humano, em que os órgãos estão em ligação permanente com o fornecedor de sangue, nós somos livres e temos de usar do nosso direito de escolher, para nos ligarmos pela fé e pelos sacramentos à

circulação vital do Corpo Místico de Cristo. Mesmo depois de nos termos ligado a esta torrente de Vida Divina, ainda temos de usar do nosso direito de escolha e decidir se havemos de viver por ela e para Ele ou por nós e para nós. Mas este Sacramento não é só uma artéria. Em certo sentido, é todo o Corpo, visto que, unindo-nos à nossa Cabeça e a todos os Seus membros — dá-nos, de facto, Cristo em Pessoa e converte-nos nEle. Não há nada que não seja lícito esperar desta transformação.

Todos os nossos sonhos, por mais estranhos que pareçam, se podem realizar. O poeta pagão que cantou:

«Ah! Amor, se eu e tu pudéssemos arrimar-nos ao fado
Para destruir tudo quanto nos rodeia,
Não reduziríamos nós o mundo a pedaços
Para depois o remodelarmos
Segundo o Desejo do nosso coração?»

encontraria a satisfação literal dos seus desejos na Sagrada Eucaristia. Trata-se, na verdade, de uma conspiração com o Amor, para despedaçar tudo o que de triste existe em nós e remodelá-lo segundo os desejos do Sagrado Coração de Jesus. E é uma conspiração que dará resultado, bastando que deixemos que o Amante Divino proceda como entende.

Mas — ainda chega até nós o lamento eterno que aqueles lábios sagrados proferiram — nos olhos do Amante Divino ainda brilham as lágrimas que derramou — aos nossos ouvidos ainda chega aquele brando queixume: «*Mas tu não quiseste*». Aqui, nestas palavras, está a tragédia do Coração de Jesus. Ele vem ter connosco, diàriamente se o quisermos, em completo abandono de Si Próprio. Entrega-se a nós totalmente e coloca o Seu Poder Divino à nossa disposição. Oferece-nos uma união completa Consigo Próprio e — nós não o queremos. Nós queremos continuar a ser o que somos e a viver a nossa vida; não queremos viver com Ele, como Ele vive com o Pai.

Aqui, também, está a nossa tragédia, porque, seja qual for a ocasião, por mais profundo que seja o abismo a que nos tenham arrastado os nossos pecados e as nossas faltas, sejam quais forem os desastres e as perdas que tenhamos sofrido, nada há que impeça que encontremos ainda aquilo que poderíamos ter sido, aquilo que desejaríamos ter sido, aquilo que Deus quer que sejamos — numa palavra — não há obstáculo que impeça que encontremos literalmente *Tudo* no Sacramento do Altar.

No entanto, a tal ponto julgamos que nos bastamos a nós próprios, que não nos abandonamos a Ele, nem colocamos nEle a nossa confiança. Os Santos aproximam-se da Comunhão em pobreza completa de espírito. Não se trata de suprir as suas deficiências ou de se completarem — trata-se de substituir o seu nada pela plenitude de Cristo. A sua vida passada — boa ou má — os seus pecados e os seus merecimentos nada valem aos seus olhos; toda a sua esperança, todos os seus anseios, todo o seu eu, encontram-no no Santo Sacramento e exclamam com S. Paulo: «*Sòmente faço uma coisa: Esquecendo-me do que fica para trás, e avançando para as coisas que me estão adiante, prossigo para a meta, para o prémio da soberana vocação de Deus em Jesus Cristo... Nós, porém, somos cidadãos dos Céus, de onde também esperamos o Salvador Nosso Senhor Jesus Cristo, o qual transformará o nosso corpo de miséria, fazendo-o semelhante ao Seu corpo glorioso, com aquele poder, com que pode também sujeitar a Si todas as coisas*» (1). Por que motivo? Porque «*se algum está em Cristo, é uma nova criatura; passaram as coisas velhas; eis que tudo se fez novo*» (2).

Não acreditamos na ventura de que gozamos; não compreendemos o amor e a generosidade de Deus. Não reconhecemos os dons de Deus e não nos convencemos de que Ele pode satisfazer todos os desejos do nosso coração. Aferramo-

---

(1) Fil. III, 13-21.
(2) II Cor. V, 17.

-nos a nós próprios e às nossas forças e colocamos em nós próprios as nossas esperanças.

Se desejamos ser verdadeiramente felizes e encontrar tudo aquilo por que suspira o nosso coração, vamos à Comunhão com fé, esperança, caridade, humildade, e completo abandono à vontade dAquele que vem para ser o nosso Alimento e nos ama com amor sublime. Nada mais temos a fazer do que adoptar a divisa de S. Columbano: «*Christi sumus, non nostri*». Pertençamos a Cristo e não a nós próprios».

CAPÍTULO XIII

CRISTO, NOSSO SACRIFÍCIO E NOSSO SUPLEMENTO

O acto de receber a Santa Comunhão é apenas uma parte do mistério da Sagrada Eucaristia. Na Sagrada Eucaristia, diz-nos o Direito Canónico, está Cristo em Pessoa, que é oferecido e recebido, sob as espécies de pão e vinho.

O acto de oferecer Cristo é o sacrifício que denominamos a Missa e o acto de receber a Sagrada Comunhão é na realidade uma participação nos frutos da Missa e em tudo o que ela significa. A Missa é o acto central da Igreja Católica. Tudo o resto se centraliza nela. «A Missa é que importa».

Para fazermos ideia da importância extraordinária da Missa, devemos meditar, em primeiro lugar, na noção do Sacrifício.

A religião é a mais excelente de todas as virtudes morais, pois é a virtude que nos leva a prestar a Deus as honras supremas que Lhe são devidas, como nosso primeiro princípio e nosso último fim. É a Ele que devemos a existência; sem a Sua conservação, não poderíamos continuar a existir; sem a Sua cooperação não poderíamos executar uma única acção; sem Ele nunca poderemos encontrar a felicidade. Dependemos completamente dEle e devemos-Lhe a Ele e a nós próprios o conhecimento de tal dependência. É evidente que qualquer expressão que traduza tal homenagem deve partir de

um coração que adora verdadeiramente a Deus. A expressão externa é uma mentira, se não é acompanhada do sentimento interior. A nossa dependência de Deus é tão completa, que não há oração ou louvor que baste para a exprimir.

Palavras não bastam; são necessárias também as acções. Mesmo na vida ordinária, os homens servem-se de gestos e dão presentes para aumentar o significado das suas palavras; o culto a Deus também exige uma demonstração externa que dê testemunho do nosso culto interior. O acto supremo deste culto é o sacrifício ritual.

O sacrifício faz-se, oferecendo a Deus qualquer coisa perceptível de que se dispõe, por forma a significar o nosso reconhecimento do domínio, supremo de Deus sobre nós e a nossa dependência completa dEle. Oferece-se também para agradecer a Deus os Seus benefícios, para pedir o Seu auxílio e protecção e — quando tenhamos pecado — para repararmos as ofensas feitas a Deus com o pecado. A pessoa que oferece o sacrifício deve ser um ministro acreditado, reconhecido por Deus, para executar tais funções. Na Lei Antiga, Deus estabeleceu as regras para os sacrifícios e a oferta era, em geral, qualquer coisa que significasse vida — um animal vivo, qualquer alimento ou bebida, por exemplo. Em regra, essa oferta era imolada ou destruída por forma a significar o nosso reconhecimento dos direitos supremos de Deus sobre a nossa vida e o nosso ser. Não há necessidade de descer a pormenores sobre esta destruição, sobre que se estabeleceu certa discussão.

O que importa é saber que o sacrifício era uma forma corrente de dizer alguma coisa. Ao sacrifício externo deve corresponder um sacrifício interior, pelo qual uma pessoa se oferece a Deus e de que é sinal o sacrifício externo. David traduziu essa disposição interior por estas palavras: «*Tudo é Teu e o que recebemos da Tua mão, isso mesmo Te oferecemos*» [1].

---

(1) I Paral. XXIX, 14.

Entre os Judeus, a oferta externa visava dois fins. O primeiro era conservá-los afastados da idolatria e o outro era já uma representação do mistério da Redenção por Cristo. Em si, esses sacrifícios dos Judeus não tinham valor real e só valiam pelo facto de Deus se mostrar disposto a aceitá-los. Eram imperfeitos e eram apenas uma sombra do sacrifício perfeito da Lei Nova.

Como expressões de dependência da criatura finita de um Criador Infinito, eram inadequados; mas, se a criatura juntava às antigas obrigações a de reparar os pecados, então a sua insuficiência ainda era mais manifesta, porque o pecado, embora seja um acto de uma criatura finita, adquire certa infinidade, considerando a infinidade do Criador ofendido e nenhum homem pode, por si só, reparar tal injúria cabalmente.

O sacrifício perfeito da Nova Lei presta homenagem plena a Deus e repara os pecados dos homens; foi esse o fim supremo que motivou a vinda de Cristo à terra.

Ainda no seio de Sua Mãe e no primeiro momento da Sua existência humana, o Seu primeiro acto foi dedicar-se a esse fim. A este respeito, diz S. Paulo: «*Por isso, entrando no mundo,* diz: *Não quiseste hóstia, nem oblação, mas formaste-me um corpo; os holocaustos pelo pecado não Te agradaram. Então ele disse: Eis-me que venho, segundo está escrito de mim na testada do livro, para fazer, ó Deus, a Tua vontade... Por esta vontade somos santificados mediante a oblação do corpo de Jesus Cristo feita uma vez* [1].

Já atrás nos referimos à fervorosa concentração de Nosso Senhor sobre a Sua Paixão. «*Eu tenho de ser baptizado num baptismo de sangue e quão grande é a minha ansiedade, até que ele se conclua*» [2].

Considerou-a como o acto que coroou a obra de toda a Sua vida. Não vale a pena determo-nos aqui a contar a história da Sua Paixão e Morte. Sabemos como foi traído e

(1) Heb. X, 5-10.
(2) S. Lucas, XII, 50.

como, torturado pela angústia de um amor desprezado em que ardia o Seu coração, oprimido pelos pecados dos homens, foi preso e obrigado a comparecer perante vários tribunais. A seguir foi açoitado — contra o que determinava a Lei Romana — coroado de espinhos e torturado nas prisões de Pilatos. Condenado à morte, foi obrigado a levar aos ombros a Sua própria cruz até ao Calvário. Aí foi pregado na Cruz e morreu depois de três horas de agonia indescritível do corpo, o que não era nada em comparação com a angústia do Seu Coração e da Sua Alma.

O acto de ter aceitado a Sua Morte converteu-a num sacrifício em que Ele foi ao mesmo tempo Vítima e Sacerdote. Com esse Sacrifício mereceu-nos a Salvação; ofereceu a Deus uma satisfação maior do que a necessária para todos os pecados do mundo em toda a história; reconciliou-nos com Deus, remiu-nos da escravidão do pecado e da sujeição ao demónio e abriu-nos as portas do Céu. Com esse sacrifício, fez com que a Sua natureza humana merecesse a maior glória e o reinado do Universo.

Deus recebeu pela primeira vez um culto perfeito dos habitantes desta terra — culto perfeito interior e culto perfeito exterior. Foi-Lhe oferecido um sacrifício perfeito em que a Vítima era o Seu próprio Filho, que Ele dera para redenção do mundo e no qual Ele «pusera todas as Suas complacências».

Cristo, como Grão Sacerdote, podia, em boa verdade, dizer ao Pai, usando as palavras de David: «*O que recebemos da Tua mão, isso mesmo Te oferecemos*», porque a Pessoa de Cristo foi o maior dom que Deus fez ao mundo.

Nesse único Sacrifício foi prestado a Deus todo o culto que Lhe devemos e foi-Lhe dada também toda a satisfação. Merecemos aí tudo o que necessitamos de Deus e demos-Lhe todas as graças que Lhe devíamos dar. Nada falta senão tornar nosso esse Sacrifício e é para tornar isso possível que Deus emprega admiràvelmente o mais amoroso engenho.

Na noite que precedeu o dia da Sua Morte, enquanto um

dos Seus amigos escolhidos O estava a trair por 30 moedas de prata, instituiu a Sagrada Eucaristia como comemoração sacramental da Sua Paixão e Morte.

«*Tomando o pão, deu graças, partiu-o e deu-lho, dizendo: Isto é o meu Corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Tomou da mesma sorte o cálice... dizendo: Este cálice é o Novo Testamento em meu sangue, que será derramado por vós*» (1) E S. Paulo acrescenta: «*Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciareis a morte do Senhor, até que Ele venha*» (2).

O Concílio de Trento ensina-nos que Nosso Senhor fez o seguinte: «*a fim de deixar à Sua esposa bem amada, a Igreja, um sacrifício visível, como o requer a natureza do homem, pelo qual o sacrifício cruento, consumado uma vez sobre a Cruz, pudesse ser representado e a sua memória se perpetuasse até ao fim do mundo e pelo qual o seu poder de salvação se pudesse aplicar à remissão daqueles pecados que cometemos diàriamente*»... «*E, sendo certo que, neste sacrifício divino, que se celebra na Missa, está presente e é imolado por forma incruenta o mesmo Cristo, que uma vez se ofereceu a Si próprio por forma cruenta no altar da Cruz, o Santo Sínodo ensina que este Sacrifício* (o da Missa) *é verdadeiramente propiciatório e que por seu intermédio conseguimos misericórdia e achamos graça conveniente, se nos aproximarmos de Deus contritos e penitentes, com coração sincero e fé elevada, com temor e reverência.*

Porque Nosso Senhor, aplacado com a oblação que aí se faz (da Missa), concedendo graça e o dom da penitência, perdoa mesmo os crimes e pecados mais hediondos. Porque a Vítima é uma e a mesma e Aquele que agora se oferece pelo ministério do sacerdote é o mesmo que se ofereceu outrora sobre a Cruz, sendo diferente apenas o modo como se

---

(1) S. Lucas, XXII, 17.
(2) I Cor. XI, 26.

oferece. Os frutos daquela oblação, isto é, a cruenta, são recebidos com mais abundância nesta oblação incruenta» [1].

É isto o que nos ensina a Igreja a respeito desta extraordinária obra prima do amor de Deus. No Sistema Sacramental, Ele idealizou um plano pelo qual tanto Ele Próprio, como a Sua Paixão e Morte, estão sempre e realmente presentes aos membros da Sua Igreja. Trata-se, claro está, de um mistério sublime, de um mistério de fé. Para melhor podermos apreciar o que acontece, meditemos na relação que existe entre Cristo Homem e a Hóstia.

Nosso Senhor viveu e morreu na Palestina, há séculos, mas está ainda real, verdadeira e substancialmente presente em todos os lugares e todas as vezes que é consagrado o pão. Sob a aparência de pão, Ele recebe uma nova «locação» sacramental no tempo e no espaço.

A palavra sacramental não exclui a realidade, indica apenas que se trata de uma presença única — real, mas manifestada e efectuada por um sinal sacramental.

Podemos aplicar a mesma ideia ao Sacrifício do Calvário e ao Sacrifício da Missa. O Sacrifício do Calvário consumou-se em Jerusalém, há séculos. No entanto, todas as vezes que o sacerdote consagra o pão e o vinho na Missa, a sua acção dá ao sacrifício do Calvário uma nova «locação» no tempo e no espaço, neste caso e agora — sobre o altar; o sacrifício está aí realmente, mas *sacramentalmente*, isto é, em símbolo.

Este símbolo parece ser o facto de que as palavras da consagração, se se atender apenas ao seu significado directo, produzem a separação aparente entre o Corpo de Cristo e o Seu Sangue, porque as palavras produzem directamente apenas o que significam: «Isto (o pão) é o Meu Corpo; Este (o cálice) é o Cálice do meu Sangue».

Na Missa, o sacerdote pronuncia estas palavras na pessoa de Cristo e é pelo poder de Cristo que elas produzem o seu efeito.

---

(1) C. Trento. Sessão XXII. C 1 e 2. D. 938, 940.

Todas as vezes que assistimos à Missa estamos tão perto do Sacrifício de Nosso Senhor, como estamos do Seu Corpo e do Seu Sangue. A forma rigorosa como isso se realiza é assunto em discussão e não nos deve preocupar neste momento. O que importa saber é que na Missa temos diante de nós o Sacrifício do Calvário real, mas sacramentalmente. O Sacrifício Eucarístico contém e prova que contém todas as realidades espirituais da cruz. S. Tomás exprime este pensamento com as palavras que seguem:

«Nós não afirmamos que Cristo é crucificado e morto diàriamente (na Missa), porque tanto os actos dos Judeus cômo o castigo de Cristo são transitórios. Afirmamos apenas que se efectuam diàriamente (na Missa) aquelas coisas que significam a relação de Cristo com Deus Pai, isto é, o ofertório, o sacrifício e coisas semelhantes.

Por esse motivo, a vítima é perpétua e foi oferecida uma vez por Cristo por forma a poder ser oferecida diàriamente pelos Seus membros» (1).

As coisas que envolvem as relações de Cristo com Deus Pai incluem certamente o culto supremo e a satisfação superabundante pelos pecados, amor e obediência supremos, numa palavra, todo o sacrifício interior e exterior de Cristo — todas estas coisas se renovam diàriamente na Missa e são nossas.

Esse é o ponto importante a considerar sobre a Missa. É a transmissão que se nos faz do que Cristo fez em nosso nome — a renovação sacramental do Seu Sacrifício, por forma que os seus frutos nos possam ser aplicados e nós o possamos converter em nosso próprio sacrifício, para render culto a Deus e dar-Lhe reparação. É, na realidade, a circulação vital do Corpo Místico, pela qual a Cabeça comparticipa com os Seus membros da obra que é a maior realização dEle e o primeiro dever destes. Para dar a estes factos maior autoridade, vejamos o que diz o Santo Padre Pio XII:

---

(1) 4. Sent. VII.

«*No Sacrifício Eucarístico... o celebrante faz as vezes, não só do divino Salvador, mas também de todo o Corpo Místico e de cada um dos fiéis; e por sua parte os fiéis unidos nas orações e votos comuns pelas mãos do celebrante apresentam ao eterno Pai o Cordeiro imaculado, — presente no altar à voz ùnicamente do sacerdote — como vítima agradável de louvor e propiciação pelas necessidades de toda a Igreja. E, do mesmo modo que, morrendo na Cruz, o divino Redentor se ofereceu a Si mesmo ao Pai como Cabeça de todo o género humano, assim nesta «oblação pura», não só se oferece a Si mesmo ao Pai Celeste, como Cabeça da Igreja, mas em Si oferece os Seus membros místicos; pois que a todos, até os fracos e enfermos, tem amorosìssimamente encerrados no coração*» (1).

Estas são as declarações formais da Igreja; contêm uma riqueza de doutrina que nem um livro inteiro seria suficiente para expor e dariam para uma vida inteira de meditação, para se compreender o seu pleno significado. Para melhor compreensão do assunto, vamos apresentar uma sinopse dos pontos principais, resumindo-os tanto quanto possível.

1) No Calvário, Nosso Senhor ofereceu-se a Si Próprio em Sacrifício a Deus.

2) Este Sacrifício rendeu a Deus culto pleno e perfeito.

3) Deu completa satisfação pelos nossos pecados.

4) Mereceu todas as graças de que necessitamos.

5) Nosso Senhor instituiu o Rito sacramental e sensível da Missa.

6) No qual se ofereceu a Deus, Seu Pai.

7) E determinou que os Seus Apóstolos e os sacerdotes repetissem a mesma oferta.

8) Para que o poder salvador do Sacrifício da Cruz se pudesse aplicar às nossas necessidades.

9) Na Missa, a Vítima é o mesmo Cristo.

10) O oferente é também o mesmo Cristo, que se ofereceu outrora a Si Próprio no Calvário.

---

(1) Pio X — Encíclica sobre o Corpo Místico.

11) E que, agora pelo ministério dos Seus sacerdotes Se oferece.

12) A Missa é, portanto, verdadeiramente propiciatória.

13) E, se nos encontramos nas devidas disposições, pode ser para nós fonte de graça e de auxílio oportuno.

14) A Missa aplaca a Deus e alcança o perdão dos pecados, por maiores que sejam.

15) Na Missa recebem-se com mais abundância os frutos da Cruz.

16) Na Missa, o ministro representa não só Cristo.

17) Mas também todo o Corpo Místico e cada um de nós, seus membros.

18) Por intermédio do sacerdote nós oferecemos a Deus, Cristo a Vítima.

19) Em louvor e propiciação pelas necessidades de toda a Igreja.

20) Do mesmo modo que na Cruz, Cristo se ofereceu a Si Próprio como Cabeça de toda a raça humana.

21) Assim também Se oferece a Si Próprio na Missa, como Cabeça da Igreja.

22) Mas em Si Próprio Ele encerra cada um dos Seus membros.

23) Porque Ele encerra-os a todos — até os mais fracos —.

24) Amorosìssimamente no Seu Coração.

Atentai neste amor sublime

Todos nós podemos, portanto, dizer na Missa: Cristo está a oferecer-Se a Si Próprio em sacrifício perfeito a Deus; eu também O estou a oferecer; Ele está a oferecer-me a mim em Si Próprio; *estou eu também a oferecer-me a mim próprio com Ele?*

No intento de tornar as coisas mais claras, voltemos a considerar o assunto outra vez. Toda a vida de Nosso Senhor foi um longo acto de adoração e de submissão com-

pleta à vontade de Deus. O Seu sacrifício «interior» foi contínuo, desde o primeiro momento da Sua vida. Quando morreu, ofereceu o Sacrifício da Cruz como sacrifício exterior que expressava este sacrifício interior. Neste caso, a Vitítima era de valor — de valor infinito — aos olhos de Deus e dava satisfação completa pelos pecados de todos os tempos.

Antes da Sua morte, Nosso Senhor instituiu o Sacramento da Eucaristia pelo qual a Missa passaria a ser uma renovação sacramental, uma nova apresentação, um novo oferecimento do mesmo Sacrifício que outrora fizera na Cruz, assim como a Hóstia, seria a renovação sacramental da Sua presença na terra.

Neste sacrifício sacramental da Missa, nós temos «todas as coisas que implicam a relação de Cristo com o Pai»: o Seu sacrifício exterior, o Seu sacrifício interior, o Seu culto supremo, a Sua obediência suprema, o Seu amor supremo, a Sua satisfação superabundante pelos nossos pecados.

Assistindo à Missa, esse Sacrifício é também nosso. Este tem um valor intrínseco, porque é o mesmo que se consumou no Calvário e, portanto, como propiciação pelos nossos pecados, não conhece limites. Mas é também sinal sacramental externo e uma expressão de culto e submissão a Deus, aos quais deve corresponder alguma coisa da nossa parte em forma de «sacrifício interior». Este é o ponto cruciante de toda a questão. Normalmente, as nossas disposições interiores é que determinam o que será a nossa expressão externa.

Neste caso, a expressão externa é-nos dada e nós temos de fazer com que as nossas disposições interiores lhe correspondam. O sacrifício externo do Calvário foi a expressão perfeita do sacrifício interior que foi toda a vida de Nosso Senhor de submissão à vontade de Deus. Esse sacrifício externo temo-lo na Missa e devemos fazer com que a nossa vida seja um sacrifício interior semelhante, se queremos que a Missa tenha um significado pleno e perfeito para nós e de nós para Deus, como deve ter.

É aí que está o plano de toda a vida cristã — viver o que dizemos no acto da Missa.

O apelo torna-se mais urgente, se compreendermos o verdadeiro significado do acto de receber a Santa Comunhão. A Missa não existe para nos dar a Santa Comunhão; pelo contrário, a Santa Comunhão é que existe para nos tornar participantes da Missa. Ouçamos o que diz S. Tomás:

«Quem oferece um sacrifício tem de se tornar participante dele, porque o sacrifício externo que se oferece é um símbolo do sacrifício interior pelo qual nos oferecemos a Deus. Porque toma parte no sacrifício, o oferente mostra que participa realmente do sacrifício interior» (1).

Do contexto deduz-se claramente que a participação mencionada se refere à recepção da Santa Comunhão. Mas o contexto também se refere ao sacerdote e poderia objectar-se que estamos a aplicar as palavras citadas em modo muito vago. Admitida a referência especial aos sacerdotes, o princípio geral não perde o seu valor.

Comungar é identificar-se com o sacrifício. S. Paulo escreve: «*Os que comem das vítimas porventura não têm parte no altar?*» (2).

E S. Tomás aplica apenas este princípio ao caso particular e — admitamos — ao caso especial dos sacerdotes. Mas não exorta S. Pedro a todos a serem «*um sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo?*».

Não insiste ele na sua primeira Epístola à Igreja de que era o Papa e a Cabeça: «*Vós sois uma geração escolhida, um sacerdócio real?*» (3).

Esta aplicação da designação «sacerdócio» ao laicado tem de ser, claro está, compreendida convenientemente. Os leigos não são sacerdotes no sentido estrito do termo. Mas a Igreja ensina que nos sacramentos do Baptismo, Confirmação e

---

(1) Summa, III, 83, 4.
(2) I Cor. X, 18.
(3) I S. Pedro II, 5, 9.

Ordens Sacras, é impresso indelevelmente na alma de quem o recebe um certo «carácter». Os teólogos ensinam-nos que este carácter assinala e nos investe do poder de prestar culto a Deus. E S. Tomás diz que o «carácter» é uma «certa participação no sacerdócio de Cristo» (1).

Em resultado deste «carácter», toda a pessoa baptizada pode receber os outros sacramentos e passa a ter uma situação oficial em todo o culto divino prestado pela Igreja e de modo especial no sacrifício da Missa. Deste «carácter» poderiam deduzir-se muitos deveres e privilégios do católico mas o espaço não nos sobra neste momento. Contentemo-nos com observar que Cristo nos amou por tal forma, que chegou a compartilhar connosco do Seu sacerdócio. Somos «um sacerdócio real» e portanto — não esqueçamos isso — *noblesse oblige!*

Em apoio desta participação de todos no sacerdócio, diz o falecido Santo Padre Pio XI:

«*De certo que a redenção copiosa de Cristo «nos perdoou todos os pecados» com superabundância* (Cor. II, 13); *contudo a ordem maravilhosa da Sua Divina Sabedoria dispôs que preenchêssemos na nossa carne «o que falta aos sofrimentos de Cristo, a favor do Seu Corpo, que é a Igreja»* (Cor. I, 24); *por isso, ao preito de louvor e de expiações «que Cristo prestou em nome dos pecadores», nós podemos e até devemos unir os nossos louvores e desagravos. Mas cumpre não esquecer que toda a virtude expiatória dimana ùnicamente do sacrifício cruento de Cristo, sacrifício que de contínuo se renova, de modo incruento, nos nossos altares... Por este motivo, ao sacrifício eucarístico devem unir a própria imolação os ministros e os outros fiéis, por onde eles também se ofereçam como «hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus»* (Rom. XII, 1). *Foi por isso que S. Cipriano não teve dúvida de afirmar que «o sacrifício do Senhor não é celebrado com a santidade requerida, quando a nossa oblação e o nosso*

(1) Summa III, 63, 3 e 5; 65, 3 ad 3.

sacrifício não correspondem à Sua Paixão (Ep. 63, n. 381)... Em consequência, pede o Apóstolo ... «*que manifestemos a vida de Jesus em nossos corpos*» (II Cor. IV, 10) *e, feitos partícipes do seu eterno sacerdócio, ofereçamos «dons e sacrifícios pelos nossos pecados»* (Heb. V, I). *O encargo deste sacerdócio misterioso de satisfação e sacrifício não é conferido tão sòmente àqueles de quem o nosso Pontífice, Cristo Jesus, se serve como ministros para a oblação imaculada que a Deus deve ser oferecida em toda a parte do Oriente ao Ocidente; senão que todo o povo cristão, justamente chamado pelo Príncipe dos Apóstolos «raça escolhida, sacerdócio real»* (I S. Ped. II, 9) *deve, tanto por si como por todo o género humano, oferecer sacrifícios em satisfação dos pecados* (Heb. V, 2), *à semelhança em certo modo, do Pontífice «escolhido de entre os homens e por eles incumbido de quanto respeita ao culto de Deus»* (Heb. V, 1)» [1].

Os tesouros da Missa são tão abundantes, que é difícil pôr de parte o assunto. Devemos ter como assente que a Missa é o ponto de reunião de Jesus connosco, por excelência. E é claro que não se pode determinar limite para os efeitos fecundos mesmo de uma única Missa. S. Tomás resume com estas palavras toda a questão:

«Este Sacramento (a Sagrada Eucaristia) é um sacrifício e um sacramento. É um sacrifício, porquanto é oferecido a Deus; é um sacramento, porque é recebido pelos homens. Tem os efeitos de sacrifício para aquele que o oferece e para aquele por quem é oferecido [2]. Este sacramento produz em relação aos homens o que a Paixão de Cristo produziu em relação ao Mundo [3]. Não é outra coisa senão o sacrifício que o Próprio Cristo ofereceu [4] e resumindo tudo numa fór-

(1) Pio XI — Encíclica Misserentissimus Redemptor.
(2) III, 79, 5.
(3) III, 79, 1.
(4) III, 22, 3 e 2.

mula lapidar: «A Sagrada Eucaristia é o Sacramento perfeito da Paixão» (1).

Não deveria ser necessário encarecer as vantagens e a necessidade que têm de assistir com frequência à Missa todos os que querem viver uma vida cristã. A Missa diária, quando praticável, deveria ser o programa normal. Nem sempre é possível isso; muitas vezes terá de se omitir, por causa dos trabalhos caseiros ou de outros deveres impostos pela vontade de Deus — e as devoções particulares têm de ceder sempre perante os deveres impostos pela vontade de Deus. No entanto, não deve ser esquecida. A participação no sacerdócio de Cristo, que pelo Baptismo pertence indelèvelmente a todo o católico, torna-nos participantes de todas as Missas que se rezam no Mundo inteiro e, recordando isto, devemos procurar aproveitar-nos dessa cadeia ininterrupta de Missas, que nunca se quebra sobre a terra.

Quais devem ser as nossas disposições, quando assistimos à Missa? Não diferem das disposições que são fundamentais na vida de todo o cristão e de todo o membro do Corpo Místico de Cristo: fé, esperança, caridade, humildade e conformidade com a vontade de Deus. Nada menos do que isso é suficiente para um cristão e nada mais do que isso se requer num santo. Se reconhecermos que há deficiências nas nossas disposições, como cristãos, façamos nossas as disposições do Santo dos Santos, da Vítima santíssima, de quem somos membros. A Missa é a reparação completa e o suplemento para todas as nossas faltas. É também um sacrifício sacramental que diz alguma coisa a Deus em nosso nome; tornando-o nosso, devemos sentir o que dizemos, isto é, devemos sentir o que ele diz.

Citemos Pio XI:

«*Quanto mais perfeitamente corresponder ao sacrifício do Senhor a nossa oblação e o nosso sacrifício, quer dizer, quanto mais imolamos o amor próprio e as concupiscências,*

---

(1) III, 83, 5 e 2.

para crucificarmos a carne com esta mística crucifixão de que fala o Apóstolo, com tanto maior cópia receberemos, para nós e para os outros, os frutos de propiciação e indulgência [1].

Retomemos o assunto outra vez. Cristo viveu uma vida de abandono completo e humilde à vontade de Seu Pai. Toda a Sua vida foi de sacrifício interior de Si Próprio a Deus e deu expressão ritual a este sacrifício interior pelo sacrifício externo da Cruz. Deu-nos este sacrifício externo por intermédio da Missa e na Missa, para que fosse nosso e para expressarmos o nosso sacrifício interior a Deus. Este nosso sacrifício interior deve ser, portanto, semelhante ao Seu, isto é, um abandono sincero, humilde e completo à vontade do nosso Pai, que está no Céu, não só no momento da Missa, mas em todos os momentos da nossa vida. Amor só se paga com amor. Jesus dá-se completamente a nós na Sagrada Eucaristia. Na Missa, nós devemos dar-nos completamente a Ele.

---

(1) Encíclica Miserentissimus Redemptor.

CAPÍTULO XIV

A VONTADE DE DEUS COMO ALIMENTO DE CRISTO

Dos quatro meios de procurar a Cristo, a que nos referimos, já foram considerados três, isto é, a oração, a leitura e os Sacramentos. O quarto meio que indicámos é a conformidade com a Vontade de Deus. A relação entre este meio e o sacrifício da Missa é bem evidente, mas antes de passarmos a considerá-la em pormenor, desejaríamos chamar a atenção para um facto que nunca deve ser esquecido. O plano de Deus é restaurar todas as coisas em Cristo; sem Cristo tudo é estéril e ineficaz.

Não há outro caminho para atingirmos o nosso fim senão por Seu intermédio. Este ponto é tão importante, que temos de meditar nele por uns momentos.

Deus destinou o género humano para um fim sobre-humano e sobrenatural. Adão e Eva foram elevados pela graça a um estado sobrenatural e deveriam transmitir esse estado aos seus filhos, mas, pecando, perderam essa graça, não só para si, mas também para os seus filhos; o género humano regressou assim a uma condição puramente humana, cercada de dificuldades que comprometeriam a própria consecução de um fim puramente humano e tornou-se absolutamente incapaz de atingir o seu fim sobre-humano e sobrenatural.

O destino dos homens era, por exemplo, que fossem amigos de Deus e participassem, como filhos, da Sua natureza,

mas perderam essa participação. O resultado pode ser melhor esclarecido se considerarmos o que sucederia se algum nosso amigo íntimo, ou pior ainda, se algum nosso filho predilecto perdesse não só o uso da razão, mas, perdendo radical e totalmente a sua natureza racional, descesse à condição dos animais irracionais.

O resultado não se pode sequer imaginar, mas podemos compreender que tal ente perderia toda a esperança de encontrar a felicidade como amigo nosso. Quando perdemos a graça, sucedeu coisa semelhante.

Outra forma de fazer ideia do resultado da queda será considerar todo o género humano como um terreno inculto, destituído de toda a manifestação de vida e completamente incapaz de produzir qualquer ente vivente, se não lhe for lançada qualquer espécie de semente. Qualquer manifestação de vida que surja é o resultado dessa semente. Cristo é essa semente, como já vimos.

Nós, mortais, encontramo-nos na situação do amigo ou da criança que não só perdeu o uso da razão, mas a própria faculdade de raciocinar e se converte num animal.

Ambas as comparações são inadequadas, mas pode com segurança afirmar-se que a planta viva não difere mais da terra morta e que o homem racional não difere mais do ser irracional, do que o sobrenatural difere do natural. Um cão tem mais possibilidades de provar a quinta proposição de Euclides ou de escrever uma sinfonia do que tem o homem de executar um acto sobrenatural sem a graça. O sobrenatural está absolutamente acima das suas forças e, no entanto, toda a felicidade do cristão depende da consecução de um fim sobrenatural.

Uma vez admitido que o sobrenatural é a única coisa necessária, o natural deve ceder-lhe o lugar.

Normas, ideias ou fins naturais devem ser postos de parte e as coisas devem ser apreciadas e dispostas, tendo em vista esse fim sobrenatural. Além disso, e embora tenhamos tratado nos últimos quatro capítulos da alma que procura a

Cristo, devemos lembrar-nos de que esse acto é impossível sem a sua graça. É uma procura sobrenatural e quem procura também deve ser sobrenatural; a nossa busca deve ser sobrenaturalizada pela graça actual ou habitual e, na actual disposição, todas as graças nos vêm por intermédio da Paixão e Morte de Cristo: «*Sem mim, nada podeis fazer*» (1).

Mesmo ao procurar Jesus, temos necessidade de que Ele nos ajude. É por isso que o ponto de partida da vida espiritual no Baptismo deve ser a união com Cristo. Já explicámos que o acto de procurarmos a Cristo é uma luta para uma união mais íntima com Ele, um esforço para fazer progredir a vida de Cristo, que está em nós, arrancando a Sua vida, do resto do Seu Corpo Místico do qual somos membros e Ele é a Cabeça e Fonte de toda a Sua vida.

No último capítulo, vimos que Cristo quis que o Sacrifício que nos deixou fosse a expressão do nosso próprio sacrifício interior a Deus. Para que o Seu sacrifício seja também nosso, temos de conformar as nossas disposições às Suas. Por outras palavras, ao entrarmos em Cristo, temos de dizer o que Ele disse ao entrar no mundo: «*Eis-me que venho, para fazer, ó Deus, a Tua Vontade*» (2).

E depois de termos dito isso com o coração, temos de o dizer com a nossa vida.

Poderemos afirmar então que o Seu Sacrifício, que resume toda a Sua Vida e Morte, é também o nosso.

A necessidade desta conformidade com a Vontade de Deus torna-se mais evidente, se a apreciarmos sob outro ponto de vista. Se nos consideramos membros do Corpo Místico, bastarão uns minutos de reflexão para tornar claro que esta conformidade à vontade de Deus é a lei fundamental da qualidade de membros vivos de Cristo.

Voltemos a observar a constituição do corpo humano. Este corpo é composto de membros, órgãos e células, desempenhando todas as funções próprias e tendo cada um

(1) S. João XV, 5.
(2) Heb. X, 9.

deles uma actividade especial própria. Formam todos, no entanto, uma unidade perfeita. A razão desta unidade é porque estão todos animados — no sentido literal da palavra — por um princípio vital único, que é a alma humana. Este princípio vital modifica as suas actividades e coordena a função de cada um, de modo que cada um deles funciona para benefício do todo e em contrapartida é sustentado por todo o organismo.

Depois da morte, este princípio vital afasta-se, porque a morte é a separação da alma do corpo e cada parte do corpo retoma imediatamente, por assim dizer, a sua personalidade e passa a funcionar segundo a sua própria natureza, já não dirigida e coordenada pela mesma alma. O resultado é que as diferentes substâncias químicas que se encontram no corpo humano actuam entre si na sua forma natural, destroem os organismos e os tecidos e produzem a decomposição. Mas o corpo humano até na sua formação se assemelha ao Corpo Místico. Se examinarmos o começo do organismo humano, vemos que ele parte de uma única célula, na qual Deus infundiu uma alma humana, como princípio vital. Esta célula multiplica-se depois, servindo-se do alimento preparado para ela pelo organismo materno e, no decorrer do desenvolvimento, vai-se verificando a diferenciação, formando-se certos grupos de células para os seus fins particulares. Sob a influência do princípio vital único, a célula transforma-se no composto admiràvelmente organizado que é o corpo humano.

Se nos lembrarmos de que o Espírito Santo é a Alma do Corpo Místico de Cristo, poderemos compreender como é vital para a nossa vida em Cristo a submissão completa à Sua Vontade. Nós somos os membros ou, se preferirdes, as células do Corpo Mítico e este Corpo só se considera plenamente desenvolvido e são, quando todos os membros e células são plenamente vivificados pelo Espírito Santo e completamente sujeitos a Ele. Há, porém, uma diferença importante entre o corpo humano e o Corpo Místico, e é que no primeiro nenhuma das partes tem vontade própria. Ex-

ceptuados os casos especiais de certos abcessos, a alma exerce influência sobre cada uma das partes, com perfeito domínio e controlo.

No Corpo Místico, cada membro é uma pessoa; tem vontade própria e pleno domínio sobre as suas acções. Possui a faculdade de escolher. Pode submeter-se ao Espírito Santo, fazendo a vontade de Deus e, enquanto procede assim, vive a vida de Cristo e identifica-se com Ele; mas também pode rejeitar a Vontade de Deus e viver vida própria, caso em que se coloca fora de Cristo ou, pelo menos, da Sua vida, podendo converter-se mesmo num anti-Cristo. Já tratámos deste ponto e por isso não há necessidade de o desenvolvermos aqui. A lição é clara: Ninguém pode fazer a sua vontade e ser membro perfeito de Cristo — e sem Cristo nada pode fazer.

A vontade de Deus é, portanto, a lei da vida cristã. Conformando-nos com ela, encontramos a Cristo e unimo-nos a Ele.

O que representa então para nós a vontade de Deus?

A resposta a essa pergunta é bastante fácil, até certo ponto, mas não é tão fácil se a aprofundarmos. Com respeito a nós próprios, temos de distinguir no nosso espírito duas «vontades» em Deus, duas classes de coisas desejadas por Deus ou antes duas relações dos acontecimentos com a vontade de Deus. Há certas coisas que Deus deseja que aconteçam e são mesmo por Ele determinadas. Estas constituem o que nós chamamos «a vontade significada» de Deus.

Há, contudo, muitas coisas que acontecem contràriamente à «vontade significada» de Deus — como, por exemplo, o pecado. Apesar disso, nada acontece sem, pelo menos, o consentimento de Deus, no sentido de que Ele o não impede.

Estas coisas, que são contrárias à vontade significada, acontecem em virtude daquilo que chamamos o beneplácito de Deus. Se usamos o termo «permissão», isso não significa que Deus dispense alguém das Suas leis ou consinta que elas

sejam infringidas, isentando de culpa aqueles que a elas desobedecem.

Embora Deus «permita» que o pecado se cometa, não deixa de o proibir. Respeita a vontade livre das Suas criaturas e não as priva da liberdade de escolha.

No que respeita à primeira das vontades — a vontade significada de Deus — o caso não oferece grandes dificuldades, pelo menos até certo ponto os mandamentos da lei de Deus e da Igreja, as ordens daqueles que estão investidos de autoridade legal, os deveres do nosso estado, os Conselhos Evangélicos, e as inspirações do Espírito Santo são meios pelos quais Deus torna conhecida a Sua Vontade a nosso respeito.

Em casos individuais, pode não ser fácil determinar os pormenores exactos da Sua Vontade. De facto, por vezes parece até que Ele deseja que a Sua vontade não seja conhecida. No entanto, recorrendo à oração e aos conselhos de pessoa experimentada, é sempre possível tomar uma decisão sobre um futuro imediato, por forma a agradar a Deus. Adiante veremos como isso se deve fazer.

Mas o beneplácito de Deus ou as «Suas permissões» constituem assunto mais vago e há ocasiões em que é muito difícil descortinar a «Sua Mão». No entanto, devemos recordar que pelo facto de ter criado o livre arbítrio e de ter consentido que as criaturas usem dele, Deus não abdicou do Seu domínio supremo sobre todas as coisas. É Ele Quem governa o Céu e a Terra e nada sucede que não tenha previsto, permitido ou sobre que não tenha providenciado. Isto aplica-se até ao pecado, que Ele odeia e detesta. Mas, porque decidiu criar o homem dotado de livre arbítrio, não interfere com o abuso dele, *embora queira as consequências desse abuso*. A melhor forma de fazer ideia do modo como Deus procedeu, talvez seja imaginar que Ele não se limitou a criar o mundo, abandonando-o depois aos seus destinos, mas escolheu este mundo especial com toda a sua história, desde o princípio até ao fim, depois de examinar em todos os seus

pormenores as acções de todas as criaturas com as suas consequências, comparando esta história possível com todas as outras também possíveis e decidindo criar finalmente esta ordem especial de coisas, na qual se desenrolou *este* acontecimento especial com todas as suas consequências.

Debaixo deste ponto de vista, tudo o que nos acontece traz a marca da escolha de Deus e lògicamente tal princípio é de aplicar mesmo com respeito aos nossos pecados, visto Deus ter optado por um universo em que permite que certos pecados se cometam. Não há dúvida de que a vontade responsável por um pecado em especial é a vontade que decidiu pecar e, portanto, ofende a Deus e incorre na culpa desse pecado. No entanto, se mais tarde essa vontade se identificar com a vontade de Deus, por meio do arrependimento e aceitar as conseqüências do pecado estipuladas por Ele, pode aplicar a si própria o princípio de S. Paulo: «*Todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus*» (1).

Antes, porém, de examinarmos a questão sob um ponto de vista prático, a fim de determinarmos a nossa conduta individual, procuremos primeiramente compreender o plano geral de Deus, que é o fundamento do governo do Universo.

Cristo é o centro dos planos de Deus. Todas as coisas são para Ele e por Ele e todas as coisas devem ser restauradas nEle. Todas as coisas foram criadas nEle, mas os homens, com os seus pecados, afastaram-se dEle. Os fins de Deus, porém, não mudaram. Ele quer restaurar todas as coisas em Cristo.

Falamos em planos de Deus e em «vontades» de Deus, mas nEle não há realmente multiplicidade, excepto no que diz respeito à Santíssima Trindade.

A linguagem humana só pode servir-se de termos humanos, ao falar das operações de Deus, embora nEle exista apenas uma Ideia e uma Vontade.

Conhecendo-se a Si Próprio, Deus gera o Seu Filho, e o

---

(1) Rom. VIII, 28.

amor mútuo do Pai e do Filho é a Terceira Pessoa, o Espírito Santo. O que Deus faz neste mundo é apenas uma sombra externa ou imitação do que Ele faz em Si Próprio. Em Si Próprio gera o Seu Filho e neste mundo forma também o Corpo Místico do Seu Filho. Em Si Próprio ama o Seu Filho pelo Espírito Santo e neste mundo ama o Seu Filho pelo mesmo Espírito Santo. Há três Pessoas, mas a Vontade Divina é uma só.

Referimo-nos ao Espírito Santo como princípio vital — a alma — do Corpo Místico de Cristo e daí deduzimos a necessidade de nos submetermos completamente à Sua guia — à Sua Vontade, porque a Sua Vontade é a Vontade de Deus.

Não deve haver lugar para confusões, se agora consideramos este procedimento sujeito a influência de acontecimentos externos e insistimos sobre a necessidade de nos submetermos completamente à Vontade do Pai, manifestada nos Seus mandamentos e na Sua providência — porque esta Vontade é a mesma Vontade, a Vontade de Deus.

E, se no nosso amor ao Filho, como nossa Cabeça, procuramos submeter-nos à Sua Vontade, identificando num abraço amoroso a nossa vontade com a dEle, também isso não nos deve causar confusão, porque o Filho também é Deus e a Sua Vontade Divina é a Vontade de Deus.

Em Jesus Cristo, todavia, visto que é homem e também Deus, há dois poderes de vontade, o humano e o divino. O plano geral da vida de Nossa Senhor foi a submissão da Sua Vontade humana completa e absolutamente num êxtase de abandono à Vontade de Deus, manifestada pelo «mandato» que tinha de Seu Pai, pelas «inspirações» que recebia do Espírito Santo e mesmo por outras manifestações da Vontade de Deus, como aconteceu no decorrer dos acontecimentos e de modo especial com os pecados daqueles que o crucificaram: «*Humilhou-se a Si mesmo feito obediente até à morte e morte de cruz*» (1).

(1) Fil. II, 8.

Nisto está compendiada toda a vida de Nosso Senhor. Já atrás nos referimos a isto e não pedimos desculpa por nos referirmos outra vez ao assunto.

Jesus fez voto de obediência ainda no seio de Sua Mãe, submeteu-se como criança e como filho àqueles que Deus designara como Seus tutores. «*E desceu, com eles e foi a Nazaré e era-lhes submisso*» (1).

Até atingir a idade de trinta anos, sujeitou-se à Vontade de Deus, manifestada pelas palavras de Maria e José. Na Sua vida pública, nunca fez senão o que era agradável a Seu Pai e aceitou sempre as muitas limitações que a Providência punha à sua obra. Na Sua Paixão e Morte, sofreu injustiças, injúrias e insultos da parte de homens perversos, que pecavam contra Deus; no entanto, nunca deixou de ver a Vontade de Deus em tudo o que Lhe faziam. O Seu último acto sobre a Cruz foi abandonar-se completamente nas mãos de Seu Pai... Foi obediente até à morte de Cruz.

«*Por isso também Deus o exaltou e Lhe deu um nome que está acima de todo o nome*» (2). Deus não só O ressuscitou dos mortos, mas o Seu plano é também ressuscitar toda a humanidade da morte do pecado por Seu intermédio.

Os homens tinham perdido a vida sobrenatural e só a podiam encontrar em Cristo. Ora a vontade de Deus — todo o Seu governo do Universo e o Seu Governo, em geral, abrange os mais pequenos pormenores — e tem só um fim — restaurar tudo em Cristo. Portanto, se as nossas vontades se conformam com a Vontade de Deus, toda a nossa história com tudo o que nos acontece faz parte de um plano — um plano que está a ser executado pelo poder omnipotente de Deus — unir-nos a Cristo e santificar-nos nEle.

Desta forma, a espiritualidade e a moralidade cristãs não são uma coisa negativa, apenas uma série de proibições: «Tu não...», são essencialmente positivas e dinâmicas, uma incorporação e uma restauração de cada um de nós em Cristo.

---

(1) S. Lucas, II, 51.
(2) Fil. II, 9.

E o plano geral, no que diz respeito a qualquer pessoa em estado de graça, depende apenas de duas vontades: a Vontade de Deus e a nossa vontade.

Não importa o que fazem os outros homens e o que eles querem; se nós nos unimos a Deus por nossa própria vontade, Deus santificar-nos-á.

«*Quem nos separará, pois, do amor de Cristo? A tribulação? ou a angústia? ou a fome? ou a nudez? ou o perigo? ou a perseguição? ou a espada?... Mas de todas estas coisas saímos mais que vencedores por Aquele que nos amou. Porque eu estou certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as virtudes, nem as coisas presentes, nem as futuras, nem a força, nem a altura, nem a profundidade, nem nenhuma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Jesus Cristo Nosso Senhor*» (1).

Cumprindo a vontade de Deus, nós somos formados em Cristo, somos «digeridos» por Ele, somos recebidos e transformados nEle, da mesma forma que o alimento é absorvido pelas raízes e transformado na vida. Quando cumprimos a vontade de Deus, Cristo, o nosso Grão Sacerdote, toma-nos nas Suas mãos, abençoa-nos e diz: «Isto é o Meu Corpo», oferece-nos a Seu Pai em Si Próprio e recebe-nos em comunhão Consigo Próprio.

A união perfeita com Cristo é fazer a vontade de Deus por amor de Deus. Não há nada mais elevado do que isso. É aqui que está toda a santidade e felicidade; é aí que está tudo o que podemos chegar a ser, tudo o que nunca sonhamos ser; porque isso renova-nos em Cristo e une-nos a Ele, que é nosso Deus e nosso Tudo.

Mas, para que as nossas palavras não possam ser tomadas como exuberância de um pensador audacioso, vejamos o que diz Monsenhor Gay: «Deus opera por forma que esta Vontade una a Si os que estão unidos a ela e esta tende a unir

---

(1) Rom. VIII, 35-39.

todos os homens uns aos outros. Entre a Santíssima Trindade e nós, interpõe-se uma jerarquia imensa. Esta Vontade (a Vontade de Deus), nascida em esplendor incriado, atravessa todos estes esplendores criados, de que se compõe esta jerarquia. Antes de ninguém, recebe-a Jesus. Ele é o Mediador necessário entre Deus e os homens, o supremo Chefe da criação, o Sacerdote universal. Ao transmitir ao Pai a obediência dos filhos, transmite antes de mais nada a estes as vontades do Pai e sabemos que, antes de as transmitir, Ele as adora.

Atrever-me-ei mesmo a afirmar que Ele já as cumpriu, porque, além de ter vivido na terra para todos os Seus membros, cumpriu em princípio e como que em substância todas as Vontades de Deus que lhes diriam respeito, através dos tempos. Desta forma, podemos compreender que, mesmo agora, não há uma única Vontade de Deus que Ele não cumpra em forma transcendente e celestial, com a Sua conformidade perfeita a ela e em nome mesmo daquele membro que talvez nunca se tivesse conformado com ela, mas que, se se conformasse, só o faria pelo movimento da Sua Cabeça e Chefe e sob a Sua influência.

Além disso, não há dúvida de que Maria também faz o que faz Jesus: se Ele é o mediador, Ela é a medianeira. A vida de ambos no Céu não é só semelhante, é uma só...

Não há nada de tão particular e individual nos desígnios de Deus, que não faça parte de um plano universal e que não concorra para levar a efeito o grande mistério de Cristo, que é a consumação de todas as coisas em Deus. Foi por Vontade de Deus que eu adoeci hoje, que sofri contradições, fui humilhado, esquecido, que se me proporcionou este acontecimento inesperado, que surgiu esta dificuldade, que tropecei nesta pedra, que fui sujeito a esta tentação — esta é a sua origem e a sua história.

Nascida de Deus, como Jesus nasceu dEle e ao mesmo tempo na Sua qualidade de Jesus, visto que em Deus tudo é eterno, a Vontade de Deus é um fruto de que é essência

a Própria Divindade. Se eu comer deste fruto, serei deificado, porque, se Jesus, Deus por nascimento, mereceu que a Sua Divindade, velada e reservada temporàriamente, brotasse no Seu Corpo e inundasse depois toda a Sua Igreja, foi porque, durante todos os dias da Sua vida militante, Ele se alimentou sempre da Vontade de Seu Pai [1]. Além disso, este fruto deificante, esta Vontade de Deus, que me preserva, vem até mim carregada e como que impregnada da obediência filial do meu Salvador e da minha doce Mãe, da piedade dos anjos bons e da adoração dos Santos» [2].

A verdade sobre o assunto é esta: que todos os actos da vida espiritual são praticados de comparticipação com Cristo e que não há comparação possível entre a Sua comparticipação e a nossa. Aquilo com que nós contribuímos não é mais que uma minúscula gota de água lançada no cálice cheio de vida generoso do Seu amor incomensurável.

No entanto, essa nossa pequena gota tem grande importância, porque, embora seja verdade que Ele fez tudo por nós, há uma coisa que Ele não pode fazer sem a nossa cooperação; não pode fazer com que seja nosso o que Ele fez, se nós não contribuimos também com a nossa parte e a nossa parte é fazer a vontade de Deus. Por mais trivial que seja o acto, se este é praticado de acordo com a vontade de Deus, é praticado em união com Jesus e então tudo o que é Seu é também nosso. Pondo-nos assim em união com Ele, nós não só nos unimos a Ele em todas as acções da Sua vida (e tudo o resto de nada vale), mas unimo-nos também a todos os membros de Cristo, tomando parte em tudo o que se pratica em qualquer parte do mundo nesse momento ou que se praticou no passado. Visto que esta união da vontade com Deus é apenas o resultado da união de caridade, podemos citar em apoio da nossa doutrina S. Tomás, pois são suas as palavras que se seguem:

«Assim como no corpo vivente o funcionamento de um

(1) S. João, IV, 34.
(2) Gay: Christian Life and virtues vol. III.

membro promove o bem estar de todo o corpo, assim sucede também no Corpo Espiritual (ou Místico) que é a Igreja. Visto que todos os fiéis constituem um só corpo, o bem de cada um deles comunica-se aos outros... Daí segue-se que quem está na posse da caridade compartilha de todo o bem que se faz em todo o mundo» (1).

Nós estamos, de facto, unidos a Nossa Senhora em todas as Suas acções; estamos unidos a todos os Santos em todos os seus actos; estamos unidos a todos os sacerdotes que dizem Missa, pregam a fé ou salvam almas; estamos unidos a todas as orações e boas obras praticadas por qualquer membro da Igreja. Podemos mesmo apropriar-nos dos méritos dessas boas obras, se nós, por amor de Deus, as amarmos mais do que aqueles que as praticam. Apreciados sob esse aspecto, os frutos da nossa comparticipação parecem incríveis, mas, na realidade, todas as boas obras de toda a Igreja, no presente e no passado, não se podem comparar em valor com uma única acção da vida pessoal de Nosso Senhor e o que Nosso Senhor deseja ardentemente é transmitir-nos o valor de todos os actos da Sua Paixão e Morte, por forma a podermos considerá-los nossos. Tudo isto parece inacreditável, mas é assim o amor de Deus.

E temos o sinal, o símbolo e o penhor de tudo isso na Sagrada Eucaristia. Como já explicámos, o Sacrifício da Missa contém e representa o Sacrifício da Cruz, que constituiu a expressão externa do sacrifício interior que Jesus faz numa vida de abandono completo à Vontade de Deus.

As próprias palavras de que Nosso Senhor Se serviu mostram a Sua intenção de nos tornar participantes de todas as Suas riquezas.

«*Este Cálice é o novo testamento no Meu Sangue*» (2).

Ora um testamento é um facto, acordo ou acto pelo qual dispomos do que nos pertence. A Sagrada Eucaristia contém «todas as coisas que significam em si a relação de Cristo com

(1) Expositio super Simbolo Apostolorum, a. 10.
(2) I Cor. XI, 25.

Deus Pai e todas essas coisas estão à nossa disposição na Missa» [1].

No próprio Baptismo, que nos incorpora em Cristo, nós somos enriquecidos com as Suas riquezas, pois S. Tomás diz-nos que a obra de Cristo pertence não só a Ele, mas também aos Seus membros, na mesma relação em que as obras de um justo pertencem ao agente individual.

«Com a Sua Paixão, Cristo não só alcançou merecimentos para Si, mas mereceu também a salvação para todos os Seus membros» [2]. «A Paixão de Cristo comunica-se a toda a pessoa baptizada, como se esta própria sofresse e morresse»... «O resultado dos sofrimentos da Paixão de Cristo comunica-se às pessoas baptizadas, como se fossem estas que tivessem passado por esses sofrimentos» [3].

E o Sacramento do Baptismo é apenas o pórtico da Sagrada Eucaristia. Nesta, o sacrifício de Cristo torna-se nosso e recebemo-Lo a Ele, que é Autor de toda a graça. Não é, portanto, uma quimera dizer que podemos entrar na posse dos frutos dos merecimentos de Cristo. É mesmo para esse fim que Ele nos torna parte de Si próprio no Seu Corpo Místico. E só fazemos completamente parte dEle, quando cumprimos a vontade de Deus.

A vontade de Deus, no seu duplo aspecto — a vontade significada e a vontade manifestada no decorrer dos acontecimentos regidos pela Sua Providência — contém tudo o que é necessário para a nossa completa santificação e para a nossa união perfeita com Cristo. Santa Teresa, que conhecia, por experiência própria, o valor de todas as formas de união com Deus — e até a união extáctica — insiste em que a união da vontade é a mais perfeita.

«A única preocupação daquele que acaba de entrar no caminho da oração — atentai bem nisso, porque é muito importante — deve ser uma luta corajosa para conformar a sua

(1) S. Tomás, 4 Sent. XII In Lit.
(2) Summa III, 48, 1.
(3) Summa III, 69, 2 e 2, 1.

vontade à Vontade de Deus... É aqui que está toda e a mais elevada perfeição que podemos atingir. Quanto mais perfeita for a conformidade, tanto mais receberemos de Nosso Senhor e maior será o nosso progresso» (1).

Nosso Senhor não pregou outra doutrina: «*Se queres entrar na vida eterna, guarda os mandamentos*» (2). «*O que faz a vontade de meu Pai, que está nos Céus, esse entrará no reino dos Céus*» (3).

E o Espírito Santo promete-nos pela boca de S. João: «*Aquele que faz a vontade de Deus, permanece eternamente (no Céu)* (4).

E Santa Teresa diz também: «É da maior importância que se compreenda tudo isto». Muitas pessoas julgam que a perfeição é qualquer coisa que só se consegue com obras extraordinárias, feitos relevantes, êxtases ou sofrimentos inauditos. A noção de perfeição de Nosso Senhor é coisa muito diferente. Ele pede-nos apenas que façamos o que Ele próprio fez: que nos submetamos inteiramente à Vontade do Pai, que Ele fará o resto... «*Expõe ao Senhor a tua situação e espera nEle e Ele procederá*» (5)... «*Tendo esta confiança de que Aquele que começou em vós a obra, a completará até ao dia da vinda de Jesus Cristo*» (6).

---

(1) S.ta Teresa —Castelo Interior. Segunda Mansão.
(2) S. Mat. XIX, 17.
(3) S. Mat. VII, 21.
(4) I S. João, II, 17.
(5) Salmos, XXXVI, 5.
(6) Fil. I, 6.

CAPÍTULO XV

UNIÃO COM CRISTO POR MEIO DO ABANDONO

A regra de vida para todo o católico, que quer viver a sua vida em toda a plenitude, é procurar a Cristo e unir-se a Ele por meio da oração diária, por meio da leitura e meditação diárias, pelo uso frequente dos Sacramentos, especialmente o da Sagrada Eucaristia e pelo cumprimento da vontade de Deus. Para alcançar a santidade, não é necessário elaborar um programa mais elevado. Todo aquele de quem se puder dizer, à hora da morte, que «fez a vontade de Deus» é perfeito.

E devemos ser claros neste ponto: não há outra forma de alcançar a perfeição.

Todos os exercícios de religião, a que fizemos referência — a oração, a leitura espiritual, os Sacramentos, a comunhão diária, a Missa —, embora santos em si próprios, são apenas meios para um fim.

O seu uso e a sua prática, embora frequentes e fervorosos, não constituem a santidade. São grande auxílio para a santidade, mas esta é uma coisa inteiramente diferente. A santidade é qualquer coisa que afecta todos os momentos da nossa vida, qualquer coisa cuja raíz se encontra no mais íntimo do nosso ser. É uma união permanente com Deus, é uma fidelidade constante a Cristo, que se manifesta pelo cumprimento da Sua Vontade sempre e em tudo.

Só isto pode tornar a nossa vida proveitosa. Vemos os santos exaltados pelas suas grandes obras; falam-nos do seu talento, da sua capacidade de organização, da agudeza do seu entendimento, da excelência das suas opiniões, da sua habilidade literária e do seu saber profundo.

São famosos pela sua ingenuidade, pela sua originalidade, pelas suas iniciativas, pelos seus milagres, pelo seu zelo apostólico e poder sobre as almas. Numa palavra, são-nos apresentados como grandes homens e grandes mulheres. E somos assim tentados a pensar que a posse ou realização de tal grandeza, se não é a própria santidade, é pelo menos uma parte essencial dela. A verdade, porém, é coisa absolutamente diferente. De facto, alguns santos eram dotados desses dons, mas nada disso constitui a santidade, porque esta, conforme nos foi revelado pelos ensinamentos e pelo exemplo de Nosso Senhor, consiste em viver em união com Ele pela fé, pela esperança, pelo amor, pela humildade e pelo abandono completo à Sua Vontade. É importante considerar o cumprimento da Vontade de Deus sob o ponto de vista das práticas diárias.

A revelação primária da vontade de Deus está nos Seus mandamentos, nos mandamentos da Santa Madre Igreja e em todas as leis justas e deveres verdadeiros que nos obrigam à acção: «*Todo o poder vem de Deus*». Todas as vezes que a autoridade legítima emite ordens legais, a fé ouve aí a voz de Deus. O primeiro passo para o cumprimento da vontade de Deus é evitar o pecado mortal. Quando este se converte em hábito, que se não procura combater, não há vida espiritual. Essa alma está morta. Qualquer pessoa que se encontre nesse estado tem necessidade urgente de fazer uma boa confissão e de se decidir a combater corajosamente os seus maus hábitos. Essa luta pode não ser fácil; é possível até que torne a cair; mas deve tomar a resolução firme de, no caso de tornar a cair, não se conservar nesse estado e cumprir inflexìvelmente esse propósito. O pecado mortal deve

ser considerado como o maior mal possível e deve ser evitado a todo o custo.

Sobre esse ponto não se pode transigir.

O seguinte grau do progresso é o daquele que normalmente só tem pecados veniais para confessar. Aqui o plano deve ser atacar qualquer mau hábito que tenhamos de cometer certo pecado venial em especial. Um exame diário de consciência é uma forma excelente de nos libertarmos desses maus hábitos. Se em cada ano conseguirmos libertar-nos de um desses hábitos, o avanço é já considerável, porque o estado geral de saúde da alma melhorará muito em consequência dos nossos esforços para desarraigarmos, ainda que seja só um mau hábito. Verificaremos então que os outros maus hábitos vão cedendo e que a primeira batalha é a mais difícil de ganhar. Vencida esta, já percorremos meio caminho para vencermos a seguinte.

A etape seguinte verifica-se quando não se cometem usualmente pecados veniais deliberados e, quando se cometem, são mais o resultado de fraqueza momentânea do que do propósito de não se evitarem certas faltas só «porque são pecados veniais». O propósito de nunca ofender a Deus deliberadamente forma-se em resultado da leitura, da reflexão e do contacto diário com Deus por meio da oração.

Este propósito contribuirá muito para fornecer uma regra positiva de acção para cada dia. Mas, se uma alma tem grandes desejos de procurar a Cristo e viver a Sua vida, aspirará a receber qualquer indicação da vontade de Deus, que lhe sirva de norma para todo o dia.

Na vida de um leigo, este ponto oferece dificuldades especiais. O religioso tem o voto de obediência e o seu trabalho diário é-lhe indicado por um Superior. Tem a certeza absoluta de que o trabalho que lhe designaram é a vontade de Deus e assim a única coisa que tem de fazer é cumprir as ordens que recebeu com a pureza de intenção que lhe for possível. Essa é uma das razões pelas quais o estado religioso, *como estado,* é o mais perfeito.

Por esse motivo, quando se manifesta num jovem o desejo de procurar a Deus e de viver só para Ele, surge a questão da conveniência de entrar ou não para a religião. Não é este o momento próprio para se discutirem as vocações religiosas.

Quando se oferecerem dúvidas sobre a vocação, em qualquer caso individual, deve procurar-se o conselho de pessoa experimentada. Há, porém, muitos homens, cujas circunstâncias são tais que o seu estado na vida já está definido. Há também muitos absolutamente inadaptáveis ao estado religioso.

Há, por exemplo, homens para quem o celibato seria imprudente, outros para quem a vida em comum seria um fardo intolerável e outros ainda para quem a necessidade constante de pedir licença aos superiores demandaria um esforço terrível.

Há ainda aqueles, e são muitos, cujas obrigações os amarram ao mundo. De facto, a maioria dos homens tem de viver no estado de leigo e Deus segue os Seus desígnios, confirmando-os na sua vocação.

O que aqui queremos frisar é que, apesar do facto de o estado religioso, *como estado*, ser o mais perfeito, para um indivíduo particular pode ser melhor permanecer no estado leigo. E não se julgue que, procedendo assim, renuncia à vocação para a perfeição. Todos são chamados à perfeição.

Em igualdade de circunstâncias — e esta igualdade nem sempre se verifica — o caminho da perfeição é geralmente mais fácil na vida religiosa, mas a perfeição está longe de ser impossível no mundo.

No momento actual, no que mais se insiste é na necessidade de santidade entre os leigos.

Para sermos bem claros na nossa exposição, devemos dizer que consideramos o estado de casado como estado normal do laicado e que é sobretudo ao homem casado e à mulher casada que nos queremos referir neste livro; não nos

queremos referir a obrigações impostas a leigos reclusos ou a eremitas.

Como já tivemos ocasião de frisar, uma parte do dia do leigo deve ser consagrada à oração, à leitura espiritual e a certos exercícios de piedade, dos quais o mais importante é a Missa diária e a Santa Comunhão, quando for possível; se isso for impossível, deve procurar-se fazer, ao menos, uma visita ao Santíssimo Sacramento. No entanto, a todas estas práticas preferem os deveres do próprio estado. Todos os homens têm de ganhar o seu pão. Podem ganhá-lo de várias formas, mas, falando de modo geral, é vontade de Deus que o ganhe por qualquer forma. Para conseguir esse fim, o homem desempenha, em geral, uma função social e, como aquilo que faz para os outros é feito a Cristo, segue-se que, servindo a sociedade, serve a Cristo.

Em geral, tem uma família que depende dele; nesse caso, o seu primeiro dever é para com ela. Sucede muitas vezes que as ocupações e as circunstâncias da vida de um homem tornam clara a sua vocação na vida. Em tal caso, é clara a indicação do que seja a vontade de Deus.

Há casos, porém, em que essa indicação não é tão clara e então deve procurar-se na oração e no conselho de outras pessoas o rumo a seguir.

A resposta pode não ser imediata, mas quando nos manifestamos dispostos a cumprir a vontade de Deus, Ele geralmente tornará claros os Seus desejos. Se não Se manifesta, então é porque é Sua vontade que permaneçamos em dúvida e deseja que escolhamos nós conforme julgamos melhor. É isso que devemos fazer com a consciência tranquila.

Para o caso daqueles que trabalham sob as ordens de outros, todas as instruções legais levam consigo a sanção da vontade de Deus. Nas profissões ou nos empregos em que o homem é patrão de si próprio, a indicação pode não ser tão clara, mas há geralmente deveres e responsabilidades que indicam o que Deus pretende.

A principal dificuldade surge quando um homem tem

deveres a cumprir para com a família, para com os seus empregados ou clientes e deveres para com a sociedade em que vive. Não é fácil dividir o seu tempo e os seus interesses por forma a satisfazer a todos estes objectivos.

Se se entrega inteiramente à sua profissão, a família fica abandonada. Se se dedica só à família, as suas obrigações sociais e as obras de caridade podem sofrer com isso. Se passa o seu tempo na prática de exercícios espirituais, tudo o resto pode ficar ao abandono.

Não é fácil encontrar uma solução categórica para um problema destes. Nesse caso, essa solução deve procurar-se com prudência e recorrendo à oração e ao conselho de outras pessoas competentes. Podem, no entanto, estabelecer-se certos princípios que nos devem servir de norma neste assunto. A família está sempre em primeiro lugar, *mesmo antes das devoções particulares.*

Trataremos deste assunto quando falarmos do casamento, mas pode desde já assentar-se neste princípio: primeiro, o dever e depois as devoções particulares. E o dever de um homem para com a sua família vem antes do seu dever para com os seus clientes ou para com a sua profissão.

No entanto, embora o dever principal diga respeito à família, esse dever não é o único, porque o homem tem também obrigações para com aqueles a quem deve a existência e educação, para com os seus parentes e para com a sociedade em que cresceu.

Mas, como todas estas obrigações têm a Deus como fim último, não há perigo de que possa surgir conflito entre elas.

A solução de tais problemas varia de indivíduo para indivíduo e nem sempre é fácil, mas a chave dessa solução deve procurar-se na cultura da vida interior, por meio da oração, da leitura espiritual e do amor a Deus. Adquiriremos assim uma perspectiva sobrenatural e uma norma que nos habilitará a descobrir qual é a vontade de Deus a nosso respeito. É necessária certa flexibilidade de aplicação, para encarar

as mudanças contínuas que caracterizam as nossas circunstâncias. Há uma obediência de caridade que exigirá com frequência mudança no nosso programa, porque o amor do próximo e a prontidão com que lhe prestamos auxílio são uma das indicações que distinguem o verdadeiro cristão.

Pode concorrer para o desenvolvimento de tal perspectiva considerar aqui os princípios que determinam o valor sobrenatural das nossas acções. S. Tomás resume o assunto nestas palavras:

«O mérito da vida eterna pertence primàriamente à caridade e secundàriamente a outras virtudes, desde que os seus actos sejam ordenados pela caridade» (1).

Por outras palavras: a parte mais importante de cada acção é o amor de Deus que a anima. Para se tornar sobrenaturalmente meritória, a acção deve ser praticada livremente durante a sua vida terrena por um agente em estado de graça; a acção deve ser sobrenaturalmente boa e uma daquelas que Deus prometeu recompensar. O que importa, porém, é o amor que anima essa acção. Este amor prova-se pelo grau de união com Nosso Senhor e pela pureza de intenção com que a acção é praticada.

A acção deve ser praticada com os olhos postos em Deus e não em nós.

Tanto na sua escolha como na sua conformidade com a vontade de Deus e no fervor com que nos dedicamos à sua prática, o amor de Deus deve ser sempre o motivo principal.

A dificuldade e duração da acção significam, em geral, um aumento de mérito e valor, pois exigem maior esforço e maior amor. Todavia, a facilidade adquirida pela prática de fazer o bem não diminui o merecimento das acções; pelo contrário, sendo essa facilidade o resultado de uma vontade mais amorosamente ligada a Deus, significa maior merecimento e valor.

Devemos ter o cuidado de não nos deixarmos enganar pelo esplendor externo da acção praticada ou mesmo pelos

(1) *Summa*, I-II^{ae}; 114, 4.

frutos espirituais das nossas obras. Ambas estas coisas nos podem enganar.

A primeira não passa evidentemente de vaidade e a segunda pode ser devida a outra qualquer causa. A lei do proveito espiritual é uma lei sobrenatural.

Não é sempre ao sacerdote que prega o sermão que se devem atribuir as conversões operadas por ele.

A causa dos bons efeitos operados por ele é mais o resultado da união interior com Deus, do que da excelência da sua pregação. Muitas vezes, a causa dos êxitos alcançados deve ir procurar-se nas orações e nos sofrimentos de qualquer alma escondida. As palavras de Pio XI dirigidas aos frades cartuxos esclarecem este ponto:

«*É fácil compreender como aqueles que cumprem com assiduidade o dever da oração e da penitência contribuem muito mais para o incremento da Igreja e para o bem estar da humanidade de que aqueles que trabalham no campo do Senhor das searas. Porque se os primeiros não atraem do Céu uma chuva de graças divinas, que regue o campo que está a ser lavrado, os trabalhadores evangélicos recolherão do seu trabalho uma colheita muito escassa*» (1).

Estas palavras foram dirigidas às ordens contemplativas, mas aplicam-se a todos os cristãos e, se alterarmos os dizeres do Papa para *oração e paciência,* torna-se claro que, mesmo na vida dos leigos, há campo ilimitado para trabalho proveitoso.

Com respeito aos frutos sobrenaturais das boas obras, deve ter-se em mente que qualquer passo que uma alma dá para Deus é resultado da graça e esta vem como resultado de uma longa cadeia de causas. Em primeiro lugar, tem de ser merecida pelo próprio Nosso Senhor; como todas as graças, deve passar através das mãos de Nossa Senhora, de uma forma ou de outra; alguns santos podem estar envolvidos na impetração; algumas ou mesmo muitas almas podem ter tido

(1) Constituição Apostólica: Umbratilem: A.A.S. 15-10-1924 cf. Encíclica *Rerum Ecclesiae.*

que orar e sofrer antes de a graça ter sido aplicada ao seu objectivo. Não se deve concluir que pelo facto de um agente ser instrumento na aplicação de uma graça a uma alma em particular se lhe deva atribuir o mérito da eficácia dessa graça. Se um sacerdote que não esteja em estado de graça converter uma alma com a sua pregação, o merecimento dessa conversão não lhe pertence.

É frequente, na verdade, acontecer que uma alma seja tocada pela graça, sem se saber a quem atribuir o seu mérito.

Não nos deve, portanto, preocupar saber em que ponto particular da longa cadeia de actividade sobrenatural Deus nos colocou, assim como não devemos desanimar, quando não vemos qualquer fruto das nossas obras. Todo o acto que nos une a Deus é proveitoso:

«*O que permanece em mim,* diz Nosso Senhor, esse dá muito fruto» (1).

Se nos lembrarmos de que a vida mais proveitosa de qualquer ser humano foi a de Nossa Senhora e que a Sua vida foi essencialmente normal, obscura e laboriosa, encontraremos talvez novo valor nas coisas ordinárias que fizermos durante o dia, se as fizermos por amor de Deus. Reconsideremos as palavras de S. Tomás:

«Assim como no corpo vivo, o funcionamento de um membro promove o bem estar de todo o corpo, assim sucede também no Corpo Espiritual (ou Místico) que é a Igreja. Visto *que todos os fiéis constituem um só corpo, o bem de cada um deles comunica-se aos outros... Daí se segue que quem está na posse da caridade, compartilha de todo o bem que se pratica em todo o Mundo* (2).

Para participarmos de tudo o que se faz na Igreja, basta que tenhamos caridade, que amemos a Deus, o que, na prática, significa fazer a Sua vontade, seja no que for, por mais ordinário que pareça.

E *não podemos* conseguir maior comparticipação fazendo

(1) S. João, XV, 5.
(2) Expositio super Symbolum Apostolorum.

qualquer outra coisa, por mais magnificente que seja. Se conseguirmos qualquer coisa, o mérito principal pertence a qualquer outra pessoa.

Não só não podemos melhorar a nossa situação no plano de Deus, como plano, como nem sequer podemos melhorar nele, como plano, para o nosso bem estar.

Há, claro está, uma jerarquia nos valores das virtudes e das boas obras: é melhor ouvir missa do que jejuar. Mas isso aplica-se mais às virtudes e boas obras consideradas em si próprias. Consideradas como parte do programa de um indivíduo em especial, o factor determinante na sua escolha deve ser uma submissão prudente à vontade de Deus. Quando não houver indicação desta vontade, por meio de causas externas, hão-de procurar-se na inspiração do Espírito Santo.

Não é sempre fácil reconhecer a Sua voz. Há ocasiões em que nos sentimos inclinados a fazer determinada coisa, movidos aparentemente por Deus, mas a acção proposta ofende a justiça ou a autoridade ou é manifestamente má. Tais impulsos devem ser repelidos. Há outras ocasiões em que, em resultado de uma sugestão contínua, temos a certeza moral de que Deus exige de nós determinada acção. Em tais casos, o conselho é uma salvaguarda e em assuntos importantes — sobretudo quando outras pessoas possam ser afectadas em resultado da nossa acção — esse conselho deve procurar-se sempre. Quando, porém, temos a certeza de que é realmente Deus o nosso mentor, devemos aceder aos Seus desejos cuidadosamente.

Há, todavia, ocasiões em que não temos a certeza disso. Em tais casos, devemos agir com prudência e ter o cuidado de não perder a paz de espírito.

Deus nunca se irritará, se deixarmos de seguir um rumo incerto e quando a Sua Vontade não se manifesta claramente, não devemos consentir que essa dúvida seja origem de mal-estar ou provoque um afastamento dEle. Deus espera apenas serviços razoáveis. O mesmo princípio é de aplicar ao exemplo dos outros. A santidade não é a mesma coisa

em pessoas diferentes e as práticas com que um servo de Deus atingiu a santidade podem não ser os meios adequados para outra pessoa.

Ninguém espera que imitemos os santos em todas as particularidades da sua vida e nem todos os conselhos servem para todos. Como dissemos atrás, a solução destes problemas varia de caso para caso e por isso preferimos deixar a questão em aberto e exposta vagamente, de preferência a arriscarmo-nos a afastar alguém do bom caminho, fornecendo-lhe indicações erradas. A oração, a meditação e a prontidão em cumprirmos a vontade de Deus fornecer-nos-ão sempre luz suficiente que ilumine os nossos passos.

Deve notar-se que as chamadas inspirações do Espírito Santo, aquelas solicitações suaves para certas práticas, certas boas obras ou certas renúncias constituem um meio ordinário da acção de Deus sobre as almas e sobre o nosso espírito, meio que desempenha parte preponderante entre as providências de Deus para santificação do laicado. Comentando o texto: «*Todos aqueles que são conduzidos pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus*» (1), S. Tomás escreve: «O homem espiritual não é só instruído pelo Espírito Santo sobre aquilo que deve fazer, o seu coração é também movido pelo mesmo Espírito». Comparando isto à acção de um instinto superior, prossegue: «O homem espiritual sente inclinação para fazer qualquer coisa, movido, não pelo princípio da sua vontade livre, mas pelo instinto do Espírito Santo».

S. Francisco de Sales diz-nos «que, assim como Deus dotou os animais com aqueles instintos de que têm necessidade para a sua conservação e acção natural, assim também nós, se não resistirmos à graça de Deus, seremos dotados das inspirações necessárias para viver, operar e para conservar em nós a vida espiritual» (2).

É claro que, se já tomámos a decisão de não fazermos certas coisas, se há sacrifícios que estamos definitivamente

(1) Rom. VIII, 14.
(2) Livro de Deus. Liv. VIII, c. 10.

resolvidos a não fazer, não é para admirar que Deus permaneça silencioso. E se rejeitamos habitualmente as Suas inspirações, há o perigo de Ele se abster de apelar para nós. Além disso, o hábito de dizer «Não» a Deus, acaba por nos endurecer o coração e não há catástrofe maior na vida espiritual do que o endurecimento do coração contra Deus. É, porém, coisa diferente sentirmos dificuldade em cooperar com as Suas sugestões. Ele está preparado para nos ouvir dizer que não podemos praticar determinada acção que Ele parece exigir de nós, a não ser que nos conceda a graça e a força necessárias e como é um Pai muito compreensivo, compreenderá de certo a nossa hesitação em pedirmos tal graça. Mas Ele tem sido generoso connosco e por isso nós também devemos ser generosos com Ele; se sentimos que não podemos fazer o sacrifício que nos pede, obriguemo-nos a pedir-Lhe a graça e a força para o fazermos. A Sua resposta pode ser surpreendente. Pelo menos, uma vez ao dia devemos procurar «ver o dedo de Deus». Se o fizermos, teremos, mais cedo ou mais tarde, de ser honestos não só connosco, mas também com Deus, as sombras que nos encobrem a verdade desaparecerão e receberemos então a luz e força necessárias para fazermos a vontade de Deus.

Notemos, de passagem, que não há melhor forma de provarmos a nossa sinceridade e nos certificarmos do valor da nossa vida espiritual, do que adoptando esta prática diária de olharmos para Deus cara a cara, por assim dizer, e ouvirmos o que Ele tem para nos dizer.

Outra forma pela qual Deus nos conduz e nos indica a Sua vontade a nosso respeito verifica-se no decorrer dos acontecimentos e em tudo o que nos acontece. No que diz respeito ao indivíduo em particular, pode dizer-se que tudo o que lhe acontece representa a vontade de Deus a seu respeito, excepto, claro está, qualquer acto pelo qual peca pessoalmente. Mas as próprias consequências desse acto pecaminoso provêm da vontade de Deus e, logo que o pecador se arrepende, Ele converte em bem o termo do estado pecami-

noso. Ora a vontade permissiva de Deus e a Sua providência abrangem todas as circunstâncias, passadas, presentes e futuras. As circunstâncias em que nascemos, crescemos e fomos educados, as qualidades pessoais que temos — boas ou más; os nossos próprios erros e fraquezas, tudo provém da vontade de Deus.

De facto, não há absolutamente nada na ordem presente — e enquanto permanecermos em estado de graça — que não tenha sido aceite pela vontade de Deus. É claro que falamos aqui do que se chama «o beneplácito» de Deus — das Suas «permissões».

Não queremos significar que Ele quis, por exemplo, os nossos pecados; apenas permitiu que eles se praticassem e agora procura a forma de os converter em bem.

Um dos principais actos da vida espiritual — acto que, se for praticado com generosidade, concorrerá para que demos um grande passo no caminho da perfeição e nos abrirá as portas para uma paz com que nem sequer sonhamos — é aceitar a vontade de Deus naquilo que nos diz respeito, isto é, aceitar a situação presente totalmente.

Neste assunto há diferentes graus e modos de aceitar essa vontade.

Podemos decidir acomodar-nos; submetermo-nos a uma força superior — «Bem, já que tem de ser assim, seja assim»; podemos obedecer a Deus, porque Ele é o Governante Supremo; podemos resignar-nos e podemos adoptar uma atitude de condescendência e conformidade. Todas estas atitudes são boas de diferentes maneiras.

A forma mais elevada, porém, de nos submetermos à vontade de Deus é abandonar-nos com alegria e satisfação nas Suas mãos. «Abandonar-nos a nós próprios e renunciarmos, desistirmos, alienarmo-nos a nós próprios, desaparecermos, entregarmo-nos sem medida, sem reserva e quase sem darmos por isso Àquele que tem todo o direito sobre nós. Abandonar-nos a nós próprios é morrer... O abandono é a

Páscoa da alma; de um lado está a sua imolação e do outro a sua consumação divina [1].

De momento não fazemos distinção entre a simples submissão à vontade de Deus e a sua aceitação com alegria que é a essência do abandono. No primeiro caso, servimos um Senhor carinhoso, no segundo lançamo-nos amorosamente nos braços do nosso Amante Sublime.

Tanto no primeiro como no segundo caso, nós fazemos a vontade de Deus, aceitando o curso dos acontecimentos. Temos, todavia, de os aceitar sem ir contra o senso comum. (Senso comum, como já dissemos, é uma parte essencial de todo o acto da vida espiritual. Os teólogos dão-lhe o nome de prudência). Se cairmos doentes, por exemplo — isso foi vontade de Deus, mas não se segue que seja a vontade de Deus que permaneçamos doentes. Pelo contrário, é vontade de Deus que adoptemos as disposições ordinárias, para encararmos a situação.

De facto, uma boa parte da vida do leigo passa-se a reagir pela forma que o bom senso aconselha perante os acontecimentos, que a Providência ordena ou permite que aconteçam. *Procedendo assim, faz a vontade de Deus.* O que é importante é que o faça com fé, esperança, caridade e submissão humilde, porque é precisamente desta forma, praticando actos destas virtudes, que Deus nos santifica.

É óbvio que é necessário um acto de fé para ver em todas as coisas o dedo de Deus, mas «*o homem justo vive pela fé*» [2] e pode admitir-se que há ocasiões em que a nossa fé poderá ter de se exercer por um esforço vigoroso e deliberado. A malícia dos homens é tão manifesta naquilo que nos acontece, o curso dos acontecimentos é tão oposto àquilo que nós estamos certos de terem sido os desígnios de Deus, a dor e a tristeza que as provações contínuas nos infligem são tão agudas, que encontramos, por vezes, dificuldade em nos convencermos de que Deus «sabe o que está a fazer». Mas é assim

(1) Mons. Gay — Sobre o abandono.
(2) Gál. III, 11.

mesmo. Deus sabe o que faz e sabe-o muito bem. Como disse Juliana de Norwich, «o plano de Deus é um só». Foi organizado para conseguir o seu fim, mas este fim é-nos desconhecido. Nosso Senhor avisou-nos: «*Eu sou a videira e vós as varas... Eu sou a verdadeira vide e meu Pai é o agricultor. Toda a vara que não dá fruto em Mim, Ele a cortará e toda a que der fruto, podá-la-á, para que dê mais abundante fruto*» (1).

Esta acção purificadora do Pai é que nos deixa perplexos. Vemos um pomar em plena floração e que há que tenha encanto mais delicado? No entanto, essas flores têm de desaparecer, para que os ramos dêem fruto. Há muitas flores na nossa vida que a nós nos parecem ter muito valor, mas, aos olhos de Deus, não passam de flores e, por isso, na Sua misericórdia, Ele tem de as arrancar, para que nós produzamos fruto para Ele.

Só Ele conhece os desejos íntimos do nosso coração e só Ele os pode satisfazer. Devemos depositar nEle confiança absoluta, se desejamos conseguir aquilo por que o nosso coração anseia. Não somos só filhos de Deus, somos também membros do Corpo Místico do Seu Filho bem amado, no qual pôs todas as Suas complacências. Tudo o que acontece faz parte de um plano para o desenvolvimento desse Corpo.

As três Pessoas da Santíssima Trindade dirigem os acontecimentos para a consecução desse fim. No governo do Universo, o Pai é sempre um Pai para o Corpo do Seu Filho. O Espírito Santo exerce sempre a sua acção no interior de cada um de nós, para que vivamos a vida do Filho. O Filho, por sua vez, derrama contìnuamente a Sua graça nas nossas almas, para que participemos da Sua própria vida. Que admira, portanto, que «todas as coisas concorram para o bem daqueles que amam a Deus?».

Todo o mal está em que não sabemos, literalmente, o que é bom para nós e, o pior ainda, é que julgamos que o

---

(1) S. João XV, 1-5.

sabemos. Fazemos os nossos planos para a nossa felicidade e apenas consideramos a Deus como alguém que nos pode ajudar a realizá-los. Mas o contrário é que corresponde à realidade dos factos. Deus fez os Seus planos para a nossa felicidade e espera que nós O ajudemos a executá-los. E sejamos muito claros neste ponto — nós não podemos melhorar os planos de Deus.

Todo este assunto da cooperação com os planos de Deus, revelado no decorrer dos acontecimentos e do valor quase sacramental daquilo que Ele permite que nos aconteça, é um dos que poderiam ser discutidos com maior desenvolvimento. Uma discussão incompleta pode induzir em erro, porque, uma vez compreendidos os desígnios amorosos que se ocultam por detrás da Providência de Deus, há o perigo de se cair no erro chamado «quietismo». Temos de considerar a vontade de Deus como um todo. Por «abandono», queremos significar não só uma submissão alegre a tudo o que Deus permite que nos aconteça, mas também uma decisão pronta e generosa de executar tudo o que Ele exige de nós. Há certas coisas que Ele quer que façamos; há certos fins que Ele deseja que procuremos atingir, embora não se deva deduzir que deseja, que o consigamos e há certas coisas que Ele deseja que soframos. Deseja, por exemplo, que o pai de família proporcione educação aos seus filhos. Isto envolve certas despesas, certa perspicácia, o cálculo dos meios a empregar e do caminho a seguir, uma certa fiscalização e talvez certas alterações no plano primitivo, resultantes da experiência. Deus não quer que o pai espere que a Sua Providência tome a iniciativa; esta deve partir do chefe da família. Mas Ele não impõe o bom resultado. Os esforços de um pai para educar os seus filhos podem frustrar-se, quer devido à não cooperação dos filhos, quer devido a erros por parte dos professores, quer devido a doenças e a muitas outras contrariedades. O que Deus exige é que cada qual empregue os esforços que considerar razoáveis. *O resto é com Deus.* E o resultado de tudo, seja qual for, representa a vontade de Deus.

E porque o resto é com Deus, os aborrecimentos que temos são em geral o resultado da falta de confiança em Deus. E dizemos em geral, porque há espíritos, por tal forma constituídos, que têm sempre qualquer coisa que os aborrece. Mesmo no caso destes, há qualquer coisa que não está bem.

Não são responsáveis pelo governo do mundo; porque hão-de então aborrecer-se por causa daquilo que não podem modificar? O género de aborrecimento mais admirável é quando uma pessoa tem responsabilidades e não sabe decidir sobre o melhor caminho a seguir.

O princípio aplicável a este caso é que, quando Deus não indica a Sua vontade, espera que nós usemos das nossas faculdades de raciocínio e deixemos à sua conta o resultado.

Em tais casos, devemos tomar uma resolução, depois de termos pedido o auxílio de Deus e entregar nas mãos dEle o resultado final.

Na realidade, os nossos aborrecimentos devem, em geral, atribuir-se ao facto de que damos demasiada importância à parte da obra que executamos de colaboração com Cristo.

Devemos contar sempre com Ele, pois Ele não deixará de nos acompanhar e de suprir as nossas deficiências. «*A nossa capacidade vem de Deus*» (1).

Uma vez que uma pessoa se convença de que Deus quer a sua felicidade e que tudo o que lhe acontece é governado e regulado por Ele, com sabedoria infinita e poder necessário para a consecução desse fim e que tudo o que Deus lhe pede é que coopere simplesmente com a Sua amorosa vontade — essa pessoa enveredou pelo caminho da paz. E se quer encher-se dessa paz — a paz que é um rio caudaloso, transbordante, que nasce nas profundidades do coração, a paz que ultrapassa toda a compreensão, a paz que o mundo não pode dar — que se dedique à prática do abandono à vontade de Deus, tendo sempre em mente que, em tudo aquilo em que se deve fazer ou aceitar a vontade de Deus, Jesus Cristo lá

(1) II Cor. III, 5.

está à espera para tomar a sua parte no cumprimento dessa vontade. Ele faz sempre o que agrada ao Pai.

E se a vontade de Deus representar para essa pessoa a própria morte — como foi o caso de Jesus Cristo — que se abandone mesmo nesse caso com ânimo alegre, porque — desprendendo-se de si próprio, veste-se de Cristo.

A Missa é a imagem perfeita da vida cristã. Oferecemo-nos a Deus e Ele dá-nos Cristo. Quanto mais sinceramente nos oferecermos a nós próprios e quanto mais fielmente cumprirmos as promessas contidas nesse oferecimento, fazendo a vontade de Deus — tanto mais ìntimamente nos uniremos a Cristo e, perdendo o nosso *eu*, encontraremos nEle um outro *eu*.

CAPÍTULO XVI

UNIÃO COM CRISTO NO NOSSO PRÓXIMO

A vontade de Deus contém tudo o que é necessário para que cada um de nós Lhe agrade e alcance aquele estado de perfeição que Ele deseja que alcancemos. Nada mais é, portanto, necessário do que abandonar-nos completamente a essa vontade. Mas a palavra abandono não deve ser tomada no sentido de significar apenas a aceitação generosa e sincera de tudo o que Deus permite que nos aconteça; é usada aqui também para significar o cumprimento activo da vontade de Deus que se manifesta executando com prontidão alegre e enérgica os actos que exige de nós.

A primeira coisa que nos pede é que O amemos com todo o nosso coração e toda a nossa alma e que conformemos a nossa vontade com a Sua.

E indica-nos de modo especial qual é a Sua vontade quando nos diz:

«*Dou-vos um novo mandamento: Que vos ameis uns aos outros e que, assim como eu vos amei, vos ameis também uns aos outros*» (1).

«*Como o Pai me amou, assim eu vos amei. Permanecei no meu amor. Se observardes os meus preceitos, permanecereis no meu amor, como eu observei os preceitos de meu Pai e permaneci no Seu amor... O meu preceito é este: que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei. Ninguém tem*

(1) S. João, XIII, 34.

maior amor que o daquele que dá a vida pelos seus amigos» [1].

Temos aqui uma manifestação da vontade de Deus que é tão importante que Nosso Senhor a tornou nota distintiva dos Seus discípulos: «*Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns aos outros*» [2].

Quem pretender viver uma vida cristã não pode pôr de parte este preceito.

Inserto como está no discurso de despedida de Nosso Senhor, imediatamente após a explicação que fez da unidade cristã: «*Eu sou a Videira e vós sois os ramos*» [3], a sua relação com a nossa qualidade de membros da Videira Mística — com a nossa incorporação no Corpo Místico — é evidente. Visto que Cristo e os Seus membros formam uma só Videira, um Corpo, não podemos unir-nos a Cristo, nossa Cabeça, se não nos unirmos também aos outros membros, que são um «prolongamento dEle». «*Na verdade vos digo que todas as vezes que vós fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes*» [4]. Se S. Paulo se extasia perante as maravilhas da unidade do Corpo Místico, S. João Evangelista extasia-se também com as maravilhas da caridade fraterna e, no fundo, ambas as ideias nascem do mesmo mistério da nossa unidade em Cristo.

S. João não consegue afastar de si esse pensamento.

Conta S. Jerónimo que, nos últimos tempos da sua vida, o Apóstolo, já avançado em anos e cujos olhos tinham tido a visão do Apocalipse, já não podia caminhar até à igreja, nem mesmo pregar por muito tempo. A respeito de tudo repetia sempre o mesmo conselho e preceito: «*Filhinhos, amai-vos uns aos outros*». Admirados de o ouvirem repetir sempre o mesmo conselho, alguns dos seus ouvintes perguntaram-lhe a razão disso. A resposta de S. João foi simples:

---

(1) S. João XV, 9-13.
(2) S. João, XIII, 35.
(3) S. João XV, 5.
(4) S. Mat. XXV, 40.

«*Porque é o mandamento do Senhor e, se se fizer só isto, é o suficiente*». Mas não resistimos à tentação de citar o que diz uma das suas epístolas sobre o assunto: «*Caríssimos, amemo-nos uns aos outros, porque a caridade vem de Deus. E todo o que ama, nasceu de Deus e conhece a Deus. Quem não ama, não conhece a Deus, porque Deus é caridade... Se nos amarmos mùtuamente, Deus permanece em nós e a Sua caridade é em nós perfeita... Deus é caridade, e quem permanece na caridade, permanece em Deus, e Deus nele... Se alguém disser: Eu amo a Deus e odiar o seu irmão, é um mentiroso. Porque aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, como pode amar a Deus, a quem não vê?*

E nós temos de Deus este mandamento: Que aquele que ama a Deus, ame também a seu irmão» (1).

Não pode haver, portanto, verdadeira união com Deus, se não amarmos também o próximo. Em primeiro lugar, o próximo é membro do Corpo de Cristo e não amamos verdadeiramente a Cristo, se não amarmos também os membros de Cristo. Em segundo lugar, Cristo entregou-Se por cada um dos Seus membros e nós não nos podemos unir a Ele, se não compartilharmos do Seu amor por eles.

É por isso que Ele nos impõe a obrigação sublime de «*nos amarmos uns aos outros, como Ele nos amou a nós*». E dizemos que é sublime, porque Ele nos amou a ponto de dar a Sua vida por nós.

À primeira vista, isto parece ser um peso intolerável e uma obrigação impossível. Mas o serviço de Deus é um serviço razoável e Ele próprio nos assegurou que o Seu jugo é suave e que o Seu peso é leve.

Se examinarmos este preceito do amor, veremos que tal obrigação, embora extensiva, não é de forma alguma insuportável, porque, embora tenhamos a obrigação de amar os membros de Cristo como Ele os amou, devemos notar que nós também somos membros de Cristo e, portanto, temos de nos amar também a nós próprios com amor sobrenatural

(1) I S. João, IV, 7, 8, 12, 16, 20 e 21.

e a nossa responsabilidade primária diz respeito ao nosso bem sobrenatural. Além disso, devemos acentuar que, embora tenhamos a obrigação de *amar* a todos, não é preciso que *gostemos* seja de quem for. É certo que os nossos gostos ou aversões podem constituir ofensas à caridade, se forem premeditados ou desordenados, mas há muitas causas naturais que produzem simpatia ou antipatia, de que não somos responsáveis. O que se exige é que estes gostos ou aversões naturais não interfiram com o cumprimento das obrigações que a justiça e a caridade nos impõem com respeito ao nosso próximo.

Somos obrigados a amar o próximo pela razão de que este pertence a Deus. O amor a nós próprios obedece, portanto, ao mesmo princípio. Deus morreu para nos salvar e segue-se daí que o nosso primeiro dever de caridade é salvar a nossa alma. Ao desejar o nosso próprio bem, devemos ser guiados por este princípio e podemos, portanto, e muitas vezes até devemos procurar a saúde, o prazer, a segurança, a instrução, as honras, a fama e os bens deste mundo, porque eles podem ajudar-nos a conseguir o nosso fim sobrenatural. Mas, se estas coisas se interpõem entre nós e Deus ou nos afastam dEle, então a Sua procura não é verdadeiro amor cristão de nós próprios. Somos responsáveis pessoalmente pela nossa salvação e por isso esse dever está em primeiro lugar. O dever e a liberdade de procurarmos outros bens para nós próprios podem ser modificados pelas circunstâncias. Nesta ordem de ideias, somos obrigados a empregar os meios ordinários para preservar a nossa vida, mas podemos sacrificá-la pelo bem do próximo. Em caso de emergência pública, como seja uma guerra, podemos ser obrigados a pôr em risco a nossa vida, para o bem comum, e há ocasiões em que a salvação da alma do nosso semelhante nos pode obrigar a arriscar a nossa própria vida. Um sacerdote, por exemplo, é obrigado, mesmo com risco da própria vida, a ir administrar os sacramentos a um moribundo, para cuja salvação sejam necessários. Uma mãe pode, por

vezes, pôr em perigo a própria vida, se não houver outra forma de conseguir que um seu filho seja baptizado. O que temos obrigação de fazer é uma coisa e o que nos é permitido fazer e nos torna dignos de louvor é outra. Todos nós podemos seguir o exemplo de Nosso Senhor que deu a vida pelos Seus amigos.

É nosso dever amar todos os homens. «Amar», neste contexto, significa desejar bem a todos. A nossa caridade deve, portanto, ser sincera e vir de dentro e devemos desejar bem a todos igualmente, visto que lhe devemos desejar a salvação. Na prática, isto significa que não devemos excluir deliberadamente alguém, amigo ou inimigo, das nossas orações e que, em caso de extrema necessidade, devemos estar prontos a prestar-lhes qualquer auxílio que seja essencial e que esteja em nosso poder. Nem todos, porém, têm iguais direitos à nossa caridade. «A caridade, diz S. Tomás, não muda a ordem natural, aperfeiçoa-a» (1).

Em igualdade de circunstâncias, tem mais direito a nossa família, seguindo-se-lhe os parentes, os amigos e os benfeitores; dentro da nossa família está em primeiro lugar a mulher, embora os seus direitos não sejam exclusivos e tenham que ceder perante qualquer necessidade especial.

O amor da caridade deve ser sobrenatural. Não damos inteiro cumprimento ao novo mandamento de Deus com um amor natural. Deve ser sobrenatural no seu princípio e na sua natureza. Devemos amar o nosso próximo por amor de Deus e segundo os Seus preceitos, como diz a Imitação de Cristo: «Muitas vezes parece caridade o que é amor próprio; porque a propensão da nossa natureza, a própria vontade, a esperança de recompensa, o gosto da comodidade raras vezes nos deixam» (2).

Isso não quer dizer que um amor e uma amizade naturais não se possam tornar sobrenaturais, mas significa que,

---

(1) In III Sent. D. 29 a. 7.
(2) Imitação de Cristo, Liv. I, cap. XV.

enquanto o natural não se subordinar ao sobrenatural, não temos verdadeira caridade cristã.

Depois de termos considerado estes dois pontos, isto é, que a nossa caridade deve ser sobrenatural e que pode ter de sofrer limitações numa ordem ou direcção, perante as exigências da caridade noutra ordem ou direcção, (porque o natural tem de ceder perante o sobrenatural e o estranho tem de ceder perante o parente), vejamos de que modo afecta as nossas relações com o resto da sociedade humana.

Em primeiro lugar, temos um dever para com todos, mesmo nos nossos pensamentos. Nos pensamentos de um verdadeiro cristão, não há lugar para juízos temerários e suspeitas, inveja ou má vontade contra o nosso semelhante. E, de passagem, diga-se que todos os esforços para evitar o mal e praticar a virtude devem começar pelos nossos pensamentos. Se começamos a pensar mal deliberadamente, em breve passaremos a falar e a praticar o mal. Mesmo nos nossos pensamentos e na nossa imaginação, temos de aplicar os princípios e os ideais com que desejamos dominar a nossa vida diária.

As faltas da língua são inumeráveis e é curioso notar-se que mesmo em pessoas, aliás virtuosas, é frequente encontrar uma língua maldizente.

Há aqui campo vasto para a prática da virtude e para a procura da santidade e tão vasto ele é que o Espírito Santo nos diz pela pena de S. Tiago: «*Se alguém não peca em qualquer palavra, este é um homem perfeito*» (1).

Lembremo-nos de que toda a palavra que proferimos e toda a insinuação que fazemos em detrimento do nosso próximo são uma injúria que fazemos a Cristo.

Há ocasiões em que somos obrigados a dizer verdades amargas a respeito do nosso próximo — como, por exemplo, num tribunal ou quando se trata de evitar um mal maior — mas, normalmente, não nos é permitido falar mal do próximo, mesmo quando é verdadeiro o que dizemos.

---

(1) S. Tiago, III, 2.

O cristão deve fazer o possível para encobrir as faltas dos outros e não deve dar ouvidos à detracção. Mas se esta é um mal, a calúnia é pior. Há muita gente, aliás boa, que parece não compreender a responsabilidade que assume por cada palavra que profere a respeito de outras pessoas. A honra do nosso semelhante, a sua reputação profissional e o seu carácter pessoal devem ser tão sagrados na nossa boca como o são na de Nosso Senhor. E devemos notar que isto é uma verdade mesmo quando sabemos que o seu procedimento particular não corresponde à reputação de que goza do público. Há, no entanto, circunstâncias em que uma admoestação amigável pode ser para nós uma obrigação. Mas tudo o que é coscuvilhice ou mexerico, todas as revelações imprudentes de segredos dos outros, tudo o que semeia a discórdia e levanta suspeitas é incompatível com uma verdadeira vida em Cristo. Não só nos separamos dEle, cometendo tais faltas, mas alargamos a ferida, visto que tais faltas constituem injúrias a Ele Próprio. Tornamos públicos os pecados, cujo opróbrio Ele tomou sobre Si mesmo.

O verdadeiro varão espiritual é conhecido pela bondade das suas palavras e ainda mais pela bondade do seu silêncio. Mostra-se sempre pronto em exteriorizar piedade e simpatia por todos, «compreender tudo é perdoar tudo» e não há ninguém que conheça as suas próprias fraquezas e a sua dependência completa da graça de Deus para evitar o pecado, que se atreva a ser severo com as faltas do próximo. Mesmo na nossa qualidade de seres humanos, temos de testemunhar certa camaradagem para com os outros; tratando-se, então, de cristãos e de membros de Cristo, essa simpatia mútua deve ser mais profunda.

A solicitude pelas necessidades corporais do nosso próximo foi sempre a nota característica do cristão fervoroso. Em toda a parte onde a cristandade lançou raízes, em breve produziu frutos em forma de inumeráveis organizações para alívio dos pobres e dos doentes.

O número de congregações religiosas que consideram

tais obras como fim externo da sua organização (o fim primário deve ser sempre a santificação dos seus membros) é bem significativo e não há por isso necessidade de chamar a atenção dos leigos para este género de trabalho. A Sociedade de S. Vicente de Paulo e a Legião de Maria são conhecidas em todo o mundo.

O que desejamos acentuar aqui é a necessidade de sobrenaturalizar tais obras e que o fim primário de tais organizações é *a santificação individual dos seus membros*. Esta circunstância é muitas vezes menosprezada e vemos, assim, que muitas obras de caridade se fazem sem que tenham como objectivo a caridade cristã. Do mesmo modo que acontece em outras formas de actividade, também nestas obras nos podemos procurar a nós próprios. O desejo de publicidade, de domínio, de alcançar protecção e outras formas de exaltação própria podem encontrar campo propício mesmo entre os membros da Acção Católica. O verdadeiro cristão procura a Cristo, procura ser usado como instrumento para continuar a obra de caridade empreendida por Ele na Palestina, que percorreu fazendo o bem e procura também servir a Cristo na pessoa dos Seus membros.

A Cristandade é, na realidade, uma espécie de continuação da Encarnação. Pede-se a cada um de nós que proporcione a Nosso Senhor mais uma oportunidade de dar satisfação ao Seu amor a Deus e ao Seu amor aos homens, vivendo em nós e praticando de colaboração connosco actos de caridade — tanto em relação a Deus, que está no Céu, como em relação aos homens aqui na terra. E Nosso Senhor deseja também servir-se de nós como meio para que os outros provem o amor que Lhe têm a Ele, por meio dos actos que praticam em nosso favor. É digno de nota este duplo aspecto da caridade cristã. Esta deve ser praticada por Cristo e por nós de comparticipação com Ele, em relação a Cristo e aos Seus membros reunidos nEle. Só quando chegar a hora de O vermos face a face no Céu é que compreenderemos o significado profundo da Sua Oração ao Pai na Última Ceia:

«...*afim de que o amor com que me amaste esteja neles e eu esteja também neles*» (1).

Se considerarmos a caridade fraterna como meio para avançarmos na união com Nosso Senhor, encontraremos nEle o modelo a que nos devemos conformar.

Se, na realidade, desejamos ser um com Ele, devemos evidentemente procurar amar o nosso próximo, como Ele o fez. Ora isso inclui os nossos próprios inimigos.

Ele perdoou a todos e morreu até pelos homens que O crucificaram. Suspenso da Cruz, pediu por eles, na agonia de que eles foram a causa: «*Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que fazem*» (2).

Este perdão nem sempre é fácil na prática. No entanto, a sua importância e necessidade podem ser avaliadas pelo facto de Nosso Senhor pôr nos nossos lábios, ao rezarmos o Pai Nosso, esta súplica admirável: «*Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos àqueles que nos têm ofendido*».

Faz com que estabeleçamos um limite ao perdão de Deus com respeito às ofensas que cometemos contra Ele igual ao que estabelecemos com respeito às ofensas que os outros praticam contra nós. E acrescenta: «*Porque, se vós perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará os vossos pecados. Mas, se não perdoardes aos homens, tão pouco vosso Pai vos perdoará os vossos pecados*» (3).

Este ponto é essencial na vida espiritual e um dos que exigem esforço e vigilância constantes. Devemos controlar cuidadosamente os nossos pensamentos, a fim de contrariarmos a tendência para não esquecermos as ofensas — reais ou imaginárias — que nos fizeram e não desejarmos mal à pessoa que foi responsável pela ofensa que se nos fez ou teve até prazer deliberado nela. Quando nos ofendem, o nosso procedimento externo tem de ser regulado pela prudência, mas devemos estar prontos para rezarmos por quem nos magoou, co-

---

(1) S. João XVII, 26.
(2) S. Lucas, XXIII, 34.
(3) S. Mat. VI, 14-15.

mo fez Cristo. Poucas coisas há que nos tornam tão caros a Deus, como esta. E aqueles que procuram expressão para o seu amor a Deus, não a podem encontrar melhor do que pedindo pelos seus inimigos ou prestando-lhes qualquer serviço.

Sobre o dever de caridade de socorrermos o nosso próximo nas suas necessidades temporais, nem vale a pena alongarmo-nos aqui sobre o assunto. Tudo o que fazemos ao nosso semelhante, fazemo-lo a Cristo, e, no que se refere a esmolas, devemos ter presente que, uma vez satisfeitas as nossas necessidades e as dos que dependem de nós, somos apenas depositários do que sobra dos nossos haveres e temos obrigação de socorrer o próximo, dando-lhes o supérfluo. Esta forma de caridade cristã é tão conhecida que muita gente toma-a, se não como única, pelo menos como principal forma de a exercer. E a sociedade moderna mostra tendência para medir o valor de um homem pela soma de bem que ele faz aos outros. No entanto, a verdadeira medida cristã depende antes do que ele fez por amor de Deus.

O resultado desta opinião errónea do povo é que muitas vezes se esquece que o nosso principal dever para com o nosso semelhante é de ordem sobrenatural e que o meio principal de dar satisfação a esse dever é também sobrenatural. O homem mais pobre do mundo é o que se encontra em pecado mortal. Não se pode levantar do seu estado de pecador, sem auxílio da graça, que, aliás, não pode merecer por si mesmo.

A maior obra, portanto, de caridade fraterna é aquela pela qual se obtém de Deus graça para os que estão em pecado mortal. E a graça só se pode obter com a vida espiritual.

O maior serviço que podemos prestar ao nosso semelhante é santificar-nos *a nós mesmos*. Procedendo assim, convertemo-nos, se não numa máquina de força motriz, pelo menos numa estação transformadora na sede de distribuição da graça.

Já citámos, noutro ponto deste livro, as palavras de Pio XI, sobre o valor da vida contemplativa, no campo da acção

missionária. O princípio pode aplicar-se extensivamente e não há limites para o serviço sobrenatural que podemos prestar ao próximo, com uma vida de fé, esperança, caridade, humildade e abandono à vontade de Deus.

O princípio da caridade cristã, de acordo com o qual Cristo é substituído pelos Seus membros, é de grande auxílio na santificação da rotina diária para aqueles que desejam viver uma vida melhor e mais elevada. Nosso Senhor pode ser sempre encontrado, amado e servido no nosso próximo.

À primeira vista, poderá parecer que a obrigação proveniente desta identificação de Cristo com o nosso semelhante é interminável, mas na prática não é de forma alguma excessiva.

Ao que diz respeito à humanidade, em geral, o melhor serviço que lhe podemos prestar é santificar-nos a nós próprios e pedir por todos. É digno de nota que a Igreja reza sempre no plural: «rogai por nós»; devemos incluir todos os homens em tais orações.

Como já dissemos algures neste livro, todo o passo que uma alma dá no caminho da santificação necessita de graça sobrenatural; todos os outros instrumentos de santificação, como a pregação, o exemplo, a organização, a leitura, de nada servem, se a alma não obtiver a graça para cooperar com eles. Esta graça tem de se conseguir com a oração e o sacrifício. É certo que a obra de oração e sacrifício já foi levada a cabo pelo nosso Salvador Jesus Cristo e Sua Santa Mãe, mas Deus deseja que nos associemos a Ele na Sua obra de salvação, tornando-nos assim agentes na aplicação dos frutos da obra redentora de Nosso Senhor.

Tudo o que fazemos durante o dia, que está de acordo com a vontade de Deus, pode servir para atrair graças sobre os homens. Quanto mais qualquer coisa nos contrariar, mais se assemelhará à Cruz, pela qual Cristo remiu os homens.

Aceitando de bom grado a parte da Cruz que Ele nos impõe, aliviamos a Sua carga e atraímos as Suas graças sobre

os homens [1]. Há poucas obras de caridade fraterna tão valiosas como esta. Tem ainda a vantagem de não vermos o bem que fazemos, não sendo, por isso, fácil que nos venha a tentação de nos vangloriarmos.

Desejamos chamar aqui a atenção do leitor para um princípio que anda ligado a todas as obras referentes ao Apostolado ou ao serviço de Deus. Além de representarem louvor directo a Deus, as boas obras, em geral, servem-nO mais ou menos indirectamente; têm qualquer fim, qualquer resultado em vista — que se pretende alcançar como meio para O glorificar. Suponhamos que é a conversão de uma alma em particular que se pretende e, para simplificar o caso, suponhamos que é nosso dever peremptório trabalhar pela conversão de tal alma. O princípio a notar-se é este: Deus não considera o bom êxito como prémio. De facto, no Seu serviço, um insucesso é muitas vezes o maior triunfo.

No caso particular em consideração, os nossos esforços para O servirmos não perdem nada do seu valor aos Seus olhos, se não forem coroados de êxito.

O seu valor, como actos de amor e serviço a Deus, é absolutamente independente do resultado. É certo, e em especial quando é do nosso dever trabalhar para a consecução de um fim particular, que temos de usar de prudência na escolha dos meios adequados para conseguirmos tal fim, mas a nossa obrigação acaba aí. É Deus que tem de lhe dar o impulso e se Ele o não dá, isso é com Ele.

Sucede muitas vezes que o fruto dos nossos trabalhos se

---

(1) Conta-se que na quarta aparição de Nossa Senhora de Fátima, em Valinhos, no dia 19 de Agosto de 1917, Ela exortou as crianças, proferindo as seguintes palavras: *Rezai, rezai muito e sacrificai-vos pelos pecadores. Lembrai-vos de que há muitas almas que se perdem, porque não há ninguém que ore e faça sacrifícios por elas.*

Já anteriormente, no dia 13 de Julho, Ela lhes tinha dito: Dizei muitas vezes, mas especialmente quando fizerdes algum sacrifício: «*Ó Jesus, é por amor de Vós, pela conversão dos pecadores e em reparação dos pecados cometidos contra o Imaculado Coração de Maria*».

colhe noutro sítio. Pode acontecer que um pobre sacerdote, que se esfalfa na sua paróquia de uma região não católica, sem conseguir operar qualquer conversão, esteja a atrair grande número de almas para a Igreja noutro campo de acção, em resultado dos seus esforços, aparentemente inúteis. Tal forma de apostolado é absolutamente comum e é hoje o único meio que temos à nossa disposição para a conversão da Rússia.

Se os esforços de um zelo apostólico ardente parecem, por isso, inúteis em determinado campo, não há motivos para desalentos; se estão de acordo com a vontade de Deus, hão-de certamente produzir fruto em qualquer parte.

Nunca devemos esquecer que o princípio de todo o fruto é o que foi dado por Cristo aos Seus Apóstolos: «*Permanecei em Mim e Eu em vós. Como a vara não pode de si mesma dar fruto, se não permanecer na videira, assim também vós o não podereis dar, se não permanecerdes em mim. Eu sou a Videira e vós as varas. O que permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto*».

E é importante notar como tal fruto pode ser aumentado: «*Eu sou a verdadeira Vide e meu Pai é o Agricultor; toda a vara... que der fruto, podá-la-á para que dê mais abundante fruto*» (1). Muitas vezes o aparente insucesso nos nossos trabalhos pelas almas não é mais do que esta acção purificadora do Pai, para fazer com que demos fruto noutra parte. Fazemos sempre o bastante pelas almas, se permanecemos em Cristo.

A algumas almas, Deus faz-lhes saber claramente que tem obras especiais a confiar-lhes. De vez em quando, pede a uma alma que se torne vítima pela salvação dos outros. Quando tal vocação é certa, abre-se um novo campo a essa alma para o serviço de Deus.

O nosso modo de ver, em tais casos, é que se deve esperar que Deus faça conhecer a Sua vontade com clareza e que ninguém se deve abalançar a tal forma de trabalho Apostólico, sem o consentimento e autorização de um director espi-

---

(1) S. João, XV, 1-5

ritual prudente. Quem toma sobre si um trabalho dessa natureza sem uma indicação clara da vontade de Deus, pode tornar-se culpado de orgulho e presunção e pode chegar à conclusão de que tomou sobre si um encargo muito pesado, sem a graça extraordinária necessária para aligeirar tal encargo. Repetimos que, se permanecermos em Cristo por meio do cumprimento da vontade de Deus, já fazemos muito (1).

Não é pela prática de obras extraordinárias, mas, sim, de coisas ordinárias que nos santificamos e ajudamos os outros. Os Santos tornaram-se santos aproveitando as oportunidades que nós pomos de parte e até desprezamos.

Sem termos de ir à procura do nosso semelhante, podemos aproveitar muitas oportunidades para o exercício da caridade cristã, no decorrer dos nossos trabalhos diários. Cristo pode ser encontrado, amado e servido em todos aqueles com os quais temos de estar em contacto, durante o dia. É necessário, claro está, ter fé e também coragem. Mas é preciso também ter prudência. Cristo deve ser servido em cada um dos nossos semelhantes, de acordo com as circunstâncias particulares das nossas relações com cada um deles.

Um professor, por exemplo, pode ver Cristo nos seus alunos. O que faz a cada rapaz, fá-lo não só por amor de Cristo, mas fá-lo a Cristo. Que dizer, então, do castigo? Tratando-se do caso de um rapaz que merece na verdade e precisa de ser castigado, o professor tem diante de si um membro doente de Cristo e a sua posição é em certo modo semelhante à do médico ou do dentista. Para fazer bem, tem de causar dor e, quando é manifesto o dever de punir, seria faltar ao seu dever para com Cristo, não o castigar. Note-se que dizemos «quando é manifesto o dever», porque se a justiça é um dever, também o é a misericórdia.

---

(1) Num livro intitulado *Consummata*, o P.e Plus, S. J., conta-nos a vida de uma jovem francesa, em que se vê o que é possível fazer-se no estado de leigo. Nem todos têm a mesma vocação, mas muitos leitores encontrarão nas suas palavras muita luz e estímulo.

E há princípio geral muito importante que deve influenciar todas as nossas relações com o nosso próximo — especialmente com a gente nova. A medida e a forma pela qual a religião exerce influência sobre a vida de uma pessoa — o interesse e o zelo com que se dedica à vida espiritual — dependem muito da noção habitual que tem de Deus. Ora todos nós, mais ou menos, formamos a nossa noção de Deus pelos conhecimentos que auferimos daqueles com quem lidamos frequentemente e especialmente pelo tratamento que recebemos de pais e professores. Se são rudes, severos e rigorosos, com dificuldade nos convencemos de que Deus é um Pai amorável e um Salvador misericordioso.

Todos de certo temos reparado na forma servil e medrosa como um cão se furta às nossas carícias se foi antes maltratado por outros. Encontramos, por vezes, crianças que, logo que alguém com autoridade se aproxima delas, levam o braço à cara, como se estivessem sempre à espera de uma bofetada. Encontramos, por vezes, as mesmas atitudes, quando se trata das coisas de Deus. Pensa-se que é um Patrão áspero, muito exigente e meticuloso, armando ciladas às Suas criaturas e quase que só desejoso de as apanhar em falta.

Não é possível ter verdadeiro amor a Deus com tais ideias no nosso espírito.

No entanto, podem existir tais ideias e devemos ter o cuidado de não nos tornarmos responsáveis pela sua formação. Essa é uma das razões pelas quais, se temos de errar ao lidar com o nosso próximo, mais vale que erremos por excesso de misericórdia e bondade do que exagerando a justiça e os rigores.

A bondade e a compaixão devem caracterizar todas as nossas relações com o próximo. No decorrer das nossas lidas diárias, podemos ter que trabalhar com outras pessoas, para outras pessoas, sob as ordens de outras pessoas ou tendo-as sob as nossas ordens. Em qualquer dos casos, temos sempre um dever a cumprir e certas responsabilidades a considerar.

Devemos pesá-las com consciência, mas tudo isso deve ser feito com caridade.

Se temos de recusar um pedido de auxílio, porque outros deveres reclamam a nossa atenção, devemos fazê-lo com doçura e afabilidade. E, se procuramos verdadeiramente a Deus, não nos devemos recusar a auxiliar alguém quando isso está nas nossas mãos. Costuma dizer-se que o cavalo manso aguenta com toda a carga. Ainda que seja assim, o cristão de boa vontade receberá também a sua recompensa. No entanto, deve notar-se que a caridade cristã, embora prescreva o auxílio ao próximo, também estabelece limites às suas exigências.

Devemos, por exemplo, atender, antes de mais nada, às necessidades da nossa própria alma e, embora em determinadas ocasiões, seja nossa obrigação não antepor as devoções particulares, ao dever de socorrer o próximo, no fim de contas também é justo que reclamemos tempo e energia suficientes, para atender à nossa vida espiritual.

Isto pode ser difícil na vida de família. A série de exigências que comprometem o tempo dos membros da família, quer por parte de visitantes, quer por parte de mil e uma causas de interferência com os seus projectos, é quase interminável. Teremos de estabelecer limite a tais compromissos, se quisermos conservar as nossas práticas de piedade, como a oração e a leitura espiritual. No entanto, devemos precaver-nos contra a preocupação de que redunda em pura perda o tempo dedicado às funções familiares e ao recreio doméstico. Cada coisa tem o seu lugar, e todos têm o direito de reservar parte do dia para a sua vida particular. Aqueles que vivem com a sua família não devem sentir escrúpulos em passar a maior parte do tempo junto dela.

Se mantêm uma vida interior sadia, podem encontrar Cristo na sua família e até nos divertimentos familiares. Tomar parte num jogo de bridge, ajudar a receber visitas, dar um passeio com os pais ou com os filhos, tudo isso pode ser mais meritório e mais agradável a Deus do que a oração em

particular ou até mesmo uma visita ao Santíssimo Sacramento.

Um Santo deve ser uma pessoa com quem se possa viver à vontade e infelizmente encontram-se, por vezes, pessoas que procuram ser santas e procedem ao contrário. O exemplo de Santa Joana Francisca de Chantal confirma o que dizemos.

Encontrando-se ainda no mundo, S. Francisco de Sales passou a ser o seu director espiritual. O resultado da influência deste santo pode avaliar-se pelos comentários de uma das suas criadas: «O primeiro director que a Senhora teve ordenava-lhe que rezasse três vezes por dia e nós éramos todas corridas, mas Monsenhor de Genebra (S. Francisco de Sales) fazia com que ela orasse o dia inteiro e ninguém era incomodado».

Todos aqueles que desejam levar vida espiritual no mundo devem ler a «*Introdução à vida devota*», de S. Francisco de Sales. O estilo poderá parecer um tanto antiquado e há certos pormenores de direcção prática que poderão ter de ser modificados, para condizerem com as condições sociais presentes, mas não há livro melhor para os leigos e tem o mérito especial de comunicar aquela perspectiva espiritual que melhor se adapta às necessidades da vida de família. No momento que atravessamos, é necessário que os católicos santifiquem a família e a vida familiar, porque a influência da Cristandade sobre a sociedade depende da sua influência sobre a família. Se a família deixar de ser cristã, a civilização cristã tem os seus dias contados.

Os aspectos especiais das relações familiares exigem uma referência breve. Sobre as relações mútuas entre marido e mulher trataremos em capítulo separado; de momento, apenas queremos chamar a atenção para as enormes possibilidades de se praticarem a virtude e a perfeição cristãs nas relações entre pais e filhos.

Depois das obrigações que têm um para com o outro, a maior obrigação dos pais diz respeito aos seus filhos. Pode

mesmo com segurança dizer-se que a maior parte da vida do homem e da mulher vulgar se passa no cumprimento destes deveres. O que a mãe fez pelos filhos, está estampado no seu rosto. Deu qualquer coisa de si, da sua substância; renunciou à sua beleza juvenil e ao conforto natural; a própria pele das suas mãos é uma prova da sua dedicação. É certo que a mulher que é mãe tem uma beleza suave e uma dignidade real que nenhuma outra mulher consegue, mas nem por isso deixou de ser corajoso o sacrifício que fez de si própria. Aquilo que temos parece sempre mais precioso do que aquilo que podemos alcançar. E a grandeza do sacrifício que isso envolve pode ser avaliada pelo horror e repugnância que a mulher moderna sente pela maternidade.

Não há dúvida de que, tanto na ordem espiritual, como na temporal, só morrendo para nós mesmos, é que podemos dar vida aos outros.

Não se pode negar que a paternidade exige, por vezes, uma dedicação heróica.

Para nos convencermos da sua evidência, basta pensar no laço constante que une os filhos a seus pais, os quais mal se atrevem a sair de casa e, quando saem, é com a preocupação de regressarem o mais depressa possível, renunciando assim a muitos prazeres legítimos. O tempo e o dinheiro nunca lhes sobram e a vida moderna pouca simpatia manifesta por aqueles que reconhecem as suas obrigações para com os filhos. A gente moderna olha para a mulher, cuja preocupação principal é a família, com um sorriso irónico e até com desdém. Só tem de se agradecer à Providência a fonte inexaurível de coragem de que dispõem as mães, para encararem estas dificuldades e as vencerem.

À sua coragem terá de se juntar a graça do sacramento do matrimónio, pelo qual os pais podem receber uma parte da coragem, força e amor de Nosso Senhor, que os habilitará a encarar os problemas que surgem da sua dedicação à família.

Para esclarecer o geral com o particular, considerai por

momentos os sacrifícios que os pais têm de fazer, para que o Natal seja celebrado com a tradição a que os filhos se habituaram: as despesas, os aborrecimentos, os incómodos, a fadiga, a necessidade de limitar os sonhos das crianças, de acordo com as possibilidades financeiras e tantas outras coisas. Pensai só nas compras que há a fazer nessa quadra, quando a família é numerosa e o vencimento do pai de família é pequeno. E a pergunta vem logo ao pensamento de todos, mas sobretudo do cristão «desprendido»: «Valerá a pena?» Certamente que vale a pena.

Faz-se isso em memória de Cristo, para formar a ideia de Cristo, faz-se isso por Cristo e para Cristo: «*Na verdade vos digo que todas as vezes que vós fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes*».

Quando o Ano Novo põe termo a esses dias felizes para as crianças, o serviço prestado a Cristo é a consolação que os pais têm depois das despesas que fizeram.

Em face das coisas que acontecem nesta vida — quem poderá dizer que a santidade não é possível na vida de família?

Não deveria antes perguntar-se como é possível a vida de família sem santidade heróica?

Não há razão para se contestarem as possibilidades de viver uma vida ao serviço de Cristo a quem se dedica inteiramente à sua família.

S. José, o maior Santo do Céu, depois de Jesus e Maria, não se santificou de outra forma. Se excluirmos as visitas que os anjos lhe fizeram para o prevenirem em circunstâncias especiais, não há nada de extraordinário na sua vida, excepto o seu amor a Jesus e Maria. A sua vida está cheia de lições para quem as quiser descobrir. Embora fosse o menos dotado dos Três, tanto pela natureza, como pela graça, foi ele o chefe da Sagrada Família. Era um operário vulgar e nunca se destacou por qualquer feito digno de nota. Não operou milagres, nem se dedicou a penitências extraordinárias. Não deixou nada escrito que chegasse até nós; viveu apenas uma geração antes dos Apóstolos, operadores de milagres, que tomaram sobre si

a obra de Nosso Senhor de pregar e edificar a Sua Igreja. Diante do mestre de penitências heróicas, S. João Baptista, ele permanece silencioso. Comparado com essas grandes figuras, parece quase uma nulidade e, no entanto, a sua fama ainda cresce hoje na Igreja, de que é Patrono Universal e o seu maior santo, depois da Rainha dos Santos.

Outro ponto a que queremos fazer referência é ao lugar que as amizades ocupam na vida espiritual. Em vários livros espirituais, escritos para religiosas, são condenadas as amizades particulares com vários fundamentos. Sob o ponto de vista da perfeição da caridade na vida de uma comunidade religiosa, essas amizades particulares são condenáveis. A preferência por um significa, em certo modo, aversão a outro; torna impossível o ideal de regular todas as nossas relações pelo espírito de fé, que faz com que encontremos a Cristo, tanto numa pessoa como noutra.

Interfere com a guarda do nosso coração e com aquela perfeição de desprendimento que deve ser o fito de todo o religioso. E a origem de tais amizades nem sempre se vai encontrar na caridade cristã. No entanto, um leigo que leia esses livros pode tirar daí conclusões erradas para a sua vida.

Mesmo entre as ordens religiosas, a amizade teve os seus defensores e a tradição cisterciense que brilhou com todo o esplendor em S. Bernardo, pode adivinhar-se na famosa obra sobre a *Amizade Espiritual,* que foi traduzida em inglês com uma introdução de Frei Hugo Talbot, O. C. R. Citemos apenas umas linhas desse livro: «Aqui estamos, só nós dois, e Cristo, espero-o, está entre nós».

Aconselhamos a leitura deste livro àqueles que querem saber como a amizade pode ser instrumento para alcançar a perfeição.

Quem vive no mundo está em condições muito diferentes das dos religiosos.

O que pode ser luxo desnecessário para os religiosos é para os outros auxílio necessário. É evidente que há amizades más que nos afastam de Deus, mas também há amizades que

podem ser de grande proveito espiritual se se fundarem no amor de Cristo: A *Imitação de Cristo* dá-nos uma ideia exacta da amizade, pondo estas palavras na boca de Cristo: «Em mim se há-de fundar o amor do amigo e por mim se deve amar todo aquele que te parecer virtuoso e te for muito caro nesta vida. Sem mim, é estéril a amizade e pouco dura; nem é verdadeiro nem puro o afecto de que eu não sou o laço». É certo que Tomás de Kempis exige um elevado grau de mortificação neste caso, mas não podemos aplicar totalmente as Máximas da vida religiosa à vida no mundo.

Para alguns, a amizade é uma necessidade e para outros pode ser um estorvo.

A amizade que temos a um amigo deve estar subordinada ao amor de Deus e Este pode pôr à prova a nossa lealdade. O que pretendemos aqui é rejeitar a ideia de que o amor a uma criatura é incompatível com o amor de Deus.

Dizem as Escrituras: «*O amigo fiel é uma forte protecção; quem o encontrou, encontrou um tesouro. Nada se pode comparar com um amigo fiel, e o ouro e a prata não merecem ser postos em balança com a sinceridade da sua fé. O amigo fiel é um bálsamo de vida e de imortalidade, e os que temem o Senhor acharão um tal amigo*» (1).

A ideia de que Nossa Senhora amou S. José poderá impressionar muita gente.

No entanto, assim deve ter acontecido, pois de outra forma Ela não teria sido uma esposa perfeita. Não sabemos se muitas ideias erradas que correm sobre o assunto, serão a causa ou o efeito do facto de que muitos pintores representam S. José como um velho. Que ele tivesse sido muito mais velho que Nossa Senhora é mais uma suposição convencional do que um facto comprovado. Há escritores modernos que afirmam que S. José era muito mais novo do que aparentam as figuras que o representam.

Nosso Senhor também sentiu a necessidade de amigos especiais. S. João tornou-se imortal como «Discípulo a quem

(1) Eclesiástico, VI, 14-18.

Nosso Senhor amou»; Marta e Maria eram objecto de grande afeição por parte de Nosso Senhor, que procurava conforto e consolação na sua casa. A morte de Lázaro, irmão delas, arrancou-lhe lágrimas dos olhos e o Seu amor por ele levou-O a operar um dos seus milagres mais surpreendentes. Os próprios Santos tiravam proveito da amizade; a associação de S. Francisco de Sales com Santa Joana Francisca de Chantal é um exemplo clássico.

Mas, como já dissemos, a subordinação de tal amor ao amor de Deus pode ter de ser posta à prova. Até Nossa Senhora e S. José foram submetidos a dura prova, quando o Mistério da Incarnação se tornou evidente para S. José e não lhe tinha sido ainda explicado. Nosso Senhor deu-nos também o exemplo, quando, sendo ainda rapaz e porque tinha de tratar das coisas de Seu Pai, deixou Maria e José que O procuraram angustiados. A lição é clara: nenhuma amizade humana deve interferir com os assuntos que dizem respeito ao Nosso Pai.

Não podemos discutir aqui os pormenores da caridade fraterna e por isso limitamo-nos a repetir o princípio fundamental de que a verdadeira caridade cristã é sobrenatural no seu motivo e nos seus fins. O nosso primeiro dever para com o próximo é santificar-nos a nós próprios e orar por ele. Se sentimos para isso vocação, podemos ir ainda mais longe.

Podemos oferecer os nossos sofrimentos para expiar os seus pecados e podemos oferecer a Nosso Senhor o nosso amor para reparar a frieza do próximo. Ninguém tem mais direito à nossa piedade do que o pecador, porque este, sem a graça de Deus, não se pode arrepender dos seus pecados e condenou-se a si próprio à perdição eterna, na qual é horrível só pensar-se.

Esta necessidade que os pecadores têm do nosso auxílio deve estar sempre diante de nós; há poucas determinações que nos ponham tão completamente de harmonia com Cristo, que viveu, sofreu e morreu por eles.

Aliadas intimamente às necessidades dos pecadores estão

as necessidades daqueles que estão fora da fé, quer na nossa pátria, quer nas missões. Tanto uns como outros devem ser objecto permanente das nossas orações e é significativo notar-se que mesmo aos Apóstolos, Nosso Senhor indicou a oração como meio principal para converter almas: «*Rogai, pois, ao Senhor da messe, que mande operários para a Sua Messe*» (1).

Este é o fim da verdadeira caridade cristã — salvar almas do pecado e uni-las a Deus. No seu livro «*Santa Teresa de Lisieux*» (que será de grande auxílio para dar ao leitor a verdadeira noção do valor das obras espirituais) o Padre Petiot diz o seguinte: «Um dos erros mais espalhados e mais perniciosos é imaginar que o mérito da nossa vida é proporcional aos nossos labores e actividade. Na realidade, o mérito da nossa vida e a eficácia do nosso apostolado são proporcionais, não à soma do esforço que exercemos, mas, sim, à nossa perfeição».

E o fundamento da verdadeira caridade é a nossa união com Cristo. Diz S.to Agostinho: «Abrange com a tua caridade toda a terra, se queres amar a Cristo, porque os Seus membros encontram-se espalhados por todo o mundo. Se amas só uma parte, estás dividido; se estás dividido, não estás no corpo; se não estás no corpo, não estás dependente da Cabeça...»

De que serve crer, se blasfemas? Adora-Lo como Cabeça e blasfema-Lo no Seu Corpo. Ele ama o Seu Corpo. Tu podes separar-te do Corpo, mas a Cabeça não pode separar-se do seu corpo. «Honras-me em vão». Do alto do céu Ele grita: «Honras-me em vão!» Se alguém insiste em te beijar a face, mas quer ao mesmo tempo pisar-te os pés; se com as botas ferradas procura esmagar-te os pés e te segura ao mesmo tempo na cabeça para te beijar, não interromperás tu as suas manifestações de respeito e exclamarás: «Que estás a fazer, homem? Tu estás a pisar-me»...

Foi por este motivo que, antes de subir ao Céu, Nosso

(1) S. Mat. IX, 38.

Senhor Jesus Cristo nos recomendou o Seu corpo, pelo qual permaneceria na terra. Foi porque previu que muitos lhe prestariam homenagem por causa da Sua glória no Céu, mas que essa homenagem seria vã, enquanto desprezassem os Seus membros na terra» (1).

Quando rejeitamos o apelo do nosso semelhante à nossa caridade, rejeitamos a Cristo; rejeitamo-nos a nós próprios, porque também somos membros de Cristo. A falta de caridade cristã fere-nos tanto a nós como a Cristo. A questão encontra-se bem resumida nas seguintes palavras do cisterciense inglês medieval, Isaac de Stella: «Portanto, meus irmãos, que seja este o vosso teor de vida... conversar em pensamento e desejo com Cristo na mansão celeste e não recusar, durante a nossa peregrinação pela terra, qualquer serviço de caridade por amor de Cristo. Sigamos a Nosso Senhor Jesus Cristo no Céu nas nossas relações com o Pai, unindo-nos a Ele no sossego da contemplação. E sigamos a Cristo cá em baixo nas nossas relações com o próximo, alargando a nossa actividade, multiplicando-nos e fazendo-nos tudo para todos. Não desprezemos nada que se faz por Cristo, que os nossos anseios sejam só para um e se ocupem só de um, quando Cristo é só um e estejamos dispostos a servir a todos, quando Cristo representa muitos» (2).

A frase de Santo Agostinho: «Haverá um Cristo amando-Se a Si próprio» sintetiza a verdadeira noção da caridade cristã.

Poucos exemplos se poderão encontrar que melhor esclareçam isto do que a seguinte oração de S. Patrício, que passou a sua vida a servir a Cristo na pessoa do próximo:

— *Cristo comigo, Cristo diante de mim,*
— *Cristo atrás de mim,*
— *Cristo dentro de mim,*
— *Cristo debaixo de mim, para me amparar*
— *Cristo em cima de mim, para me proteger*

---

(1) In Epist. ad Parthos, 10, P. L. 35, 2060.
(2) Sermão 51, P. L. 194, 1863.

— *Cristo à minha direita,*
— *Cristo à minha esquerda,*
— *Cristo na fortaleza,*
— *Cristo no banco da quadriga,*
— *Cristo no tombadilho,*
— *Cristo no coração de todo o homem que pensa em mim,*
— *Cristo na boca de todo o homem que fala de mim,*
— *Cristo em todos os olhos que me vêem,*
— *Cristo em todos os ouvidos que me ouvem,*
A Salvação é do Senhor
A Salvação é de Cristo
— *Que a Tua Salvação, Senhor, seja sempre connosco.*

CAPÍTULO XVII

UNIÃO COM CRISTO PELA HUMILDADE

O abandono à Divina Providência não é mais do que uma expressão visível da virtude da humildade que é o fundamento de toda a vida espiritual. Já dissemos que a humildade é uma virtude que remove os obstáculos que se opõem à infusão das bondades de Deus, porque «Deus resiste aos soberbos e dá a Sua graça aos humildes» (1).

Se me perguntarem: «Como hei-de tornar-me humilde?» a resposta imediata é: «pela graça de Deus» e assim é, na verdade. Só a graça de Deus nos pode dar aquele conhecimento profundo da nossa condição e a verificação da Sua dignidade, que provocam sentimentos de humildade. Mas, embora se trate de uma graça, é uma graça com a qual temos de cooperar.

A primeira coisa a fazer é pedir nas nossas orações a graça da humildade e pedi-la sinceramente. A segunda coisa é aceitar as humilhações, quando elas se nos deparam, mas não esqueçamos que há uma enorme diferença entre ser humilde e ser humilhado.

O que temos a fazer, a seguir, é aceitar tão benignamente, quanto pudermos, as nossas próprias limitações, os nossos defeitos, as nossas inferioridades e resignarmo-nos — se não pudermos aceitar isso com alegria —, quando as faltas se tornam conhecidas dos outros. Sendo a natureza humana

(1) S. Tiago, IV, 6.

como é, não é fácil tudo isso; e na realidade, sem confiança em Deus, é moralmente impossível.

A confiança e a humildade andam sempre juntas. Uma das razões que levam os homens a mostrarem-se tão preocupados com a sua dignidade — a exagerarem o seu valor e as suas faculdades — a ressentirem-se de tudo o que pareça rebaixá-los no seu próprio conceito e no dos outros é porque só vêem em si a esperança de felicidade. É por isso que, muitas vezes, se mostram tão «susceptíveis», tão melindrados com as críticas, tão impacientes quando são contrariados, tão insistentes em levar a sua avante, tão desejosos de serem conhecidos, tão ávidos de louvor e tão resolvidos a dominar no seu meio. Agarram-se a si próprios como um náufrago a uma palha. A vida vai passando e nunca se mostram satisfeitos; a sua atitude confina com o febril e o histérico; por mais triunfos que obtenham, estão longe de alcançar a paz.

A atitude do homem que tem verdadeira humildade cristã, é inteiramente oposta a esta. Colocou toda a sua esperança em Deus e não espera nada de si. Não se preocupa em levar a sua avante. Só quer que Deus leve avante a dEle. Sabe que quanto menos se preocupar com a marcha das coisas, mais provável é que tudo corra bem. Mas não é um homem sem fibra, um inerte. Pelo contrário, quando se convence que é do desejo de Deus que empreenda qualquer obra em especial, não a larga de mão, seja ela qual for, porque sabe que a sua capacidade vem de Deus. Sabe que a Sua vida é uma sociedade e, quer ele actue, quer deixe que Deus — ou mesmo os outros homens — actuem, tem confiança ilimitada em Deus. E Deus nunca se recusa a auxiliá-lo, porque esse homem não é inimigo da Sua glória, como o soberbo.

A humildade é, na realidade, não tanto uma depreciação como um esquecimento de nós próprios. É um regresso à simplicidade da meninice, baseada na compreensão da Paternidade de Deus. É a convicção de que a nossa santificação é obra de Deus e que nós somos mais um obstáculo à Sua obra do que outra coisa. É uma verificação, uma aceitação

alegre do facto que não temos nada que não tenhamos recebido. Os homens verdadeiramente humildes não desejam aparecer nunca diante de Deus como operários que executaram cabalmente a sua tarefa e esperam, portanto, o ordenado por inteiro, a que se julgam com direito. É claro que tais operários receberão a sua recompensa; se apelamos para a justiça de Deus, Ele será justo, connosco, mas qual de nós se atreverá a comparecer, com tanta presunção, perante o tribunal de Deus e a pôr toda a esperança na Sua justa retribuição? Tal atitude seria o cúmulo da loucura. O homem avisado fecha os olhos a qualquer bem que tenha feito e apresenta-se diante de Deus, como seu Salvador, confiante na misericórdia dEle e na sua própria pobreza, porque esse é o título ou reivindicação que Nosso Senhor reconhece para dar entrada no reino do Céu: «*Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos Céus*» (1).

A verdade é que não compreendemos o valor da nossa própria fraqueza. Queremos convencer-nos da nossa força e pretendemos que os outros se convençam também disso; queremos fazer grandes coisas — por amor de Deus, dizemos nós — e queremos que os outros saibam que fomos nós que as fizemos; queremos adquirir uma provisão de méritos e um arsenal de virtudes por forma a sentirmo-nos seguros das nossas riquezas espirituais; queremos que se pratique o bem — mas queremos ser nós a praticá-lo por forma a sentirmo-nos ricos naquilo que julgamos serem boas obras. Esquecemo-nos do que diz o Espírito Santo: «*Há um homem sem vigor, que necessita de amparo, falto de forças e vivendo na miséria;*

mas Deus pôs a Sua vista benignamente sobre ele, e levantou-o da sua humilhação e exaltou a sua cabeça;...

Não te detenhas nas obras dos pecadores, mas confia em Deus e conserva-te firme no teu posto.

Porque a Deus é fácil o enriquecer de repente o pobre.

---

(1) S. Mat. V, 3.

A bênção de Deus apressa-se a recompensar o justo e em pouco tempo o faz crescer e frutificar» (1).

O P.e Clerissac disse a um amigo: «É da nossa vacuidade e sede que Deus precisa e não da nossa plenitude» (2).

A atitude justa é a de S. Paulo: «*De boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, para que habite em mim o poder de Cristo*» (3).

O homem avisado prefere convencer-se da sua própria fraqueza e procura mesmo alegrar-se quando os outros o percebem, porque então a glória das suas obras pertence a Deus e não a si próprio; não deseja fazer grandes coisas, mas procura, pelo contrário, amar a Deus fazendo coisas pequenas e, como só quer agradar a Deus, é-lhe indiferente o que os outros possam pensar sobre o que faz.

Não se preocupa em armazenar os méritos ou virtudes que possa possuir, porque depositou toda a confiança na sua própria pobreza e nas riquezas da misericórdia de Deus e, embora o seu zelo pela glória de Deus deseje ardentemente que se façam boas obras, é-lhe indiferente saber quem as praticou; basta-lhe saber que foram feitas por amor de Deus.

Não há talvez nenhum ponto em que a atitude do católico seja — ou deva ser, pelo menos — tão oposta ao espírito dos tempos como este assunto da humildade. Toda a tendência dos ideais modernos é depositar todo o valor nos triunfos e na exaltação própria. Os homens vivem e trabalham para se apreciarem a si próprios e para que os outros se vejam forçados a reconhecer o seu valor e os seus êxitos. Os que são dotados de ânimo superficial contentam-se com os aplausos; quer sejam merecidos ou não, quer partam dos entendidos, quer partam dos fàcilmente impressionáveis, não faz para eles grande diferença.

Aqueles que possuem visão mais elevada, julgam-se por ideais mais altos; procuram a aprovação dos competentes e

---

(1) Eclesiástico, XI, 12, 13, 22-24.
(2) Clerissac — O mistério da Igreja.
(3) II Cor. XII, 9.

são indiferentes aos aplausos das multidões. Não se segue daí, porém, que o seu orgulho seja menor. O valor real de um homem é o que ele tem diante de Deus e não há juízo humano que o possa afectar. Mas, ao procurar reagir contra este orgulho pagão, que o mundo prega, o católico leigo tem de ser prudente. A prática da humildade num religioso e num leigo fazem muita diferença. O religioso tem uma balança e um apoio que lhe são dados pelo hábito que usa e pelo estatuto da Ordem a que pertence. Pode esquecer-se de si próprio, mesmo no seu contacto com os homens e confiar cegamente na sua qualidade de membro de uma organização religiosa. Não tem, por assim dizer, que se firmar nos próprios pés. O leigo está em posição inteiramente diferente. Se quer desafiar a tendência dos tempos e combater contra a maré da opinião pública, como é seu dever hoje em dia, tem necessidade de uma soma considerável de equilíbrio e respeito próprio, de sentimento do seu próprio valor e da sua importância.

Estas considerações querem significar que as práticas da humildade sugeridas a um religioso podem não ser convenientes para um leigo. Isto é certo, de modo especial, naqueles países onde o catolicismo é desprezado ou onde começa apenas a erguer-se depois de anos de perseguição. É certo que o verdadeiro fundamento de tal equilíbrio ou respeito próprio é sobrenatural, mas o sobrenatural não dispensa o natural e há, por isso, necessidade de proceder com grande prudência nestes assuntos.

Há, todavia, várias manifestações de orgulho que o próprio leigo pode evitar, sem comprometer a sua posição. Nas conversas, o orgulho leva o homem a falar de si próprio e dos seus negócios e a procurar a estima por várias formas. Isto acontece ou vangloriando-se abertamente, ou aparentando uma falsa modéstia que só tem por fim atrair as atenções para a sua pessoa. Algumas pessoas têm uma habilidade especial para desviarem a conversa para assuntos em que podem alardear os seus conhecimentos ou a sua habilidade. As pessoas que julgam dominar são, em geral, orgulhosas, como o

são aquelas que se dão ares de superioridade, empregam frases estudadas ou dizem-nas em tom arrogante.

Há outros que insistem em manter a própria opinião, os que não deixam passar qualquer deslize sem o corrigir e os que sentem prazer em corrigir os outros; tudo isso significa, em geral, orgulho.

O sarcasmo desdenhoso e a agudeza mordente procedem, muitas vezes, do orgulho, mas é surpreendente notar até onde o nervosismo e o acanhamento podem arrastar pessoas que na realidade não são orgulhosas. A forma mais benigna de exaltação própria é a que se procura a si própria, desacreditando os outros. Os orgulhosos não gostam de ver os outros louvados e estão sempre prontos a apontar os pés de barro daqueles que criaram nome e, o que constitui talvez a sua nota mais característica, não toleram a contradição ou a correcção.

No entanto, assim como a manifestação exterior de humildade não significa sempre que a pessoa é realmente humilde, assim também não se segue sempre que tais defeitos provenham do orgulho. Acontece, por vezes, sobretudo quando se trata de pessoas inexperientes, que se verifica certa incerteza — um sentimento das próprias deficiências que leva à extravagâncias externas que passam por orgulho. Verifica-se, por exemplo, em certas pessoas uma jactância pueril, que é devida realmente à consciência da falta de experiência. Nota-se também, por vezes, uma ânsia de ser admirado que não é mais que o resultado de um sentimento doloroso de inferioridade. Por esse motivo e também por amor de Deus, devemos ser reservados nos nossos juízos sobre os outros. A crosta externa de orgulho aparente encobre muitas vezes um sentimento profundo de humildade.

Na prática da humildade deve adoptar-se o princípio de nunca manifestar humildade, que não seja sincera. É melhor e denota mais humildade deixar que o nosso orgulho se manifeste, quando não há perigo de escândalo, do que aparentar humildade que não temos. Por esse motivo, é no interior que se deve começar a cultivar a humildade. Deve aprender-se em boa companhia e não há melhor companhia

que a de Jesus e Maria. Se lermos a vida de Nosso Senhor, como se fosse a de um Amigo, não poderemos deixar de nos sentirmos tocados pelo Seu exemplo constante. A meditação frequente sobre a Paixão levar-nos-á mais depressa à humildade do que qualquer outra coisa e, embora a humildade dependa do verdadeiro conhecimento de nós próprios, tal conhecimento obtém-se com mais perfeição, estudando a Deus do que a nós próprios. A lembrança contínua de Deus é uma das melhores formas de conseguir a humildade, porque esta é, na realidade, o respeito a Deus e o progresso na humildade significa o progresso na reverência a Deus. E mais uma vez chegamos à conclusão de que a vida cristã não é mais do que a continuação da Missa. Na Missa, oferecemos um sacrifício para assegurarmos a Deus que não somos nada e Ele é tudo, para Lhe oferecermos a nossa adoração e a nossa reverência. Se formos sinceros nos nossos protestos, não deixaremos de manter essa atitude de humildade de coração durante o resto do dia.

A prática desta humildade de coração é susceptível de muitos graus e a prática de cada grau pode efectuar-se de várias formas. Não é nosso intento traçar aqui um programa completo sobre o assunto. Neste, como em outros assuntos da mesma natureza, preferimos sugerir uma atitude de espírito e deixar a forma de a manifestar ao critério de cada um. Quando há verdadeira humildade de coração, a conduta e a palavra não podem deixar de sentir a sua influência. No entanto, alguns exemplos sobre a prática desta virtude talvez tornem mais clara a noção da verdadeira humildade.

Evitar todas as manifestações de orgulho, a que acima fizemos referência, é uma forma salutar de humildade prática. Falar o menos possível de nós e dos nossos negócios; importar-nos apenas com a nossa vida; evitar a curiosidade; não pretender dirigir os assuntos dos outros; aceitar a contradição ou a correcção; não insistir sobre a nossa própria opinião, a não ser que a justiça o exija e, nesse caso, fazê-lo com moderação, mas com coragem; não reparar nos erros dos outros, encobri-los e aceitá-los até, se a prudência o aconse-

lhar (como por exemplo na pronúncia de uma palavra), ceder à vontade dos outros, quando não estão envolvidos o nosso dever, a nossa caridade ou qualquer princípio cristão fundamental; esconder a nossa habilidade ou talentos, evitar a ostentação; tudo isto são actos de humildade que estão ao alcance de todos. Pode-se, todavia, ir mais longe. Aceitar a culpa quando estamos inocentes, sofrer as injúrias e os insultos, conformarmo-nos, se formos apoucados, esquecidos ou nos tornarmos antipáticos, não procurar ser estimados ou admirados, não nos mostrarmos irritados perante os nossos próprios erros ou desconcertos, ser amável e gentil mesmo perante a provocação, não apelar para a nossa dignidade, excepto quando a prudência cristã o exige, aceitar de bom grado a correcção, ceder nas discussões, mesmo quando temos razão, não impor a própria opinião nem tomar ares dogmáticos; tudo isto é digno de louvor. Mas, se nos lembrarmos de que a humildade é, em primeiro lugar, a reverência a Deus e, em segundo lugar, que não é só uma imitação de Jesus, mas também o modo perfeito de nos entregarmos a Ele, poderemos estar dispostos a ir ainda mais longe. Alegrarmo-nos, por exemplo, quando somos desprezados, agradecer a Deus, quando somos humilhados, regozijarmo-nos com a nossa baixeza, aceitar com paciência as nossas faltas, sorrir perante os nossos inêxitos, gloriarmo-nos com as nossas fraquezas; com isto o amor torna-se mais ardente e a união com Jesus cresce em intimidade.

Se as práticas de humildade acima mencionadas não passam do exterior, o seu valor não é grande; o seu verdadeiro valor está na humildade de coração que as inspira. Para desenvolver a verdadeira humildade, é importante praticar sempre *no nosso pensamento* a humildade e as suas virtudes associadas.

Devaneios, fantasias e castelos no ar, por exemplo, são coisas que tendem a enaltecer-nos e por isso dificilmente conduzem à verdadeira humildade. Mostrar-nos feridos com as humilhações, desaires ou fraquezas; tentar recompor os nossos erros na imaginação, procurar desculpar-nos, recusando-

-nos a admitir o erro e chegando mesmo a ser desonestos connosco, lançar a culpa sobre os outros; tudo isto são coisas contrárias à humildade. São coisas que podem ser até perigosas, pois podem dar-nos uma noção de nós próprios inteiramente falsa e levar-nos a uma quase neurose, de uma forma ou de outra. De passagem, não será mau salientar que a prática da caridade cristã e a da sua associada inseparável, a confiança cristã, baseadas como são nas relações verdadeiras entre Deus e o homem, são um dos melhores meios para curar tais doenças. E será bom frisar que aquilo que os modernos chamam «complexo de inferioridade» não é humildade. O primeiro exagera os defeitos e recusa-se mòrbidamente a aceitá-los; a humildade é a verdade e uma aceitação alegre do que é verdadeiro.

Há outras formas pelas quais se pode manifestar o orgulho e das quais devem suspeitar aqueles que procuram ser humildes. A ambição — sobretudo a ambição por triunfos retumbantes — é muitas vezes fruto do orgulho. O desejo de dirigir negócios ou conseguir uma situação que permita governar os outros, de fazer com que a nossa vontade prevaleça vem, muitas vezes, daquela forma de orgulho que tem, talvez, raízes mais profundas: o apego à nossa opinião.

Mesmo quando aparentamos ceder, ainda ficamos convencidos no nosso íntimo que «quem via melhor as coisas» éramos nós. O homem que vê tudo à luz do sobrenatural é sempre lento em tomar responsabilidades de decidir questões, mesmo quando tem razões para acreditar que, sob o ponto de vista meramente natural, está melhor equipado para formar opinião ou decidir. No entanto, pode suceder que uma pessoa humilde se sinta na obrigação de se pronunciar, particularmente quando vê que aqueles que têm de decidir os assuntos não vêem nada sob o aspecto sobrenatural e, nesse caso, deve agir com coragem, com doçura, mas também com firmeza.

Há outro caso em que a humildade tem de tomar as rédeas e é quando a vontade de Deus tornou uma pessoa

em especial responsável. O pai, por exemplo, é o chefe da família, porque é a pessoa responsável.

A sua opinião nem sempre é a melhor e, em qualquer caso, a prudência e o amor exigem que se aconselhe com sua mulher; no entanto, a decisão final deve ser sua. E pode insistir nela com toda a humildade, porque ele recebeu a «graça do estado».

Isto significa que, quando Deus torna uma certa pessoa responsável pelas decisões, providenciará para que aqueles que têm de se submeter a essas decisões não percam, se os motivos que os levam a submeter-se são perfeitos.

A humildade também não deve impedir que os católicos ocupem os lugares que lhes pertencem na vida pública ou cultivem a sua reputação profissional. O que exige é que atribuam fielmente a Deus as suas habilidades e os seus êxitos e nunca deixem de Lhe pedir o Seu auxílio. Mesmo em caso grave de insistência sobre os nossos direitos, a humildade de coração deve estar sempre presente.

Mas é sobretudo no amor de Nosso Senhor que a nossa humildade deve florescer plenamente e é pela humildade que o nosso amor se inflamará plenamente, porque Jesus não é só um Amante Sublime, é também um Amante cioso, no melhor sentido da palavra. É cioso sobretudo da nossa independência, mesmo quando procuramos tal independência só nos nossos pensamentos. Este ciume divino não é como o que é movido pela vaidade e amor próprio que por vezes encontramos no amor humano (embora nem todo o ciúme humano seja tão mesquinho como isso); é o ciúme de um Amante que sabe que Ele — e só Ele — pode dar felicidade aos que ama e sabe que a perfeita felicidade é impossível sem dependência completa dEle. Depois da infidelidade, não há nada que tanto magoe no amor humano como esta suficiência agressiva, mesmo quando esta esteja mais na asserção externa do que na realidade interior. O próprio desejo de independência é, pelo menos, uma limitação ao nosso amor — e, quando se trata do amor a Jesus, não pode haver limitações: «*Amarás o teu Deus com todo o teu coração, com*

toda a tua alma, com toda a tua mente e com todas as tuas forças».

Tomás de Kempis põe nos lábios de Nosso Senhor estas palavras: «*Que outra coisa quero de ti senão que te entregues a mim, sem reserva? De tudo o que me deres não faço caso, não entrando tu na mesma dádiva, porque não quero os teus dons, senão a ti mesmo. Assim como não te bastariam todas as coisas sem mim, assim também não pode agradar-me a mim quanto me ofereceres sem ti... Olha como eu me ofereci todo a meu Pai por ti; e também te dei todo o meu corpo e sangue em comida, para ser todo teu e tu seres todo meu. Porém, se estás pegado a ti mesmo e não te entregas sem reserva à minha vontade, não é inteira a oferenda que me fazes, nem será entre nós perfeita a união*» (1).

A nossa humildade e obediência não são mais do que o exercício do nosso amor e desejo de Jesus; são apenas meios de nos entregarmos completamente a Ele, como Ele se entrega a nós na Missa e é isso o que nós nos mostramos dispostos a fazer com a comunhão e assistência à Missa.

Porque é nisso que consiste toda a vida espiritual — uma união de amor com Jesus, em que cada um dos amantes, o Divino e humano, se dão completamente um ao outro. Não é tanto uma questão de adquirir virtudes, de executar obras heróicas, de acumular méritos e de produzir fruto dentro da Igreja; todas estas coisas são excelentes, sobretudo se provêm do amor, mas nada menos do que nós próprios e totalmente satisfará o Coração de Jesus e o que Ele deseja é apenas que nos demos totalmente a Ele com toda a nossa pobreza e nulidade. O grande caminho para conseguirmos isso é o caminho que nos mostram Jesus e Maria — pelo amor através da humildade e do abandono.

Este caminho foi de novo indicado aos homens nos nossos tempos por intermédio da vida de Santa Teresa de Lisieux. Não pode haver dúvidas de que ela foi enaltecida

---

(1) Imitação de Cristo, IV, 8.

por Deus, para nos indicar o verdadeiro caminho da santidade.

Se não fosse a insistência com que vários Papas têm recomendado a universalidade da sua mensagem, que é conhecida pelo nome de «infância espiritual», seria para estranhar que se citasse a vida de uma contemplativa reclusa como modelo para os leigos. A sua vida marca, de facto, uma verdadeira renascença na história da espiritualidade e não é exagero realçar a sua importância. Vejamos o que diz o Papa Bento XV no seu discurso sobre a heroicidade das suas virtudes [1].

Referindo-se à «infância espiritual», o Santo Padre exclama: «É aí que está o segredo da santidade... para os fiéis de *todo o mundo*...» E prossegue, fazendo a descrição completa desta espiritualidade, de que vamos citar uns breves passos.

Tomando como exemplo a confiança que uma criança deposita na protecção de sua mãe e a certeza que tem de que ela tomará as providências que melhor se adaptarão às suas necessidades, o Santo Padre prossegue:

«*O mesmo acontece com a infância espiritual, encorajada pela confiança em Deus e abandono confiante nas Suas mãos... A infância espiritual exclui, em primeiro lugar, o sentimento de orgulho em nós próprios, a presunção de esperarmos atingir por meios humanos um fim sobrenatural e a fantasia enganadora de sermos suficientes a nós próprios na hora do perigo e da tentação.*

Supõe, por outro lado, uma fé viva na existência de Deus, um conhecimento prático do Seu poder e misericórdia, um recurso confiante Àquele que concede a graça para evitar todo o mal e conseguir todo o bem. Desta forma, as qualidades desta infância espiritual são admiráveis... e compreendemos a razão por que o Nosso Salvador Jesus Cristo a impôs como condição necessária para ganharmos a vida eterna. Um dia, o Salvador chamou um menino, pô-lo no

(1) Discurso do Papa Bento XV em 14 de Agosto de 1921.

meio dos Seus discípulos e disse: «Na verdade vos digo que, se vos não converterdes e vos não tornardes como meninos, não entrareis no reino dos Céus» (1)... *Quem julgas tu que e o maior no reino dos Céus?... Todo aquele que se fizer pequeno, como este menino, esse será o maior no reino dos Céus.* E, noutra ocasião, Jesus voltou a dizer: «*Deixai vir a mim os meninos e não os embaraceis, porque destes tais é o reino dos céus. Em verdade vos digo: Todo o que não receber o reino de Deus como um menino, não entrará nele*» (2).

E o Santo Padre continua: *É importante salientar a força destas palavras divinas, porque o Filho de Deus não julgou suficiente afirmar positivamente que o reino dos Céus é para as crianças — Talium est enim regnum cœlorum — ou que aquele que se fizer pequeno será maior no Céu, mas ameaça explìcitamente excluir do Céu aqueles que não se tornarem como meninos...*

Temos de concluir daí que o Divino Mestre se mostrou particularmente desejoso de que os Seus discípulos vissem na infância espiritual a condição necessária para conseguirem a vida eterna.

«*Tendo em consideração a insistência e a força destes ensinamentos, deveria parecer impossível haver ainda almas que se recusam a seguir o caminho da confiança e do abandono, tanto mais que, repetimos, a palavra de Deus, não só de modo geral, mas também em termos expressos, declara tal método de vida obrigatório, mesmo para aqueles que não perderam a sua primeira inocência. Outros preferem convencer-se de que o caminho da confiança e do abandono está reservado apenas às almas inocentes a quem o pecado não privou ainda da graça da meninice. Não compreendem a possibilidade de infância espiritual para aqueles que perderam a inocência primitiva*».

E o Santo Padre prossegue, apontando que o uso das

(1) S. Mat. XVIII, 3.
(2) S. Marcos, X, 14-15.

palavras «converter-se» e «tornar» por parte de Nosso Senhor, indica que se tem de operar uma mudança, e que, portanto, essas palavras se aplicam de modo especial àqueles que já não são inocentes.

E prossegue:

«*A ideia de ter de se reassumir a aparência e desamparo dos verdes anos seria ridícula, mas não é contrária à razão encontrar nas palavras do Evangelho um preceito dirigido também às pessoas avançadas em anos, para regressarem à prática da infância espiritual. No decorrer dos séculos estes ensinamentos tiveram plena confirmação no exemplo daqueles que atingiram um grau de perfeição heróica precisamente com o exercício dessas virtudes. A Santa Igreja enalteceu sempre estes exemplos, a fim de tornar mais conhecido e mais universalmente seguido este mandamento do Mestre. Ainda hoje não tem outro fim em vista, quando proclama como heróicas as virtudes de Santa Teresa do Menino Jesus*[1].

Seja-nos permitido citar ainda as palavras de Pio XI, pronunciadas por ocasião da sua canonização:

«*Alimentamos hoje a esperança de ver despontar nas almas dos fiéis de Cristo um desejo santo de adquirir esta infância espiritual, que consiste em sentir e agir sob o impulso da virtude como a criança sente e actua na ordem natural... Se este sentimento da infância espiritual se tornar geral, quem não vê como será fácil levar a bom termo a reforma da sociedade humana, como já tivemos ocasião de salientar nos primeiros anos do nosso Pontificado?*»

Já se escreveram muitos livros para dar conhecimento ao mundo da mensagem de Santa Teresa. Não é possível dar aqui o resumo cabal dela. A quem desejar mais pormenores sobre o assunto, recomendamos a leitura da Autobiografia da própria Santa, da Biografia da mesma de Mons. Laveille e do livro «Santa Teresa de Lisieux» do Padre Petitot.

---

(1) Cf. Laveille, S. Teresa de Lisieux, cap. XII.

Como estamos convencidos, porém, que este é o caminho da salvação para a maior parte dos leigos, vamos citar alguns passos da obra de Mons. Laveille, na esperança de convencer o leitor a procurar mais informações entre o grande número de obras já escritas sobre o assunto.

«Deus», escreve ele, «é um Pai e o calor ardente do Seu amor excede toda a ternura humana. (É Ele próprio que afirma que o Seu amor é muito superior ao de qualquer mãe) [1]. Segue-se daí que o caminho mais seguro para ganhar o amor do Seu Coração é permanecermos ou tornarmo-nos como meninos aos Seus olhos, isto é, reconhecer o nosso nada aos Seus olhos, colocar diante dEle a nossa pobreza, tornarmo-nos verdadeiramente pequenos em presença da Sua Majestade, confiar sem temor na Sua bondade soberana, por forma a movê-Lo à generosidade para connosco...

«Este segredo parece simples; não contém nada que possa inspirar temor no mais fraco coração cristão. É essencial, todavia, compreender o verdadeiro significado das acções preconizadas por este método.

Vem, em primeiro lugar, o reconhecimento da nossa incapacidade e pobreza. Mas isto pode ser reconhecido e ao mesmo tempo odiado e vilipendiado. O que é necessário é que proclamemos de boa vontade o nosso nada perante a grandeza do Todo Poderoso. Por outras palavras, o meio mais seguro para atrair um sorriso carinhoso do nosso Pai, que está no Céu, é a humildade de coração, pela qual gostamos real e verdadeiramente de vermos em nós o que somos efectivamente e contemplamos com alegria as profundidades da nossa baixeza». (Santa Teresa explica: «Ser pequeno não significa atribuirmos a nós próprios as virtudes que praticamos, julgando-nos capazes de alguma coisa; significa reconhecer que o bom Deus coloca estes tesouros de virtude nas mãos do seu filhinho para serem usados, quando este tiver necessidade deles, sem que deixem de ser tesouros de Deus.

Significa, finalmente, que não devemos desanimar pe-

---

(1) Isaías, XI, III, 25.

rante as nossas faltas, porque as crianças caem muitas vezes, mas pouco se magoam por serem muito pequenas»).

«Esta disposição é, ai de nós!, relativamente rara, mesmo entre os cristãos.

A maior parte deles mostra-se disposta, na verdade, a admitir a sua fraqueza, mas só até certo ponto.

Atribuem a si próprios uma verdadeira força pessoal, na qual gostam de confiar, quando tudo corre bem, para acabarem por cair no desânimo perante o primeiro obstáculo sério que se lhes depara. Não compreendem que a força da criança está precisamente na sua fraqueza, visto que Deus se mostra inclinado a auxiliar as Suas criaturas, em proporção com a forma como estas reconhecem e confessam o seu desamparo natural...»

A segunda particularidade característica da infância espiritual é a pobreza. O menino não tem nada de seu; tudo pertence aos seus pais. Mas não é precisamente esta carência de tudo que move o pai a prover a todas as suas necessidades, especialmente se ele insiste em chamar a atenção para o excesso da sua miséria? Quando este estado de penúria cessa, porque o menino cresceu e começou a ganhar a sua vida, o pai, por mais afectuoso que seja, põe termo à sua generosidade.

(Foi por este motivo que Santa Teresa nunca quis crescer espiritualmente, «sentindo-me incapaz de ganhar por mim própria a vida eterna, pois nunca consegui fazer qualquer coisa sòzinha»...)

«Da mesma forma, a alma ganhará tudo, não possuindo nada e esperando tudo de Deus. Deve, todavia, habituar-se a esperar que cada dia que desponta lhe traga a sua graça, não pedindo senão o que precisa de momento, porque a graça de que se necessita é, nos desígnios de Deus, uma graça actual, para ser concedida no momento oportuno... Os pobres de espírito, uma vez na posse dos dons de Deus, quer espirituais, quer corporais, devem precaver-se contra a ideia de que são proprietários deles, pois estes pertencem sempre a Deus, que

os cede simplesmente e em qualquer altura os pode retirar livremente...»

«Finalmente, aquele que escolhe o «caminho pequeno», deve resignar-se a ser pobre toda a vida. Procedendo assim, imitará a querida santa, a qual, enquanto multiplicava os actos de virtude, não se preocupava em acumular méritos para a eternidade, mas trabalhava apenas para Jesus, dedicando-Lhe todas as suas boas obras, para «comprar» almas. «As próprias palavras de Santa Teresa vêm impregnadas de consolação: «amar a Jesus, ser vítima do Seu amor; quanto mais fracos e miseráveis formos, em melhores disposições estamos para as operações do Seu amor consumidor e transformador... Basta o mero desejo de ser vítima; devemos, no entanto, estar sempre dispostos a permanecermos pobres e fracos. É aqui que está a dificuldade!... Amemos a nossa pequenez, gostemos de não sentir nada. Seremos, assim, pobres em espírito, e Jesus virá então procurar-nos por maior que seja a distância a que nos encontremos. Ele transformar-nos-á em chamas de amor» (1).

«Além da humildade de coração e espírito de pobreza, alguma coisa mais é necessário. A confiança ilimitada, a confiança inabalável na bondade misericordiosa do nosso Pai Celeste é o meio infalível de mover o Seu Coração Divino à compaixão e generosidade. Santa Teresa repetia do fundo do coração as palavras de S. João da Cruz: «Obtemos do bom Deus tudo aquilo que esperamos».

«A principal conclusão prática desta doutrina é que uma alma iniciada neste «pequeno caminho» deve ter confiança na misericórdia divina, no que diz respeito às faltas passadas, por mais graves e numerosas que tenham sido, e deve esperar da mesma misericórdia o perdão para as suas faltas diárias... Esta confiança torna-se necessária nos insucessos; a futilidade das acções humanas atrai a compaixão do Divino Coração. Também se requer na obscuridade e na aridez...»

Por fim, Santa Teresa quer que não ponhamos limites

(1) 6.ª carta a S. M. du Sacré Cœur.

às nossas esperanças e desejos de atingir a santidade, apoiando as suas palavras com referências à omnipotência misericordiosa «dAquele que, sendo o Poder e a Santidade em pessoa, apenas deseja tomar nos Seus braços uma alma e elevá-la até Si, para a cobrir com os Seus méritos infinitos e torná-la santa» (1).

E depois de defender com mais precisão a eficácia da confiança, como meio para se chegar à maior perfeição, ela não hesita em acrescentar: «Se as almas fracas e imperfeitas, como a minha, sentirem o que eu sinto, nenhuma delas desesperará de atingir o cume da montanha do amor.»

Este caminho da humildade, do esquecimento próprio e da confiança, na santidade de Deus é a estrada real para a santidade — para todos. A vida espiritual não é tanto um trabalho de adquirir méritos e virtudes, como de nos despojarmos de nós próprios; melhor — não é tanto o trabalho de nos despojarmos de nós próprios, como o de nos vestirmos de Cristo. Não existe comentário mais excelente sobre a doutrina de S. Paulo acerca do Corpo Místico de Cristo, que resumimos nos primeiros capítulos deste livro, do que a vida e ensinamentos de Santa Teresa de Lisieux.

A sua doutrina deve ser objecto de estudo para todos, mas é bom que digamos umas palavras de prevenção; a linguagem e as maneiras infantis da Santa não devem esconder aos nossos olhos que se trata de uma mulher em quem a graça forjou e temperou uma vontade de ferro, uma mulher na qual o próprio encanto infantil ocultava sofrimentos inenarráveis. E, a julgarmos pelas honras extraordinárias de que a Igreja a cumulou em tão poucos anos, ela tornou-se uma das maiores santas que a Igreja teve, fazendo uma vida em que nada havia de extraordinário, no sentido habitual da palavra. No entanto, o seu método é recomendado a todos pela mais elevada autoridade espiritual sobre a terra.

A humildade, repetimos, é a estrada real para a santidade, mas deve andar ligada a uma confiança ilimitada.

(1) Autobiografia — Cap. XI.

Esquecemo-nos de nós próprios, para nos lembrarmos só de Cristo, de Quem somos membros, e Que nos amou e Se entregou à morte por amor de nós. A humildade é o grande caminho para repararmos as quedas e faltas do passado. Não há deficiência para a qual ela não ofereça compensação cabal. Para confirmação disto, vamos citar as palavras de um abade cisterciense, o Beato Guerric, discípulo de S. Bernardo, com uma introdução de um cisterciense moderno: (1)

«A humildade tem uma propriedade especial muito sua e é que não só assegura se as outras virtudes são realmente virtudes, mas, se falta alguma delas ou é imperfeita, servindo-se dessa mesma deficiência, repara-a. Portanto, se alguma coisa parece faltar numa alma, a razão de tal falta é porque essa alma se torna mais perfeita com a ausência dessa coisa, pois a virtude aperfeiçoa-se na fraqueza. «*Paulo,* disse o Senhor, *a minha graça basta-te*» (2). Àquele, para quem a graça de Deus é suficiente, pode faltar qualquer graça em especial, não só sem perda séria, mas até com não pequeno lucro, porque esse próprio defeito ou fraqueza aperfeiçoa a virtude; e a própria diminuição de uma graça em especial faz com que a maior de todas as graças de Deus, isto é, a humildade, esteja presente em medida mais abundante e de forma mais conveniente.

Conserva, pois, longe de nós, Senhor essa graça — seja ela qual fôr — que nos pode tirar ou diminuir a graça que achamos nos Teus olhos *(gratiam tui),* pela qual, embora nos tornemos mais agradáveis aos nossos próprios olhos, nos tornamos mais detestáveis aos Teus. Isso não é graça, mas ira, pois só serve para ser concedida àqueles com os quais estás irado; para quem dispões de tais coisas e isso por causa da sua simulação, rebaixando-os no próprio momento em que se elevam e esmagando-os quando se sentem mais altos. Para que entremos, portanto, na posse segura daquela graça apenas, sem a qual ninguém é amado por Ti, que a Tua Bondade

(1) Cf. beato Guerric, pelo P.e Deodato de Wilde, O. C. R.
(2) II Cor. XII, 9.

nos retire todas as outras graças ou que então nos conceda a mercê de usarmos delas todas convenientemente; de forma que, entrando na posse da graça pela qual Te possamos servir segundo o Teu agrado, com temor e reverência, consigamos a mercê do Doador através da graça do dom e, crescendo em graça, nos tornemos cada vez mais agradáveis aos Teus olhos».

Para resumir este capítulo, já bem longo, seja-nos lícito repetir, mais uma vez, as palavras de S. Paulo: «*De boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, para que habite em mim o poder de Cristo*» (1) e convençamo-nos de que, por mais que tenhamos perdido, por mais que tenhamos decaído, por mais que tenhamos andado arredios do bom caminho, Deus pode restituir-nos sempre o que perdemos ou arruinámos. Deus pode mostrar-nos o caminho, ou se for necessário, construir um caminho novo, que nos conduzirá da nossa posição actual, seja ela qual for, às alturas da santidade; a humildade é a pedra filosofal que transforma todas as nossas perdas em ouro das graças de Deus. Ele pode fazer tudo por nós e fá-lo-á, se cooperarmos com esta graça. Que nos pede Ele então? Nada mais do que fé cega, esperança confiante, amor ardente, humildade alegre e um amável abandono nos braços do nosso Amante Sublime!

---

(1) II Cor. XII, 9.

CAPÍTULO XVIII

A CRUZ VIVIFICANTE DE CRISTO

«*Os que são de Cristo crucificaram a sua própria carne com os vícios e concupiscências*» [1], escreve S. Paulo.

«*Vós não sabeis que todos os que fomos baptizados em Cristo, fomos baptizados na Sua Morte?*»,[2] exclama o mesmo Santo.

O comentário de Prat sobre este texto é um resumo útil do nosso tema e uma boa introdução para o ponto seguinte. «Vivemos, escreve ele, na proporção com que nos associamos com a vida de Cristo: ora é na Sua Morte que Jesus Cristo nos torna participantes da Sua vida: vivemos nEle, se morremos com Ele. Isto efectua-se *de jure* no Calvário (e podemos acrescentar que, em certo modo, também na Missa) e *de facto* no Baptismo. O Baptismo (e a Missa, acrescentamos nós) aplica-nos os frutos do Calvário. Nele (e na Missa) Jesus Cristo associa-nos, por forma mística, mas real, à Sua Morte e à Sua vida. Associando-nos à Sua morte, neutraliza o princípio activo que o pecado implantara em nós e que constituía o homem velho; associando-nos à Sua vida, destrói todos os germens da morte e confere-nos o privilégio de vida eterna: vida da alma e vida do corpo, vida da graça e vida da glória. Não há dúvida de que possuímos em esperança apenas uma parte destes favores, mas «*a esperança não confunde*». Deus quer aperfeiçoar a Sua obra em nós e obri-

(1) Gál. V, 24.
(2) Rom. VI, 3.

ga-Se a fazer isso, dando-nos certo penhor da Sua fidelidade; nós só temos que viver» [1]. Diríamos antes que só temos que deixar que Cristo nasça em nós.

Mas continuemos a citar Prat: as suas palavras sóbrias estão impregnadas de verdade admirável: «Ser baptizado em Cristo não é apenas sujeitar-se a Ele, como um escravo ao seu patrão, ou como um vassalo ao seu senhor, nem é apenas estar ligado a Ele por um juramento como um soldado ao seu general, nem estar consagrado a Ele como um templo a uma divindade, é ainda e sobretudo estar incorporado nEle, estar submergido nEle, como se fosse num novo elemento, tornarmo-nos parte dEle, como se se tratasse de outro eu». E, comentando a frase «*na morte de Cristo*», acrescenta: «Estamos, de facto, associados com Cristo e tornamo-nos Seus membros, no momento preciso em que Ele se converte em nosso Salvador. Ora esse momento, no caso de Jesus, coincide com o da Sua morte, simbolizada e realizada mìsticamente para nós no Baptismo(e de outro modo, na Missa). Daí para o futuro, *temos tudo em comum com Cristo,* somos crucificados, sepultados e ressurgimos dos mortos com Ele, participamos da Sua morte e da Sua nova vida, da Sua glória, do Seu reinado e da Sua herança».

Prat resume assim o pensamento de S. Paulo: «Os Sacramentos são sinais eficazes que produzem *ex opere operato* o que significam. Ora o baptismo representa sacramentalmente a morte e a vida de Cristo. Deve, portanto, produzir em nós a morte, mística na sua essência, mas real nos seus efeitos, morte do pecado, da carne, do homem velho e a vida em conformidade com a vida de Jesus Cristo, ressuscitado dos mortos» [2].

Estamos em presença de um grande mistério e notamos aquela independência da sequência do tempo, a que já nos referimos. Em certo modo, morremos para nós mesmos com Cristo sobre a Cruz e ressurgimos para vida nova na Sua

---

(1) Prat — Pg. 222, loc. cit. i.
(2) Prat. Loc. cit.

Ressurreição. Esta morte do nosso velho «eu» e a ressurreição para a vida em Cristo repetem-se e renovam-se sacramentalmente no Baptismo. O mesmo mistério repete-se mais ou menos todas as vezes que nos oferecemos a Cristo na Missa e recebemos a Sua vida na Comunhão. E esse mesmo mistério assim expresso no Baptismo e na Missa deve caracterizar toda a nossa vida. Significamo-lo — e prometemo-lo — na Missa; devemos ser sinceros no que dizemos — devemos cumprir as nossas promessas. Se nos lembrarmos de que antes de Cristo nos ter sido dado com a Sua vida no Baptismo, alguém renunciou em nosso nome à nossa própria vida — pelo menos no que se referia ao mundo, ao diabo e à carne, — poderemos fazer ideia do que são as nossas obrigações. O sacrifício da Cruz, que se torna nosso na Missa, foi um resumo e a expressão do que constituiu toda a vida de Nosso Senhor sobre a terra. O Baptismo é para nós um resumo completo e a expressão do que deve ser toda a nossa vida na terra: a morte do velho «eu», que foi crucificado com Cristo na Cruz e o desenvolvimento da vida de Cristo em todas as nossas acções. Não há melhor fórmula para exprimir este facto: «*Convém que Ele cresça e eu diminua*» (1). O homem velho — como é designada por S. Paulo a nossa natureza decaída — é crucificado com Cristo na Cruz, é condenado à morte, por assim dizer, no Baptismo, recebe mesmo aí uma ferida mortal e é oferecido na Missa para ser destruído; cabe-nos a nós levar a cabo a sentença de morte e destruição e cumprir o oferecimento feito na Missa.

Isso tem de ser feito por meio da mortificação. Esclareçamos este assunto. A mortificação não é uma coisa puramente negativa; é a libertação de nós próprios, por forma a permitir que Jesus viva a Sua vida em nós e nos torne aptos e compartilharmos Sua vida plenamente. Os efeitos nocivos do pecado de Adão permanecem enquanto as nossas paixões e os nossos apetites inferiores não se sujeitarem verdadeiramente à vontade. Clamam satisfação, revoltando-se contra

(1) S. João III, 30.

qualquer freio e, se não são reprimidos, ganham cada vez mais força e arrastam-nos ao pecado. Para nos submetermos completamente a Cristo, temos de ser senhores de nós próprios. Para nos exprimirmos em linguagem mais chã, diremos que somos como um homem que conduz um jumento: ou há-de ser o homem a guiar o jumento ou há-de ser este a guiar o homem. Ou governamos as nossas paixões, ou são elas que nos governam a nós. Para governarmos os nossos apetites inferiores, devemos estar decididos não só a não lhes concedermos qualquer satisfação ilícita, mas ainda a recusar-lhes algumas das satisfações permitidas, porque é bem certo que quem diz «não» só quando a lei diz «não», perderá em breve toda a autoridade sobre si próprio e acabará por se mostrar incapaz de dizer «não», mesmo quando for necessário.

Não se vive uma vida cristã sem aquele grau de mortificação que é suficiente para evitar que os nossos apetites mais baixos nos arrastem ao pecado. Falamos aqui de modo geral. Sob a designação de apetites incluímos o desejo do prazer corpóreo, das comodidades, do conforto, o desejo de ser admirado, o desejo de saber, de agradar aos outros, de vingança, de praticar façanhas e todos aqueles esforços que o amor próprio faz para controlar e ditar as nossas acções. Quando a satisfação de qualquer desejo é proibida, é evidente que a acção que o satisfaz é contrária a tudo o que se possa dizer — viver a vida de Jesus.

Em resultado do pecado original, só com luta constante é que conseguimos conservar o domínio sobre nós próprios. E se habitualmente se dá satisfação a tais desejos, estes tornam-se, em breve, senhores da nossa vida. É evidente, portanto, que temos de criar dentro de nós uma autoridade suficiente, para sermos senhores de nós próprios.

Desta forma cooperamos na obra de anulação dos efeitos do pecado de Adão, que valeu aos nossos primeiros pais a perda da integridade e nos impôs a necessidade de travar luta contínua para conservar em sujeição os nossos baixos apetites e as nossas paixões.

Os bons hábitos desempenham papel importante neste

assunto, facilitam grandemente a prática de boas acções, ao passo que os maus hábitos perturbam consideràvelmente o governo de nós próprios.

Não podemos entrar aqui em pormenores sobre este aspecto da mortificação, pois a questão encontra-se já amplamente discutida nos livros que tratam do assunto; aqui apenas queremos salientar a importância das razões que nos devem levar a lidar com os hábitos e a necessidade de ter um fito ou ideal que deve mover a nossa vontade no assunto.

O que se diz muitas vezes ser uma vontade fraca não é mais do que a vontade de uma pessoa que não conseguiu suscitar um motivo ou ideal para a mover.

Não há pràticamente fraqueza normal que não possa ser vencida por ideais e motivos adequados. Em caso de emergência, por assim dizer, podemos lançar mão de qualquer motivo, como meio para um fim mais alto, para dissuadir a vontade de cometer qualquer pecado em especial. No entanto, atendendo à importância que tem o amor de Deus no mérito das nossas acções, é essencial suscitar motivos que derivem dele, e que actuem como força incentiva permanente sobre a vontade. Não é possível uma virtude estável sem tais motivos.

O amor pessoal a Jesus que nos leva a estarmos dispostos a renovar todos os obstáculos que se opõem a que viva em nós a Sua vida plena e compartilhe de todas as nossas acções é provàvelmente um dos melhores motivos. Sob um ponto de vista diferente, poderíamos ser levados pelo mesmo amor a considerar a mortificação como remoção dos obstáculos que se opõem à nossa comparticipação na vida do Seu Corpo Místico e que têm origem nos esforços da nossa própria natureza para se defender.

Com o auxílio do Espírito Santo, deve cada um de nós procurar formar o seu ideal pessoal e é importante que este seja efectivo e decisivo. A experiência diária fornece muitos exemplos de transformação completa no carácter e hábitos, produzido, mesmo nas pessoas mais fracas, em consequência de um poderoso motivo pessoal, proveniente, por exemplo,

de uma guerra, do amor ou duma responsabilidade nova. Esta é mais uma das razões que nos levam a insistir na necessidade da leitura e meditação diárias e de desenvolver em nós um amor terno e pessoal a Nosso Senhor.

Não se deve julgar que aqueles que querem viver a vida em Cristo, têm de prescindir de toda a espécie de prazer.

Somos homens e não anjos e por isso temos necessidade de distracções. Se, na realidade, se tiver em conta o fervilhar enervante da vida moderna, a sua superficialidade banal, a sua insinceridade frívola, a sua maçadoria inexprimível e a sua monotonia mortal e se pensarmos nos aborrecimentos que as dificuldades do dia a dia causam no ânimo de quem tem responsabilidades, poderemos concluir que hoje, mais do que nunca, é necessária qualquer distracção. Mas isso é uma questão que não vamos dirimir aqui.

Em qualquer caso, não há dúvida de que as distracções a que nos dedicarmos com justa medida e são critério são não só necessárias, mas até louváveis e podem ser compartilhadas por Nosso Senhor.

Ele próprio o disse: «Todas as vezes que vós fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes» e não há dúvida de que cada um de nós também é um desses irmãos; na realidade, nós somos membros de Cristo em Pessoa, e por isso o que fazemos a nós próprios, fazemo-lo a Ele! Todo o bom divertimento pode, portanto, ser santificado e oferecido a Deus. Podemos levar a Jesus connosco, quando nos vamos divertir, podemos tê-Lo junto de nós em todas as distracções, participando delas, desde que se contenham dentro dos limites impostos pela vontade de Deus.

O objectivo ideal em toda a mortificação é evitar todo o acto, pensamento, palavra ou acção em que Deus não possa compartilhar e torná-los Seus. Não nos devemos esquecer nunca de que, desde que fomos baptizados, compartilharemos em tudo o que Ele fez e só êle poderia dizer como, por Seu lado, anseia por compartilhar de todos os momentos da nossa vida. A mortificação, portanto, não é um acto mórbido de ódio a si próprio ou de desprezo pelo corpo, não é

uma coisa negativa, uma frustração insensata ou uma supressão de nós próprios. É qualquer coisa de positivo; é mais uma «afirmação» de Jesus, do que uma negação de nós próprios, porque nós só nos negamos para O encontrarmos, a fim de que possa viver em nós e nós nos possamos unir a Ele. E devemos lembrar-nos de que Ele deseja participar até dos nossos pensamentos, de modo que a mortificação interior não deve ser esquecida.

O caminho principal a seguir para nos negarmos a nós próprios, a fim de nos unirmos a Jesus, é o caminho da humildade.

Insistimos sobre este ponto, apesar de sabermos que a mortificação corporal e externa é muitas vezes indicada como o primeiro passo na vida espiritual. Uma pessoa pode exercer grandes mortificações no seu corpo, ser senhor de todas as suas paixões, estar pronto a desafiar todo o respeito humano, ser indómita no sofrimento das contrariedades, ou infatigável na prática de boas obras — de tipo externo — dedicar-se mesmo a longas orações e, no entanto, ser orgulhosa como o Fariseu do Evangelho, e portanto, detestável aos olhos de Deus.

É melhor, muito melhor, não fazer mortificações e dizer a Deus: «como sou imortificado», do que fazê-las e dizer consigo mesmo: «como sou admirável». Um observador experimentado que visitou as famosas freiras de Port-Royal, disse que eram «puras como Anjos, mas orgulhosas como demónios».

No entanto, o perigo do orgulho não nos dispensa do dever de «crucificar a carne», conforme prometemos no Baptismo. E a necessidade e legalidade de certos divertimentos não nos isenta da obrigação de resistirmos à maré dos tempos em que toda a gente parece só viver para o prazer. Temos de exercer sobre nós, pelo menos, o domínio suficiente para evitarmos o pecado. A nossa vocação de Cristãos, porém, o baptismo, a assistência à Missa, a nossa união e identificação com Jesus devem levar-nos mais longe do que isso. É impossível ter intimidade com Jesus, conhecê-Lo, conhecer a Sua his-

tória e os Seus pontos de vista, sem sentir o desejo de participar dos Seus sofrimentos.

«*E nós o reputamos como um leproso e como um homem ferido por Deus e humilhado*» (1). «*Ó vós todos os que passais pelo caminho, atendei e vede se há dor semelhante à minha dor*» (2). «*Esperei que alguém se condoesse de mim, e não houve ninguém; Esperei que alguém me consolasse, e não achei*» (3). «*Fizeram-me estas chagas em casa daqueles que me amavam*» (4).

O mero sentimento de sociabilidade, o desejo de sermos semelhantes ao nosso Amigo e de aliviarmos a Sua carga deveriam induzir-nos, pelo menos, a aceitar os sofrimentos, quando estes vêm ao nosso encontro e teriam provàvelmente ainda o efeito de produzir em nós certo mal estar, se vivêssemos uma vida só de prazer. Mas há um motivo ainda mais profundo a considerar.

Escrevendo aos Colossenses, diz S. Paulo: «*Alegro-me agora nos sofrimentos por vós e completo na minha carne o que falta aos sofrimentos de Cristo pelo seu corpo místico, que é a Igreja*» (5).

E antes já escrevera aos Coríntios: «*Castigo o meu corpo e reduzo-o à escravidão, para que não suceda que, tendo pregado aos outros, eu mesmo venha a ser réprobo*» (6); neste último caso mostra apenas desejos de evitar o pecado pessoal. Mas o acto de preencher o que falta aos sofrimentos de Cristo é um assunto inteiramente diferente. O texto não significa que há qualquer deficiência na Redenção operada pela Paixão e Morte de Cristo; refere-se, sim, à distribuição de sofrimentos na aplicação dessa Redenção às almas individuais. Toda a graça que é concedida por Deus aos homens tem de ser merecida por Jesus Cristo e vem até nós por Seu

---

(1) Isaías, LIII, 4.
(2) Lament, I, 2.
(3) Sal. LXVIII, 21.
(4) Zac. XIII, 6.
(5) Col. I, 24.
(6) I Cor. IX, 27.

intermédio. Na obra da Redenção, Jesus associou a Si Sua Mãe, Nossa Senhora das Dores, de modo que, na aplicação dos seus frutos, Ela toma sempre a sua parte. Mas parece que tornou a aplicação destes frutos da Sua Paixão dependentes, em parte, das orações e sofrimentos dos outros membros da Sua Igreja. Vem em abono deste modo de ver a prontidão que mostra S. Paulo em sofrer pelo seu rebanho. O que se conta das recomendações feitas por Nossa Senhora aos pastorinhos de Fátima está em perfeita harmonia com esta doutrina.

E Nosso Senhor em Pessoa dá a entender a Sua prontidão em sofrer nas condições que impôs aos Seus fiéis: «*Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me*» (1). E acrescenta imediatamente: «*Porque o que quiser salvar a sua alma, perdê-la-á; e o que perder a sua alma por amor de mim, achá-la-á*» (2). Há aqui uma referência clara à necessidade de nos esquecermos de nós próprios e renunciarmos à nossa própria vida, a fim de nos unirmos a Ele e vivermos a Sua vida. Não comparou Ele o reino dos Céus a «*um homem negociante, que busca boas pérolas e que tendo encontrado uma de bom preço, vai e vende tudo o que tem e a compra?*» (3). Ora, Jesus espera também que os Seus adeptos compartilhem na Sua obra de expiação e satisfação. Quando dois dos seus discípulos Lhe pediram que lhes concedesse os melhores lugares no «Seu Reino», a resposta de Jesus foi esta: «*Podeis vós beber o cálice que eu vou beber?*» (4). Na verdade, mesmo agora, Jesus pede a certas almas escolhidas que se tornem vítimas de reparação pelos pecados do mundo e pelos insultos directos dirigidos a Deus e ao Seu Filho. E se manda provações a essas almas e as associa tão ìntimamente consigo na Sua obra de redenção, é só porque deseja que elas conquistem maior glória e uma união mais íntima com Ele no Céu.

---

(1) S. Mat. XVI, 24.
(2) S. Mat. XVI, 25.
(3) S. Mat. XIII, 45-46.
(4) S. Marcos, X, 38.

Na verdade, mesmo sem ser uma dessas almas escolhidas, ninguém pode dizer que ama verdadeiramente o seu Salvador, se não se mostrar disposto a aceitar os sofrimentos que Deus lhes manda, a fim de aliviar a carga que o Salvador teve de suportar na agonia do Jardim das Oliveiras.

Não deixemos que a sequência do tempo perturbe o nosso raciocínio. A presciência de Deus está acima de todo o tempo e assim como sofreu pelos pecados que cometemos hoje, assim também se sentiu confortado com a parte que tomamos hoje na Sua obra [1].

Este campo do apostolado é extremamente proveitoso para os leigos. Mesmo na sua lida diária, estes podem exercer o apostolado e, à semelhança do que faz o coração no corpo humano, podem associar-se à obra de fazer «circular» a vida de Cristo nas almas dos Seus membros, por meio da oração e do sofrimento. Devem ter em mente que, procedendo assim, actuam como causas *primárias*, pois aqueles que pregam ou administram a graça, são muitas vezes apenas causas secundárias — meros instrumentos na aplicação da graça que as orações e os sofrimentos de qualquer outra pessoa ganharam. Aqui está uma excelente obra para qualquer leigo que não exige nada fora do ordinário, mas apenas a aceitação paciente da vontade de Deus.

O sofrimento produz ainda outros efeitos de grande valor. Dá satisfação pelos nossos pecados, purifica a nossa alma e aprofunda e fortalece o nosso carácter e a nossa personalidade. Dá-nos um conhecimento profundo e um poder de simpatia para com o próximo, que não se podem adquirir de outra forma. Abre, de facto, o caminho para a vida interior de Cristo em Pessoa e desse modo une-nos ainda mais intimamente a Ele. Um desgosto profundo provoca, muitas vezes, uma crise na nossa vida e marca o ponto de partida para novo fervor e novas esperanças. Mesmo na ordem natural, os seus efeitos ficam bem vincados; suscita tudo o que há de bom em nós e pode conduzir-nos, por forma extraor-

(1) Cf. Encíclica *Miserentissimus Redemptor*.

dinária, à paz e à felicidade. Os falsos ideais despedaçam-se e os nossos olhos abrem-se; somos arrastados por novos ideais de dignidade, de magnanimidade, de serenidade, de perfeição moral elevada.

Diz o P.e Faber: «Não há nada como a tribulação para comprimir a vida. Nada precipita tanto o grande trabalho da experiência. Nada aumenta tão magnificentemente as faculdades da nossa natureza. Uma vida de dissipação passa-se, em geral, superficialmente e sem qualquer proveito sólido. Poucos actos de heroismo se praticam em situação de prosperidade, embora a alegria disponha também de luz profunda, que está cheia de Deus. Mas é a afeição que faz os Santos [1].

Estas são as razões pelas quais uma pessoa que entra para o serviço de Deus deve preparar a sua alma para a tribulação. Deus é um Amante Sublime e o amor não gosta de coisas a meias. Só se satisfaz com a totalidade e com um grau de união o mais íntima possível. De facto, se procurasse menos e se se satisfizesse com menos, não seria amor. Deus não se satisfaz com qualquer coisa que não seja tudo: «*Todo o teu coração, toda a tua alma, toda a tua mente e todas as tuas forças*».

Jesus não se mostra satisfeito, enquanto não nos transformamos completamente nEle. E é com esse fim que nos manda as tribulações, para que nos unamos a Ele e nos transformemos completamente nEle.

Da nossa parte, se O amarmos verdadeiramente e se comprendermos realmente Aquele que amamos, só nos alegraremos com as tribulações. Amar é, de facto, sofrer, porque o amor exige união e é torturado profundamente quando verifica qualquer defeito nessa união. Qual não será, portanto, o sofrimento daqueles que amam verdadeiramente a Deus, enquanto permanecem exilados cá na terra! E, depois da morte, nenhum fogo exterior do Purgatório é comparável ao fogo interior do sofrimento que abrasa os corações da-

---

(1) Faber: Aos pés da Cruz.

quelas almas que já vislumbraram o seu Deus bem amado e não se podem unir ainda a Ele.

Os próprios sofrimentos do Purgatório constituem uma disposição misericordiosa de Deus, para purificação dos que não completaram a sua transformação cá nesta vida. Ninguém pode entrar nessa união feliz de amor com Deus, que é o Céu, sem se ter transformado completamente em Cristo. Esse deve ser o termo normal da nossa vida cá na terra; a morte não deve ser mais do que a renovação dos últimos vestígios que ainda restam depois de uma vida inteira de transformação gradual em Cristo. Infelizmente, não é isso o que sucede habitualmente. Temos ou persuadimo-nos de que temos outras coisas que fazer na vida; temos o nosso trabalho, a nossa carreira, os nossos amigos, as nossas predilecções e os nossos talentos; temos a nossa própria vida para viver e acarinhamos essas ideias. E, quando tudo termina, não estamos ainda prontos; não temos as vestes nupciais, não temos azeite nas lâmpadas. Somos como as cinco virgens loucas.

O homem prudente aspira a que Deus opere nele essa transformação cá na terra. E, se se dispuser a ter confiança na graça de Deus e a aceitar as tristezas e tribulações que a Providência amável e paternal de Deus lhe manda, verificará que Ele já começou esse trabalho de transformação aqui e agora. E, o que é mais, verificará provàvelmente, como aconteceu a Santa Teresa de Ávila, que a primeira das nossas cruzes é a mais difícil de transportar. Uma vez que aprendeu a sofrer em união com Jesus, descobriu uma nova felicidade, com a qual nem sonhou até agora e começa a compreender o que Nosso Senhor quis significar, quando, ao prometer a vida eterna àqueles que renunciassem a tudo por Seu amor, assegurou ainda que «*receberiam o cêntuplo mesmo nesta vida*» (1). Mas não nos devemos surpreender com esta descoberta, pois foi o próprio Senhor que anunciou que o Seu jugo era suave e o Seu peso era leve.

Por que não lhe havemos de pegar na palavra? O mais

(1) S. Marcos, X, 30.

lamentável de tudo isto é haver pessoas que se amedrontam só com o pensamento das tribulações que podem ter de sofrer no serviço de Deus, quando, na verdade, tais tribulações não são em geral superiores às que se sofrem para assegurarem êxitos mundanos ou para atingirem qualquer fim que têm em vista — para não dizer nada do facto de que qualquer serviço prestado sem entusiasmo é o mais custoso. A coragem nestes assuntos tem a sua recompensa. Há na vida espiritual um alívio que experimentamos de tempos a tempos e que se assemelha ao «segundo alento» dos atletas. Depois de um certo esforço dispendido, parece ao corredor que já não pode dar nem mais um passo; tem então que se forçar para sofrer a tensão e continuar os seus esforços. O seu sistema volta, porém, em breve a ajustar-se às novas exigências que lhe são feitas e experimenta então aquele sentimento de alívio e consciência de nova força conhecido como «segundo alento».

Na vida espiritual sente-se também uma renovação de forças em circunstâncias semelhantes. A nossa divisa deve ser a seguinte: «*Procede virilmente!*»

E nunca nos esqueçamos de que o prazer não é nem felicidade, nem tristeza sofredora. As vidas de todos os santos estão cheias de alegria — uma alegria que o mundo não conhece, uma alegria que surge no coração do homem e brota como um rio, transbordando e envolvendo todo o seu ser, até que a sua alma acaba por cantar um cântico de glória. Só os amantes de Deus podem comprender a Nova Sinfonia.

E de passagem acrescentemos que estes amantes de Deus sentem a mesma dificuldade que sentiu Beethoven em encontrar expressão adequada para os seus sentimentos. Para exprimir a sua alegria, Beethoven teve de fazer uso de palavras e da voz humana naquela famosa obra musical. Para exprimir o seu amor a Deus, os que O amam não podem encontrar melhor caminho que o da tribulação, porque esta intensifica o amor e manifesta-o. O próprio Nosso Senhor sofreu muito mais do que o necessário para expiar os nossos pecados. A Cruz é a expressão do Seu amor. Não se pode ver

o que está no coração do amante, mas o sofrimento suportado alegremente por amor do Amado é o recurso de que se serviram sempre os amantes para manifestarem o que vai no seu coração e para tocarem o coração daqueles por quem suspiram. Acrescentemos que há um acervo especial e um abismo incomensurável nos sofrimentos de Nosso Senhor que não têm correspondência nos sofrimentos do amante humano. Quando o amor não é compreendido ou quando não encontra correspondência adequada, fica sempre a vaga consolação da possibilidade de que a falta de correspondência seja apenas uma indicação da impossibilidade inerente de se poder dar plena satisfação ou retribuição. Há corações tão fechados em si próprios, que são sempre uma fonte de dor e calamidade para aqueles que os amam.

Nosso Senhor sabia que não havia coração, carácter ou alma tão fria, tão dura, tão egoista ou tão suficiente a si própria, que Ele não pudesse inflamar, se esse coração se quisesse entregar a Ele. Sabia que o próprio sofrimento, que a dureza de cada coração em particular lhe causava, poderia ser o meio para Ele o merecer, o suavizar e lhe dar um poder de amar incalculável — «A Deus tudo é possível». Sabia que podia fazer um triunfo de cada alma cujo amor procurava. Mas... *tu não quiseste*. É isto que amargura o Seu Sagrado Coração, porque o sofrimento que é inevitável não é tão agudo como o que é causado pela vontade de outros. Verificar que a própria felicidade ou, como sucede neste caso, a felicidade da pessoa amada se poderia conseguir com o mero consentimento de outro que o podia dar, mas não o quer dar — é o que fere mais profundamente o coração e lhe causa uma agonia mortal.

E é exactamente com este fim — obter êxito connosco e alimentar este fogo de amor nos nossos corações — que Ele permite que as tribulações nos procurem. Ele pode tirar-nos os nossos corações de pedra e dar-nos outros semelhantes ao Seu. As tribulações que nos manda, farão isso, se as aceitarmos como deve ser. Mas temos de as aceitar com ânimo recto, porque as tribulações podem destruir toda a grandeza

da alma que possuímos e tornar-nos mesquinhos, ásperos, duros e incapazes de amar, se as não aceitarmos de bom ânimo. Qual deve ser, portanto, a nossa atitude perante o sofrimento?

Para tomarmos posição conveniente perante o sofrimento, devemos, antes de mais nada, notar que o sofrimento em si e isoladamente não é uma coisa boa nem é desejado por Deus como tal. O seu valor está nos efeitos que produz na alma e nos actos de que é ocasião. Deve também salientar-se que o sofrimento deve muitas vezes muito do seu aspecto doloroso a qualquer apego que temos a um bem criado, ou em nós próprios ou nos outros. Aceitar o sofrimento, quando ele vem como um mal inevitável, pode ser apenas uma expressão doentia de impotência cobarde, pode ser uma capitulação de derrota, um fatalismo que está muito longe de ser cristão. Mas a própria aceitação cristã do sofrimento pode variar. S. Bernardo descreve três atitudes diferentes: aqueles que enveredam pela escola do medo, levam a cruz de Cristo com submissão paciente; os que progridem na esperança, levam-na pronta e alegremente; os que estão consumados no amor, abraçam-na com ardor» (1).

A submissão paciente do primeiro grupo é uma resignação que exclui toda a murmuração; apesar da nossa repugnância, queremos o que Deus quer. As lágrimas podem correr, mas apesar de termos os olhos enevoados, vemos a mão de Deus, nosso soberano Senhor. Poderemos pedir alívio e procurar auxílio, mas... «*não se faça a minha vontade, mas, sim, a Tua*». Imitamos o Modelo Divino do Gethsemani, Que, no Seu amor por nós, nos deixou perceber a Sua repugnância humana pelas tristezas da Paixão.

O segundo grupo vai mais além. Não vêem só a mão de Deus, seu Soberano. Mas reconhecem-na como a mão do seu Pai Amado. A fé e a esperança convencem-nos de que Deus tudo faz para o seu bem. Se a Sua podadeira faz doer, sabem que Ele só procura assegurar que a sua vida seja

(1) S. Bernardo — Sermão de S.to André.

proveitosa e assim procuram cooperar com Ele. Dão-lhe graças, louvam a Sua Providência, conformam-se com a Sua vontade e seguem activamente as Suas indicações. Lembram-se de que são o pão e o vinho do sacrifício sacerdotal de Cristo nas suas almas e que é pelo sofrimento que Ele as transforma no Seu próprio Corpo. Amam-No e se, por se tratar de seres humanos, precisam de consolação, preferem ir procurá-la junto dEle. Junto dos seus semelhantes permanecem silenciosos. Este silêncio nos sofrimentos, quando é prudente, é uma grande virtude, embora haja ocasiões em que um desabafo não só é necessário, mas até louvável.

O amante, porém, abraça a Cruz e sente prazer em compartilhar da vida e até da morte do seu Amado. Não é o sofrimento que ele ama, pois isso representaria o desejo de um espírito doentio, é, sim, Aquele que sofreu. Porque o amante não procura razões; se Jesus sofreu, isso basta para ele; quem O ama também deve sofrer.

Há almas a quem pode acontecer que o maior sofrimento não seja sofrimento. Santa Teresa exclamava: «Ou sofrer ou morrer». S. João da Cruz canta numa poesia límpida: «Morro, porque não morro». Isto parece não ser natural, mas, quando todos os outros afectos desaparecem, quando todas as tendências do coração e da vontade vão para o Amado, não há alegria criada que possa satisfazer o coração. Na realidade, as maiores e mais verdadeiras alegrias das criaturas só podem prejudicar, porque o amante vê nelas apenas uma pálida imagem do Amado — a Quem não se ligou ainda em união plena, pelo Qual suspira e sem o Qual não pode encontrar paz e felicidade.

Mas, como aliás sucede com todos os desejos humanos, há diferentes razões para abraçarmos alegremente a Cruz. O amor tem de falar, tem de se exteriorizar. O amor, de facto, que não conhece essa necessidade de expressão não é amor; é talvez uma espécie de orgulho secreto nos nossos próprios gostos e na nossa própria benevolência. Ora não há nada que dê mais expressão ao amor do que o sofrimento e daí a razão da consolação que ele pode dar a um coração des-

pedaçado, que não conhece outra alegria além daquela que pode compartilhar com o seu Amado e prefere sofrer com Ele, a gozar da abundância de qualquer coisa sem Ele.

Ouvi o que diz Santo André, ao dirigir-se para o local da crucifixão: «Salvé, ó Cruz! Recebe o discípulo dAquele que esteve pendente de ti — o meu Mestre, Cristo! Ó boa Cruz, há tanto tempo desejada e que esperas agora o meu coração sedento. Dirijo-me para ti com alegria tranquila e confiança exultante. Recebe também tu com alegria o discípulo dAquele que esteve pendente de ti. Recebeste a beleza e encanto dos membros do Senhor; recebe-me agora a mim, afasta-me dos homens e leva-me para junto do meu Mestre, de modo que Ele, que me remiu por ti, me receba também por teu intermédio» (1).

Não é de esperar que todos sintam o mesmo entusiasmo que sentiu Santo André, assim como não é de esperar que venham a ter o mesmo fim, mas há uma coisa que se pode esperar de todos e é que, se cada um receber com alegria a Cruz que Deus lhe mandar, por mais pequena que seja, como o fez Santo André, verificará que ela se torna leve e sentirá uma alegria que lhe poderá abrir novos horizontes de felicidade, pois descobrirá um admirável sentimento de associação com Jesus no sofrimento.

Foi o próprio Jesus que nos avisou: — «*Se alguém vem a mim e não aborrece seu pai, e mãe, e mulher e filhos, e irmãos e até a sua vida, não pode ser meu discípulo. E o que não leva a sua cruz e me segue, não pode ser meu discípulo... Assim, pois, qualquer de vós que não renuncia a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo*» (2).

Se nos lembrarmos de que estas são as palavras dAquele que ordenou que amássemos os nossos próprios inimigos e honrássemos o pai e a mãe, verificaremos, como é evidente, que há uma figura de retórica no uso da palavra «aborrecer». O significado neste caso é, claro está, que devemos amar a Deus

(1) Cf. Breviário, 30 Nov.
(2) S. Lucas, XIV, 26, 27, 33.

sobre todas estas coisas e não devemos permitir que o amor das criaturas interfira com o amor ao Criador e é só isso o que Ele nos pede. O sofrimento veio ao mundo por um acto livre da vontade do homem que se afastou de Deus e muitos dos sofrimentos têm a sua causa última no amor das criaturas. Ora, Deus ama-nos e não Se satisfaz com uma parte do nosso coração; não quer compartilhar o nosso coração com qualquer das Suas criaturas. Podemos amá-las na medida justa, mas sempre em subordinação completa ao nosso amor para com Ele e sempre na disposição de renunciarmos a alguma ou a todas elas, logo que o Seu amor o exija. É este o Seu desejo. Infelizmente estamos cheios de afectos, damos o nosso coração a muitas coisas e Deus, na Sua bondade misericordiosa, toma providências no governo das nossas vidas, para que esses laços se quebrem. O progresso na vida espiritual, o progresso na procura de Jesus e na nossa união com Ele dependem principalmente de duas coisas: mais e mais desapego e mais e mais pureza de intenção.

Levar a cabo este desenvolvimento é o fim que a Providência de Deus tem em vista e é o resultado do nosso abandono à Sua vontade. É deste progresso que vamos agora tratar. Mas comecemos por insistir mais uma vez que, nesta questão da mortificação e do sofrimento, não se trata de mera negação. Mortificamo-nos para abraçar a Jesus, recebemos com alegria o sofrimento por amor de Jesus, porque nos transforma nEle e, desapegando-nos das criaturas, entrega-Lhe todo o nosso coração. Como sucedeu com Santo André, a Cruz junta-nos e liga-nos a Cristo.

O sofrimento deve constituir para nós motivo de alegria e não de tristeza e tanto isso nos parece verdade que, mesmo quando se trata daquelas mortificações voluntárias ou actos de negação de nós próprios, pelos quais nos reduzimos à sujeição e quebramos os laços que nos ligam às criaturas, julgamos que a regra para tais mortificações é praticar só aqueles actos que estamos em condições de praticar alegremente e sem perder a paz de espírito. «*Deus ama o que dá*

com alegria». [1] Dar com alegria é uma graça de Deus, que Ele concederá de boa mente àqueles que a pedem com sinceridade. S. Francisco de Assis deu-nos uma noção da perfeita alegria nas palavras que seguem: «Negar-se a si próprio por amor de Cristo, sofrer dores, injúrias, ignomínias e aflições, vale mais do que todas as graças e dons do Espírito Santo, que Deus concede aos Seus amigos, porque, dos dons de Deus não podemos nós vangloriar-nos, visto não nos pertencerem, mas, sim, a Deus, ao passo que na cruz das provações e dos sofrimentos podemos vangloriar-nos, porque são nossos».

Com risco de parecer que caímos em contradição, fazemos ainda uma afirmação que poderá parecer estranha, depois de tudo o que dissemos sobre o sofrimento. No entanto, a verdade e a prudência obrigam-nos a fazê-la. Fazer a vontade de Deus, na tristeza ou na alegria, no prazer ou na dor é uma coisa que supera o sofrimento. Fazer a vontade de Deus tão prontamente, tão ardentemente e tão amorosamente, a ponto de não notarmos sequer se ela está de acordo com a nossa vontade e desejos, é o cúmulo da negação de si próprio.

Na realidade, «é uma perfeita graça de Deus e uma das maiores, sofrer com espírito de inferioridade, conquistar por uma forma suave, isto é, com uma espécie de fraqueza espiritual, com humildade e desprezo de nós próprios e sentirmo-nos tão descontentes com nós próprios a ponto de nos convencermos de que não fazemos nada bem. Este descontentamento com nós próprios é muito agradável a Deus e a Sua satisfação deve ser a base da nossa.

Nada mais nos causaria ansiedade, se encontrássemos satisfação sòmente em agradar e satisfazer a Deus» [2].

Para dar ao leitor ideia exacta sobre o assunto, recomendamos-lhe outra vez a doutrina do Beato Queric, citada no fim do capítulo antecedente e vamos citar também Mons. Gay: «A Santa Infância Espiritual é um estado mais perfeito do que

---

(1) de Caussade: Cartas, Livro IV, N.º 12.
(2) II Cor. IX, 7.

o amor do sofrimento, porque nada imola um homem em grau tão elevado como ser humilde sincera e pacìficamente. O espírito infantil mata o orgulho com mais certeza do que o espírito da penitência».

A contradição aparente desaparece se nos lembrarmos de que a razão fundamental, tanto do sofrimento como da humildade, é darmo-nos a Deus e transformarmo-nos nEle. Aquele que conseguir isso, é o mais perfeito. E não podemos fazer coisa superior à vontade de Deus, como meio de santificação, quer Ele nos mande alegrias, quer nos mande tristezas. É a Sua Vontade — e é isso o que interessa.

CAPÍTULO XIX

UNIÃO COM CRISTO NA ORAÇÃO

As coisas humanas e as relações humanas raras vezes permanecem firmes — desenvolvem-se de uma forma ou de outra e a amizade humana em especial nunca pode permanecer estática — ou aumenta ou desaparece gradualmente. O mesmo acontece com a nossa amizade a Deus, no que respeita ao lado humano dessa amizade e isso é sobretudo verdadeiro, quando se trata daquela parte da nossa amizade a Deus que se manifesta pela oração particular. Já tratámos da forma como a oração se desenvolve; vamos agora considerar o assunto mais pormenorizadamente.

A forma usual de oração que o principiante deve adoptar é a que se chama com mais propriedade a oração discursiva. Nesta oração, por meio do «discurso» da razão, isto é, por meio da consideração e da reflexão, nós induzimo-nos a produzir actos de oração: fé, esperança, amor, arrependimento, resignação, admiração ou gratidão, para falar só de alguns. Escusado será dizer que estes actos não são todos necessários; basta um deles, se ele ocupar todo o tempo da oração.

A soma de considerações requerida depende de várias circunstâncias, mas se formos fiéis à leitura espiritual e meditação diárias, a facilidade para produzir actos de oração, depois de breves considerações, desenvolver-se-á em nós ràpidamente.

No princípio, o nosso tempo de oração é quase todo consagrado às considerações; ao passo que vamos progredindo em

intimidade com Deus e na compreensão dos Seus caminhos, os actos ou «afectos», nome por que são conhecidos, tomam uma parte cada vez mais importante do tempo da oração e acabam por predominar. Esta espécie de oração é geralmente conhecida pelo nome de oração afectiva e, por vezes, desenvolve-se por tal forma, que quase não é necessária qualquer consideração para produzir actos; estes vêm com toda a facilidade. Estes actos constituem a verdadeira oração; a consideração é apenas uma introdução, o meio para conseguir um fim. Em certos casos, sucede que esta espécie de oração é possível mesmo para aqueles que começam a sua carreira espiritual.

Quando, porém, se torna característica do modo especial de orar de uma pessoa, denota geralmente algum progresso na vida espiritual. Mas este facto não deve obstar a que os principiantes falem com Deus, servindo-se das suas próprias palavras todas as vezes que isso seja possível. As diferentes etapas da oração não se excluem mùtuamente nem existe entre elas uma divisão definida.

É claro que toda a oração pressupõe a graça, porque se trata de um acto sobrenatural. No entanto, o seu desenvolvimento pode seguir as leis naturais e parece lógico que, ao passo que vai aumentando a compreensão das coisas espirituais e a união com Deus se torna mais íntima, deixam de ser necessárias longas fórmulas e muitas palavras para conversarmos com Ele. As nossas expressões tornam-se menos complicadas, um acto inclui muitos outros, as frases são substituídas por palavras, estas podem até ser substituídas por olhares e toda a nossa oração se torna mais simples na sua natureza. Podemos estar na presença de Deus, sem necessidade de fazer uso de muitas palavras; o silêncio parece ser de facto a melhor expressão da plenitude do nosso coração e pode constituir por si oração perfeita. É claro que é necessário usar de prudência e cautela, para se evitarem fantasias e devaneios, mas tal prudência não deve também ser levada ao exagero e por isso quando sentimos a necessidade de orarmos por esta forma, não devemos ficar perturbados,

mesmo quando isso signifique a ausência de actos distintos.

Este assunto necessitaria de ser tratado mais pormenorizadamente o que não é possível fazer aqui e por isso recomendamos ao leitor a consulta do que já escrevemos sobre ele [1].

Todo aquele que desejar viver uma vida espiritual deve adquirir uma noção perfeita do desenvolvimento da oração. É um erro capital e que pode ser a causa de muito mal, imaginar que não há forma intermédia de oração entre a meditação feita ponto por ponto e a contemplação infusa. E julgamos que é também erro concluir que estes graus de oração — oração discursiva, oração afectiva e oração simplificada se excluem mùtuamente.

Seria engano pensar, por exemplo, que antes de se passar a fazer uso da oração afectiva é necessário acabar completamente a oração discursiva. Parece-nos que todas estas três formas de oração podem surgir — e podem ser até necessárias — em quase todos os graus do desenvolvimento espiritual. É aquela que predomina que está habitualmente de harmonia com a extensão do nosso progresso e isso determina o nosso «estado» de oração.

Este desenvolvimento na oração parece ser, como já dissemos, um processo natural. No entanto, também depende da graça e pressupõe certo progresso na vida espiritual. A oração simplificada, por exemplo, é incompatível com o pecado habitual ou com a recusa frequente a corresponder à graça de Deus. A facilidade em praticar actos genuínos anda ìntimamente ligada à nossa sinceridade e fervor e à pureza da nossa consciência. A oração não deve ser considerada como uma coisa separada do resto da vida espiritual ou independente desta. É apenas um ramo da árvore e embora uma árvore possa ser diferente de outra no tamanho relativo e forma dos seus ramos, a vida de cada ramo em cada árvore depende da vida da própria árvore.

As condições necessárias para progredirmos na oração

(1) P.e Eugénio Boylan — Dificuldades na oração mental.

são em geral consideradas em relação às quatro purezas de que depende a saúde da vida espiritual: pureza de consciência, pureza de coração, pureza de entendimento e pureza de acção. A pureza de consciência resulta do acto de evitar o pecado e da nossa conformidade geral com a vontade de Deus. A pureza de coração consegue-se reservando o nosso coração para Deus e evitando ou suprimindo todos os afectos desordenados, isto é, os afectos que não são conformes com a sua vontade. Pureza de entendimento obtém-se por meio de um domínio contínuo sobre os nossos pensamentos e recordações e por meio de um esforço frequente, embora suave para nos recolhermos. A pureza de acção exige que examinemos cuidadosamente os motivos e intenções que animam as nossas acções e nos esforcemos por dirigir para Deus todas as intenções nas nossas obras por forma a agirmos apenas por amor dEle e em conformidade com a Sua vontade.

Põem em perigo estas quatro purezas um propósito fraco, um governo frouxo dos nossos pensamentos, um controlo negligente da nossa imaginação, uma resistência indiferente ao comando das nossas inclinações e impulsos e sobretudo um coração desprevenido.

A guarda do coração é uma das regras mais importantes na vida espiritual.

A melhor forma de desenvolver estas quatro purezas, esta disposição e sinceridade é enamorarmo-nos de Jesus Cristo. Deve-se construir uma ideia e uma recordação dEle que ocupe toda a nossa atenção; devemos tomar a resolução firme e corajosa de seguir os Seus passos; devemos, sobretudo, entregar-Lhe todo o nosso coração. Se fizermos isto com generosidade e com decisão, toda a nossa vida se purificará em breve espaço de tempo e o progresso na oração será rápido.

Até agora temos descrito o progresso na oração como se fosse um processo psicológico natural, dependendo, claro está, da graça.

No decorrer deste processo, Deus pode, contudo, intervir para fazer com que a alma suba mais alto nos caminhos

da perfeição. Quase não damos pela Sua intervenção, mas sentimos penosamente os seus efeitos.

Já não podemos orar. Quando chega a hora da oração, o pensamento parece ter perdido todo o poder de acção. Não há bons pensamentos, nem bons afectos; apoderam-se de nós uma esterilidade e aridez completas e os esforços ordinários são insuficientes para as dissiparem. Esta impotência do espírito só se manifesta à hora da oração. Em outras ocasiões o entendimento funciona com o vigor normal. Na oração, porém, parece morto; a imaginação anda desenfreada e os sentidos podem arrastar-se para as coisas terrenas.

No entanto e embora de modo confuso, a vontade quer a Deus.

O último ponto é importante. Os outros fenómenos podem ser o resultado do pecado, da infidelidade e da tibieza e se a impotência do pensamento for geral, pode ser que a sua origem se deva atribuir a qualquer causa natural. Mas, se a vontade ainda quer a Deus e não quer outra coisa, estamos então perante um sinal bastante seguro da Sua acção na alma. A alma deve, daí para o futuro, empenhar os seus esforços em secundar a acção de Deus e não interferir com a sua obra procurando agir por conta própria. Deus alterou a Sua forma de se apresentar à alma. A Sua graça já não exerce apelo ou efeito sobre os sentidos, a imaginação e mesmo sobre o entendimento. Trabalha mais a fundo na alma e só a vontade é afectada pelas Suas operações.

A vontade deve secundar esta acção, adoptando uma atitude de fé amorosa. Não vale de nada tentar formar bons pensamentos ou despertar sentimentos piedosos. Será um erro fazer tais tentativas e além disso será inútil. Deus quer a nossa fé amorosa, sem adorno de qualquer espécie. E quer que nos convençamos de que sem Ele, estamos completamente desamparados.

«*Não que sejamos capazes de por nós mesmos de pen-*

sar alguma coisa, como vinda de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus» [1].

Só podemos viver pela fé, olhar para Deus pela fé e, se assim se pode dizer, amar a Deus pela fé. Somos como uma mãe que se senta às escuras junto do berço do seu filho que dorme. Do mesmo modo que essa mãe, não estamos inactivos. Amamos; amamos a Deus e não a nossa piedade ou oração. E é isso que Deus quer.

Vamos à oração para nos entregarmos a Deus e nesta espécie de oração é-nos indicado o caminho para o fazermos. Não há nada aqui que nos arraste à satisfação de nós próprios; não há nada que nos ligue mais ao dom do que ao Doador. A única coisa que temos de fazer é crer em Deus e entregar-nos completamente à Sua vontade no nosso desamparo completo. Não há forma mais humilde de oração que seja tão santificadora como esta oração de fé e não é coisa invulgar.

Nesta fase especial da oração, experimenta-se certa dificuldade em seguir o que se tem escrito sobre o assunto. Diferem as palavras e diferem as opiniões. O livro do Padre de Besse, O. F. M. cap. «*A Ciência da Oração*», é um dos poucos que nos podem realmente auxiliar neste ponto. As obras de Frei Gabriel de M. Maria Madalena O. D. C. sobre S. João da Cruz e em especial o livro «*Acquired Contemplation*» poderão ser também consultados com grande proveito. Há muitos livros que se podem ler proveitosamente, mas é necessário observar grande discreção. Em primeiro lugar, nem todos os escritores ligam o mesmo significado aos termos usados nesta matéria e os seus argumentos sobre a oração são afectados por falta de concordância quanto à sua natureza. Em segundo lugar, mesmo na hipótese de dois escritores estarem de acordo quanto aos termos e teorias, as sugestões práticas podem diferir, pois pode dar-se o caso de estarem a tratar de graus diferentes do desenvolvimento do mesmo tipo de oração.

---

(1) II Cor. III, 5.

O leitor terá de escolher o que é de aplicar ao seu caso e, tendo em atenção que poucas pessoas seguem exactamente o mesmo caminho, não devem ter escrúpulos em rejeitar o que não se lhes aplica ou que parece mesmo contradizer as suas decisões. É óbvio que se deve procurar conselho junto de um guia competente e entendido, que esteja disposto a adaptar os seus conselhos às necessidades do caso particular do seu cliente e não a impor-lhe os pontos de vista próprios. Quando não for possível encontrar tal guia, o recurso constante a Deus, pedindo a Sua graça, deve habilitar-nos a resolver os problemas da oração, segundo as necessidades do momento. Notaremos sempre certa confusão e descontentamento, enquanto durar este estado de coisas e pouco haverá que fazer durante as horas da oração para que o receio de perder tempo ou de sofrer desilusões não apareça constantemente.

O que sucede muitas vezes, durante este estado de coisas, é a pessoa decidir que são necessários mais esforços e iniciativas e fazer várias tentativas para a meditação ou para a oração afectiva. Algumas vezes, depois de um violento esforço, que não se pode aguentar por muito tempo, a tentativa dá bom resultado momentâneamente, mas a reacção, quando os esforços falham — e têm de falhar — é de efeito péssimo. Vem então a tentação realmente perigosa: abandonar todas as tentativas para a oração particular, considerando-as mera perda de tempo e dedicar todo o tempo à leitura e boas obras.

Tal decisão, se fosse tomada permanentemente, seria fatal e, a não ser que Deus interviesse com a Sua Providência misericordiosa, poderia significar o termo de todo o progresso na vida espiritual ou até mesmo o princípio da decadência.

Deve tomar-se a decisão, custe o que custar, de perseverar na resolução de dedicar todos os dias certo tempo à oração particular e deve cumprir-se essa resolução inflexìvelmente. Não importa que não se consiga mais do que permanecer de joelhos durante esse período a batalhar sem

resultado contra as distracções; não se está a perder o tempo. Não vale a pena fazer esforços violentos para concentrar a imaginação e o entendimento em bons pensamentos e ideias; Deus já não faz apelo a essas faculdades. A alma não tem nada que fazer senão retroceder, limitando-se às três virtudes teologais: fé, esperança e caridade.

Na prática é a fé que devemos ter em vista em primeiro lugar, pois esta conduzirá ao amor.

Em geral, não nos compenetramos de que estas três virtudes são as virtudes fundamentais da vida espiritual. As outras virtudes recebem o seu valor essencial da influência destas três, por vários modos; estas três é que são, na realidade, a vida da alma e das suas virtudes.

Deus tira, por assim dizer, todo o resto, para só deixar o essencial. E seja qual for o resultado que desejemos alcançar, nada temos que fazer nessas ocasiões senão usarmos dessas três virtudes essenciais, que nos levam à humildade e ao abandono à vontade de Deus. Poderíamos descrever esse estado de coisas, representando a Deus a tirar-nos a casca ou a concha que somos nós próprios, para pôr à vista e libertar o interior divino e real da nossa alma, porque as três virtudes teologais são o fruto da vida divina da nossa alma. O processo é, na realidade, uma «negação» e uma crucifixão de nós próprios e uma «afirmação» — e poderíamos até dizer uma ressurreição de Cristo em nós.

Este processo é bem típico do programa de toda a vida espiritual e uma comparação pode servir para fazer uma ideia disso. Quando uma película fotográfica devidamente preparada, é exposta à acção da luz que vem de um certo objecto, certas partes dessa película transformam-se, tornando-se aptas a formar uma imagem invisível ou latente do objecto. Sob a acção de um revelador, esta transformação torna-se real e estabiliza-se. Depois da revelação, o material da película que não se transformou, é removido por outra solução química. Acontece coisa semelhante na vida espiritual e, de modo especial, na vida da oração. Assim, há, por exemplo, na nossa oração, um elemento que procede de Deus. Sob a influência

da luz divina, e da acção divina, produz-se em nós uma imagem viva da oração divina dentro da nossa própria oração, por meio de uma transformação, por assim dizer, de parte desta. Esta é revelada e actualizada pela acção da graça de Deus e então Ele «dissolve» a parte não transformada da nossa oração por uma longa acção purificadora, durante a qual a imagem divina pode ser ainda invisível. Entretanto, temos de viver e orar pela fé até que a sombra desapareça e o dia da imagem divina desponte.

Quando terminar a noite escura, veremos a misericórdia e o amor de Deus na nova vida e oração que Ele operou nas nossas almas.

Nisto, a oração é característica do resto da vida espiritual: uma infusão divina, uma transformação de uma parte de nós em Cristo e a remoção, nesta vida ou na outra, do que resta do nosso eu.

As nossas noções da perfeição são, muitas vezes, erradas. Julgamos que a santidade é a perfeição da nossa vida, quando na realidade é a perfeição da vida de Cristo dentro de nós. Imaginamos que a parte verdadeiramente importante da vida de santidade é constituída por boas obras, que praticamos, e pelo fruto que elas produzem, quando, na realidade, o que importa primàriamente é o amor, o amor *sobrenatural*, com que as praticamos. Nas boas obras pode haver muito de amor próprio e até processos pouco espirituais. Deus quer que tudo isso se modifique e que as nossas acções procedam dEle e tenham nEle o seu fim. Ele é o Alpha e o Ómega, deve ser c princípio e o fim de tudo, como, aliás, professamos todas as vezes que assistimos à Missa. Nunca nos esqueçamos do maravilhoso sumário de Santo Agostinho: «*Haverá um Cristo, amando-Se a Si próprio*».

A nossa oração é, na realidade, a continuação do que procuramos dizer na Missa; deve ser a expressão de toda a nossa vida, a qual, por sua vez, deve estar de acordo com o que expressamos pela Missa. Não têm valor sólido os protestos de amor e submissão feitos na oração, se o resto das nossas

acções durante o dia tiver por móbil o amor próprio e a vontade própria.

Poder-se-ia dizer que, assim como Deus nos dá a Missa, como expressão da nossa submissão completa a Ele e espera que conformemos a nossa vida àquilo que professamos nela, assim também e até certo ponto, nesta oração de fé, Ele molda a nossa oração de tal modo, que esta tende a tornar-se uma expressão verdadeira do que deve ser, na realidade, a parte importante da nossa vida: fé, esperança, caridade, humildade e abandono à vontade de Deus.

A própria incapacidade para orar é uma oração perfeita; a nossa incapacidade para nos exprimirmos é a melhor expressão de nós próprios; a nossa incapacidade para ver a Deus, para O ouvir ou para O «sentir», é a melhor visão de Deus, a melhor forma de O ouvir e de O «sentir», porque Deus está acima de tudo o que podemos pensar dEle. Conhecemo-Lo, não O conhecendo, como dizem os místicos. O próprio insucesso na oração dá-nos um conhecimento mais verdadeiro de Deus e de nós próprios do que acontecia com a oração dos tempos antigos, em que Deus estava tão vivamente presente em nós, em que o nosso amor parecia tão intenso, que nem era possível traduzi-lo em palavras.

O que temos de fazer à hora da oração, nessas ocasiões de aridez e desamparo, é sermos gentis connosco próprios. Fazemos um acto sereno de fé; acreditamos em Deus, acreditamos no interesse de Deus por nós e acreditamos que Ele nos vê e nos ouve.

Aceitamos a Sua vontade com todas as Suas particularidades e em especial durante o desamparo em que nos encontramos. Pomos toda a nossa confiança na oração de Cristo de Quem somos membros e com Quem temos tudo em comum e em especial a Sua oração; confiamos no Espírito de Cristo, que está dentro de nós e pede por nós de modo inefável. Por outras palavras, começamos com serenidade e pouco a pouco a abandonar-nos a nós próprios e a unir-nos a Cristo, confiando só nEle. *Ele é o nosso Tudo!*

No que diz respeito ao nosso entendimento e imagina-

ção, talvez seja possível sossegá-los com o uso de um livro, ou qualquer fórmula de oração ou fixando-os sobre qualquer bom assunto. Embora se ocupem de coisas divinas, essas faculdades pouco têm que fazer na verdadeira oração. O que é mais provável acontecer, todavia, é que não consigamos fixá-los; nesse caso, o que temos de fazer é esforçar-nos para que a nossa vontade não siga as suas divagações, mas que volte suavemente para Deus, com um acto simples de fé. Enquanto Deus não se dignar conceder-nos um reforço da Sua graça, nada temos que fazer senão sermos pacientes com Deus e connosco próprios. A paciência tem um grande papel a desempenhar, o qual, neste caso, é desligar-nos de nós próprios e unir-nos a Cristo; é na Sua vida, nos Seus méritos e na Sua oração, que devemos colocar a nossa confiança.

A melhor esperança de nos ajudarmos a nós próprios encontrá-la-emos fora da oração, por meio da humildade, desapego, grande pureza de intenção em todas as nossas obras e uma correspondência pronta à graça e providência de Deus. Ele trabalha para que nos desapeguemos de todas as criaturas e até de nós próprios. Toda a Sua providência se dirige para esse fim. Podemos estar tão ligados aos bens e méritos espirituais, às alegrias e poderes espirituais como o podemos estar aos bens temporais. Para uma união completa com Deus e para que daí resulte maior fruto, tais apegos têm de ser eliminados.

Este processo vem descrito em dois livros célebres de S. João da Cruz: *A subida ao Monte Carmelo* e *A Noite Escura da alma.*

A leitura de tais livros pode ser de grande proveito para as almas que deparem com dificuldades na oração. Há, todavia, certas particularidades nestes livros que têm de ser bem observadas, se quisermos tirar proveito da sua leitura. Em primeiro lugar, S. João descreve a plenitude, a fim de mostrar a participação, como sucede quando nos diz: «descrevemos aqui o mais elevado que pode suceder, porque nisso

está compreendido todo o resto» [1]. Em segundo lugar, trata de uma alma que está resolvida a atingir o cume do amor divino e está preparada para não parar diante de qualquer sacrifício necessário para esse fim.

Em terceiro lugar, tem o hábito de, em certas passagens, dizer as coisas de modo absoluto, para depois as qualificar noutro sítio, de modo que os textos isolados poderão conduzir a erros, se não forem considerados em conjunto com o resto das suas obras.

Em quarto lugar, as relações entre «*A subida ao Monte Carmelo*» e «*A noite escura da alma*» devem ser compreendidas convenientemente.

Estes dois livros não são dois capítulos separados e sucessivos da mesma história, de tal modo que se tenha de terminar o primeiro antes de se começar o segundo. São, pelo contrário, dois aspectos diferentes do mesmo processo de marcha para Deus e de desapego de tudo o mais. A *Subida* descreve a parte que a alma toma na obra — a parte activa; a *Noite Escura* descreve a obra de Deus, que é a parte passiva do processo. Estas duas partes entrelaçam-se de tal forma e actuam uma sobre a outra de tal modo, que uma não se pode dizer completa sem a outra. Há de facto certas fases da parte activa que não se podem iniciar, enquanto não se verificarem as condições necessárias da parte passiva. Exprimindo-nos de outra forma: não se espera que a alma exercite todas as obras de desapego (ou afecto a Deus, se quisermos expressar-nos antes assim) esboçadas na *Subida*, sem ter recebido auxílio considerável de Deus, auxílio que vem apenas no decorrer do processo de purificação operado por Deus e que é descrito na *Noite Escura*. Os dois processos ligam-se um ao outro.

Ao passo que progredimos em consequência da graça já concedida e das nossas próprias forças, Deus vem em nosso auxílio com a obra que executa na alma e junta nova força às nossas próprias forças. Ele é o principal agente nessa obra

(1) Cântico Espiritual. S. XIV, 2.

e a Sua parte aumenta constantemente. Não deve existir, portanto, qualquer dificuldade, real ou imaginária, que nos detenha ou abale a nossa confiança. Não devemos esquecer nunca as palavras de Nosso Senhor: «*Aos homens isto é impossível, mas a Deus tudo é possível*» (1). Não significa o próprio nome que o profeta deu ao Redentor. «*Emmanuel, Deus connosco?*» (2).

É certo que todo o processo do avanço se pode resumir numa só palavra — desapego. Esta palavra, no entanto, encobre a verdade real, porque desapego é apenas um meio para se conseguir um fim, ou antes, é o reverso do verdadeiro fim e processo, isto é, o afecto.

Se temos de nos desapegar de todas as criaturas e de nós próprios, da nossa vontade, dos nossos métodos, da nossa opinião, das nossas forças, dos nossos prazeres, dos nossos êxitos, da nossa própria vida, não só espiritual, mas também temporal — é apenas para nos ligarmos completamente a Jesus. O apego a Jesus é a estrada real para o desapego de nós próprios. Uma noiva não abandona a sua mãe — deve dizer-se antes que vai para o seu marido.

Para resultados práticos, especialmente se nos recordarmos de que o apego ao nosso Amante Sublime tem de ser feito na escuridão da Fé, é conveniente ter em mente ambos os aspectos da transformação.

Uma das melhores formas de compreender o processo é atentar nos seus fins. O fim que se pretende com este desapego é conseguir uma união completa de amor com Deus. S. João da Cruz diz-nos o seguinte: «Este estado de união divina consiste na transformação da alma, segundo a vontade, de tal forma que não exista nada na alma que seja contrário à vontade de Deus e que em tudo e através de tudo os seus movimentos sejam apenas os da vontade de Deus»... «A união e transformação da alma em Deus não se verificam sempre, mas só quando há igualdade de

(1) S. Mat. XIX, 26.
(2) S. Mat. I, 23.

amor... Isto verifica-se, quando duas vontades, a vontade de Deus e a vontade da alma estão perfeitamente conformes, não desejando uma o que repugna à outra»... [1]. Neste estado de união, todas as operações da memória e das outras faculdades são divinas. Deus é possuidor das faculdades, tornando-se completamente senhor delas pela sua transformação em Si próprio e é Ele próprio que as move e governa de acordo com o Seu Espírito Divino e vontade e isto é feito de tal modo, que as operações não são distintas; as que a alma executa são de Deus e são operações divinas» [2].

Que é isto, senão o pleno desenvolvimento da vida do Corpo Místico de Cristo no Seu membro? E este desenvolvimento pleno tem de se efectuar antes de entrarmos no Céu. Dizemos isto, para que não se julgue que tal união é só para almas muito especiais. No seu prólogo, S. João da Cruz diz o seguinte: Propomos uma doutrina substancial e sólida que serve para todos aqueles que desejarem atingir a espoliação aqui descrita» [3]. O mal está em que nós não o desejamos; Nosso Senhor pode dirigir-nos a nós a mesma queixa que fez diante de Jerusalém: «E tu não quiseste».

Até que ponto podemos aspirar a caminhar para esta união, é uma questão a ser tratada no capítulo seguinte. Aqui apenas queremos insistir na necessidade absoluta de perseverar decididamente na resolução de dedicarmos todos os dias certo tempo à oração, embora nos pareçam por vezes inúteis os esforços que fazemos. E devemos ter cuidado em não desperdiçarmos as nossas energias em tentativas inúteis para «orar». Conformemo-nos com o nosso insucesso. Essa é a nossa oração. Durante estes períodos, a nossa vida espiritual pode tornar-se completamente árida e repugnante. Qualquer tentativa para produzir «fervor» por meio de esforços violentos pode provocar uma reacção com efeitos desastrosos. Temos de pedir a Deus a nossa salvação, viver

---

(1) *Subida* — Livro I, c. XI, 3; II, c. V, 3.
(2) *Subida* — Liv. III, c. I, n.º 6.
(3) *Subida* — Prol. 8, 9.

pela fé e compreender pela fé alguma coisa do verdadeiro significado das palavras: «Meu Deus e meu Tudo».

No livro «O amor de Deus», da autoria de S. Francisco de Sales, trava-se diálogo entre um curioso e uma estátua [1], que pode servir de conforto às almas que se sentem impotentes na oração, porque S. Francisco personifica nessa estátua a alma que se encontra em tais condições. À pergunta sobre o motivo por que está ali sem fazer nada, a estátua responde: «Porque o meu senhor não me colocou aqui para fazer alguma coisa, mas sim para permanecer imóvel». Interrogada sobre a vantagem de proceder assim, a estátua replica: «Não estou aqui para meu interesse, mas sim para obedecer e cumprir a vontade do meu Senhor e isso me basta». «E como é que te podes sentir satisfeita em contentar um senhor que não podes ver?», pergunta o curioso. Resposta da estátua: «Não o vejo... mas o meu senhor vê-me e gosta de me ver aqui e isso basta para me fazer feliz». À observação de que deveria, ao menos, desejar ter o poder de prestar melhor serviço ao seu senhor, a estátua responde que deseja apenas fazer a vontade dele e nada mais: «Enquanto for desejo do meu senhor que eu permaneça aqui, esse é também o meu desejo, porque a minha felicidade consiste apenas em contentar Aquele a quem pertenço e por causa de Quem sou o que sou».

Esta comparação original do Doutor da Devoção deve encorajar-nos. Tal estado de coisas é um daqueles que não dão margem a sentimentos de amor próprio.

Há actividade — a fé, a esperança, a caridade, a humildade e o abandono estão absolutamente activas, mas a actividade exerce-se de tal modo, que a alma se mostra incapaz de sentir qualquer complacência nos seus êxitos, o que constitui enorme ganho, porque enquanto não nos libertarmos deste prazer complacente pelos triunfos que alcançamos, mesmo nas coisas espirituais, a nossa união com Deus não pode ser completa.

Esta forma de orar exprime perfeitamente a maneira

(1) Livro VI, cap. XI.

cristã de viver, despojada de tudo o que não é essencial. Nela encontramos as cinco virtudes que consideramos fundamentais: fé, esperança, amor, humildade e abandono confiante à vontade e beneplácito dAquele que é o nosso Deus e o nosso Tudo.

Aqueles que procuram ajuda em literatura sobre a oração podem sentir-se perplexos perante os diferentes significados ligados à palavra «contemplação» e as várias opiniões formuladas sobre a possibilidade de se conseguirem certas formas de oração que essa palavra pode significar.

Quanto ao seu significado, deve notar-se que alguns escritores ignacianos empregam a palavra para significar uma certa concentração da nossa atenção sobre um incidente, por exemplo, da vida de Nosso Senhor, do qual se forma uma representação viva mental e ao qual se aplicam as diferentes faculdades. É neste sentido que dizemos na recitação do Rosário: «contemplemos neste mistério como Nosso Senhor sofreu no Jardim das Oliveiras, etc.».

Esta é uma forma ordinária de meditação e que pode servir até para principiantes.

Emprega-se também a palavra «contemplação» para significar uma forma infusa de oração, que nos é dada por Deus e representa um grande avanço nos caminhos elementares da oração mental.

Nas obras de Santa Teresa, essa palavra aplica-se apenas àquelas formas de oração, em que a alma conhece a acção de Deus.

S. João da Cruz emprega a palavra em sentido mais lato que Santa Teresa, incluindo também um estado de oração em que se manifesta realmente uma acção especial de Deus sobre a alma, mas em que tal acção não é, em geral, conhecida pela alma.

O único efeito aparente da acção de Deus é produzir aridez e dificuldade na oração. Nas obras de Frei Gabriel O. D. C., que já citámos, o leitor encontrará uma das melhores exposições sobre este assunto.

O mesmo autor faz também considerações proveitosas

sobre o seguinte assunto: quais são as pessoas chamadas a estas formas mais elevadas da oração? Vou resumir as suas conclusões que, no entanto, devem ser tomadas no seu contexto: «A contemplação infusa, mesmo a de grau mais elevado, não é uma graça que se deva excluir das aspirações das pessoas espirituais; não pertence ao domínio das coisas extraordinárias; é muito desejável, porque é um grande auxílio para a santidade e é neste mundo a coroa «conatural» de uma vida santa. Não obstante isso, seria um erro ensinar as almas que, sem esta contemplação, nunca poderão atingir a santidade. Seria também arrojado prometer às almas graças e consolações espirituais que Deus, nos Seus sábios desígnios e por qualquer motivo por nós desconhecido, pode não tencionar conceder-lhes. Segue-se daqui que há uma contemplação que nunca ou quase nunca falta depois da preparação devida e há outra que é absolutamente conatural e ordinária. Pode-se dizer que são ambas «normais», mas esta palavra deve ser interpretada em dois sentidos» (1).

O nosso objectivo principal, ao citarmos Frei Gabriel, é chamar a atenção para as suas obras que consideramos de grande utilidade e importância práticas. A nossa forma de pensar é que há um tipo de oração de grande valor, a que se pode com propriedade dar o nome de contemplação, ao qual nenhuma pessoa baptizada, que deseja cooperar com a graça de Deus, pode dizer que não é chamada. Todos aqueles que estão nessas disposições podem louvàvelmente aspirar e trabalhar para atingir essas alturas da oração, mesmo no mundo e, embora Deus retire ou pareça que retira a graça a esta oração, podem estar certos de que com fé, esperança, caridade, humildade e aceitação completa da vontade de Deus, mesmo neste ponto da oração, podem atingir as formas mais elevadas de união com Deus, porque, com estas virtudes, podem viver a vida de Cristo, que é a nossa santidade e «que é Deus que nos reconcilia e une a Si próprio» (2).

(1) Frei Gabriel de Santa Maria Madalena — S. João da Cruz.
(2) II Cor. V, 18, 19.

CAPÍTULO XX

CONFIANÇA EM CRISTO

Se Deus é o *nosso* Deus, e se Deus é o nosso *Tudo*, a nossa confiança e a nossa esperança nEle não devem ter limites. No entanto, a experiência diz-nos que é, muitas vezes, por falta de confiança que os homens se afastam do caminho da perfeição. Convencem-se de que «tal coisa» é apenas para alguns escolhidos e que eles não possuem o «estofo» de que se fazem os santos.

Isto é um puro engano. Admitidas mesmo as limitações da natureza humana ordinária, tais limitações não têm poder restritivo na «sobrenaturalidade», que é a graça de Deus.

Tratando da medida da caridade, S. Tomás estabelece o seguinte princípio: «Não se deve marcar limites ao fim para que tendemos, mas apenas aos meios» (1).

As Escrituras estabelecem um fim bem elevado, quando dizem: «Sede perfeitos, como vosso Pai Celestial é perfeito» (2).

Nosso Senhor não marcou limites para o amor que pediu a todos: «*Amarás o Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu entendimento e com todas as tuas forças*» (3).

Se é imposto tal amor, é porque este é possível. E,

---

(1) Summa, II-II, 148. 3.
(2) S. Mat. V, 48.
(3) S. Marcos, XII, 30.

em qualquer caso, um amor que estabelece limites a si próprio, não é amor.

Diz S. João da Cruz: «Aquele que ama não se sente satisfeito, se não tem a convicção de que ama na mesma medida em que é amado» (1). E o Santo não receia dar a entender que é possível a satisfação de tal desejo, mesmo no amor a Deus, pois diz: «Embora a vontade da alma não seja destruída no Céu (porque nunca perdemos a nossa identidade pessoal) ela está tão unida ao poder da vontade de Deus, que a ama, que ela O ama também tão intensa e perfeitamente, como é amada por Ele; ambas as vontades estão unidas numa só vontade e num único amor de Deus. Desta forma, a alma ama a Deus com a vontade e intensidade do próprio Deus, tornando-se una com a própria intensidade do amor com que ela própria é amada por Deus. Esta força provém do Espírito Santo» (2). S. João é mesmo de opinião de que é possível antegozar já cá na terra um pouco dessa união.

O facto que julgamos dever salientar é que o ponto culminante da nossa união com Deus, todo o nosso poder e força procedem do Espírito Santo. E o mesmo se diga de todo o caminho que nos conduz a tal união. Desde o primeiro momento da nossa vida espiritual, todo o nosso poder e força são-nos dados pelo Espírito Santo, que é a Chama Viva do amor de Deus a Deus e que permanece nas nossas almas para nossa santificação e assistência. Aqueles que desejarem estudar S. João da Cruz o melhor que têm a fazer é começarem por ler as obrazinhas de Frei Gabriel de Santa Maria Madalena, das quais citamos o seguinte:

«Segue-se daqui que o caminho do perfeito amor não é um caminho reservado só a poucos; a ninguém é negada a entrada: está aberto a todas as almas de boa vontade. Todos podem aspirar à plenitude do amor de Deus; basta que se disponham a escalar o caminho que chega até lá:

---

(1) Cântico Espiritual, S. 38.
(2) Ibid.

o caminho da dádiva, da abnegação total. Diz Santa Teresa: Deus entrega-se inteiramente à alma que se entrega inteiramente a Ele» (1).

Acrescentamos a isto as palavras de Pio XI:

«*Com efeito, todos os esposos, seja qual for a sua condição e o modo honesto de vida que tiverem, podem e devem imitar Aquele exemplar perfeitíssimo de toda a santidade que Deus propôs aos homens, que é Cristo Senhor Nosso; e com o auxílio de Deus podem chegar até ao mais alto grau de perfeição cristã, como se pode comprovar com o exemplo de muitos Santos*» (2).

Uma das razões por que chamamos a atenção para estas sublimidades da vida espiritual, é porque isso contribuirá para indicar ao leitor o agente real na obra da nossa perfeição. Esse fim sublime está fora do alcance de qualquer ser humano. Deve, portanto, ser obra de Deus e não nossa. E, de facto, a vida espiritual é uma substituição gradual do nosso *eu* por Deus, ficando, no entanto, intacta, como é óbvio, a nossa identidade pessoal. Em consequência desta substituição do produto humano pelo divino, a força posta à nossa disposição aumenta e em cada passo que se dá crescem as possibilidades de maiores progressos.

O que temos, portanto, de fazer é concentrarmo-nos no primeiro passo e não pensar nunca nas dificuldades do seguinte. Este princípio é de importância capital. Cada necessidade traz consigo a graça correspondente de Deus; Ele nunca nos dá uma provisão de força em que possamos sentir complacência e não devemos pensar em levar a cruz de amanhã com a graça de hoje. Uma vez convencidos de que todas as cruzes têm de ser transportadas com a graça, já não há razão para fazermos cálculos desanimadores sobre a nossa própria força. Vamos então com confiança ao trono da graça.

Nunca nos devemos esquecer de que a vida espiritual

---

(1) Frei Gabriel, O. D. C. «S. João da Cruz».
(2) Pio XI — Encíclica sobre o matrimónio cristão, 1930.

é uma sociedade com Jesus, sociedade com Deus. Temos à nossa disposição todo o poder e amor do Espírito Santo, para nos santificar e nos dar energia, pois Ele é a alma do Corpo ao qual pertencemos. Temos à nossa disposição todo o poder de Deus Pai — Pai omnipotente do Filho, a cujo Corpo pertencemos nós. Ele governa o universo, regula todas as coisas que acontecem a nós ou em nós, por mais pequenas que sejam, e coordena tudo para a consecução de um fim, o bem e o benefício do Corpo do Seu Filho.

As nossas necessidades são as necessidades de Cristo; tudo o que o Pai faz por nós fá-lo para Seu Filho e não há nada que Ele não faça por amor do mesmo Filho. Desta forma, tudo dentro de nós e fora de nós é controlado e ordenado para a consecução dum fim — a nossa união completa com Jesus. As três Pessoas Divinas operam na nossa alma e em tudo o que nos acontece e todo esse trabalho é regulado por uma vontade única — a vontade de Deus.

Só fica uma coisa à nossa responsabilidade que é a nossa vontade. Deus respeita sempre a nossa liberdade de escolher. Depende de nós fazer a Sua vontade ou a nossa — estar com Cristo ou contra Ele. Escolher o mau caminho é uma loucura, como é óbvio.

Diz o P.e Lallemant:

«Há um vácuo no nosso coração, que todas as criaturas juntas seriam incapazes de preencher. Só Deus o pode preencher, porque é o nosso princípio e o nosso fim. A posse de Deus enche este vácuo e torna-nos felizes. A privação de Deus deixa-nos neste vácuo e é causa da nossa desgraça.

Antes de preencher este vácuo, Deus coloca-nos no caminho da fé; se nunca deixarmos de O considerar como nosso último fim, se usarmos das criaturas com moderação, e encaminharmos para o Seu serviço o uso que fazemos delas, contribuindo ao mesmo tempo e fielmente para a glória que Ele deseja receber de todas as criaturas criadas, Ele entregar-se-á a nós para preencher o vácuo que existe dentro de nós e para nos fazer felizes. Mas se não Lhe formos fiéis, Ele

deixará dentro de nós esse vácuo que, não sendo preenchido, será causa da nossa suprema miséria» [1].

Mas leva tempo a aprender pela experiência o que devíamos já saber pela fé: que os nossos corações foram feitos para Deus e que só nEle encontrarão descanso. Como Francis Thompson, receamos que «tendo-O a Ele, não tenhamos mais nada».

Só depois de muitos erros e insucessos é que nos convencemos da nossa loucura e enveredamos pelo caminho devido. Apesar disso, tais erros e até os nossos pecados podem servir para nosso bem. Quer os consideremos como lacunas e espaços vazios no nosso passado, que Deus pode preencher — porque todo o mal carece de verdadeira entidade; quer os consideremos como traços que Deus, mudando de modelo, pode aplicar ao molde segundo o qual está a tecer a nossa vida; quer os consideremos como salpicos de cor mal aplicada, que Deus pode utilizar para fazer parte de uma nova pintura ou como uma tinta que se pode misturar com o colorido escolhido por Deus para a nossa alma, a fim de lhe dar o matiz exacto que Ele procura; seja qual for, em suma, a opinião que tenhamos sobre o nosso passado, não devemos consentir nunca que algum dos nossos pecados da vida passada, por mais graves que tenham sido, interfira, sequer ao de leve, com a nossa esperança ilimitada e com a nossa confiança completa em Deus, ou com os nossos fins e planos para o futuro. As alturas do Amor Divino são sempre acessíveis.

Por esse motivo devemos ser resolutos e optimistas em dar o primeiro passo, confiando em que a providência paternal de Deus nos acompanhará no resto da jornada. A perfeição do desapego é trabalho para uma vida inteira e só se consegue gradualmente.

Não somos obrigados a renunciar em absoluto a todas as criaturas, mas apenas se nos pede que ao fazer uso delas e ao amá-las, consideremos Deus como nosso último fim.

---

(1) Padre Lallemant — *Doutrina espiritual*, cap. I, pg. 27.

Nosso Senhor nunca deixou de amar Sua Mãe; S. João foi o Seu amigo predilecto até ao fim e, no entanto, apesar de toda a sua perfeição, não passavam de criaturas.

É, de facto, um estratagema predilecto do demónio, com cujas maquinações temos sempre de contar, levar o principiante a excessos em matéria de desapego. O resultado é que a natureza humana defende os seus direitos com mais vigor do que antes e a situação piora. Em todo este trabalho, não devemos querer caminhar adiante da graça. Um bispo dos nossos tempos põe assim a questão: «Nestas coisas, há uma regra «offside» como no futebol: se queremos caminhar adiante da graça de Deus, o apito soa e sofremos um «penalty». O que temos de fazer é secundar a graça de Deus e seguir a direcção que nos marca com cooperação generosa».

Se formos generosos e cooperarmos com as solicitações de Deus, vindas de dentro da nossa alma, bem como com as Suas indicações vindas de fora, verificaremos que Ele se serve das criaturas para nos conduzir a Ele. Na realidade, todas as criaturas devem a sua origem a Deus e tudo o que se encontra de bom em qualquer delas não passa de pálida imagem da beleza de Deus. Não há encanto na criatura que não se possa encontrar em Deus em grau mais elevado e perfeito. Toda a criação manifesta a Sua amabilidade e tudo o que encontramos de amável na criatura não é mais do que a semelhança dessa criatura com o Criador.

As criaturas conduzem-nos desta forma até Deus; o perigo é que o seu encanto impeça o nosso amor de ir mais longe e nos leve mesmo a preferi-las a Deus. É por isso que a guarda do coração é coisa muito importante, na vida espiritual. O verdadeiro homem espiritual pode amar toda a criação; mas ama a Deus acima de tudo e ama todo o resto por amor de Deus. Este princípio será de grande proveito para muitas almas sinceras, ajudando-as a resolver as dificuldades originadas por um conceito muito restrito do desapego necessário para se conseguir a perfeição.

Deus serve-se constantemente das criaturas e do decorrer

dos acontecimentos para nos conduzir para Ele e faz isto muitas vezes sem nós darmos por isso. Há ocasiões, de facto, em que parece disfarçar a Sua acção, o que nos leva a julgar que se esqueceu de nós, que nos abandonou ou leva por caminho errado. O homem justo deve viver e orar pela fé e é especialmente pela fé que diz respeito à providência de Deus que tem que exercer essa fé. O caminho que Deus nos traça é, muitas vezes, uma surpresa para nós; conduz-nos para trás ou para a frente, por este caminho ou por aquele, e outras vezes ficamos com a impressão de que os Seus planos foram alterados.

Dá-nos a entender — e isso parece-nos muito claro — que pretende que nos dediquemos a qualquer obra em especial e que atinjamos determinado fim e depois toda a Sua providência se parece conjugar para que não atinjamos esses objectivos. Parece até, por vezes, que quer prejudicar toda a nossa vida, destruir as nossas obras, tirar-nos todos os meios de O servirmos. Não devemos, todavia, perder nunca a nossa confiança nEle e, quanto mais contraditórios nos pareçam os Seus caminhos, maior deve ser a nossa confiança na Sua guia paternal. Ele sabe o que faz e só Ele o sabe. Não há uma única coisa na nossa vida ou nas nossas circunstâncias que suceda por acaso, nem um único acontecimento em que Ele não superintenda.

Na realidade, nunca sabemos exactamente para onde é que Deus nos quer conduzir e temos de desistir de pretender sabê-lo.

As nossas ideias são muitas vezes erradas; pensamos em praticar grandes obras para Deus, mas Deus apenas pretende o nosso amor. Não compreendemos a verdade que ressalta das palavras de S. João da Cruz: «Um instante de puro amor é mais precioso aos olhos de Deus e da alma e mais proveitoso para a Igreja do que todas as boas obras juntas, embora pareça que nada se fez».

A parte mais valiosa da nossa vida é muitas vezes aquela que menos apreciamos e as boas obras pelas quais julgamos

ter feito grandes coisas para Deus e para a Sua Igreja podem ter pouco valor real diante dos Seus olhos.

Há uma lição misteriosa a aprender na narração evangélica da vida de Nosso Senhor sobre a Terra. Fez-se homem para salvar o género humano, para instruir os homens, para lhes pregar o Seu Evangelho, para fundar uma Igreja, para estabelecer uma doutrina e uma organização que deviam durar para sempre. A Sua vida foi planeada nos mais minuciosos pormenores para atingir esse fim. No entanto, como esse plano é contrário às nossas ideias! Julgamos que Ele, depois de nascer na obscuridade, desperdiça, na nossa opinião insensata, trinta anos da Sua vida no Egipto e em Nazaré, primeiramente como filho de um operário e depois, já crescido em anos, como operário Ele próprio. Ao atingir a idade de trinta anos, gasta três curtos anos — Ele conhecia de antemão a duração da Sua vida — no trabalho da pregação do Seu Evangelho e a instruir um pequeno grupo de homens simples, que constituiriam o núcleo da Sua Igreja. Por fim, permite que toda a Sua obra termine com a inutilidade aparente e com a vergonha da crucifixão, morrendo na degradação da Cruz, abandonado por todos os Seus adeptos, excepto por Sua Mãe, algumas mulheres, S. João e talvez alguns amigos espalhados entre a multidão.

Na realidade, o que mais surpreende na Sua vida não foi o que fez, mas sim o que deixou de fazer. O Seu desejo mais fervente parece ter sido completar o mais depressa possível o Seu ministério público, a fim de apressar o momento da Sua morte. Parece ter colocado toda a esperança dos resultados do Seu ministério, mais no poder e frutos da Sua morte, do que no poder e frutos da Sua vida. Se há alguma coisa que se destaca nas narrações evangélicas é o desejo ardente de Nosso Senhor de antes morrer pela glória de Seu Pai do que viver para ela.

Não nos esqueçamos de que Ele é o nosso Modelo. Poucos de nós somos chamados a imitar a Sua vida pública, mas somos todos convidados a reproduzir a Sua vida oculta, segundo a nossa condição. Temos todos, também,

de aprender a lição de preferir a morte à vida que Ele nos dá e devemos estar preparados para seguir o Seu exemplo, porque, se se pode resumir a verdade em poucas palavras e sem exagero, não é o muito que vivemos por Deus que mais importa, mas, sim, a generosidade com que *morrermos* por Ele. Muitos de nós, como os Santos Inocentes, somos chamados a confessar a glória de Deus «*Moriendo non loquendo*» morrendo e não vivendo — mais pela vida interior do que pelo ministério activo. Há almas — e o seu número tende a aumentar hoje em dia — que são chamadas a sofrer a morte violenta do martírio pela causa de Deus, mas é maior o número daquelas que são chamadas a sofrer a morte lenta da humildade e abandono à vontade de Deus. O sofrimento dos primeiros é violento, mas curto; o dos últimos pode prolongar-se por longos anos, porque derramam o sangue gota a gota.

Nosso Senhor avisa-nos de que, permanecendo nEle, daremos mais fruto e acrescenta que o Bom Agricultor nos podará, para que demos mais fruto. Devemos estar preparados para esta purificação por parte de Deus; é necessária uma fé muito viva para cooperarmos com ela. A mão do Divino Agricultor manifesta-se por vezes claramente e, seja qual for o instrumento de que Ele se sirva, todas as vezes que é cortado ou podado algum ramo da nossa vida ou das nossas faculdades, torna-se claro que é Ele que está a operar e não é preciso então grande esforço para ver e beijar a mão amorável do Nosso Pai que está no Céu, quando qualquer pessoa ou acontecimento perturba os nossos planos ou as nossas possibilidades.

Essa submissão torna-se, todavia, muito mais difícil, quando assistimos à remoção de todos os ramos, um por um e nos vemos aparentemente abandonados e sem meios de produzir fruto para Deus e de viver para Ele. É então a altura de o homem justo viver pela fé. Aquele «ramo» que nos pertence e que Deus pretende que dê mais fruto é invisível aos nossos olhos. Devemos viver então pela fé em Deus; Ele é a nossa Esperança, a nossa Vida, o nosso Amor;

devemos viver para Ele e não para nós próprios. Ele é, de facto, o nosso Deus e o nosso Tudo.

Isto é de importância essencial no caso em que a acção divina assume o aspecto, que aliás não é invulgar, de ocultar a mão de Deus à primeira vista. Muitas vezes, Deus purifica-nos, deixando-nos perplexos. Em vez de cortar os ramos, corta a seiva, que parece necessária à sua vida. As coisas chegam, por vezes, tão longe, que a alma fica completamente desnorteada, mesmo espiritualmente e sente-se como Lázaro depois de permanecer quatro dias na sepultura.

É este o momento em que se torna necessária uma correspondência decisiva à graça de Deus; porque se trata de uma graça, de uma grande graça. Em tais circunstâncias, devemos despertar a nossa fé com um esforço decisivo para ver a Sua mão e o Seu amor em tudo o que nos acontece; devemos despertar a nossa esperança para recebermos dEle tudo aquilo de que necessitamos para Lhe dar glória e nos santificarmos; devemos despertar o nosso amor, a fim de nos ligarmos a Ele naquela união de vontade e convicção humilde da nossa inutilidade, que constitui a verdadeira permanência em Cristo e a única união com Deus que importa alcançar cá na terra.

Notai que dizemos *despertar*, porque estas circunstâncias exigem uma decisão definida e determinada. Temos de decidir crer em Deus, temos que decidir esperar nEle, amá-Lo, confiar nEle; temos de decidir que Cristo é a nossa vida e que Deus é o nosso Tudo.

A natureza humana há-de tender, porém, para imitar os dois discípulos que seguiam pela estrada de Emaús, depois do desastre final da Crucifixão. A resposta que Nosso Senhor lhes deu não foi só para ser ouvida por eles, mas também por nós: «*Ó estultos e tardos do coração para crer tudo o que anunciaram os profetas! Porventura não era necessário que o Cristo sofresse tais coisas e que assim* (notai esta palavra) *entrasse na Sua glória?*» (1).

(1) S. Lucas, XXIV, 25, 26.

E não somos nós membros de Cristo?... É o servo mais do que o seu Senhor?

Não disse Nosso Senhor a Marta, quando Lázaro estava já sepultado: «*Eu sou a Ressurreição e a Vida; o que crê em mim, ainda que esteja morto, viverá... Crês isto?... Não te disse eu que, se tu creres, verás a glória de Deus?*»(1).

Na realidade, o homem justo é obediente até à morte, mas vive pela fé, porque a fé é o princípio próximo da união com Deus cá na terra. E a nossa fé deve exercitar-se a despeito de tudo — a despeito até da nossa própria insignificância.

Quando estudamos as vidas dos Santos, parece-nos que eram todos «grandes» almas. Uns seguiram a Deus desde os verdes anos e, como a Florzinha de Lisieux, nunca Lhe recusaram nada; outros, mesmo depois de pecarem, manifestaram uma «grandeza» e perfeição que, depois da sua conversão, parece à primeira vista terem sido a causa da sua santidade heróica. Uma vez convertidos, não tornaram a olhar para trás. Tal grandeza de alma não é para nós; nem sequer no pecado fomos grandes.

A sua determinação, a sua perfeição, a sua sinceridade, não têm nada de comum com a nossa futilidade cobarde. Somos medíocres e infiéis até no pecado; tanto nos dá ir para um lado como para o outro, não somos generosos em praticar o bem, nem em praticar o mal; somos inconstantes e inconsequentes; somos um desastre.

Os conselheiros do desespero apressam-se a recordar-nos o que disse Nosso Senhor daqueles que nem são quentes nem frios — que Ele acabaria por os vomitar da Sua boca, porque eram indiferentes e ficamos com a impressão de que não há possibilidade de conversão ou esperança de progresso para o tíbio.

É esse o momento de despertarmos a nossa fé e de nos gloriarmos nas nossas fraquezas. Embora a nossa santificação nos pareça difícil — e não há razão para sustentar

(1) S. João, XI, 25, 40.

que o é, porque uma alma nessas condições tem uma disposição próxima para um alto grau de humildade — nunca nos devemos esquecer de que a nossa santificação tem de ser mais obra de Deus do que obra nossa, que o plano de Deus é glorificar-se pela Sua Misericórdia e que a Misericórdia se glorifica mais, quando se exerce junto de uma grande miséria. Quanto mais difícil for a obra e quanto menos direito tivermos ao auxílio de Deus para a executarmos, mais se glorificará a Sua Misericórdia, tornando-nos santos.

A nossa inutilidade é, portanto, uma razão para esperarmos sem limites! Este é um princípio que devemos ter sempre presente. A mulher Cananeia, que foi ao encontro de Jesus e Lhe pediu a cura de sua filha, não recebeu a princípio qualquer resposta e os discípulos queriam que Ele a despedisse. Como ela persistisse, Jesus respondeu que «*não tinha sido enviado senão às ovelhas que pereceram da casa de Israel*», e ela não era uma dessas. Mas ela veio e adorou-O e, apesar da Sua aspereza aparente, humilhou-se a ponto de se julgar menos do que os cães aos quais Ele parecia querer compará-la. Jesus cedeu, por fim, dizendo: «*Mulher, grande é a tua fé! Seja-te feito como queres*» (1).

Temos aqui um exemplo de Nosso Senhor em Pessoa que tinha excluído alguém do programa que traçara, mas que acaba por ceder em face da fé verificada.

Já citámos as palavras que Nosso Senhor pronunciou depois da morte de Lázaro, quando disse a Marta que confiasse nEle, apesar da morte de seu irmão. Embora mortos espiritualmente — se acreditarmos nEle — viveremos. Mas, quando o desânimo se apodera de nós, qualquer condição que haja a cumprir da nossa parte parece destruir em nós toda a esperança. Achamos que é duro até acreditar nisso. Há, no entanto, ainda remédio e lugar para a esperança.

Recordemos o primeiro milagre de Nosso Senhor nas bodas de Caná (2). A certa altura, faltou o vinho e Nossa

---

(1) S. Mateus XV, 24, 28.
(2) S. João, cap. II.

Senhora voltou-se para Nosso Senhor e chamou a Sua atenção para a situação que se criava, dizendo-lhe: «*Não têm vinho*». Nosso Senhor deu-lhe uma resposta misteriosa que pode até ser interpretada como rude: «*Mulher, que nos importa a mim e a ti isso? Ainda não chegou a minha hora*».

A primeira parte da resposta deve ser interpretada de acordo com o idioma da língua aramaica; a segunda parte é uma indicação clara de que a hora de operar milagres ainda não chegara.

No entanto, Nossa Senhora, imperturbável, disse calmamente aos que serviam: «*Fazei tudo o que Ele vos disser*». Estes obedeceram e sabemos qual foi o resultado. A água que forneceram transformou-se em vinho excelente.

Toda a vida espiritual se resume e manifesta neste incidente. O poder extraordinário de Nossa Senhora é também evidenciado. O efeito resultante do cumprimento da vontade de Deus é claro e é digno de nota que este foi o único preceito que Nossa Senhora deu aos seus filhos. Se nós cumprirmos «tudo o que Ele nos disser», a água do nosso miserável ser transformar-se-á em vinho da Sua nova criação.

De momento, queremos apenas salientar que a Sua declaração explícita sobre as limitações do *Plano Divino*, não O impediu de alterar esse plano, a pedido de Sua Mãe. *Não há portanto limitações absolutas à obra da graça divina.* E ainda que as houvesse, não são absolutas para Nossa Senhora. Ela é bem-aventurada, porque creu [1]. Se a nossa fé é fraca, o que temos de fazer é recorrer a Nossa Mãe e dizer-lhe «que não temos vinho». Ela providenciará.

Nesta ordem de ideias, embora todas as autoridades, todos os nossos amigos e conselheiros, todos os livros, todos os exemplos e todo o nosso íntimo pareçam conspirar para nos dizerem que nós não pertencemos ao número daqueles que são convidados para as bodas do Cordeiro, para as sublimidades da santidade; mesmo que Nosso Senhor pareça afir-

(1) S. Lucas, I, 45.

mar que nós não pertencemos à época nem ao número daqueles para os quais Ele foi enviado — devemos mesmo assim, perseverar na nossa fé, na nossa esperança, no nosso amor, na nossa humildade e no nosso abandono à Sua vontade.

Não há nada que Deus não faça perante uma fé amável e confiante. E embora sintamos que não temos fé, Nossa Senhora tem fé que chegue para nós todos. E temos a palavra de Nosso Senhor que nos assegurou que Ela é «nossa» (1). Como boa dona de casa que é, ela providenciará para que não nos falte o vinho. Mas este assunto da economia doméstica de Nossa Senhora merece um capítulo à parte.

Consideremos agora, à luz dos ensinamentos de S. Tomás, o receio que temos de não sermos o «estofo» de que se fazem os santos.

Abordando a questão sobre se a caridade é infundida segundo a capacidade das nossas virtudes naturais, o Santo diz o seguinte: «A medida de cada coisa depende da causa dessa coisa, porque uma causa mais universal produz um efeito maior».

Porque excede a proporção ou a capacidade da natureza humana, a caridade não depende de qualquer poder natural, mas apenas da graça do Espírito Santo, que a infunde. A medida da caridade não depende, portanto, da condição da natureza ou da capacidade das virtudes naturais, mas apenas da vontade do Espírito Santo que distribui os Seus dons segundo Lhe apraz. Assim, escrevendo aos Efésios, diz S. Paulo: (2) «*A cada um de nós foi dada a graça segundo a medida do dom de Cristo*» (3). E, com o fim de remover qualquer limitação que se poderia basear nas disposições que ordinàriamente precedem a infusão da caridade, S. Tomás observa que tais disposições são também influenciadas pelo Espírito Santo «*Que nos fez dignos de participar da sorte dos santos na luz do Céu*» (4).

(1) S. João XIX, 27.
(2) Ef. IV, 7.
(3) Summa, II-II, 24, 3.
(4) Col. I, 12.

A forma como S. Tomás trata da questão sobre se há qualquer limite ao aumento da caridade (que é o laço da perfeição) deve servir-nos de estímulo.

Há só três razões pelas quais tal aumento poderia ser limitado: em razão da natureza da graça em si própria, em razão do agente que a produz e em razão da alma que a recebe. E continua: «Nenhuma destas três razões põe qualquer limite ao aumento da caridade. A caridade em si não tem limites, porque é uma participação da caridade incriada, que é o Espírito Santo. O agente que produz a caridade é infinitamente poderoso, pois é o próprio Deus. Não há também limite fixado para o seu aumento em razão da natureza do sujeito que a recebe, porque todas as vezes que a caridade aumenta, é também aumentada a capacidade para novo avanço. Segue-se daqui que não se pode fixar limite para o aumento da caridade nesta vida» (1).

Não há, portanto, limite imposto ao nosso progresso pela nossa natureza. Os únicos factores limitativos são a vontade de Deus, o único limite só pode vir da decisão amável de Deus. Podemos com plena confiança deixar-Lhe a Ele a decisão final.

Tratamos desta questão bastante extensamente, porque é de importância essencial que nenhuma alma consinta que qualquer circunstância, seja ela qual for, perturbe a sua confiança ilimitada e a sua esperança em Deus. Há ligação íntima e acção recíproca entre a humildade e a confiança. A pessoa que compreende a misericórdia de Deus pode pôr toda a sua confiança nEle e ser honesto consigo próprio no que diz respeito à sua própria fraqueza. Quem só conhece a Deus como Juiz rigoroso e julga que só pode colocar a sua confiança na sua rectidão e força dos Seus desígnios, não é honesto consigo próprio e, como a humildade é a verdade, não pode conseguir a verdadeira humildade. Só se pode conhecer a si quem conhece a Deus. E, sob outro aspecto, só quem se conhece a si próprio poderá conhecer

(1) Summa II-II, 9. 24, a. 7.

a profundidade da liberalidade de Deus e o Seu amor extraordinário. Conhecendo isto, poderá elevar-se até ao grau mais alto da humildade, que consiste não só em reconhecer o seu nada, mas até em se regozijar com isso.

A confiança deve, portanto, animar sempre a nossa vida espiritual. Esta é sobretudo necessária durante o período de progresso em que Deus começa a purificar as profundezas da nossa alma e a prepará-la para maiores coisas. A Providência de Deus opera sempre, tendo em vista o desapego de nós próprios e das criaturas e o apego a Ele, mas não opera sempre da mesma forma. Às vezes, desprende a alma passo a passo, por assim dizer, tomando um «tentáculo» da criatura e ligando-o a Si, antes de proceder a nova união. Pode mesmo servir-se de uma criatura como intermediária e elevar o nosso nível, ligando-nos momentâneamente a qualquer criatura superior, mas apenas como meio para a ligar finalmente a Si. Pode servir-se, por exemplo, do nosso desejo de adquirir conhecimentos, para nos afastar dos desejos de darmos prazer aos sentidos; pode servir-se do desejo da nossa destreza física e das nossas proezas para nos desligar das satisfações inferiores.

Noutras ocasiões, Deus opera num campo mais vasto e começa por soltar, por assim dizer, todas as pedras do edifício que desaba com grande fragor ao embate de uma provação mais forte. Nessa altura, todos os nossos afectos desordenados desaparecem como por encanto.

Neste caso, Ele pode servir-se outra vez de um intermediário e substituir uma multidão de afectos por um só que mais tarde removerá por sua vez, tomando então posse do nosso coração. A sua subtileza não tem limites e não há obstáculo que Ele não possa vencer. Por mais baixo que tenhamos descido, por medíocres que sejamos, por mais arredios que tenhamos andado, mergulhados nos lodaçais do pecado, Ele pode constituir sempre uma ponte que nos dê acesso ao caminho que nos há-de levar ao destino que nos traçou, fornecendo-nos, ao mesmo tempo, a força necessária para o fazermos.

Ao encaminhar-nos para a união consigo próprio, na oração, a acção de Deus pode parecer-nos absolutamente desconcertante.

A oração, como vimos, é susceptível de desenvolvimento. Havendo boa vontade, pureza de vida e leitura e meditação diárias, a oração torna-se mais afectiva; falamos com Deus com certa facilidade e depois começamos a conversar com Ele muito simplesmente, usando poucas palavras, mas que significam muito. Uma boa parte do tempo da oração pode ser gasta em oração silenciosa e actos de amor.

No decorrer deste processo de desenvolvimento — e não é necessário especificar em que altura — Deus pode mostrar-se disposto a intervir e, como resultado da Sua intervenção, a oração, tal qual a conhecemos, torna-se, a princípio, mais difícil, a seguir mais árida e por fim torna-se impossível. Foi-se o sentimento da presença de Deus e desaparece toda a facilidade em praticar actos e em perseverar na oração silenciosa. Pode sobrevir então a repugnância geral pelas coisas espirituais. A leitura espiritual parece-nos, pelo menos, inútil e pode tornar-se até desagradável. Os exercícios espirituais convertem-se em coisas enfadonhas e penosas; o entendimento mostra-se incapaz de bons pensamentos e parece ter desaparecido todo o fervor. Ora, como já tivemos ocasião de dizer, tal estado de coisas pode ter como causa o pecado, a infidelidade ou a tibieza. Se for esse o caso, um exame de consciência revelará uma falta definida, ou no caso de tibieza, um relaxamento geral, o qual, no entanto, pode dar margem a melhoria da situação. Mas também sucede com frequência que não se encontra qualquer causa definida. Há uma sensação geral e vaga de que qualquer coisa vai mal, mas não descortinamos qualquer falta em especial.

Esse vago sentimento de mal estar não nos deve aborrecer.

No capítulo antecedente já nos referimos a este estado de coisas na oração. Voltamos ao assunto, para insistir em que é de importância capital conservar uma confiança inabalável na guia amorosa e na acção com que Deus nos pretende

levar para Si e na Sua misericórdia infinita, sempre disposta a perdoar todas as nossas infidelidades, pois nessas condições, a alma pode ter uma visão tão clara do seu estado, que venha a ser subjugada pelo espectáculo e, perdendo a confiança em Deus, abandone a vida espiritual e procure consolações nas criaturas.

Se há uma defecção num período destes, pode o caso ser muito grave. Temos de tentar os últimos recursos, se houver perigo de nos intoxicarmos no prazer, a ponto de pormos de parte, embora temporàriamente, a lembrança da necessidade que temos de Deus e o horror de nós próprios. Mesmo que tenhamos a infelicidade de cair, devemos voltar para Deus com confiança. «*Onde abundou o pecado, superabundou a graça*» (1). Deus compreenderá a nossa situação muito melhor que qualquer ser humano e estará sempre pronto a perdoar.

A alma nessas condições deve perseverar na sua oração árida e no serviço de Deus, apesar da repugnância que sente, com confiança absoluta e fé.

Nada lhe dá mais glória e prazer do que estes actos áridos de submissão à Sua vontade. Essa é a ocasião de grandes merecimentos para a alma e de grande proveito para a Igreja. Em tal serviço, não há qualquer acto em que nos procuremos a nós próprios.

Se perseverarmos na oração, a despeito da melancolia do inverno, a primavera em breve despontará nas nossas almas. E ouviremos então a voz do amado: «*Levanta-te, apressa-te, amiga minha, pomba minha, formosa minha e vem. Porque já passou o inverno, já se foram e cessaram de todo as chuvas. Apareceram as flores na nossa terra*» (2). Poderemos então dizer em boa verdade com a Esposa dos Cânticos: «*O meu Amado é para mim e eu para ele, apascenta*

---

(1) Rom. V, 20.
(2) Cânt. dos Cânt. II, 10, 12.

o seu rebanho entre os lírios, até que chegue o fresco do dia e declinem as sombras» (1).

A graça da oração, que causava antes tanta aridez na alma, estende agora o seu reinado e os seus efeitos tornam-se notáveis; estende-se às outras faculdades da alma e as distracções cessam, toca o coração e enche-o de paz, de alegria e amor. Aos olhos atónitos da alma abre-se uma nova vida e já não contam os anos de inverno que passaram. Passamos então a amar verdadeiramente, a ser amados e não só conhecemos o nosso amor, mas também o nosso Amante Sublime.

(1) Cânt. dos Cânt. II, 10, 16-17.

CAPÍTULO XXI

CASAMENTO E SANTIDADE

Ao tratarmos do cumprimento da vida de Cristo nas nossas almas, desde que recebemos o Baptismo, apenas nos referimos, ao de leve, ao tipo usual de boas obras externas, que são geralmente consideradas parte principal da nossa vida espiritual, como sejam as obras sociais e a filantropia.

Uma das razões do nosso silêncio é que essas obras só têm verdadeiro valor para a santificação, quando procedem de uma vida interior de união com Deus. «*Se não tiver caridade, nada disto me aproveita*» (1). Há ainda a notar o facto de que muitos católicos consideram tais obras como parte essencial da sua vida católica — quando, na verdade, elas são apenas uma das expressões externas possíveis da verdadeira vida espiritual, que, como o reino de Deus, está dentro de nós.

Há ainda certa falta de perspectiva na avaliação da importância relativa de tais obras. Todos nós concordamos em que os Domingos são dias destinados a certos exercícios religiosos. Nos dias de semana, os mais fervorosos dedicam-se a certas práticas diárias voluntárias como sejam, por exemplo, a Missa diária ou uma visita ao Santíssimo Sacramento. Se alguma coisa mais se pretende deles, isso toma geralmente a forma de qualquer obra social. Feito isto, fica-se com a vaga impressão de que a religião tem para nós apenas in-

---

(1) I Cor. XIII, 3.

teresse negativo, no resto do dia; que o mais que podemos fazer, no que diz respeito a religião, é evitar o pecado e rezar talvez mais algumas orações.

Ora, tendo em consideração que somos membros de Cristo, tal modo de ver as coisas é evidentemente errado, porque somos Seus membros e Ele é a nossa vida em tudo o que fazemos. Deste modo, toda e qualquer acção da nossa vida deve subordinar-se à influência da religião e o mesmo se diga das relações com as pessoas que encontramos todos os dias, pois estas devem ser reguladas pela caridade cristã. E, se procuramos objecto para o exercício dessa caridade cristã, devemos começar pela pessoa que tem maiores direitos a tal caridade. E essa pessoa não é a sociedade, em geral, porque a pessoa mais importante no mundo para um homem casado é e deve ser a sua mulher.

Depois das suas práticas pessoais, a vida espiritual das pessoas casadas — na sua expressão externa — começa, portanto, nas suas relações mútuas e estas relações são uma das suas expressões mais importantes e certamente aquela que se pode chamar primária.

Nenhum novelista romântico, nenhum poeta idealista e nenhum sonhador teimoso foi capaz de estabelecer um ideal romântico para as pessoas casadas como o fez Nosso Senhor pela pena de S. Paulo:

As mulheres sejam sujeitas a seus maridos, como ao Senhor, porque o marido é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja, seu corpo, do qual Ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim o estejam também as mulheres a seus maridos em tudo. Maridos, amai a vossas mulheres, como também Cristo amou a Igreja e por ela se entregou a Si mesmo, para a santificar, purificando-a no baptismo da água pela palavra da vida, para apresentar a si mesmo esta Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e imaculada. Assim também os maridos devem amar as suas mulheres, como os seus próprios corpos. O que ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. Porque ninguém aborreceu jamais a sua própria carne, mas nutre-a

e cuida dela, como também Cristo o faz à Sua Igreja, porque somos membros do Seu corpo místico, da Sua carne e dos Seus ossos. Por isso deixará o homem seu pai e sua mãe e se unirá a sua mulher e serão dois numa só carne. Este mistério é grande, mas eu o digo em relação a Cristo e à Igreja» (1).

Por outras palavras, o amor e a fidelidade mútua de Cristo e da Sua Igreja não são só os modelos propostos por Deus para o amor e a fidelidade mútua do marido e da mulher, mas a sua união é também um «sacramento» dessa união de Cristo e da Sua Igreja.

Escrevendo sobre este mesmo assunto, Pio XI lembra aos esposos que o amor de Cristo à Sua Igreja deve ser o seu modelo. E continua: «*Esta é a regra que estabeleceu S. Paulo, quando disse: Esposos, amai vossas esposas, como Cristo Amou a Igreja. Ora Jesus uniu-se à Igreja com imensa caridade, não com os olhos na própria comodidade e conveniência, mas só na utilidade de sua Esposa.*

E o Santo Padre continua: «*Portanto aqui falamos da virtude da caridade que não se funda em mera inclinação carnal, passageira e fugaz, nem sòmente em suaves e doces palavras, mas, sim, no íntimo afecto da alma e sobretudo em obras exteriores, pois, como sói dizer-se, só com obras é que se prova o amor. Mas esta obra não se há-de limitar ao mútuo auxílio dos cônjuges; é necessário que se estenda também e se ordene sobretudo ao recíproco auxílio, em ordem à formação e à maior perfeição do homem interior, de modo que, pela mútua convivência, ao mesmo tempo adiantem cada dia mais e mais no caminho da virtude e cresçam sobretudo na verdadeira caridade para com Deus e para com o próximo, da qual em último termo «dependem toda a lei e os profetas». Com efeito, todos os esposos, seja qual for a sua condição e o modo honesto de vida que tiverem, podem e devem imitar aquele exemplar perfeitíssimo de toda a santidade, que Deus propôs aos homens, que é Cristo Senhor Nosso; e com o auxílio de Deus podem chegar até ao mais alto grau da*

(1) Efésios, V, 22-32.

perfeição cristã, como se pode comprovar com o exemplo de muitos Santos» [1].

Desejamos chamar a atenção do leitor para o último passo das palavras acima citadas, pois contém a refutação suficiente do erro muito divulgado que pretende insinuar que o casamento não é um estado em que se possa procurar e conseguir a santidade. Com essas palavras se prova que as pessoas casadas não só podem atingir a suma perfeição, mas têm até obrigação de o fazer; longe de ser um obstáculo, a vida dos casados é um meio para esse fim.

É evidente que o matrimónio cristão é uma união de amor, não só natural, mas também sobrenatural. Seria sumamente imprudente presumir que a graça sacramental pode ser convenientemente invocada de antemão para tornar proveitosa uma união condenada a inêxito na sua própria concepção, por falta daquele amor mútuo que move um homem e uma mulher a entregarem-se completamente um ao outro. Que não se pense que o casamento é uma simples união física.

Diz Pio XI: «*Em virtude do matrimónio ajuntam-se e fundem-se as almas, ainda antes e mais estreitamente que os corpos; e isto não com um afecto passageiro dos sentidos ou do espírito, mas, sim, com uma determinação deliberada e firme das vontades; e desta união das almas nasce, porque Deus assim o estabeleceu, o sagrado e indissolúvel vínculo matrimonial*».

O que realmente acontece no verdadeiro matrimónio cristão é que o homem e a mulher, abandonando a sua vida individual, entregam-se completamente um ao outro, como Cristo se entregou à Sua Igreja (e considerai como Ele se entrega na Santa Comunhão) e formam juntos uma nova unidade, vivendo uma nova vida. Não são só dois na mesma carne, são dois numa vida única.

O modelo estabelecido por S. Paulo para o amor matrimonial é muito elevado. O homem deve amar a sua mulher

---

(1) Pio XI — Encíclica sobre o matrimónio cristão — 31-XII-1930.

«*como Cristo amou a Sua Igreja e por ela Se entregou a Si mesmo*». E Cristo entregou-se à morte e morte de Cruz pela Igreja, Sua esposa. E S. Paulo liga essa chefia da família que ele coloca no homem com a sua disposição para se entregar à sua mulher quando escreve: «*Ele é o Salvador do Seu Corpo*».

Isto, podereis vós dizer, é um ideal que está fora do alcance humano. Talvez; mas o matrimónio não é uma união puramente humana. É uma união sobrenatural, um sacramento que dá graça — essa participação da força de Cristo — para habilitar os dois participantes a atingirem esse ideal. Em última análise, são precisos três para se fazer um casamento feliz: um homem, uma mulher e Deus. E pode dizer-se, em certo sentido, que estes três constituem um só, pois são certamente um em Cristo.

O matrimónio, sendo um sacramento, não só confere aquele aumento de graça sobrenatural que é o efeito de todos os sacramentos, mas confere também uma graça especial e auxílio para todas as dificuldades e decisões que são próprias da vida de casados. Essa é a razão por que colocamos diante do homem e da mulher um ideal tão elevado. É, na verdade, um ideal sobre-humano, mas a força posta à sua disposição é também sobre-humana. Devem, portanto, confiar nessa força que vem de Deus e não em si próprios. E devem desenvolver essa vida sobre-humana — a vida espiritual — por meio de exercícios adequados. Talvez pareça fora de moda sugerir que tais exercícios se façam em comum, mas há muitas coisas fora de moda que possuem um valor que os modernos não compreendem e esta é uma delas. Se apontamos aqui algumas das dificuldades humanas que surgem na vida dos casados, é para indicar a necessidade do uso contínuo e da confiança nos meios sobrenaturais, que o sacramento do matrimónio coloca à nossa disposição. E se, devido à escassez de espaço, nos limitamos a falar das relações entre o homem e a mulher, de preferência a tratarmos das relações entre pais e filhos, é porque as primeiras são geralmente as mais esquecidas.

O marido e a mulher são ambos membros de Cristo; para receberem a graça do Sacramento devem ser membros que vivem em estado de graça. Doutra forma não é possível que exista entre eles amor sobrenatural. Assim como duas células do corpo humano se unem para formar uma só, que é o princípio de uma nova vida humana, assim também o marido e a mulher tornam-se um em Cristo e um com Cristo, com o fim de tornar proveitosa a vida de Cristo — para que se dê a Cristo um novo membro.

O matrimónio cristão tem certas características especiais. É um contrato e esse contrato é um sacramento de que são ministros o homem e a mulher. Mas, ao contrário do que sucede com muitos outros contratos, os seus termos e os seus fins não são determinados pelas partes contratantes; já estão fixados pela lei da natureza e pela lei de Deus.

Pode-se procurar o casamento sob a influência de vários motivos, uns melhores do que outros; mas, uma vez aceite, deve procurar-se atingir com ele o seu fim e o seu fim primário é a geração de novos membros de Cristo e a sua formação em Cristo para o Céu; e esse fim nunca deve ser frustrado por meios ilegais. O fim secundário, isto é, complemento mútuo e a perfeição do homem e da mulher em Cristo, tem a sua importância própria que é, muitas vezes, menosprezada, mas este só se pode conseguir, se não se impedir o seu fim primário e de resultado natural por meios ilegais.

De outra forma, a união não é união em Cristo.

Tendo sempre em mente isso, vamos tratar agora do aspecto espiritual do fim secundário, que diz despeito ao homem e à mulher. E antes de mais nada, ponhamos de parte a noção herética de que há qualquer coisa de pecaminoso ou vergonhoso na expressão física do amor dos esposos, que forma o objecto do contrato matrimonial. Há a impressão peculiar, vaga talvez, mas nem por isso menos geral, de que o casamento apenas dá licença para fazer uma coisa em si ilegal e não decente, que é a tolerância de um mal necessário, uma pura concessão feita à natureza decaída e à fraqueza humana. Tal sentimento é completamente falso.

As intimidades da vida conjugal não são só livres de pecado e de vergonha, mas são até santas. Lede outra vez o texto de S. Paulo, citado acima e lembrai-vos de que o Espírito Santo é o verdadeiro autor destas palavras e notai que Ele escolhe a união íntima da vida conjugal como símbolo e «sacramento» da união de Cristo com a Sua Igreja. Como pode, pois, haver qualquer coisa que não seja absolutamente santa em tal união, se a malícia humana não a deformar, afastando-a da sua verdadeira natureza? Libertemo-nos, de uma vez para sempre, da noção, tão prejudicial à vida espiritual, tão herética na sua origem e tão espalhada, que há qualquer coisa de intrinsecamente mau no prazer, como tal. Deus nos defenda disso. Deus fez o prazer e o homem fez a dor. Deus participa do prazer das suas criaturas. Pode ser oferecido a Deus todo o prazer que não seja desordenado, por mais intenso que seja. Tudo o que se faz legalmente em nosso proveito ou em proveito do próximo é feito a Cristo. Nosso Senhor insistiu uma vez com Santa Gertrudes para que comesse uvas, quando se encontrava doente, e assegurou-lhe que o prazer que proporcionava a si própria, proporcionava-o também a Ele. Só quando o prazer se torna desordenado — isto é, contrário à Vontade de Deus — é que é um mal.

Ninguém pode viver sem qualquer espécie de prazer, assim como não pode viver sem alimento e descanso.

O amor pede uma expressão e é alimentado por ela e isso é também certo, quando se trata do amor espiritual. O amor do homem pela sua mulher é um amor único e exige uma expressão única; e Deus determinou uma única expressão para ele e ligou-lhe prazer intenso. Mas Deus foi mais além, pois providenciou para que pelo próprio acto de expressarem o seu amor um ao outro, o marido e a mulher se tornassem seus comparticipantes na obra de produzir uma nova criatura. Eles produzem o corpo e Deus infunde a alma. E isso é apenas o início da sua obra de comparticipação, pois têm o privilégio e o dever de educarem essa nova criatura até à maturidade da vida de Cristo, altura em que, já cristãos inde-

pendentes, formados pelo seu cuidado e amor e moldados pelo seu exemplo e ensinamentos, têm de trabalhar para a sua união completa com Deus no Céu.

O casamento implica, portanto, uma entrega completa de um dos membros ao outro e um amor que simboliza o amor de Cristo à Sua Igreja. Os próprios obstáculos, levantados pela natureza humana ao cumprimento deste ideal, podem tornar o casamento fonte de vida espiritual intensa, pois que em breve se verificará que nenhuma das partes é um anjo; são ambas humanas. O amor e o sacrifício que se exigem de parte a parte são tão grandes e tão custosos, que muitas vezes surgirá a pergunta: «Há algum ser humano que valha tudo isto? Pode algum ser humano dar tudo isto?» A resposta encontra-se no facto de que não é um mero ser humano aquele que dá, nem é um mero ser humano quem recebe. Cada qual ama e sacrifica-se em comparticipação com Cristo; cada qual é amado e servido em união com Cristo. Além do seu marido e do coração deste, a esposa vê, ama e serve a Cristo. Além da sua mulher e do coração desta, o marido vê, ama e serve a Cristo.

A força para perseverar e dar tudo aquilo de que precisa uma casa, só por amor, vem de Cristo e é usada por Cristo. Cristo é o Amante e o Amado, porque, mesmo no casamento, «haverá um Cristo amando-Se a Si próprio».

De facto, quando a dificuldade da situação nos reconduz a Cristo, é na união com Ele que procuramos força. Só o cristão perfeito pode ser amante perfeito. A desilusão que é inevitável em todas as coisas humanas — a incapacidade que a outra pessoa mostra em corresponder ao amor dedicado — levam-nos a procurar o Amante Perfeito, o Amante Sublime, que é Cristo. Apaixonando-nos por alguma pessoa, verificamos que toda a nossa felicidade está ligada a «alguém» e é muitas vezes em consequência da desilusão que sofremos desse «alguém», que aprendemos a conhecer o verdadeiro «Alguém», que é Cristo. Quando se dá a separação inevitável entre os cônjuges — e isso tem de suceder pelo menos durante parte do dia — e se verifica então que as

coisas perderam o seu significado, porque já não há ninguém com quem se possam compartilhar, ou se tem de procurar distracção no trabalho ou prazer ou se tem de progredir na união com Cristo, que se encontra latente em todas as almas cristãs, e pela qual se pode compartilhar tudo e sempre com Aquele que fez todas as coisas.

Mesmo numa associação perfeita, a limitação humana tornar-se-á manifesta. Mesmo nesse caso, torna-se necessário exercer um esforço para construir novos laços e associações, para forjar novos vínculos, que desafiem a corrosão dos hábitos e do tempo.

Nunca se pode considerar o amor como uma dádiva; o amor vive e desenvolve-se ou então morre. Mas até na melhor das hipóteses, o amor tem de se tornar sobrenatural. Entendido convenientemente, há um sentido em que se pode dizer que o marido e a mulher devem ser um para o outro como que um «sacramento» de Cristo.

Tudo o que se encontra de amável, agradável e de belo em qualquer dos cônjuges não passa de pálido reflexo do encanto, da beleza, da amabilidade dAquele, à imagem de Quem foram feitas todas as coisas. Há uma altura na vida de alguns que se sentem felizes, em que a beleza de toda a criação se resume para eles numa só pessoa. O canto dos pássaros numa tarde de verão, a beleza cristalina de uma noite de luar, a dança alegre da água que corre, todos e cada um destes encantos patéticos da natureza, que tornam tristes os poetas, só têm uma mensagem para o amante feliz, que sabe que todas as coisas existentes no mundo não passam de coisas com valor infinitamente inferior ao valor das pessoas e que há só uma pessoa que resume para ele a glória de toda a criação. Todas estas coisas passarão e a previsão da sua passagem entristecerá o seu coração, se não se compenetrar de que tudo isto e mesmo a pessoa em que se encontra são apenas a expressão da beleza dAquele que a fez e cujo amor afirmam e reflectem. O marido e a mulher não são apenas símbolos de Cristo e da Sua Igreja, são também o Seu

«sacramento» e compartilham por forma misteriosa da realidade que a sua união simboliza.

Infelizmente, nem todos os casamentos são tão perfeitos. Pode haver cinismo no dito que às vezes se repete: «Há sempre um que ama e outro que se deixa amar»; no entanto, não deixa de haver nele, por vezes, certa verdade. A literatura dá expressão ampla à dor do amor não correspondido e o amor meio reconhecido, que é vulgar no casamento, é uma das formas mais vivas da participação na Paixão de Cristo.

Poucas coisas magoam tanto como o coração que pede amor, mas que está tão arraigado a si próprio, que não se pode dar em troca, porque o amor exige que uma pessoa torne suas as alegrias e tristezas dos outros. Quem ama encontra a sua felicidade em se dar, em tornar os outros felizes. Mas essa felicidade é despedaçada, se tem de se convencer de que a sua afeição só é aceite, mas não é correspondida, que é usada contra si próprio, que é aceite só por amor próprio, e usada só para alimentar esse amor próprio. Foi isso, ao que parece, o que amargurou o coração de Jesus no Gethsémani. E nós, Seus membros, temos de compartilhar do Seu sofrimento, nas nossas obras pelas almas, nas nossas amizades, na vida de família e em muitas das relações humanas.

É em tais casos que a vida interior se torna essencial para o casamento. Amar é tornar-se apto a sofrer consideràvelmente e as limitações humanas concorrem para que aquele que ama tenha com certeza que sofrer. «*Não é o discípulo mais que o seu mestre*» (1).

Quando sobrevém uma desilusão a respeito de outras pessoas, bom é que voltemos o farol da crítica para nós próprios, a fim de verificarmos qual é a atitude do nosso coração para com Deus. O amor entre marido e mulher deve ser a imagem do amor de Cristo à Sua Igreja. Por vezes, Deus permite que o amor ou falta de amor de um cônjuge

(1) S. Mat. X, 24.

em relação ao outro seja a imagem do amor ou falta de amor desse outro em relação a Deus. Quando um deles se julga mal tratado, deve fazer a si próprio a pergunta: «Não será assim que eu trato a Deus?».

Este é um dos exemplos típicos dos processos de que Deus Se serve para mostrar o Seu amor por nós, para incitar o nosso amor por Ele e para nos provar a nossa falta de amor a Ele. Desta forma, as nossas relações com as criaturas — e especialmente as relações entre marido e mulher, quer sejam felizes, quer sejam infelizes — podem ser um apoio contínuo e um incitamento ao progresso na vida espiritual e na união com Deus.

Para aqueles que descobriram que a única coisa que importa, nesta vida ou na outra — a única coisa que pode dar verdadeira felicidade — é amar e ser amado, a vida de casado pode ser uma fonte de sofrimentos contínuos e indizíveis, mesmo quando aparentemente pareça um êxito. O que a mulher pode ter de sofrer, neste capítulo, está fora de todo o poder de descrição. Há maridos que consideram as suas mulheres como excelentes donas de casa ou secretárias, como ornamento na casa e sabendo receber na sua mesa, uma aquisição social, um simples instrumento de prazer ou de satisfação própria, tudo, enfim, o que lhes parece, menos aquilo que uma esposa é na realidade: um outro eu, uma companheira na vida, uma pessoa que representa uma influência contínua no desenvolvimento de tudo o que é bom.

Como são poucos os homens que se convencem de que a mulher é o seu melhor amigo. Quão poucos são os homens que compreendem até que ponto a sua vida familiar e em especial aquela parte da vida de família que compartilham com a sua mulher deve ser a parte principal da sua vida neste mundo. Trabalham para o seu triunfo na vida — seja o que for o que isso significa para eles. Têm uma «carreira» e entendem que tudo se deve subordinar a isso.

Pergunto a mim mesmo até que ponto são responsáveis por esta loucura os educadores. Quantos rapazes deixam as escolas, com a ideia de que, não se dedicando à vida religiosa

ou à sacerdotal, o melhor que têm que fazer é seguir uma carreira, que lhes assegure um triunfo no mundo.

Que retribuição a oferecer a Deus por tudo o que Ele sofreu por nós! É certo que é para desejar que os católicos ocupem boas posições na sociedade e gozem do prestígio e segurança provenientes de uma situação garantida. Isto é sobretudo para desejar numa sociedade onde a catolicidade é desprezada ou acaba de sair do isolamento ou da perseguição. Neste ponto, a política dos nossos educadores talvez se possa justificar. Mas Deus nos defenda de que convertamos em fim o que deve ser apenas meio para esse fim.

Também é certo que, embora a mulher deva ocupar o primeiro lugar na afeição do marido, não ocupa o único. O marido tem deveres a cumprir para com seus pais e para com a sociedade, à qual deve a sua origem e desenvolvimento. No caso particular, de um homem, cujos trabalhos são de importância católica, tais trabalhos podem exigir parte do seu tempo. Mas, está casado, está casado e por isso tem obrigação de se dedicar em primeiro lugar e generosamente à sua mulher e à família. É grande erro, por exemplo, sob o pretexto de obras sociais importantes, sair à pressa de casa em todas ou muitas noites da semana, logo a seguir ao jantar, a fim de tomar parte em qualquer reunião ou mesmo para assistir a qualquer exercício de devoção. Há, no entanto, bons católicos que procedem desta forma. O mal reside em que estão a dispor de uma coisa que não lhes pertence; estão a prejudicar a mulher, julgando que servem a Deus. Mas Deus não quer tais serviços. É muito melhor e mais meritório que o marido passe a noite em casa, junto de sua esposa, ou saia com ela para assistir a qualquer espectáculo e desenvolva e manifeste assim o amor a sua esposa e a comunhão de vida. Em tais ocasiões, encontrará a Cristo em sua mulher, com mais certeza, mais proveito e mais intimidade, do que O encontrará em todos os seus semelhantes necessitados ou — atrever-nos-íamos a dizer — até numa visita ao Santíssimo Sacramento, porque Cristo está presente e deve ser recebido onde a Sua vontade

se cumpre. E a Sua vontade é que nenhum homem separe aquilo que Ele juntou.

Há outros sofrimentos que a mulher tem de suportar em silêncio. Umas vezes é o marido reservado que não é capaz de manifestar o seu amor, outras vezes é o timorato que receia confessar a sua mulher o amor que nutre por ela, outras ainda o marido com aquele hábito especial, aliás bastante frequente, que o leva a mostrar-se carrancudo e a assumir uma atitude de dura indiferença, quando sua mulher lhe mostra por qualquer modo a sua afeição, apesar de soar no seu coração uma harmonia que parece não ter fim.

Há ainda o marido que não tem qualquer espécie de tacto, e o marido cujo sentido de humor se manifesta pela provocação, o marido que arma em protector da sua mulher, mas que nunca lhe mostra qualquer deferência em público. Mas não vale a pena citar mais exemplos, que dariam para encher um livro. É claro que, em tais circunstâncias, só uma vida espiritual profunda poderá tornar possível que uma mulher suporte essas desilusões e sofrimentos contínuos e se sinta, apesar disso, feliz. No entanto, Deus pode preencher o vácuo no seu coração. Não é, todavia, só o homem que deixa de atingir alto ideal.

Nem toda a mulher leva para o casamento um ideal suficientemente elevado de abnegação e sacrifício próprio e esta falta, por parte da mulher, pode ter consequências mais graves do que quando provém do homem. Um homem precisa de duas mulheres para o protegerem: sua mãe e sua esposa. Se a esposa, em consequência da sua centralização e da sua recusa ao sacrifício, lhe falha, o marido tem uma necessidade especial de vida espiritual. A Mãe de Deus tem de vir em seu auxílio, para repor no seu lugar o que as Suas filhas inutilizaram.

Tanto o marido como a mulher têm necessidade de vida espiritual, para desempenharem o papel que lhes compete e para resistirem aos efeitos do malogro por parte do outro cônjuge. Tanto os homens como as mulheres mostram ten-

dências para viverem a sua vida diante da «tribuna», ou seja o pequeno grupo de relações, junto das quais desempenham o seu papel, procurando os seus aplausos e aprovação e por quem são incensados e influenciados.

Só o contacto frequente com Nosso Senhor na oração, na leitura e nos Sacramentos pode impedir a ruína da vida conjugal, quando a esse grupo de críticos e admiradores faltar o verdadeiro espírito católico. Isto é sobretudo para recear no caso da esposa. Não há maior inimigo da vida conjugal do que as amigas da mulher. Se não for mulher de carácter e espiritualidade, passa a vestir-se para andar ao gosto delas, vive para ser aplaudida por elas, aprende com elas e é a elas que vai buscar os seus pensamentos e ideias. A possibilidade do mal que pode vir de tal origem nunca pode ser avaliada com exactidão.

E isto é certo hoje mais do que nunca. As mulheres não são preparadas para o casamento nas escolas.

Toda a sua filosofia da vida conjugal depende das suas relações e tal filosofia tende sempre para seguir a toada da moda corrente do chamado pensamento moderno.

Não é este o lugar próprio para se discutir se a mulher deve ou não seguir uma carreira e qual o seu lugar na vida pública. Não há dúvida de que ela tem hoje papel preponderante a desempenhar. Não se tratando, porém, de circunstâncias especiais, provenientes da necessidade ou da desgraça, poucas mulheres católicas poderão seguir uma carreira depois de casarem, sem proclamarem a sua falência como mulheres e como católicas. Poderá parecer muito duro fazer tal afirmação, mas sente-se a necessidade de reagir contra os erros dos tempos. Uma coisa é uma mulher, a quem Deus não abençoou dando-lhe filhos, procurar uma ocupação para as suas horas de ócio, e outra é concentrar na sua carreira todo o interesse da sua vida. A este respeito cita-se muitas vezes a parábola dos talentos. A primeira resposta é que, se tem talento extraordinário a aproveitar, que não case; o casamento, servindo-nos de uma frase moderna, é «um trabalho que ocupa todo o tempo». A se-

gunda resposta e mais profunda é que o talento fundamental na alma de todos os católicos é a vida de Cristo e para uma mulher católica, esse talento deve ser desenvolvido dentro do casamento e não fora dele. Comparados com esse talento, todos os outros são insignificantes.

A mulher que casa e pretende seguir a sua carreira a todo o custo, ou que se recusa a depender do marido, não conhece o significado do casamento cristão ou até talvez do verdadeiro amor humano. Se ama a alguém, é a si própria. O casamento significa o abandono de si própria para entrar em nova vida, de comparticipação com o seu marido. Não pode haver duas carreiras, onde há uma só vida; nem pode haver independência, porque o marido e a mulher dependem um do outro, em tudo. Quando há amor, a alegria e o prazer que não podem ser compartilhados, perdem o seu valor.

Não vale a pena dar aqui o verdadeiro nome àquelas uniões em que se defende a independência da vida, mas isso não deve impedir que se ajuíze da sua verdadeira natureza. Além disso, convém lembrar que, no que diz respeito ao seu trabalho e ao seu lugar na sociedade civil, o marido e a mulher estão em situações diferentes. O marido tem ligação directa com a economia civil, a mulher só se lhe integra por intermédio do seu marido. Por outras palavras: o marido e a mulher formam uma unidade e o papel da mulher nessa unidade é ajudar o seu marido e não fazer-lhe concorrência; a sua função é acompanhá-lo na sua vida pública.

A exortação que S. Paulo faz às mulheres casadas, recomendando-lhes que sejam sujeitas a seus maridos, como a Igreja está sujeita a Cristo, dá lugar a muitos comentários.

Note-se que o marido, a quem S. Paulo quer que a mulher seja sujeita, é aquele que deve amar tanto a sua mulher que esteja disposto a dar a vida por ela e que, na realidade, lhe dedica toda a sua vida. É necessário compreender o que significa esta «sujeição». Uma mulher não perde

a sua liberdade pessoal, a sua autonomia ou a sua dignidade com o casamento. Não está obrigada a satisfazer todos os pedidos do seu marido, se estes não estiverem de harmonia com a sã razão, ou com a dignidade devida a uma esposa. Não é menor nem imatura, nem incapaz de julgar por si.

Como diz Pio XI, esta sujeição apenas «*proíbe que neste corpo da família bem organizada se separe o coração da cabeça, o que seria grandíssimo detrimento do organismo e próximo perigo de ruína; pois, se é verdade que o varão é a cabeça, também é certo que a mulher é o coração; e como aquele tem a primazia no governo, também esta pode e deve reclamar para si, como coisa que lhe pertence, a primazia do amor*» (1).

A mulher não é criada do seu marido. São sócios e completam-se um ao outro. Ela tem o direito de manifestar a sua opinião e o marido tem obrigação de o reconhecer. Não é por ser mais sabedor ou mais inteligente, de ser dotado de melhor critério ou maior coragem, que lhe compete a ele a decisão final, porque muitas vezes sucede o contrário. O verdadeiro motivo é porque, estando associados dois entendimentos, um deles tem de tomar a responsabilidade no seu funcionamento. Ora, Deus determinou que o marido fosse o sócio responsável e por isso é a ele que compete a decisão final.

É ele que recebe a graça do estado. Este princípio tem sido posto de parte, no mundo de hoje, mas é um princípio de importância essencial na vida espiritual. Na prática, as coisas passam-se assim. Quando Deus designou alguém para decidir pelos outros, estes podem com segurança acatar as suas decisões que estejam de acordo com a razão e dentro dos limites da autoridade concedida a quem manda; e podem estar certos de que a Providência de Deus se ajustará (ou já se ajustou, se preferirmos ver as coisas desse modo) de maneira que, no final de contas, tudo corre bem, conforme foi

---

(1) Encíclica sobre o matrimónio cristão.

determinado. Não se trata de inspiração, embora signifique, muitas vezes, um auxílio especial para decidir acertadamente. É, todavia, uma forma de conhecer a vontade de Deus e de desempenhar o nosso papel na vida em perfeita harmonia com o resto da Sua sinfonia providencial.

Predomina hoje no mundo a paixão, se assim se lhe pode chamar, de certas pessoas pretenderem dirigir os assuntos dos outros. Na vida familiar nota-se muito essa tendência. Com uma arrogância temerária e uma actividade presumida, há homens e mulheres que «dispõem» da vida dos outros e governam os seus destinos, sem pensarem que assim se intrometem indevidamente nos planos da Providência e nos direitos pessoais dos indivíduos. Encontram-se muitos exemplos deste modo de proceder em certos casamentos, em que as mulheres «governam» os seus maridos, servindo-se de uma variedade inexaurível de armas e subterfúgios de que dispõem:

Ordens, franzir de sobrancelhas, factos consumados, o silêncio, quando é já tarde para alterar combinações, frieza, quando é recusado o consentimento; a lista seria inumerável. Tudo isto constitui sintoma de orgulho e manifesta ignorância da verdadeira espiritualidade e até das verdadeiras funções de uma esposa.

A verdadeira esposa governa pela submissão; verga o seu marido pela generosidade do seu amor. Fortalece-o com a sua dependência, forma o seu carácter entregando-lhe as responsabilidades; é dona do seu coração por amor. Ora a mulher que abandona o seu trono, para fazer com crueza masculina e artifícios o que não é capaz de fazer com amor e tacto femininos, admite a sua própria incompetência e rebaixa-se de modo muito lamentável. E não é só a si que se rebaixa, mas também o seu marido e não só o seu marido, mas também a Cristo, porque, recusando-se a sujeitar-se ao seu marido e a ser-lhe leal, também se recusa a sujeitar-se a Cristo e a ser-Lhe leal. Os seus planos e triunfos neste sentido acabam sempre mal, porque está a trabalhar contra

Deus. Os males que resultam de tal política são incalculáveis.

Uma grande dificuldade na vida conjugal provém da tendência que manifestam certos cônjuges para avaliarem o sacrifício do outro cônjuge, procurando reduzir o seu, em face da insuficiência aparente do sacrifício do outro. Ora é impossível medir tais coisas, porque se pretendem comparar coisas diferentes — pois é medir a realidade com as aparências. Do nosso lado, temos a sensação viva de quanto nos custa interiormente o sacrifício exterior. Do outro lado, porém, apenas podemos presumir quanto custa esse sacrifício, que muitas vezes é maior do que parece. O resultado é que o cálculo é muito por baixo e por isso reduzimos a nossa cooperação a um nível que fica abaixo do que é realmente necessário, o que provoca reacção do outro lado.

Procura-se, de facto, pôr num dos pratos da balança o tamanho aparentemente grande da nossa moeda de prata e no outro a pequena moeda de ouro do outro sócio.

Como é diferente o ideal do amor cristão: «*Ainda que um homem dê todas as riquezas da sua casa por amor, ele as desprezará como um nada*» (1).

Logo que se começa a apreciar a soma dos sacrifícios, começa o amor a declinar. O verdadeiro amor é generoso.

Aqueles que receiam confessar o seu amor, com medo de serem chamados a vivê-lo ou com receio de que seja usado contra eles, devem receber a lição do Crucifixo. De nenhum amor se abusou tanto como do amor de Nosso Senhor por nós. Sabemos isso, tiramos proveito disso e até nos permitimos pecar, contando com a Sua Misericórdia. No entanto, Nosso Senhor sujeitou-se a sofrimentos sem fim, para procurar convencer-nos do Seu amor por nós. Levou a Sua manifestação de amor até ao ponto de se entregar «à morte... e à morte da Cruz».

O ideal é muito elevado e as dificuldades da vida não são de forma alguma para desprezar. Para nos convencer-

---

(1) Cant. VIII, 7.

mos disso, é necessário lembrar-nos de que o menor gesto ou palavra na vida conjugal suscita uma longa cadeia de associações, umas agradáveis e outras desagradáveis; uma palavra pode ser a última faísca duma série de sofrimentos indizíveis, que conduz a uma explosão absolutamente desproporcionada com a causa imediata — às vezes até ridícula — mas que tem a sua última razão na angústia recalcada do coração.

Só a graça contínua de Deus pode fazer com que tal união dê resultado. Só a graça de Deus pode tornar possível que um homem ou uma mulher vivam, como que em frente de um espelho, com alguém que em certo modo nos conhece melhor que nós próprios, que pode ver para além de todas as nossas decepções e compreender os motivos que estão por detrás de todas as nossas acções.

Outro exemplo é o do sacrifício incalculável que é necessário para manter aquela simplicidade e confiança mútua, sem as quais o casamento é uma farsa.

É tão fácil usar de reservas, responder com evasivas às perguntas, dizer só parte da verdade e tão difícil ter a coragem de «perder a face» por momentos, tendo em vista a formação daquela confiança mútua que é tão valiosa e essencial para a vida conjugal! Muitos casamentos falham, porque o marido ou a mulher começam a duvidar da veracidade das respostas ou desculpas do outro cônjuge. No entanto, não se pode negar a dificuldade de aparentar sempre ingenuidade. As dificuldades que provêm de tal vida são a base para a confiança no seu poder santificador. E tem de ser santificada. O casamento é uma sociedade secreta e a sociedade pública é formada por sociedades secretas. Se tais sociedades secretas não se formarem em Cristo, Cristo não se formará na vida pública.

Dissemos pouco sobre a responsabilidade dos pais, no que respeita aos seus filhos. Para tal assunto, seria necessário um livro inteiro. Limitamo-nos a dizer que tudo o que se faz pelos filhos, faz-se por Cristo. E é evidente que não

se pode dar a vida, sem se dar a si próprio. A semente tem de morrer, para dar fruto. A verdade está escrita no rosto de todas as mães; nos seus olhos vê-se o sacrifício que fizeram.

A dificuldade, a que nos referimos, de fazer sacrifícios na vida conjugal, quando há a aparência de que um deles se sacrifica muito mais do que o outro, pode diminuir, se se procurar ter uma visão mais larga da união matrimonial. Assim como um grupo de notas musicais pode formar um acorde ou melodia que é alguma coisa mais do que os elementos que os constituem, assim também um homem e uma mulher podem formar com o casamento uma unidade nova e mais elevada — uma firma, uma sociedade. São «uma só carne»; são, de facto, uma unidade especial no Corpo Místico de Cristo. Os sacrifícios que se exigem não redundam só em benefício de um ou outro dos cônjuges, mas também em benefício da «firma», da nova unidade. E, como sucede em todas as sociedades, cada qual tira os lucros, em proporção com o capital que emprega. E isso é sobretudo certo, se se considerar que tudo o que se faz cá na terra é feito a Cristo, em sentido real.

Uma palavra final. Há uma coisa a fazer no casamento a favor dos filhos e de cada um dos cônjuges, a que muitas vezes não se presta atenção.

A vida espiritual de qualquer pessoa é influenciada principalmente pela ideia que forma de Deus. Ora essa ideia forma-se sobretudo com o exemplo e padrão do amor e bondade dos pais e, mais tarde, com o exemplo do amor e bondade dos cônjuges.

Não se pode, com segurança, estabelecer modelo inferior para o marido e mulher — para o pai e para a mãe — do que ser «outro Cristo». É isto o que temos procurado defender em todo este livro e é por isso que insistimos em aplicar todos os princípios da vida espiritual e em querer que o casamento atinja os seus mais altos fins, porque em amar e em ser amado, Cristo é o nosso suplemento e sócio perfeito.

No casamento, como em tudo o resto, podemos reduzir a cinco os pontos essenciais da vida espiritual e da união com Cristo; fé, esperança, caridade, humildade e aceitação generosa da vontade de Deus. Desta forma, vestimo-nos de Cristo e Ele é «tudo em tudo». E tanto é assim que o ideal do casamento cristão pode traduzir-se pelas palavras de Santo Agostinho: «*E haverá um Cristo amando-Se a Si mesmo*».

CAPÍTULO XXII

MARIA, MÃE DE CRISTO INTEIRO

Quando Adão e Eva se encontravam junto à árvore no jardim do Paraíso, depois de terem arruinado todo o género humano com o seu orgulho e desobediência, Deus prometeu uma nova Eva e um novo Adão, dizendo ao demónio: «*Porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua posteridade e a posteridade dela. Ela te pisará a cabeça e tu armarás traições ao seu calcanhar*» (1).

Da mesma forma, quando o novo Adão e a nova Eva se encontravam juntos no Calvário, Deus tornou a falar e revelou a parte que a nova Eva desempenharia na regeneração prometida. Mas, desta vez, o novo Adão estava pregado na árvore da Cruz e foi Ele Próprio, Deus e Homem, que fez o seu testamento de moribundo, dizendo à nova Eva: «*Mãe, eis aí o teu filho*» e ao discípulo S. João, na pessoa de quem Se dirigiu a todo o género humano: «*Eis aí a tua Mãe*».

Este foi na terra o ponto culminante daquela associação entre Jesus e Maria, na obra dolorosa da Redenção, que se manifestou, pela primeira vez, no consentimento humilde e obediente da Virgem, quando o anjo Gabriel lhe anunciou que ia ser a Mãe de Cristo. Acedendo ao convite do anjo decaído, no Paraíso, para desobedecer, Eva, associando a si Adão no seu orgulho e desobediência, tinha arruinado a vida dos seus filhos; em Nazaré, obedecendo à voz do Anjo, Maria, com

(1) Gen. III, 15.

a sua humildade e submissão, aceitou a parte que lhe cabia na obra de restauração do Seu Filho e começou assim a cumprir a Sua vocação, como nova Eva e Mãe dos homens. Nessa cena, como aliás em toda a Sua vida, Ela dá-nos o exemplo de fé, esperança, caridade, humildade e abandono à vontade de Deus.

É certo que, num sentido, esta associação com Jesus começou nos primeiros momentos da Sua existência, porque Ela foi preservada da mácula do pecado original, em virtude dos méritos futuros do Seu Filho. A Sua santidade, os Seus méritos, a Sua vida e a Sua obra dependeram completamente de Cristo. Ela é a Sua obra perfeita. Ela é a única pessoa humana que se submeteu inteira e ardentemente à vontade de Deus. Ela é a única pessoa humana, cuja humildade não deixou nunca, nem por um só instante, de ser perfeita. Ela é a única pessoa humana, que nunca deixou de amar a Deus, com todo o Seu coração, com toda a Sua alma, com todo o Seu entendimento e com todas as Suas forças. Ela é a única pessoa humana que cumpriu completamente o plano de Deus sobre a terra e cujo ser e vida correspondem perfeitamente à ideia que Deus quis realizar nela e foi assim que Ela pôde dizer de Si própria com inteira verdade, a Santa Bernadette: «Eu sou a Imaculada Conceição», porque foi nEla que se realizou a concepção de Deus — sem mácula!

Os próprios Anjos não podem cantar devidamente os Seus louvores. Só podemos dizer que, em Maria, Deus Pai encontrou uma Filha digna desse nome, que o Filho de Deus encontrou nEla uma Mãe digna e que o Espírito Santo encontrou nEla uma digna Esposa. Se há algum ser humano que possa com verdade ser chamado um «outro Cristo», esse ser é Maria, Mãe de Cristo.

Teria justificação o dizer-se dEla, mais do que de outro qualquer ser humano que «nEla houve um Cristo amando-Se a Si próprio».

Só Ela foi isenta da mácula do pecado original. Foi «cheia de graça» desde o primeiro momento da Sua concepção e de

tal forma que muitos teólogos são de opinião de que, mesmo nessa altura, a Sua graça inicial foi maior do que a graça final de todos os anjos e santos juntos. É certo que a Sua vida sobre a terra deu mais glória a Deus do que toda a restante criação — exceptuada apenas a natureza humana de Seu Filho, de tal forma que, se se perdesse todo o resto, isso não seria mais do que uma gota de água, comparada com o oceano da graça e glória representado por Maria. Ela é a Imaculada Conceição, em todo o sentido, do Verbo e Ela só significaria o êxito de toda a criação de Deus.

Mas, se começamos a cantar as glórias de Maria, nunca mais acabamos senão forçadamente por não o conseguirmos fazer cabalmente.

Temos de nos limitar a considerar o lugar que Ela ocupa nas nossas vidas. Não há melhor maneira de resumir essa ideia, do que dizendo que Maria é a Mãe de Cristo Inteiro.

«Cristo Inteiro» é a frase de Santo Agostinho para designar o Corpo Místico.

«Os homens todos são apenas um homem em Cristo e a unidade dos cristãos constitui um só homem [1]... E este homem é todos os homens e todos os homens são este homem, porque todos são um, como Cristo é um só [2]... Há apenas um homem que chega até ao fim dos tempos [3].

Este é o Cristo inteiro, Cristo unido com a Igreja» [4].

Jesus Cristo, como já vimos, veio à terra no desempenho do papel de Novo Adão, para reparar as ruínas causadas pelo velho Adão.

Se nos inclui entre os frutos da Sua obra redentora, é para nos tornar membros de Si Próprio. Nasceu por nós, morreu por nós, santificou-se por nós, para que nós morrêssemos nEle, nascêssemos nEle e vivêssemos nEle em santidade.

---

(1) S.to Agostinho. In Ps. 39, 2.
(2) S.to Agostinho. In Ps. 129.
(3) S.to Agostinho. In Ps. 85.
(4) S.to Agostinho. In Ps. 90, 2.

Nessa obra de redenção, Deus seguiu um plano que se cumpriu, por assim dizer, em «oposição paralela» ao plano da queda.

Ao novo Adão associou-se uma nova Eva e assim como Eva causou a morte a todo o género humano, porque era sua mãe, também Maria, a nova Eva, deve tornar-se nossa Mãe para nos dar a vida. Em apoio deste princípio, o Papa Leão XIII cita «o consenso unânime de todos os cristãos em todos os tempos», reportando-se mesmo aos Santos Padres e aos Apóstolos [1]. Ouçamos o que nos diz oficialmente Pio X:

«*Não é Maria a Mãe de Cristo? É, portanto, também nossa Mãe. Todos devem aceitar este princípio — que Jesus, o Verbo feito carne, é também o Salvador do género humano. Ora, como Deus-homem, possui um corpo humano igual ao dos outros homens, mas, como Restaurador da raça humana, tem um corpo espiritual ou místico, que é a sociedade formada por aqueles que crêem em Cristo.*

Nós, muitos, somos um só corpo em Cristo» [2]. *Mas a Virgem não concebeu o Filho de Deus apenas para que, recebendo dEla a natureza humana, se tornasse homem; foi também para que, por meio da natureza que recebeu dEla, se tornasse o Salvador dos homens. Foi por este motivo que o Anjo disse aos pastores:* «*Nasceu-vos hoje na cidade de David um Salvador, que é o Cristo Senhor*» [3]. *Consequentemente, neste mesmo ventre da mais pura Mãe, Cristo não só se tornou carne, mas uniu também a Si um corpo espiritual, formado por aqueles que haviam de acreditar nEle. Segue-se daqui que Maria, tendo gerado no Seu ventre o Salvador, pode dizer-se que gerou também todos aqueles cuja vida se continha na vida do Salvador.*

«*Todos nós, portanto, que estamos unidos a Cristo, e que, como diz o Apóstolo, somos membros do Seu corpo, da*

---

(1) Rom. XII, 5.
(2) Leão XIII — Encíclica Octobri Mense.
(3) S. Lucas, II, 11.

Sua carne e dos Seus ossos [1], *saímos do ventre de Maria como um corpo unido à cabeça. Desta forma, embora por um modo espiritual e místico, todos somos filhos de Maria e Ela é a Mãe de nós todos. Ela é a nossa Mãe, espiritualmente sem dúvida, mas verdadeira Mãe dos membros de Cristo. que somos todos nós*» [2].

Estamos em face de um mistério, de que conhecemos apenas o princípio e cuja plenitude dificilmente nos será revelada até nos tornarmos um com Cristo e Sua Mãe no Céu. Em documentos papais recentes são tratados três aspectos deste mistério.

Em primeiro lugar, Maria é nossa Mãe, porque é a Mãe da Cabeça do Corpo Místico, a Mãe dAquele em cuja vida se contém a nossa. Mas o facto de Ela nos ter dado Aquele que é a origem da nossa vida espiritual não dissipa o mistério.

Em segundo lugar, Ela é nossa Mãe em virtude da Sua cooperação na Paixão de Cristo e da Sua associação especial na obra da Redenção. O Papa Leão XIII diz a este respeito: «*Assim como é Mãe de Cristo, também é Mãe de todos os Cristãos, visto que os gerou no Calvário, no meio dos sofrimentos indizíveis do Redentor*» [3]. *Junto à Cruz estava Maria, Sua Mãe, a qual, movida por um amor imenso por nós e a fim de nos receber como filhos, ofereceu o Seu Filho à Justiça Divina, morrendo com Ele no Seu Coração, atravessada por uma espada de dor*» [4].

Em terceiro lugar, Nosso Senhor em Pessoa proclamou-a solenemente e constituiu-a Mãe dos homens, quando estava prestes a morrer sobre a cruz. Leão XIII não nos deixa possibilidades de não compreendermos o pleno significado das palavras de Nosso Senhor: «*Mãe, eis aí o Teu filho*», «*Eis aí a tua Mãe*».

Insiste em que Nosso Senhor se dirigiu a S. João como

---

(1) Efésios V, 30.
(2) Pio X — Enc. Ad diem illum — 2-2-1904.
(3) Leão XIII — Encíclica — Quanquam pluries, 1899.
(4) Leão XIII — Encíclica — Jucunda Semper, 1894.

representante de todo o género humano. «*A Igreja sempre entendeu que em S. João, Cristo indicou a pessoa da espécie humana*» [1].

Do alto da cruz, Cristo deixou-a em testamento e nomeou-a Mãe de toda a raça humana [2] e pressupõe que Nosso Senhor não anuncia só a dignidade de Maria, mas dá-lhe uma função que deve ser exercida por Ela contìnuamente no futuro. E escreve: «*Maria não gerou, nem podia gerar os filhos de Cristo de outra forma, senão numa fé e num amor, porque «está dividido Cristo?»* [3]. *É nossa obrigação, portanto, vivermos juntos a vida de Cristo, para que em um e no mesmo «corpo» demos frutos para Deus*» [4]. *É necessário, portanto, que esta mesma Mãe, Que recebeu de Deus o dom de gerar uma progénie santa, gere também para Cristo todos aqueles que, por circunstâncias lamentáveis se separaram desta santa unidade.*

Este é, sem dúvida, um resultado que Ela própria deseja ardentemente e, em resultado da mais grata grinalda de orações (isto é, do Rosário) *que Lhe oferecemos, Ela invocará o auxílio do Espírito vivificante mais abundantemente para eles*» [5].

Estes são apenas como que pontos de partida. O mistério acompanha toda a história e toda a vida espiritual, por tal forma que nos sentimos tentados a voltar atrás e a escrever de novo todo este livro, a fim de darmos a Maria o devido lugar em cada um dos seus capítulos. É apenas para evitar a confusão, que nos temos abstido com relutância de indicar o Seu papel em todas as fases da vida espiritual. Pode, no entanto, afirmar-se que, todas as vezes que Cristo está em causa na vida espiritual, Maria tem também aí o seu lugar.

---

(1) Leão XIII — Encíclica Adjutricem Populi, 1895.
(2) Leão XIII — Encíclica — Amantissimae voluntatis.
(3) I Cor. I, 13.
(4) Rom. VII, 4.
(5) Leão XIII — Encíclica Adjutricem Populi.

A primeira aparição de Nossa Senhora nas narrações do Evangelho ocorre na cena familiar de Nazaré, quando o Anjo Gabriel lhe anunciou a vontade de Deus a Seu respeito. Quando lhe foi manifestada com clareza a vontade de Deus, não houve hesitação ou reserva no Seu abandono completo aos Seus desígnios.

«*Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra*» (1).

Para compreendermos a generosidade deste consentimento, devemos lembrar-nos de que Maria sabia muito bem o que ele representava. Ela compreendia, como ninguém, as Escrituras; era iluminada pela graça como ninguém jamais o foi; sabia que o Messias seria o Homem das dores, Que viveria e morreria no meio de sofrimentos indizíveis. Sabia também que a embaixada do Anjo era para Lhe pedir o Seu consentimento, não só para ser a Mãe de Deus, mas também para ser a Mãe do Redentor e Sua consorte na obra da Redenção. Leão XIII diz-nos que embora Maria não tivesse estado presente na flagelação ou em Gethsémani, já há muito que sabia dos sofrimentos que a esperavam.

«*Porque, quando Ela, como serva do Senhor, consentiu em ser a Mãe de Deus, agiu desse modo como consorte* (consors) *com Ele na Sua expiação dolorosa do género humano. Não há, assim, dúvidas de que participou profundamente da agonia cruel e da tortura do Seu Filho*» (2).

Tendo, pois, apenas quinze anos, esta jovem donzela de Nazaré encheu-se de solicitude maternal por todo o género humano. S. Tomás atribui mais um significado ao Seu consentimento, pois vê na Encarnação um matrimónio espiritual entre o Filho de Deus e a natureza humana e, como o matrimónio exige o consentimento das duas partes, o Anjo procurou o consentimento de Maria como sendo de toda a natureza humana (3).

---

(1) S. Lucas I, 38.
(2) Leão XIII — Jucunda Semper.
(3) Summa I. 26. a. 6. ad 4.

Ela não falou, portanto, só no Seu nome, mas também no nosso. Assim como a nossa mãe natural nos manda baptizar em Cristo, sem esperar pelo nosso consentimento, assim também Maria, nossa Mãe sobrenatural, compromete-se em nosso nome e de antemão a viver a vida de Cristo por meio do abandono à vontade de Deus. Não é digno de nota que o único preceito que Ela deu aos homens foi: «*Fazei tudo o que Ele vos disser?*».

O seu significado não pode, de facto, ser demasiadamente encarecido, se notarmos que Ela nos dá a vida como Mãe e se nos lembrarmos de que «*aquele que faz a vontade de Deus permanece eternamente (no Céu)*» (1). Que Ela ensinava apenas o que praticava deduz-se com clareza da resposta extraordinária que Nosso Senhor deu à multidão, quando lhe disseram que Sua Mãe e Seus irmãos o procuravam: «Quem, exclamou Ele, *é minha Mãe e quem são meus irmãos?*» «*Aquele que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, e minha irmã e minha mãe*» (2).

Na verdade, a Sua união com Ele pelo abandono sobrenatural da Sua vontade à vontade dEle era mais íntima e mais real do que a sua união natural com Ele na sua qualidade de Mãe. Não podemos entrar aqui em pormenores sobre a vida de Nossa Senhora. Ela só aparece em certos momentos críticos da vida do Seu Filho. É no Calvário que A devemos apreciar, junto à Cruz, onde no dizer do Papa Bento XV, «*Ela sofreu os padecimentos do Seu Filho e quase morreu com Ele e onde, abdicando dos Seus direitos maternais sobre o Seu Filho e, fazendo tudo o que estava ao Seu alcance, O imolou pelo género humano, para que se desse uma satisfação à justiça, por tal modo que com verdade se pode dizer que Ela remiu a humanidade com Cristo*» (3).

Os Papas mais recentes também apontaram esta asso-

(1) I S. João, II, 17.
(2) S. Marc. III, 35.
(3) Bento XV — *Inter sodalicia.*

ciação íntima entre Jesus e Maria na obra da Redenção e de merecimento da graça em nosso favor.

Pio X diz-nos o seguinte:

«*Visto que Maria sobrepuja a todos em santidade e em união com Cristo e foi associada por Ele à sua obra da redenção humana, Ela merece «de congruo», na linguagem dos teólogos, o que Jesus mereceu por nós «de condigno» e Ela é a ministra suprema da distribuição das graças. Por meio desta comunhão de dores e de vontade entre Jesus e Maria, Ela mereceu converter-se numa Reparadora eficaz do mundo decaído e, portanto, na Dispenseira de tudo o que Jesus ganhou para nós com o Seu Sangue e Sua Morte*» (1).

Os teólogos não estão de acordo sobre a definição da parte que cabe a Maria na obra da Redenção. Tem-Lhe sido aplicado o título de co-Redentora e Ela tem inteiro direito a ele, mas este título não deve ser mal compreendido.

Não implica que a obra de Redenção de Cristo foi incompleta ou que tenha havido qualquer parte de todo o plano da Redenção que não tenha dependido dEle.

O próprio acto pelo qual entramos em participação da Sua graça, depende de uma graça concedida por Ele. O título significa que Deus decidiu livremente e sem qualquer necessidade associar Maria à Redenção, a fim de que Ela participasse na glória dela. Mas todos os actos pelos quais Ela cooperou nessa obra receberam o seu valor dos méritos de Cristo, o Redentor, e foram vivificados pela Sua graça.

Independentemente de Cristo, Maria nada podia contribuir para a obra da Redenção. Tudo o que Ela fez, fê-lo

---

(1) Pio X — Ad diem illum.

Nota — Existe diferença entre mérito de *condigno* e mérito de *congruo*. O primeiro baseia-se na justiça e pressupõe certa igualdade entre a obra e a recompensa ou promessa feita por Deus; o segundo é antes uma reivindicação de equidade, baseada na bondade de Deus; não entra no caso a justiça estrita. Um soldado merece o seu soldo de *condigno*, mas só pode reivindicar uma condecoração de *congruo*.

por intermédio de Cristo, com Cristo e em Cristo, em unidade com o Espírito Santo. A vida do Corpo Místico de Cristo em ninguém é tão completa e perfeita.

Atendendo ao receio de parecer que se deprecia, por qualquer forma, a posição de Cristo como Redentor, manifesta-se certa hesitação e até mesmo dificuldade em analisar a parte que Ela desempenhou nessa obra. Àparte a Sua própria Redenção, Maria tem um papel importante no resto da obra, de modo que nenhuma graça nos é concedida sem a Sua cooperação.

Leão XIII escreve:

«*Ela, a Quem foi atribuída uma parte tão importante no mistério da obra da redenção do homem, foi destinada também para desempenhar parte importante na aplicação das graças merecidas por essa forma, passando a dispor de um poder quase ilimitado*» (1).

E o Santo Padre escolhe entre os títulos, que com toda a justiça Lhe são atribuídos, os seguintes: *Nossa Senhora (Domina); Nossa Mediadora; Redentora (Reparatrix) de todo o mundo; Aquela que nos obtém os dons de Deus*» (2).

Noutra parte, Leão XIII faz seu o princípio anunciado por S. Bernardo em que este diz que é desejo de Deus que obtenhamos tudo através de Maria e, notando o facto de que o Seu consentimento à Encarnação foi dado na pessoa de toda a raça humana. com a qual Deus ia contrair um matrimónio espiritual, continua:

«*Do que se pode com verdade e propriedade concluir que do imenso tesouro de graça que o Senhor produziu... nada nos é concedido senão através de Maria, pois essa é a vontade de Deus. E, assim como não podemos chegar até junto do Pai Supremo, sem ser através do Filho, assim também ninguém pode ir até junto de Cristo, senão através de Maria*» (3).

---

(1) Leão XIII. Adjutricem Populi.
(2) Leão XIII. Adjutricem Populi.
(3) Leão XIII — Octobri Mense.

O Santo Padre faz suas as palavras de S. Bernardino de Sena:

«*Toda a graça que é concedida neste mundo, vem por um caminho tríplice, pois é concedida por Deus a Cristo, por Cristo à Virgem e pela Virgem a nós, numa dispensação ordenada*» (1).

E faz com ênfase a seguinte declaração:

«*Nas Suas mãos estão os tesouros das Misericórdias do Senhor, porque Deus quis que Ela fosse a origem (principium) de todos os bens* (2) *...Porque Deus quis que recebêssemos tudo por Seu intermédio*» (3).

Citámos largos trechos de documentos papais, a fim de evitar dar a impressão de que baseávamos as nossas noções no entusiasmo da piedade ou no sentimento. Comparado com o que dizem alguns Padres e Doutores da Igreja, pode dizer-se que as nossas afirmações são deficientes. É claro que o começo da formação do Corpo Místico foi uma união íntima entre Cristo e Maria, de forma que, para o seu ulterior desenvolvimento, Eles formaram como que um princípio, dependendo Ela sempre completamente dEle. A piedade medieval procurou esclarecer este facto, comparando a parte que Maria desempenhou ao Pescoço do Corpo, que o une à Cabeça, da qual se julgava provir toda a vida e energia. A metáfora, porém, não se tornou popular, nem parece adequada, porque, assim como cada acção de qualquer membro do Corpo depende de Cristo, para sua iniciação e para a sua execução, assim também depende de Maria, embora não da mesma forma.

Todos os membros devem, portanto, conservar o contacto vital com Maria. O papel de Maria compreende-se melhor, dizendo que Ela é a Mãe do Corpo Místico, do qual é, aliás, o membro mais proeminente.

Há uma semelhança acentuada entre a parte que Maria

(1) Leão XIII — Jucunda Semper.
(2) Leão XIII — *Diurturni temporis.*
(3) Leão XIII — *Jucunda Semper.*

tomou na formação do corpo humano de Cristo e a Sua parte na formação do Corpo Místico de «*Cristo Integral*». O corpo humano é formado com os frutos da terra e a carne dos animais que a habitam, com tudo o que se considera alimento e bebida. Nos primeiros nove meses da existência humana de Cristo, a tarefa de Maria foi tomar estes elementos alimentares no seu estado natural, prepará-los e consumi-los, transformando-os na Sua própria Carne e Sangue e ministrando-os, em seguida, a Cristo embrionário. Pela acção da alma de Cristo, esses elementos iam-se transformando na Sua Carne e no Seu Sangue. Mesmo depois de ter terminado essa união física íntima entre Cristo e a Sua Mãe, com o nascimento de Cristo, Ele ainda dependeu, durante certo tempo, da Sua substância, para se alimentar. Quando atingiu a idade que Lhe permitiu maior independência de Sua Mãe, ainda eram as suas mãos que transformavam os géneros crus e preparavam o Seu alimento e cuidavam do Seu Corpo crescente.

Assim acontece com o Corpo Místico. O alvo que Pio X se propôs ao iniciar o seu pontificado foi «*restaurar em Cristo todas as coisas, de modo que Cristo fosse tudo em todos*» (1). Pouco tempo depois, ao indicar aos fiéis a devoção a Nossa Senhora como meio para alcançar esse fim, escreveu:

«*Porque não há caminho mais certo e seguro de unir todos a Cristo e de alcançar a perfeita adopção como filhos, por forma a tornarmo-nos santos e imaculados aos olhos de Deus, do que por intermédio de Maria... Pois, sendo a vontade da Providência Divina que recebamos o Homem-Deus através de Maria, não há para nós outro caminho senão receber Cristo das Suas mãos*».

E, insistindo na comunhão de vontade e de vida que ligou Maria a Cristo, continua:

---

(1) Ef. I, 10; Col. III, 1.

«*Não há ninguém mais competente para unir os homens a Cristo*» [1].

Assim como os frutos e os animais da terra são o alimento do corpo humano de Cristo, assim também nós, as nossas vidas e as nossas acções são o alimento do Corpo Místico. E assim como o alimento do corpo humano de Cristo era preparado por Maria e se fazia Seu antes de se tornar parte do corpo de Cristo, assim também nós, com as nossas vidas e as nossas acções, temos de ser preparados por Maria e tornarmo-nos Seus por um modo misterioso antes de nos convertermos em membros do Corpo Místico. Há, todavia, uma grande diferença entre a ordem natural e física, à qual compete a formação do corpo humano de Cristo e a ordem sobrenatural e espiritual a que pertence a formação do Seu Corpo Místico.

A maneira de agir é absolutamente diferente e a duração é de espécie inteiramente diversa.

Quando o alimento é ingerido na ordem natural segue logo o seu destino e o que é realmente alimento é mais ou menos permanentemente incorporado naqueles que o consomem.

A nossa incorporação em Cristo não é permanente, tanto mais que pode ser destruída pelo pecado da infidelidade e a nossa qualidade de membros do Seu Corpo também não garante que todas as nossas acções Lhe pertençam como deve ser.

Esta incorporação perfeita de nós próprios em Cristo, embora comece e, em certo modo, se complete no Baptismo, não é plenamente perfeita até ao fim da nossa vida mortal. É trabalho de uma vida inteira. Cada uma das nossas acções tem de ser moldada segundo a vontade de Deus e entregue a Cristo.

Desta forma, Maria tem um papel contínuo a desempenhar nas nossas vidas e as nossas relações com Ela não

---

(1) Pio X — Ad diem illum.

estão divididas precisamente nos três graus de dependência mencionados acima. As suas operações espirituais na nossa vida sobrenatural, que correspondem, respectivamente, à Sua cooperação nas fases embrionária e infantil e na fase mais desenvolvida da vida humana de Nosso Senhor, são levadas a efeito simultânea e contìnuamente, sempre que se trata de um membro do Corpo Místico. Em todas as fases da vida espiritual, nós estamos, de facto e em certo modo sob a dependência de Maria, assim como o Divino Infante dependia naturalmente dEla para o desenvolvimento da Sua vida natural. Há, sem dúvida, muitos serviços que Maria nos presta e que se podem designar como uma espécie de actividade doméstica da Sua parte. Mas estes não nos devem iludir quanto à dependência infantil ou embrionária que nos liga à nossa Mãe espiritual.

Nós e as nossas vidas constituimos o alimento do Corpo Místico de Cristo, mas somos agentes livres. A nossa cooperação plena é necessária para a união completa com Cristo. Se nos é permitido resumir a lição que nos dá a Encíclica Papal, diremos que Pio X nos ensina o seguinte: «A verdadeira devoção a Cristo exige uma devoção verdadeira a Maria». E não há ninguém que melhor exponha a verdadeira devoção a Maria do que o Beato Grignon de Monforte, cuja canonização nos dizem estar assegurada (1945). A verdadeira devoção a Maria consiste, em primeiro lugar, numa consagração completa e permanente do que somos ou temos, do que seremos ou teremos, na ordem natural ou sobrenatural, no tempo ou na eternidade; em segundo lugar, numa vida de dependência habitual e inteira de Maria por meio de um abandono completo e alegre aos Seus cuidados maternais. Deste modo pertencemos-Lhe completamente. Ela pode dispor do mérito de todos os nossos actos, das nossas satisfações, das nossas orações, dos nossos tesouros espirituais e temporais e até das orações que são rezadas por nossa intenção; pode aplicar tudo a quem for da Sua vontade.

Ela pode fazer uso das nossas orações como Lhe aprou-

ver, porque, embora expressemos as nossas «intenções», subentende-se sempre a condição de que Ela pode alterar as intenções na Sua intenção própria. Ela pode influenciar a Providência de Deus no sentido de fazer o que Ela deseja; estamos completamente nas Suas mãos.

Somos dEla e tudo o que nos pertence é dEla. Que há, portanto, que possa impedir de nos tornarmos completamente propriedade de Cristo? Não é esta consagração uma cooperação perfeita na sua tarefa maternal de unir todas as coisas em Cristo? Não é este o caminho mais curto para a santidade? Nos dois livros do Beato Grignon encontrarão os leitores pormenores mais completos sobre esta devoção.

Ele promete-nos que «Ela fará com que as nossas almas vivam para Jesus Cristo e Jesus Cristo viva em nós».

Devemos, no entanto, esclarecer que esta promessa não está ligada a um mero acto passageiro, como seja, a recitação de determinada oração.

Requer uma vida de abandono completo a Maria e, por intermédio dEla, a Cristo. Ela própria nos deu o exemplo disso, pois em todos os momentos da Sua vida, encontramos nEla a perfeição da fé, da esperança, da caridade, da humildade e do abandono à vontade de Deus.

Só temos que a imitar nisso, e não há nada na vida de Maria que por qualquer forma não possamos imitar. Não ouvimos falar de milagres, de penitências extraordinárias na Sua vida. A Sua vida externa pode resumir-se em três palavras: «ordinária, obscura e laboriosa». Mas a Sua vida interior é qualquer coisa só de Deus conhecida, porque mesmo aquela união íntima de corpo e vida que precedeu o nascimento de Cristo, não passou duma sombra da união completa de coração e alma, que persistiu durante todos os momentos da existência de Maria.

Desde a idade do uso da razão e segundo alguns, desde o primeiro momento da Sua concepção — Ela entregou-Se completamente, com todas as fibras do Seu ser, a Deus, unin-

do-se-Lhe num abandono completo de Amor e Humildade, impossível de conceber.

Maria é também a nossa Mãe — não só de nome ou por sentimento, mas em verdadeira realidade. De facto, a Sua qualidade de nossa Mãe na ordem espiritual é qualquer coisa de mais real do que a maternidade natural que nos deu a nossa vida humana. A devoção a Maria é, portanto, uma parte integrante da Cristandade e essencial para a vida espiritual. Não se trata de uma devoção secundária, que pode omitir-se a nosso bel-prazer e que é qualquer coisa de ornamental ou, quando muito, de proveitoso para a nossa vida espiritual. É uma parte integrante e, poderíamos até dizer, essencial da verdadeira devoção a Cristo.

A teologia moderna mostra tendência para dividir a Sua Maternidade de Cristo integral em duas fases. A primeira diz respeito à Sua participação na aquisição da graça e, sob este aspecto, Ela é denominada, com certas reservas, a co-Redentora. A outra diz respeito à parte que toma na distribuição da graça e, sob este aspecto, é denominada Dispenseira e Mediadora de todas as graças. Nenhum destes atributos foi ainda objecto de declaração solene por parte da Igreja. No entanto, a doutrina da mediação universal de Maria, na parte que subentende que nenhuma graça nos é concedida sem a intercessão de Maria, é *proxima fidei*. E é *de fide* que Ela é a nossa Mãe Espiritual. Deve, porém, compreender-se que, ao associá-La na aquisição e distribuição dos frutos da Redenção, Deus não cedeu a qualquer necessidade, pois Cristo é um Redentor e Mediador suficiente e perfeito. Ele, porém, houve por bem, na liberalidade da Sua misericórdia, associar Maria ao Seu Filho, de forma a Ela poder compartilhar da Sua glória e alegria no Paraíso. Foi a perfeição do Seu abandono amoroso e da Sua humildade inspirada pela fé que tornou possível que a uma criatura fosse concedida uma associação tão admirável na obra divina da restauração, sem qualquer risco de prejudicar os planos de Deus ou de diminuir a Sua glória.

Para nós vigora um princípio semelhante. Deus quer que

participemos na obra da nossa própria salvação e que cooperemos na salvação dos outros. Cristo quer, de facto, que compartilhemos com Ele de toda a Sua obra e o mesmo sucede com Maria, Mãe de Cristo.

Sendo a glória de Deus o principal motivo de toda essa obra, a humildade é a primeira condição para sermos admitidos nessa comparticipação.

O que há, pois, que fazer da nossa parte consiste em cumprir e aceitar amorosamente a vontade de Deus.

Este é também o meio indicado por Cristo para participar da maternidade de Maria: «*O que fizer a vontade de Deus, esse é... minha Mãe*» (1).

Fazendo a vontade de Deus com amor humilde, nas coisas ordinárias da vida, geramos Cristo em nós mesmos e, através da comunhão dos Santos, também nos outros. Os próprios actos que nos unem a Cristo, unem-nos a Sua Mãe e tornam-nos participantes da obra de ambos.

Diz Santo Agostinho: «A alma fiel que faz a vontade do Pai com caridade proveitosa torna-se Mãe de Cristo naqueles a quem estimula, até Cristo se formar neles» (2). Se podemos dizer com S. Paulo que preenchemos o que falta aos sofrimentos de Cristo para o Seu Corpo, a Igreja, também podemos dizer que preenchemos aquilo que falta aos sofrimentos de Maria para o Corpo de Seu Filho, que é a Igreja. Somos chamados a viver em união íntima de vontade e vida com Jesus e Maria.

E quanto mais nos unirmos a Maria, mais perto estaremos de Jesus.

Nada de extraordinário se requer de nós nas obras externas. Nossa Senhora é o modelo perfeito do cristão. Mas que censura às nossas noções e aos nossos ideais! Ela era possuidora do espírito mais bem equipado que jamais viveu na Cristandade. Era iluminada como nenhum Profeta o foi. Tinha um poder de intercessão, cujos limites ninguém pode determinar.

---

(1) S. Marcos, III, 35.
(2) De S. Virginitate, 5.

Era dotada de tal zelo pela glória do Seu Filho, que ardia com mais intensidade do que o zelo de todas as grandes almas da Igreja. E, no entanto, o que foi a Sua vida? Ordinária, obscura — laboriosa! Esposa de um carpinteiro de aldeia, compraz-se em se confundir com a multidão. Mãe do famoso Messias, só aparece uma vez na Sua vida pública, desde Caná à Paixão. Sendo o membro mais esclarecido e zeloso da Sua Igreja, Ela desaparece da nossa vista após o Dia de Pentecostes. Apenas uma vez faz uma mensagem aos homens em palavras e prega um sermão de toda a Sua vida na obscuridade e no silêncio. Todos os Seus desejos se parecem ter concentrado num só fim: apagar-se.

Deixou mesmo aos outros o trabalho activo de pregar a Cristo e ensinar a Sua doutrina, embora conste por tradição que os Apóstolos encontraram sempre nEla uma instrutora gentil e uma inspiração calma no seu ministério. Haveria muito mais santidade, assim como haveria muito mais felicidade no mundo, se os Seus filhos cristãos e em especial as Suas filhas cristãs imitassem o Seu exemplo.

Quando se começa a falar de Maria, é impossível chegar ao fim, assim como é impossível falar dEla cabalmente.

Escudámo-nos principalmente em documentos papais para mostrar o Seu lugar na esfera dos planos de Deus e o direito que Ela tem à nossa devoção. Se tivéssemos a presunção de expor o nosso ponto de vista, fá-lo-íamos, não apelando para as Santas Escrituras ou para os escritos dos Padres e Doutores da Igreja, mas, correndo o risco de escandalizar os mais moderados, chamando em nosso auxílio os serviços daqueles homens «inspirados» (pois que na realidade devem ter sido inspirados), que escreveram histórias de fadas, porque não há história de fadas tão inverosímil ou tão artificial como a verdade. Àqueles a quem a vida espiritual parece um fardo monótono, fatigante e impossível, sugeriríamos que lessem «*Beauty and the Beast*»; aos outros, depois de pedir a Deus perdão por qualquer dedução que o título poderia conter diríamos: se quereis saber a verdade, lêde «*Cinderella*». Porque,

se já houve alguma vez um Príncipe Encantado, esse foi o Filho de Deus, que veio à terra à procura da Sua noiva. E se já houve alguma vez Fada que fosse Mãe de Deus, capaz de se transformar em noiva agradável a Ele, de entre as esfarrapadas criadas de cozinha, que somos todos nós, não será Ela Maria, a Fada Mãe de Deus, Mãe de Cristo e Mãe dos homens?

É isso o que devemos esperar de Maria, isto é, que nos transforme em esposa agradável a Cristo. Não nos esqueçamos nunca de que Ela compreende melhor do que qualquer outra pessoa que o que nos faz a nós, fá-lo a Seu Filho. Que ninguém diga, portanto, que está demasiadamente manchado pelo pecado para poder ir ter com Maria.

Acham as mães demasiadamente sujos os filhos, para os lavarem? E se esse filho fôr Cristo — e nós somos Cristo aos olhos dEla — e se essa Mãe for Maria, há qualquer imundície de pecado que a impeça de limpar com agrado a sujidão e impureza com que manchamos o Corpo de Cristo? E não devemos recear que a Sua Pureza Imaculada nos afaste de Si. Ela é o Refúgio dos Pecadores e, apesar da Sua pureza ou talvez por causa dela, compreende de modo admirável as fraquezas da natureza humana. É a Mãe do Belo Amor e conceder-nos-á o amor de Seu Filho que expiará à saciedade todos os nossos pecados. Pode ser denominada o Trono da Graça, junto do qual devemos ir com confiança absoluta. É impossível que a nossa confiança em Maria seja demasiada. A Igreja aplica-Lhe as palavras da Escritura: «*Eu estava com Ele, regulando todas as coisas... Aquele que me achar, achará a vida e alcançará do Senhor a salvação*» (1).

Ela é a *Mater Admirabilis* — a Mãe de Deus — Fada que nos tornará esposas dignas do Príncipe Eterno, o Filho de Deus, a Quem nos devemos unir intimamente no Corpo Místico, para que «haja um Cristo amando-Se a Si mesmo».

---

(1) Prov. VIII, 30, 35.

CAPÍTULO XXIII

CRISTO, NOSSO AMANTE SUBLIME

O programa integral da vida de Nosso Senhor e o modo como morreu obedecem ao desígnio de patentear o amor que dedicou aos homens. Fez-se homem por amor de nós, trabalhou, viveu, sofreu, e morreu por amor de nós. Todos nós podemos dizer com S. Paulo: «*Amou-me e entregou-se a Si mesmo por mim*» (1). O plano geral da nossa vida espiritual é uma união amorosa e uma sociedade íntima com Jesus, em que correspondemos com amor ao Seu amor.

Podemos representar essa união de três formas: como a vida de Cristo em nós; como a nossa vida em Cristo ou como uma sociedade, por assim dizer, «de igual para igual», uma companhia constante de dois amantes que participam dos mesmos pensamentos e das mesmas acções. Qualquer destas imagens corresponde a um aspecto verdadeiro da realidade, cuja intimidade é tão extraordinária que não pode ser descrita.

Começámos por tratar, neste livro, da união orgânica do Corpo Místico, na qual os homens são incorporados pelo Baptismo. Considerámos a vida espiritual como um desenvolvimento dessa união e a remoção dos obstáculos à perfeita harmonia, provenientes do nosso amor próprio e do nosso egoismo. Não hesitámos, ao mesmo tempo, em descrever a vida espiritual como um movimento para Deus — para Jesus — considerado, por momentos, separado de nós e não há nisso qual-

(1) Gal. II, 20.

quer contradição. O que pretendemos frizar é que não há intimidade ou perfeição de união entre nós e o nosso Amado que não se estenda a todas as almas. O amor pede união e procura que o Amado se torne um com Ele. O próprio Sacramento da Sagrada Comunhão é um penhor não só da possibilidade de tal união, mas até o do desejo ardente de Nosso Senhor de a efectuar num grau nunca imaginado.

«*Nem os olhos viram, nem o ouvido ouviu, nem entrou no coração do homem o que Deus preparou para aqueles que O amam*» (1).

Para mostrar a possibilidade de tal união, provámos que ela começou com o Baptismo e temos defendido, através de todo este livro, que o mais alto grau da santidade, como Pio XI declarou, está aberto a todos os cristãos e que nada de extraordinário se requer para o conseguir, contràriamente ao que se pensa muitas vezes, porque os pontos essenciais da vida espiritual, necessários a todo o cristão e suficientes para o tornarem santo, são: a fé, a esperança, a caridade, a humildade e uma cooperação generosa e abandono à vontade de Deus.

Nosso Senhor a nada se poupou, para que fosse fácil conseguir-se isso. Foi Ele que o disse e podemos com toda a segurança acreditar na Sua palavra.

«*Vinde a mim todos os que trabalhais e vos achais carregados e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração, e achareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu peso leve*» (2).

Como já vimos, Ele viveu a nossa vida por amor de nós. Tomou sobre os Seus ombros os nossos pecados e as nossas fraquezas e expiou-os na Cruz. Deu-nos os Seus próprios merecimentos, a Sua vida, a Sua força, todo o Seu ser. Deu-nos a Sua própria Mãe, para nos unir a Si. Previu todos os pormenores da nossa vida e tomou providências para cada um deles. Para citar só um exemplo, tomou providências sobre a

(1) I Cor. II, 9.
(2) S. Mat. XI, 28-30.

felicidade e santidade do casamento, esse grande triunfo do lugar comum, dando-nos primeiro o exemplo — pois casou com a Sua Igreja, amou-a e entregou-Se por ela — e por fim deu-Se a Si próprio nos Sacramentos, a fim de que tivéssemos a força e os meios necessários para imitar esse exemplo, porque Ele está em cada sócio que ama ou é amado. Amou-nos e entregou-Se por nós; mandou que nos amássemos uns aos outros como Ele nos amou a nós e no Santíssimo Sacramento dá-Se inteiramente a nós, diàriamente se o quisermos, com o Seu poder de amar por forma a tornar possível que cumpramos o Seu mandamento. Mas fez mais do que isso. Inventou, por assim dizer, um oitavo «sacramento», pois identifica-se de tal forma com o nosso próximo, que não só está em nós para amar, mas está também no próximo para ser amado, porque aquilo que se faz ao próximo faz-se a Cristo. Talvez possamos assim vislumbrar alguma coisa do significado oculto da frase extraordinária de Santo Agostinho: «*Haverá um Cristo amando-Se a Si Mesmo*».

Deu-nos o exemplo de devoção completa a Deus Pai em adoração e amor. Sacrificou-se para que o Pai pudesse receber um sacrifício perfeito de louvor e acção de graças, de adoração e satisfação, de expiação e impetração.

Tornou nosso esse sacrifício para nosso uso diário na Missa. Oferece-nos Consigo Mesmo na Missa, numa renúncia completa de devoção a Deus Pai e depois, na comunhão da mesma Missa, entrega-Se a Si Próprio a nós em completa renúncia, a fim de que possamos viver a Missa e cumprir o que prometemos. Na Missa põe à nossa disposição os frutos de toda a Sua vida; a Sua adoração e acção de graças, o Seu louvor e satisfação, a Sua expiação e impetração são nossas sem limites, de modo que podemos caminhar com Ele para Deus e ser perfeitos. Quanto mais nos entregamos a Ele na Missa, tanto mais Ele se entrega a nós na Santa Comunhão.

Ao dar-Se inteiramente a nós, dá-nos o Seu Espírito Santo para habitar nas nossas almas, como amigo permanente e fonte de força e luz — como alma, por assim dizer, da nossa

alma — para que nos tornemos completamente um com Ele, vivendo na unidade do mesmo Espírito Santo. Converteu a vida espiritual numa sociedade consigo Mesmo, tornando-nos parte de Si Próprio, e reduziu ao mínimo a nossa parte no trabalho da sociedade. «Não é da nossa plenitude que Ele necessita, mas, sim, da nossa vacuidade», são as palavras do Padre Clerissac, a que já nos referimos [1]. O que Ele pede é que ponhamos nEle a nossa fé e a nossa esperança, que O amemos com todo o nosso coração, que renunciemos à nossa força pretensiosa e aos nossos projectos insensatos, por meio da humildade e do abandono. Ele fará o resto.

Em suave censura, Ele pode com verdade dizer-nos: «*Que coisa há que eu devesse fazer mais à minha vinha, que lhe não tenha feito? Far-lhe-ia acaso injúria em esperar que ela desse boas uvas, em lugar das labruscas que produziu?*» [2] Há uma nota trágica nesta censura, porque foi mais para alcançar a nossa felicidade do que a Sua que nos amou. Sabia que só Ele nos poderia fazer felizes. Conhecia melhor do que nós próprios os anseios secretos do nosso coração. Sabia que sem Ele o mundo seria um inferno e com Ele um doce Paraíso. Sabia também que muitas almas nunca compreenderiam o sofrimento terrível que a separação eterna de Deus significaria e, ao mostrar-lhes os sofrimentos menores do fogo do inferno, esperava afastá-los do caminho da ruína da sua felicidade eterna, apesar de ver o perigo de que eles O considerassem antes um Juiz irado e inflexível do que um Amante ardente e misericordioso — alguém que se devesse temer e não desejar.

No entanto, não foi suficiente tudo isso. No decorrer dos séculos, mostrou a alguns dos Seus amigos predilectos aquele símbolo do Seu amor, que conhecemos pelo nome de Sagrado Coração. As freiras cistercienses, Santa Gertrudes e Santa Matilde, disseram-nos maravilhas do Seu amor. Ainda não se passaram trezentos anos, desde que Ele apareceu à Sua amada

---

(1) P.e Clerissac — Mistérios da Igreja.
(2) Isaías V. 4.

serva Santa Margarida, a quem — como diz o Papa Pio XI, na sua Encíclica sobre o Sagrado Coração de Jesus, «*ao mesmo tempo que encarece a imensidade do Seu amor, com aspecto aflito e consternado, se lamenta das tantas e tão graves ofensas que recebe da ingratidão dos homens, em termos que deveriam retinir de contínuo no âmago de todas as almas piedosas para nunca mais serem esquecidas: Eis o Coração que tanto amou os homens e que encheu de inúmeros benefícios; mas a troco do Seu amor infinito, bem longe de encontrar reconhecimento, só recebe indiferença, olvido e ofensas e assim correspondem almas, que lhe deviam tributar a homenagem de um amor especial*» (1).

Queixando-se ainda a Santa Margarida Maria, Nosso Senhor disse-lhe o seguinte: «*Se tu soubesses como tenho sede de ser amado pelos homens, tu não te pouparias a nada para que isso se conseguisse. Tenho sede, ardo em desejos de ser amado. «Eis o Coração que tanto amou os homens e que a nada se poupou para lhes testemunhar o Seu amor, até ao ponto de Se consumir e exaurir*». E, queixando-Se da ingratidão e esquecimento que recebe em retribuição dos extremos a que levou o Seu amor, continua: «*e sinto isto mais agudamente do que tudo o que sofri na Minha Paixão e tanto assim é que, se eles me dessem qualquer retribuição ao meu amor, eu julgaria pouco tudo o que fiz por eles e ainda faria mais, se fosse possível. Mas eles só correspondem com frieza e recusas à minha ânsia de lhes fazer bem*». Não é isto um eco da queixa de Jesus, junto aos muros de Jerusalém «*se tu soubesses... mas tu não quiseste*»?

É significativo que esta revelação do Seu desejo de ser amado e do seu projecto de Se servir de Santa Margarida como meio para espalhar a devoção ao Seu Sagrado Coração, foi acompanhado de uma troca mútua de corações, em virtude da qual Jesus substituiu o Seu Coração pelo da Santa. E explicou-lhe: «*O meu Coração Divino está tão inflamado*

(1) Encíclica — Miserentissimus Redemptor.

de amor pelos homens, e por ti em particular que, não podendo por mais tempo refrear dentro de Si as chamas da ardente caridade, tem de as espalhar por toda a parte por teu intermédio e manifestar-se aos homens para que eles se enriqueçam da Sua plenitude preciosa».

Trocou então o Seu Coração com o da Santa e explicou-lhe que o Seu Coração fornecer-lhe-ia tudo aquilo de que ela necessitasse, até ao ponto de lhe conceder a faculdade de poder oferecer-Lhe a Ele a reparação de amor por que tanto ansiava. A resposta que deu às objecções da Santa é esclarecedora. «Mas, ó Senhor», exclamou Santa Margarida, «por que razão te diriges a uma criatura tão miserável, a uma pecadora tão pobre da qual, com a sua indignidade, só há a esperar que embarace o cumprimento dos Teus desígnios, quando tens tantas almas generosas, capazes de executarem os Teus desejos»? Resposta de Jesus: «*Não sabes que eu me sirvo dos fracos para confundir os fortes? — que é geralmente no mais insignificante e no pobre de espírito que eu manifesto o meu poder, para que eles não atribuam nada a si próprios?*» (1).

Trata-se de revelações particulares, mas a devoção que indicam tem a autoridade da Igreja e o Papa Pio XI citou na sua Encíclica as primeiras palavras acima transcritas. Juntamos-lhe outras expressões atribuídas à Santa, sem atender à sua ordem ou à sua autenticidade rigorosa.

O seu valor está em que resumem, em modo expressivo, toda a tradição cristã. A resposta acima citada é um eco do que disse S. Paulo:

«*Mas as coisas loucas, segundo o mundo, escolheu-as Deus para confundir os sábios; e as coisas fracas, segundo o mundo, escolheu-as Deus para confundir os fortes; e Deus escolheu as coisas vis e desprezíveis, segundo o mundo e aquelas que não são, para destruir as que são; para que nenhum homem se glorie diante dEle. E é por ele que estais em Jesus*

---

(1) Cf. Bainvel: Devoção ao Sagrado Coração.

e santificação e redenção; para que, como está escrito: O que se gloria, glorie-se no Senhor» [1].

Na Encíclica que acabamos de citar, o Papa Pio XI estabelece certos princípios que são de grande importância na vida espiritual e que estão ìntimamente ligados com o que escrevemos nos capítulos anteriores. O primeiro é o princípio da solidariedade, pelo qual as nossas boas obras e os nossos sofrimentos são úteis ao nosso próximo.

«*Existe admirável relação entre Cristo e os fiéis, análoga à que existe entre a cabeça e os outros membros do corpo; a misteriosa comunhão dos Santos, que nos ensina a fé católica, não une tão sòmente entre si os homens e os povos; une-os ainda com o seu Chefe e Cabeça Universal, Cristo Jesus.*

Por Ele é que «cresce e se aperfeiçoa na caridade todo o corpo, coordenado e unido pelos laços que coligam os membros, segundo a operação proporcionada de cada um» (Ef. IV, 15-16). *É o que o próprio Jesus Cristo, Mediador entre Deus e os homens, pedira a Seu Pai, na vigília da Sua morte: «Esteja eu neles e vós em mim, para que sejam consumados na unidade»* (S. João, XVII, 23). *Assim, pois, como a consagração proclama e confirma a nossa união com Cristo, assim o desagravo «ao passo que nos purifica das nossas culpas, dá princípio a esta mesma união, desenvolve-a, tornando-nos participantes dos sofrimentos de Cristo e leva-a ao seu total cumprimento mediante a oblação de sacrifícios em prol dos nossos irmãos»* [2].

O segundo princípio diz respeito à influência que as nossas acções possam ter nos sofrimentos de Cristo. À pergunta: *mas como pode ser que Jesus Cristo reine bem-aventurado no Céu, se há mister do consolo da nossa reparação?* o Papa responde com as palavras de Santo Agostinho: «*Dai-me uma alma que ame e ela compreenderá o que dizemos*» e nota que

---

(1) I Cor. I, 27-31.
(2) Encíclica — Miserentissimus Redemptor.

Cristo foi «*esmagado pelos nossos delitos*»..., de forma que: «*ainda agora estes seriam capazes de per si de Lhe causar a morte, acompanhada das mesmas dores e das mesmas angústias, já que todo o pecado em si, de algum modo, renova a Paixão do Senhor, «crucificando de novo o Filho de Deus e expondo-O ao ludíbrio*» (Heb. VI, 6).

Se, portanto, à vista dos nossos pecados futuros por Ele previstos, a alma de Jesus esteve triste até à morte, não há que duvidar que desde então Lhe tenha dado algum conforto a previsão do nosso desagravo, quando Lhe apareceu o Anjo do Céu a consolar-Lhe o Coração opresso de tristeza e de angústia.

E assim também agora em modo admirável, mas verdadeiro, podemos e devemos consolar este Coração Sacratíssimo, contìnuamente ofendido pelos pecados dos homens ingratos, já que — como se lê na sagrada Liturgia — o próprio Cristo, pelos lábios do Salmista, se queixa de ter sido abandonado pelos seus amigos:

«*O meu Coração aguarda opróbrios e misérias; esperei por alguém que participasse da minha tristeza, mas não o achei, e por algum consolador, mas não foi possível depará-lo*» (Ps. 48, 21).

Não há, portanto, uma simples sentimentalidade oca na noção de dar consolação a Jesus e de viver com Ele em companhia íntima. Se perguntarmos a nós próprios qual é a nota essencial da reparação que Jesus pede, ao manifestar-nos as agonias do Seu Coração, encontraremos também a resposta em documentos papais. Pio IX tornou extensiva a todo o mundo a festa do Sagrado Coração «*para proporcionar aos fiéis um incitamento para amar e retribuir o amor do Coração dAquele que nos amou e lavou os nossos pecados no Seu Sangue*».

Na sua Encíclica de 28 de Junho de 1898, Leão XIII escreve: «*O desejo mais ardente de Jesus é ver aceso nas almas o fogo do amor em que se consome o Seu Próprio Coração. Vamos, pois, ter com Aquele Que, em recompensa da Sua*

caridade, apenas nos pede que retribuamos o Seu amor». Este é o objecto principal de toda a Encíclica e todos os documentos papais giram em redor desta interpretação das palavras de Nosso Senhor, tantas vezes citadas neles: «*Eu vim trazer fogo à terra e que quero eu, senão que ele se acenda?*» (1).

Para provar como é antiga esta doutrina do amor pessoal de Jesus, ouçamos as palavras que S. João Crisóstomo põe nos lábios de Nosso Senhor, no quarto século:

«Não é só por esta forma que Eu manifesto o meu amor, mas também com a minha Paixão. Por amor de ti, fui cuspido e esbofeteado, despojei-me da minha glória, deixei o meu Pai e vim até ti, que me odiaste, fugiste de mim e nem quiseste ouvir pronunciar o meu nome. Segui-te, corri atrás de ti, alcancei-te e abracei-te. «Come-me e bebe-me», disse eu. Não basta que eu possua as tuas primícias (um corpo físico como o dos homens) no Céu: isso não satisfaz o meu amor. Venho outra vez à terra, não só para me misturar contigo, mas para te abraçar.

Sou comido, partido em pedaços para que esta fusão, esta união, seja mais íntima. As outras coisas, quando se unem, permanecem distintas, mas Eu enlaço-me em ti. «*Não quero que coisa alguma se interponha entre nós: desejo que nós dois nos tornemos um*» (2).

Esta citação, só por si, justifica o título deste livro, pois Deus é, na verdade, um Amante Sublime. Indica também a antiguidade da doutrina que se prolonga até os nossos dias, como se deduz das palavras de Santa Teresa de Lisieux: «Porque o amor só se paga com amor... só o amor é que conta!»

Se pretendêssemos citar S. Bernardo sobre este assunto, teríamos de tornar a publicar metade das suas obras, pois este é o seu tema constante. Limitamo-nos, por isso, a uma citação:

«Perguntais-me, escreve ele, por que razão e com que

---

(1) S. Lucas, XII, 49.
(2) S. João Cris. In I. Tim. Hom. 15.

método e medida Deus deve ser amado». Respondo: «A razão para amar a Deus, é Deus, o método e medida como deve ser amado é amá-Lo sem método nem medida» [1]. E noutro sítio continua: «É por meio desta conformidade de caridade, que a alma se casa com o Verbo, isto é, quando, amando como é amada, ela se exibe na sua vontade conformada com Aquele com Quem já está conformada por sua natureza. Se O ama, portanto, com perfeição, torna-se Sua Esposa. Que pode haver de mais doce do que essa conformidade? Que pode haver de mais admirável do que esta caridade pela qual... tu te tornas capaz de te aproximares com confiança do Verbo, de te unires firmemente a Ele, de o interrogares familiarmente, de o consultares em todas as tuas dúvidas, tão audacioso nos teus desejos, como és amplo no entendimento? Esta é, na verdade, a aliança de um casamento santo e espiritual. Mas chamar-lhe aliança é dizer muito pouco; é antes um amplexo. E não há dúvida de que há um verdadeiro amplexo, quando os mesmos gostos e aversões fazem com que dois espíritos se fundam num só. Nem existe razão para se recear que a desigualdade das pessoas cause qualquer perturbação na harmonia das vontades, porque o amor é incompatível com a reverência. Amor significa um exercício de afeição e não uma exibição de veneração.

Esta é prestada por quem está cheio de temor respeitoso, aterrado ou cheio de admiração. Nenhuma destas emoções se encontra no amante. O amor basta-se a si próprio.

Venha de onde vier, o amor subjuga e cativa todas as outras afeições. Em consequência disso, a alma que ama, ama simplesmente e não quer saber de mais nada senão do amor. O Verbo é, na verdade, Aquele que merece ser honrado, que merece ser admirado e venerado; no entanto, prefere ser amado, porque é o Noivo e a alma a Sua noiva. Entre o noivo e a noiva que relação ou união se procura, além do laço do amor mútuo? É tal a força deste laço que sobrepuja até a

(1) S. Bernardo: Sobre o amor de Deus, Cap. I.

união mais íntima formada pela natureza, isto é, a união entre os pais e os filhos. E tanto isso é evidente, que o próprio Salvador disse: «*Por essa causa deixará o homem o seu pai e a sua mãe e unir-se-á à sua esposa*». Compreende-se que a afeição que liga o esposo à esposa seja não só mais poderosa do que todas as outras afeições humanas, mas até mais poderosa do que o próprio amor. Devemos ter ainda presente que este Esposo não é só amável, mas é o Amor em Pessoa... Deus quer ser honrado como Pai e temido como Senhor, mas também quer ser amado como Esposo... Mas o temor é escravo, enquanto não se emancipar pelo amor. E a honra que não procede do amor merece mais o nome de lisonja do que o de honra. Só a Deus são devidas honra e glória, *mas Deus recusa-se a receber uma e outra se não forem dulcificadas com o mel do Amor.*

«O amor basta-se a si próprio, compraz-se em si próprio e só tem em vista a si próprio».

Além de si próprio, o amor não necessita de qualquer motivo para amar e não procura qualquer fruto. O seu fruto é o prazer de si próprio.

Amo porque amo e amo por causa do amor... Quando Deus me ama, não merece outra coisa além de ser amado por mim; ama-me para que eu O ame, porque sabe muito bem que todos os que O amam encontram nesse amor a sua alegria e felicidade. O amor que é puro, nunca é mercenário. O amor puro não recebe a sua força da esperança e, no entanto, não sofre de desconfiança. (Porque, como escreve o grande cisterciense no livro «Sobre o Amor de Deus», como pode a alma que ama a Deus procurar outra recompensa do seu amor senão a Deus? Se procura outra, então ama essa recompensa e não a Deus).

«Este amor puro é um amor próprio de Esposa e aquela que é Esposa torna-se Esposa só por isto. Isto só lhe basta e o Esposo contenta-se só com isto. Ele não pede mais nada e ela também não possui mais nada. É um amor como este que o torna a Ele Esposo e a ela Esposa... Que ela, portanto,

que é tão amada por Ele, se empenhe em retribuir o Seu amor... Se ela amar com todo o seu ser, o seu amor será perfeito e em nada deficiente... Por esse motivo é o amor desta natureza que constitui o casamento espiritual da alma com o Verbo... Este amplexo espiritual não é senão um amor casto e santo, um amor doce e agradável, um amor perfeitamente sereno e perfeitamente puro, um amor íntimo, um amor que junta dois entes, não numa carne, mas num espírito, que faz com que dois já não sejam dois, mas, sim, um espírito indiviso, segundo o testemunho de S. Paulo, que diz: «*Aquele que está ligado ao Senhor é um espírito*» (1).

Não pudemos resistir à tentação de fazer esta longa citação de S. Bernardo. Vinda, como vem, do grande abade cisterciense que dominou a Europa na primeira metade do século XII e cujos actos e influência quase constituem a história da Europa do seu tempo, este apelo apaixonado ao amor e só ao amor é altamente impressionante. Não foi a ausência de boas obras ou de empreendimentos, uma pura sentimentalidade oca que ditaram estas palavras: «o Esposo Que está apaixonado não pede à Sua Esposa senão uma retribuição do Seu amor e lealdade». De mais, a mesma verdade é manifestada na vida dos Santos. Deus quer os nossos corações; nada o satisfaz que não provenha do amor. Ele mesmo o disse: «*Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e com toda a tua força. E estas palavras, que eu hoje te intimo, estarão gravadas no teu coração, e tu as ensinarás a teus filhos e as meditarás sentado em tua casa, e andando pelo caminho, e estando no leito e ao levantar-te*» (Deut. VI, 5, 7).

Nosso Senhor promulgou este mandamento e juntou o complemento dele — pois é do mesmo amor que se trata: «*Amarás o teu próximo como a ti mesmo*». E a seguir disse: «*Destes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas*» (2).

---

(1) S. Bernardo — Sermão sobre o Cant. LXXXIII.
(2) S. Mat. XXII, 37-40.

E resume tudo isto pela boca de S. Paulo: «*Logo o amor é o complemento da lei*» (1).

O apelo de Nosso Senhor ao amor na manifestação do Seu Sagrado Coração é, como Ele disse a Santa Margarida Maria, «o último esforço do Seu amor». Os resultados da heresia do Jansenismo tinham prejudicado a vida devocional de muitas almas. Sob o disfarce de maior fervor, de uma forma mais correcta de honrar a Deus e de uma apreciação mais genuína da maldade dos homens, esta heresia tinha separado os homens de Deus, tinha-os afastado da Sagrada Comunhão e daquele amor ardente e pessoal de Jesus, que foi a alma da espiritualidade da Idade Média.

A revelação que Nosso Senhor fez do Seu Sagrado Coração veio como meio oportuno para combater esta doença perniciosa, cujos efeitos ainda não desapareceram de todo. Seja qual for a causa, ainda existe no espírito de muita gente uma ideia errada das relações que Deus quer manter com os homens.

O Santíssimo Sacramento do Altar deve constituir um documento eloquente, bem como um auxílio poderoso para a intimidade de união que Ele anseia manter connosco.

Os passos que citámos mostram qual é a tradição da Igreja a este respeito.

E os ensinamentos de S. Paulo, que proclamam todos a unidade da natureza, da força e do espírito, que é o princípio e o fundamento da vida de todo o católico, tornam bem clara a possibilidade de dar a Deus uma retribuição do amor que Ele tanto deseja, porque o amor pelo qual amamos a Deus é-nos dado pelo próprio Deus. É, de facto, um esforço especial produzido em nós pela presença do Espírito Santo nas nossas almas, Espírito que é o amor subsistente de Deus a Si Mesmo.

Guilherme de S. Thierry, grande discípulo de S. Bernardo, escreve: «Tu amas-Te a Ti Mesmo em nós, quando

---

(1) Rom. XIII, 10.

mandas o espírito do Teu Filho aos nossos corações... Tu fazes com que Te amemos ou melhor, é assim que Tu Te amas em nós... Nós amamos-Te porque recebemos de Ti o Teu Espírito... Que nos transforma... em perfeita conformidade com o Teu amor. Isto produz um afecto e uma união tão estreitas que... Nosso Senhor, Teu Filho, apelidou-a Unidade, dizendo: «*Para que sejam um em Nós... como Eu e Tu somos um*». Nós amamos-Te ou Tu amas-Te a Ti mesmo em nós; nós pelas nossas afeições e Tu pelo Teu poder. E Tu fazes que sejamos um pela Tua unidade, isto é, pelo Espírito Santo, que nos deste» (1). É aí que está todo o segredo do amor de Deus. Ele está em nós, para que através dEle, com Ele e nEle o possamos amar a Ele, que está agora no Céu e também em nós; Ele está em nós, para que, através dEle, com Ele e nEle possamos ser amados por Ele, que também está no Céu. Resumindo a doutrina de Guilherme de S. Thierry, um comentador moderno diz: «Amamos a Deus por intermédio de Deus, e todo o amor sobrenatural constitui, por assim dizer, um Deus amando-Se a Si mesmo em Jesus Cristo» (2).

Agora já talvez possamos fazer ideia do que dá origem a este desejo apaixonado, que Nosso Senhor manifesta de ser amado por nós e por que insiste em nos oferecer o Seu Coração.

A troca de corações que fez com Santa Margarida Maria não é mais que uma confirmação especial da troca de corações — e de vidas — que faz connosco no Baptismo e na Santa Comunhão.

Dá-nos o Seu Sagrado Coração, para que O amemos com o amor que abrasa o Seu Coração — essa chama viva de amor que não se pode conter!

Não admira, pois, que Ele se queixe da frieza dos nossos corações. Na nossa suficiência, procuramos amá-Lo com as nossas próprias forças e com todo o nosso próprio cora-

(1) De Contemplando Deo.
(2) Mersch: The whole Christ.

ção. Mas Ele quer um amor semelhante ao Seu e oferece-Se a Si Mesmo para que nos sirvamos do Seu amor para O amarmos. Nas Suas orações ao Pai, pede: «*A fim de que o amor com que amaste esteja neles e eu esteja também neles*» (1). Desta forma, as Duas Pessoas da Santíssima Trindade estão nas nossas almas para nos ajudarem a viver e a amar.

É essa a razão por que começamos por tratar neste livro da nossa incorporação em Cristo, pois essa constitui o princípio e o fim do nosso amor a Deus. É por estarmos nEle que O amamos e é por o amarmos que estamos nEle. Toda esta questão está sintetizada na frase gráfica de S. Paulo: «*Se algum, pois, está em Cristo* (por meio do baptismo), *é uma nova criatura; passaram as coisas velhas; eis que tudo se fez novo*» (2).

Esta «nova criatura» já não está sujeita às nossas limitações humanas. É o «Emmanuel» — «Deus connosco» — uma união entre Deus e o homem, em que os poderes de Deus estão à nossa disposição para nos santificarem e nos tornarem aptos a amá-Lo como Ele quer ser amado. É a resposta ao suspiro do poeta pagão:

«*Ah! Amor, se eu e tu pudéssemos arrimar-nos ao fado*
Para destruir tudo quanto nos rodeia,
Não reduziríamos nós o mundo a pedaços
Para depois o remodelarmos segundo o Desejo do nosso coração?»

É isso o que Deus faz na vida espiritual, porque esta é uma conspiração de amor em que Deus e o homem se unem para destruir em nós «o homem velho», para tornar novas todas as coisas em Cristo, para restaurar tudo em Cristo — numa palavra, para nos remodelar segundo os desejos do Coração de Deus.

---

(1) S. João, XVII, 26.
(2) II Cor. V, 17.

CAPÍTULO XXIV

UM SÓ CRISTO AMANDO-SE A SI MESMO

A vida espiritual — isto é, a vida real de todo o católico — é um matrimónio com Deus.

É um matrimónio com Deus Filho, que começa para cada um com a participação da Sua natureza no Baptismo, que cresce numa intimidade amorosa e unidade de operação, durante a vida, e que se destina a alcançar com êxtase de união consumada no Céu. É uma união modelada na união das Três Pessoas Divinas, que são um só Deus.

É uma união em que Deus é tudo e nós não somos nada.

É uma união em que Deus nos dota com tudo aquilo de que necessitamos para desempenharmos o papel que nos cabe. É uma união que, nesta vida, se baseia na fé, mas que na outra se apoia na visão directa. É uma união de intimidade indescritível, na qual, porém, nunca perdemos a nossa identidade pessoal, porque, mesmo naquela união sublime da Divindade em que as Três Pessoas Divinas estão unidas numa substância divina, há distinção de pessoas. É, todavia, uma união que aperfeiçoa a nossa natureza e o nosso ser e os eleva a uma nova ordem, incorporando-os em Cristo e fazendo que o Espírito Santo habite neles, de modo que as Escrituras podem dizer com verdade que, em Cristo, somos uma «*nova criatura*». É, antes de tudo, uma união de amor; uma união com possibilidades nunca imaginadas, designada e levada a efeito pelo Amor Infinito e pelo engenho amoroso de Deus. Quando a virmos em toda a sua verdade e plenitude, nós, ou

seremos elevados por essa própria visão ao Céu, num êxtase eterno de alegria ou seremos arremessados, com o inferno no coração, na amargura inexprimível do que poderíamos ter alcançado e agora está perdido para sempre por nossa livre vontade; porque estar unido a Deus é o Paraíso e ficar separado dEle para Sempre é o Inferno.

A vida na terra é-nos concedida, momento a momento, para forjar, elo por elo e com o auxílio de Deus, aquela cadeia de amor que é tão forte como a morte.

Tudo o mais que fazemos cá na terra ou apodrece na sepultura, ou será queimado no cadinho do purgatório. A única coisa que perdura é o amor — o resto de nada serve. É Deus que governa o nosso amor, mas depois de o governar ainda o perde. Nós estamos dispostos a amá-Lo, mas com reservas. Não nos basta. Ele segue-nos e procura o nosso amor, mas, da mesma forma que o poeta, cada um de nós pode dizer:

Embora eu conhecesse o Amor que me seguia, sempre temia que depois de O possuir, nada mais me restasse.

Eu disse à Aurora: «depressa», e à Tarde: «vamos, cobri-me de botões de inebriante olor, e defendei-me deste insaciável Amor».

Receamos dar de mão àquilo que julgamos ter ou julgamos que vamos possuir. Com ardor amoroso, Deus pede o nosso amor, o amor de todo o nosso coração e nós voltamos-Lhe o rosto e afogamos o som da Sua voz na intoxicação do prazer, do trabalho ou de qualquer outra coisa, menos da única coisa que é necessária. E assim não encontramos a paz. Saltamos de uma coisa para a outra; esgotamos o nosso engenho em engendrar novos divertimentos para satisfazer a nossa fantasia já cansada, mergulhamos cada vez mais fundo no pecado, com a mira de nos satisfazermos e cada vez nos sentimos mais longe da paz, porque os nossos corações foram feitos para Deus e só nEle podem encontrar descanso. Ele conhece melhor os nossos corações do que nós próprios.

E assim, como o Bom Pastor, vem procurar-nos; segue-nos e serve-se da Sua Providência para nos afastar de todo o resto e para afastar tudo de nós, a fim de que nos resolvamos a ouvir a Sua voz e a lançarmo-nos de encontro ao Seu Coração.

«And is thy earth so marred
Shattered in shard on shard
Lo, all things fly thee, for thou fliest Me
Strange, piteous, futile thing.
Wherefore should any set thee love apart?
Seeing none but I make much of naught» (He said)
«And human love needs human meriting;
How hast thou merited
Of all man's clotted clay the dingiest clot?
Alack, thou knowest not
How little worthy of any love thou art!
Whom wilt thou find to love ignoble thee,
Save Me, save only Me?
All which I took from thee I dis but take
Not for thy harms,
But just that thou might'st seek it in My arms.
All which thy child's mistake
Fancies as lost, I have stored for thee at home;
Rise, clasp My hand, and come».
... ...
Halts by me that footfall,
Is my gloom, after all,
Shade of His hand, outsretched caressingly?
«Ah, fondest, blindest, weakest,
I am He Whom thou seekest.
Thou dravest love from thee, who dravest Me» (1).

«E o teu mundo está tão corrompido
Desfeito em fragmentos

(1) Francis Thompson. The Hound of Heaven.

Ah! tudo foge de ti, porque tu foges de mim
Estranha coisa, lastimosa e fútil.
Por que motivo havia alguém de te amar em particular?
Sabendo que só Eu sei valorizar o nada?»
«O amor humano exige merecimento humano
Como é que o mereceste tu, que és de todo o barro humano acumulado o mais poluído barro?
Ah! tu não sabes
Quão bem pouco mereces qualquer amor!
Quem encontrarás tu
Que ame o teu miserável ser
Senão Eu, senão só Eu?
Tudo o que te arrebatei
Não foi para teu mal,
Mas só para que tu o pudesses encontrar nos meus braços.
Tudo o que a tua infantil fantasia julgava perdido
Guardei-o Eu para ti
Levanta-te, toma a minha mão e vem».
. . . . . .
Ressoam junto de mim divinos passos
Será a minha perda?
Ou, quem sabe, virá a sombra da Sua mão estender-se carinhosamente sobre mim?
Ah! querido, ceguinho e frágil,
Eu sou Aquele que tu procuras!
Afastas de ti o Amor
Quando me afastas a mim».

Eis aí uma imagem perfeita do Nosso Amante Sublime. Tudo o que nos acontece não é mais do que o toque da Sua mão que se estende carinhosamente para nos atrair a Si e para nos moldar segundo o desejo do Seu coração. Que temos, pois, a fazer? Deus responde-nos no Cântico dos Cânticos:

«*Põe-me como um selo sobre o teu coração, como um selo sobre o teu braço, porque o amor é forte como a morte;*

o zelo do amor é tenaz como o inferno e as suas lâmpadas são lâmpadas de fogo e de chamas. As muitas águas não puderam extinguir o amor, nem os rios terão força para o submergir.

Ainda que um homem dê todas as riquezas de sua casa pelo amor, ele as desprezará como um nada [1].»

É esse o desejo de Deus — que Lhe demos toda a substância da nossa casa por amor — e não atribuamos a isso qualquer valor.

E é esse o desejo de Deus com respeito a todas e cada uma das almas. Só pede amor e o amor que Ele pede é o amor que Ele Próprio nos quer dar, porque este amor, toda esta vida nova, vem-nos de Deus. Essa é a razão por que asseveramos tão insistente e categòricamente que a base de toda a vida espiritual é a humildade. Foi a humildade de Nossa Senhora que atraiu os olhares de Deus e foi a razão das «grandes coisas» que operou nEla. Será a humildade que O levará a fazer «grandes coisas» em nós. Toda a vida espiritual vem de Deus e é infundida por Ele e a única coisa que estabelece barreiras ao seu aumento é o nosso orgulho, porque é o orgulho que faz com que nos apossemos da glória que na realidade pertence a Deus e que Ele quer obter por Si próprio por meio da Sua grande misericórdia, infundindo-nos o Espírito Santo e tornando-nos um com Cristo.

O que é necessário, portanto, a todo o cristão, para que possa atingir as sublimidades do amor divino é que viva uma vida de fé, esperança, caridade, humildade e abandono complacente à vontade de Deus. Os ensinamentos dos Santos Padres e a tradição de toda a Igreja, como vimos, proclamam que Deus apenas procura o nosso amor. Não pede milagres, grandes empreendimentos, actos extraordinários ou progresso pessoal relevante. A única coisa que pede é tão extraordinária — pois é um amor que está fora do alcance das nossas faculdades — que temos de esperar que Ele Próprio no-lo

(1) Cânt. VIII, 6, 7.

conceda; ninguém deve, portanto, desesperar de o conseguir.

Se nos pedirem pormenores mais práticos, apenas poderemos resumir o que já escrevemos. Não há absolutamente necessidade de fazer nada além das coisas obscuras da vida ordinária de que nos deu o exemplo a Família de Nazaré. O que há que fazer é converter todos os actos da vida ordinária em actos de amor extraordinário, sobre-humano e sobrenatural. Isso consegue-se, adquirindo com diligência e alimentando diàriamente o conhecimento de Nosso Senhor e de nós próprios e das relações que Ele quer que existam entre nós. Temos de nos dedicar à leitura e meditação diárias. Imitando Nossa Senhora, devemos «*conservar todas estas coisas no nosso coração*»[1]. Como Ela, devemos conservar-nos em contacto pessoal com Jesus, por meio da oração.

Devemos orar muitas vezes e com intimidade, mais com o coração do que com os lábios e cultivar um recolhimento prudente nos nossos pensamentos. À oração devemos juntar o uso frequente dos Sacramentos; desta forma seremos santificados nós e o nosso trabalho diário. Devemos aproximar-nos da Sagrada Comunhão, o mais frequentemente que nos fôr possível. A Santa Comunhão não é mais que o complemento da Missa.

Na Missa damo-nos a Deus e na Comunhão é Ele que se dá a nós. Devemos viver de acordo com esse oferecimento de nós próprios e segundo a união da Sagrada Comunhão, por meio de uma vida de devoção pronta e abandono generoso à vontade de Deus.

Para isso, basta que nos empenhemos em que as coisas ordinárias da nossa vida sejam um acto contínuo de amor de Deus pela pureza de intenção e caridade fraterna.

Como dissemos, não há necessidade de fazer nada de extraordinário. Nada do que fazemos por Deus é aceitável, se não tiver como móbil o amor, é o amor que move as obras que Ele procura de preferência às obras que o amor conse-

---

(1) S. Lucas, II, 51.

gue. A nossa aspiração deve ser a pureza de intenção, pois é isso o que Ele pede, quando diz: «*Põe-me como um selo sobre o teu coração, como um selo sobre o teu braço*». Devemos procurar fazer tudo o que temos de fazer em união com Ele e no Seu serviço. Ele deve ser o agente principal em todas as nossas obras e o fim principal de tudo o que fazemos. Devemos, de modo especial, vê-Lo pela fé em todos aqueles de quem falamos ou com quem estamos em contacto. Tudo o que fizermos ao nosso próximo, o que dissermos do nosso próximo é como se fosse feito ou dito dEle. Podemos encontrá-Lo sempre no nosso próximo, porque Ele toma sempre como sendo feito a Si o que fazemos ao mais humilde dos Seus irmãos.

Temos, porém, de ter em atenção a Sua disposição das coisas. Há uma ordem na caridade fraterna; começa na nossa casa e por isso não devemos dar o que não nos pertence. Verifica-se certa tendência para expressar o zelo fraterno em obras corporais de misericórdia, o que, aliás, está de acordo com a antiga tradição cristã. Devemos, porém, lembrar-nos de que o principal dever a respeito do nosso próximo é de ordem espiritual. O sobrenatural deve vir antes do natural e as obras sobrenaturais só se praticam com meios sobrenaturais.

O melhor serviço, portanto, que podemos prestar ao nosso próximo é santificar-nos a nós próprios, por meio de uma vida de união amorosa com Cristo.

Não há limite a estabelecer para o nosso amor, mas este tem de limitar as nossas obras externas. A vida interior é que conta. A este respeito diz S. Tomás: «O bem do homem, a sua justiça, consiste especialmente em actos interiores, em fé, esperança e caridade e não em actos exteriores... O homem não deve estabelecer limites à sua caridade, mas, por outro lado, deve empregar nos seus actos exteriores certa discreção em que impere a caridade» [1].

---

(1) Epist. ad Rom. XII, 12.

Observando o amor humano na vida matrimonial, podemos colher algumas indicações sobre os erros a que estamos sujeitos. Impor a vontade própria e recusar-se obstinadamente a acomodar-se à vontade do outro cônjuge é uma prova evidente de falta de amor. A infidelidade ainda é pior. O verdadeiro amor não se pode dividir na sua medida; tem de encontrar tudo na pessoa amada. No entanto, os caprichos da fraqueza e as faltas provenientes da fragilidade pode o amor perdoá-las, justamente porque é amor. Há, todavia, uma coisa que o amor, precisamente porque é amor, sente muita dificuldade em perdoar; há uma coisa que é origem de angústia intensa para o amor, quando se trata de um amor profundo; há uma coisa que repele o amor e quase o destroça, qual vaga desfeita em fragmentos, repelida pelos rochedos agrestes e implacáveis; essa coisa é o egoismo.

O amor é dependente, por sua natureza, e exige dependência. O amor gosta de dar e nada se pode dar a quem se basta a si próprio.

Deste modo, se há uma forma, que sobrepuja as outras, de um coração amoroso oferecer reparação ao Coração magoado de Jesus, é por meio da aceitação complacente da nossa própria pobreza — é por meio de uma vida de verdadeira humildade. Não há dom de amor mais aceitável a Deus, não há maior conforto a oferecer ao Seu Coração agonizante, do que entregarmo-nos à Sua Misericórdia na nossa pobreza completa e impotente, aceite com alegria e reconhecida com júbilo, por forma que tudo nos venha dEle. Porque, na verdade, se Ele não é o nosso Tudo, não é o nosso Deus

É nisto que muitas almas erram. Consideram a vida espiritual como um serviço de Deus, e assim é, mas imaginam que o valor principal do seu serviço se deve medir pelos resultados que conseguem, quando, na realidade, os resultados aos olhos de Deus — o aumento da semente — são os frutos da Sua Bondade, a Sua graça e os méritos e sofrimentos de Seu Filho. No que diz respeito a essa alma em particular, e o que Deus procura é o amor que deve inspirar o serviço.

E para complicar mais as coisas, sucede muitas vezes no serviço de Deus, que aqueles que na aparência se mostram zelosos no Seu serviço, estão na realidade a servir-se a si próprios. Seguem a sua carreira ou rotina. O zelo que manifestam não é tanto pela glória de Deus, como pela sua própria glória. São como as esposas modernas que insistem em seguir a sua carreira. Vivem a sua própria vida — não a nova vida de união com Cristo.

O protótipo de todos os que querem seguir a sua carreira é Judas. Parece ter sido um dos Apóstolos mais hábeis e que se sentia predestinado para atingir posição preponderante no novo Reino que, no entender de todos os Apóstolos, Jesus ia fundar no mundo. Era o Ministro das Finanças do Colégio Apostólico, homem de negócios e prudência.

Relegado, a pouco e pouco, para segundo plano a favor de Pedro que, dia a dia, se ia salientando, e contrariado no seu desejo de subir, começou a compreender que a política de Nosso Senhor não era de molde a elevá-lo à grandeza temporal, com que sonhara. Cristo era um idealista pouco prático. Estava a seguir um rumo que acabaria por O arrastar diante das autoridades e falava abertamente da Sua crucifixão. Quando a mãe de João e Tiago lhe pediu lugar de relevo para os seus filhos, no reino futuro, Jesus falou apenas do cálice de sofrimento, única coisa que tinha para partilhar com os Seus amigos.

Desta forma, esse homem prudente resolveu recuperar o perdido. No fim de contas, pensava ele, uma pessoa tem de tratar de si. Se Jesus não quisesse ser razoável, ele tomaria providências com respeito ao seu futuro: havia mais caminhos a seguir... e assim por diante. E o seu espírito encheu-se de todas aquelas boas e sãs razões com que os homens costumam abafar a voz da consciência, quando resolvem trair os amigos... E, justamente à hora em que Nosso Senhor estava a derramar o Seu Sangue na oblação sacramental de Si Próprio, na Última Ceia, e Se entregava a uma agonia mortal no Jardim das Oliveiras, a fim de tomar disposições supe-

rabundantes para a felicidade eterna de Judas, esse mercenário, conhecedor do mundo, vendia o seu Amante e o seu Deus por trinta moedas de prata... E, mesmo então, se ele conhecesse o Coração deste Amante Sublime, não seria ainda muito tarde. «*Se tu conhecesses... mas tu não quiseste*».

Se Judas, com efeito, se tivesse voltado para Jesus com arrependimento sincero e com confiança, contando com a bondade do Seu Coração amoroso e esquecido da miséria do seu, teria não só sido perdoado — não há dúvida sobre isso — mas poderia até ter-se convertido num dos maiores santos e amigos de Deus; porque a misericórdia de Deus domina todas as Suas obras e Judas teria sido o santo da Sua misericórdia. Quer isto seja assim, quer não — trata-se de uma opinião pessoal — não há dúvida de que a história de Judas constitui uma lição para nós todos. Os planos de Deus para a nossa santificação nunca são aquilo que nós esperávamos e são muitas vezes contrários às nossas ideias, por mais conhecedores que nos julguemos dos caminhos de Deus.

Deus esconde-nos sempre a Sua obra de santificação, para preservar em nós aquela humildade e pobreza de espírito que são essenciais para a santidade. Embora não tenhamos incorrido no erro de Judas, de esperar êxito temporal, em vez de amor eterno, não devemos esperar ver realizado o nosso plano para a nossa santificação, em lugar do plano de Deus. O Seu plano a nosso respeito é secreto — é o segredo de um amante — e devemos ter confiança no Seu amor.

A nossa confiança em Deus, sobretudo depois de nos convencermos da nossa inutilidade, é o maior acto de veneração, que Lhe podemos prestar.

Mas, sejam quais forem as nossas circunstâncias — e ainda que se tenha dado o caso de termos imitado Judas no seu crime de traição a Deus, não cometamos, por amor de Deus e de nós próprios, o crime ainda maior de pensar que os nossos pecados são tão grandes que Deus não os pode perdoar. Isso seria a blasfêmia das blasfêmias. Por mais graves, por mais numerosos e por mais maliciosos que tenham sido os

nossos pecados, e ainda que tenhamos passado a vida inteira em estado de pecado mortal contra Deus, apesar disso tudo, um só acto de amor a Deus pode destruir todos os vestígios do pecado na nossa alma e, embora o nosso amor possa ser imperfeito, e o nosso arrependimento provenha mais do amor a nós próprios do que do amor a Deus — desde que deploremos a nossa perda sobrenatural, mesmo assim Ele espera-nos no Sacramento da Penitência para nos perdoar e para transformar o nosso arrependimento imperfeito em amor dEle, tornando-nos Seus amigos pela graça. Não há pecado na nossa vida passada, de que nos tenhamos arrependido sinceramente, que constitua obstáculo a que alcancemos as sublimidades da santidade.

A razão está em que a nossa santificação vem de Deus e da Sua misericórdia. Ouçamos as palavras de Nosso Senhor, proferidas na noite em que foi traído: «*Por eles Eu me santifico a mim mesmo, para que eles também sejam santificados na verdade*», e considerai a explicação que dá Santo Agostinho do seu significado: «Ele só poderia querer significar isto: «Santifico-os em Mim Mesmo, *porque eles são na realidade Eu mesmo*».

Porque aqueles de quem fala são os Seus membros e a cabeça e o corpo formam um só Cristo... Que Ele quer significar esta unidade, deduz-se do resto do mesmo versículo, porque, depois de ter dito: «Por eles Eu me santifico», acrescenta imediatamente: «para que eles também sejam santificados na verdade», mostrando assim *que se refere à santidade que havemos de receber dEle*. As palavras «na verdade» só podem significar «em Mim», visto que a Verdade é o Verbo que no princípio era Deus... «E por eles eu me santifico», isto é, Eu santifico-os em Mim Mesmo, como a Mim Mesmo, *visto que em Mim eles também são Eu Mesmo*. «Para que eles sejam santificados como Eu me santifico», isto é, na verdade que sou Eu Mesmo» (1).

---

(1) Aug. In Joh. 108.

«*Quia et ipsi sunt ego:* visto que eles também são Eu Mesmo!»

Esta é a razão pela qual a ninguém que ame verdadeiramente a Deus está fechado o caminho da santidade e de tudo o que está ligado a ela essencialmente. Porque, se alguém ama verdadeiramente a Deus — e só pelo facto de O amar — Nosso Senhor pode dizer dele: «ele também é Eu Mesmo», santificou-o em Si Mesmo e já conquistou a santidade que esse há-de receber dEle.

Amando verdadeiramente a Cristo, tornamo-nos Seus membros e se fizermos a Sua Vontade, cumprindo os Seus mandamentos, o Pai e Ele virão e farão em nós a Sua morada.

Toda a vida cristã, portanto, é Cristo e o Seu amor. Nós já não vivemos nem amamos, é Cristo que vive e ama em nós. Somos amados em Cristo e Cristo é amado em nós. Cristo ama o Pai em nós e o Pai ama Cristo em nós. Cristo ama o nosso próximo em nós e no nosso próximo nós amamos a Cristo. Cristo ama a esposa no marido e o marido ama Cristo na esposa. Da mesma forma, Cristo na esposa ama o marido e a esposa ama a Cristo no marido. Cristo é o nosso suplemento e o nosso complemento, o nosso Tudo, tanto no amar como no ser amado. «E haverá um Cristo amando-Se a Si mesmo, porque «Cristo é tudo em todos» [1].

... ...

Voltemos agora à cena com que começámos este livro. Essa cena em que Nosso Senhor chora sobre a Sua cidade bem amada é característica da Sua tristeza perante a loucura dos homens que O rejeitam.

As suas queixas são uma das muitas expressões do Seu amor frustrado que lemos nas Escrituras. «*E, quando chegou perto, ao ver a cidade, chorou sobre ela, dizendo: Se ao menos, neste dia, que te é dado, tu também conhecesses o que te pode trazer a paz!*» [2]... «*Oxalá que tu tivesses atendido*

(1) Colos. III, 11.
(2) S. Luc. XIX, 41-42.

os meus mandamentos! A tua paz teria sido como um rio e a tua justiça tão copiosa como os abismos do mar» [1].

«*Se tu conheceras o dom de Deus e quem é que te diz: «Dá-me de beber»* [2]. «(Não disse Ele a Santa Margarida Maria, «tenho sede de ser amado»?).

«*Jerusalém, Jerusalém... quantas vezes quis juntar os teus filhos como a galinha recolhe os seus pintainhos debaixo das asas, e tu não quiseste?»* [3].

À luz do que se escreve acima, talvez possamos começar a compreender o que despedaçou o coração de Nosso Senhor, quando Ele contemplou o mundo na véspera da Sua morte e viu todos aqueles que «não quiseram».

A Sua Paixão e Morte estavam então presentes no Seu espírito, como se já as tivesse sofrido. Viu, como se já tudo estivesse consumado, não só tudo o que fizera por nós, mas viu também que não só fizera tudo o que era necessário, mas muito e muito mais do que isso. Deixara o Seu Pai no Céu e fizera-se homem por amor de nós, «*esvaziando-Se a Si mesmo, tomando a forma de servo*». Não partilhará só da nossa natureza, mas também da nossa vida.

Mas tinha ido ainda mais longe. Por uma forma misteriosa, tinha tomado sobre si a vergonha dos nossos pecados e tinha aceitado em Si todos os efeitos da nossa rebelião contra Deus. E tanto assim foi que, por qualquer forma extraordinária, que foge à nossa compreensão, viu-se como que rejeitado e abandonado pelo Seu Próprio Pai na Cruz. Tinham-no alinhado ao lado dos criminosos e, na frase gráfica de S. Paulo, fizera-se «*pecado para nós, para que nos tornássemos nEle justiça de Deus*» [4]. A angústia da alma com que exclamou: «*Eu, porém, sou um verme e não um homem; o opróbrio dos homens e a abjecção da plebe... Ó Deus, por que*

---

(1) Isaías, LXVIII, 18.
(2) S. João IV, 10.
(3) S. Lucas, XIII, 34.
(4) II Cor. V, 21.

me desamparaste? [1] torna-se mais pungente, ao reconhecer a futilidade do Seu sacrifício para alguns, que não lhe quiseram dar o seu amor. «*Que utilidade tirarás da minha morte, quando eu descer à corrupção?*» [2]. Quem poderá aprofundar a agonia do Seu Coração, quando viu que a nossa felicidade já estava ganha, que já estava tudo pronto para o casamento, que só eram necessários o nosso consentimento e o nosso amor e nós não os quisemos dar! Viveu a nossa vida por nós à custa da Sua Própria vida e basta o nosso amor para que se torne nosso tudo o que fez por nós, mas nós não O *queremos* amar.

Não queremos acreditar nEle. Prometeu-nos tudo, se abandonássemos o que julgamos ter e nos uníssemos pelo amor a Ele — prometendo-nos cem por um nesta vida e a bem-aventurança eterna na outra» — mas nós não acreditamos no que Ele nos diz. Assegurou-nos que tudo o que nos acontece obedece à mão do Pai, que não permite nem que um pardal caia no solo sem a Sua Providência, mas nós não acreditamos nEle. Ressurgiu dos mortos para a glória a fim de que nEle pudéssemos colocar a nossa esperança, mas nós não confiamos nEle. Pomos a nossa esperança na nossa bondade e não na dEle.

Nem sequer O amamos. Não lhe entregamos todo o nosso coração, com receio de que, tendo-O a Ele, não tenhamos mais nada.

Queremos viver a nossa vida e ser os autores da nossa própria santificação. Não queremos ser como os outros homens. Passamos os dias à procura de distinções, pois não admitimos que os lugares comuns sejam a porta para a felicidade eterna. Vamos para aqui e para acolá, fazemos isto e aquilo, para falarmos disso e para falarem de nós. Procuramos «reputação na boca dos insensatos», esquecidos de que «o tolo disse ao seu coração que não há Deus». Não vemos nada para além

(1) Ps. XXI, 7, 1.
(2) Ps. XXIX, 10.

da vulgaridade deste mundo, e não elevamos os olhos para a realidade do futuro. Vivemos, esperamos e amamos, como se não houvesse Deus, como se estivéssemos sós e como se não tivéssemos esperança senão naquilo que conseguimos com os nossos próprios meios. Insistimos em planear tudo nós próprios e em fazermos tudo só nós. Não nos queremos negar a nós próprios e amá-Lo ao mesmo tempo.

Os projectos que fazemos para conseguirmos a nossa felicidade não nos dão tempo para O ouvirmos, quando, na realidade, Ele já tomou todas as providências para a conseguirmos.

Deus sabe que não é bom para o homem estar só e por isso tornou-se o nosso auxílio. Com a cooperação de Maria, a criatura mais admirável da Sua criação, torna-nos um com Ele, pois está escrito: «*Uma virgem conceberá e dará à luz um filho e o Seu nome será Emmanuel — Deus connosco*» (1). Porque em Cristo somos um com Deus.

Mas esta união com Deus exige a nossa cooperação e é por isso que Nosso Senhor e Salvador chora sobre a nossa recusa em O escutarmos e em nos recolhermos sob as asas do Seu amor santificante e da Sua graça salvadora. Não há para nós verdadeira felicidade senão na união com Deus. Não há outra coisa na terra que possa satisfazer os nossos corações e nenhuma outra coisa pode dar à nossa vida qualquer significado real. Os extremos a que Nosso Senhor chegou, para nos assegurar a nossa salvação e despertar o nosso amor, mostram o ardor com que deseja a nossa felicidade. O Seu plano para a nossa renovação em Si próprio, a que nos temos referido neste livro, fala por si mesmo: mas a prova mais eloquente disso é o Crucifixo. Considerou tão urgentes as nossas necessidades, desejou tão ardentemente salvar-nos que, sendo Deus, baixou à terra, tornou-se homem, viveu, sofreu e morreu por amor de nós. «Que razão mais profunda, diz Santo Agostinho, poderíamos supor que moveu Nosso Senhor a

(1) Isaías, VII, 14.

vir à terra senão o Seu desejo de manifestar o Seu amor por nós?»

Se nos convencêssemos de que há apenas uma resposta aos enigmas da vida e se aceitássemos a nossa vocação à união divina como único fim da nossa vida, então em tudo se restabeleceria imediatamente uma harmonia perfeita; a ordem das coisas até ao menor pormenor da nossa vida adquiriria novo significado, porque então tudo se consideraria como aceite pela Vontade do nosso Redentor e tudo passaria a cooperar para nos levar à união com Deus. Tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus, porque o Seu plano e os Seus desígnios são restabelecer todas as coisas em Cristo.

Que há, pois, a fazer? Devemos compreender que Deus é o nosso Amante Sublime, que é o nosso Tudo e que é Ele que opera em nós. Devemos acreditar em Deus e não em nós próprios, devemos ter esperança em Deus e não em nós próprios, devemos amar a Deus e não a nós próprios.

Como diz Santo Agostinho, há só Um Homem Que chega até aos confins do universo e até ao limite dos tempos. Temos de nos associar a este Homem — a este Cristo Único — pela Fé, pela Esperança e pela Caridade. Temos de encontrar nEle o nosso Tudo. Ele é o nosso Complemento pleno e o nosso perfeito substituto. Se somos muito fracos, Ele é a nossa força; se somos ocos, Ele é a nossa plenitude; se somos pecadores, Ele é a nossa santidade. O que temos que fazer é aceitar o plano de Deus — dizer o que disse Cristo ao vir ao mundo: «*Deste-me um corpo; eis que venho para fazer a Tua Vontade, ó Deus*». Temos de aceitar o que somos, as circunstâncias em que vivemos e a história que Deus determinou a nosso respeito. Com humildade, devemos aceitar-nos a nós próprios — como somos; com caridade devemos aceitar e amar o nosso próximo como ele é; com abandono, devemos aceitar a vontade de Deus e o que nos acontece e como Ele quer que actuemos.

Uma conformidade fiel com a Sua vontade e uma aceitação humilde dos Seus planos unir-nos-ão plenamente a

Cristo. De mais, gloriamo-nos das nossas fraquezas, para que habite em nós o poder de Cristo. Na nossa fraqueza e no nosso amor, tornar-nos-emos então um com Ele e haverá um só Cristo, amando-Se a Si mesmo.

Porque Cristo é Tudo e em Tudo. É o alfa e o Ómega, o Princípio e o Fim. Ninguém pode amar verdadeiramente, sem que Cristo ame nele. Ninguém pode ser verdadeiramente amado, se Cristo não for amado nele. É só por Cristo, com Cristo e em Cristo que podemos amar a Deus; e o Próprio Deus ama-nos em Cristo, porque nos escolheu em Cristo, antes da fundação do mundo, para louvor e glória da Sua graça, que nos concedeu por intermédio do Seu Filho bem amado. Porque Deus fez tudo para Sua glória e Cristo é a glória da Sua substância. Deus quis glorificar-se pela Sua misericórdia e é a nossa miséria que pede a Sua misericórdia.

A nossa santidade a despeito da nossa miséria é a glória da Sua misericórdia, porque Cristo é o nosso Tudo. Saciemo-nos, portanto, de Cristo e, por meio de uma vida de amor, tornemo-nos um com Ele, por intermédio de Quem, com Quem e em Quem, na unidade do Espírito Santo — o Amor que é o Próprio Deus — está toda a Glória de Deus.

ÍNDICE

		Pág.
Prefácio		5
Introdução		15
Cap. I	— O princípio e a queda	20
Cap. II	— O plano da reabilitação	30
Cap. III	— A redenção	38
Cap. IV	— O Corpo Místico de Cristo	52
Cap. V	— Sociedade com Cristo	66
Cap. VI	— Membros de Cristo	81
Cap. VII	— À procura de Cristo através da humildade e da obediência	97
Cap. VIII	— À procura de Cristo na oração	117
Cap. IX	— À procura de Deus pela leitura	137
Cap. X	— Conversando com Cristo	154
Cap. XI	— Cristo e os sacramentos	172
Cap. XII	— Cristo, nosso alimento e nossa vida	190
Cap. XIII	— Cristo, nosso sacrifício e nosso suplemento	207
Cap. XIV	— A vontade de Deus como alimento de Cristo	222
Cap. XV	— União com Cristo por meio do abandono	237

Cap. XVI — União com Cristo no nosso próximo ... 255
Cap. XVII — União com Cristo pela humildade ... 280
Cap. XVIII — A Cruz vivificante de Cristo 300
Cap. XIX — União com Cristo na oração 320
Cap. XX — Confiança em Cristo 337
Cap. XXI — Casamento e santidade 356
Cap. XXII — Maria, Mãe de Cristo inteiro 377
Cap. XXIII — Cristo, nosso amante sublime 396
Cap. XXIV — Um só Cristo amando-se a Si mesmo 411